

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS SAN TIAGO

DANTAS – UNESP, UNICAMP E PUC-SP

RAFAELA ELMIR FIOREZE

A crise do regime de controle nuclear: relações políticas russo-estadunidenses, geografia e objetivos do dissuasor (2002-2023)

São Paulo – SP

2024

RAFAELA ELMIR FIOREZE

A crise do regime de controle nuclear: relações políticas russo-estadunidenses, geografia e objetivos do dissuasor (2002-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

São Paulo – SP

2024

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”  
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca  
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Fioreze, Rafaela Elmir.

F518 A crise do regime de controle nuclear : relações políticas russo-estadunidenses, geografia e objetivos do dissuasor (2002-2023) / Rafaela Elmir Fioreze. – São Paulo, 2024.

172 f. : il.; 30 cm.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, São Paulo, 2024.

1. Estados Unidos – Relações exteriores – Rússia (Federação) – História. 2. Organização do Tratado do Atlântico Norte. 3. Controle de armas nucleares. 4. Dissuasão (Estratégia). 5. Poder nuclear – Controle internacional. I. Título.

CDD 327.73047

## **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Essa dissertação analisou e compilou dados sobre as relações políticas entre Rússia e Estados Unidos, a expansão geopolítica da OTAN e os objetivos políticos de dissuasão dos dois países, com o intuito de compreender seu papel na crise do regime de controle nuclear russo-estadunidense. O objetivo é contribuir para o entendimento deste fenômeno, bem como fornecer insights sobre possíveis questões que devem ser englobadas pelo regime de controle nuclear para evitar a continuação de seu esvaziamento e para que ele possa endereçar de maneira realista e eficaz os novos desafios de segurança do cenário internacional.

## **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This dissertation has analyzed and compiled data on the political relations between Russia and the United States, the geopolitical expansion of NATO and the deterrers' political objectives, in order to assess their role in the crisis of the US-Russian nuclear arms control regime. It aims to contribute to the understanding of this phenomenon, as well as to provide useful insights into potential issues that must be incorporated into the nuclear arms control regime in order to prevent its further hollowing out and so that it can realistically and effectively address the emerging international security challenges.

## **IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN**

Esta disertación ha analizado y recopilado datos sobre las relaciones políticas entre Rusia y Estados Unidos, la expansión geopolítica de la OTAN y los objetivos políticos de disuasión de ambos países, con el fin de comprender su papel en la crisis del régimen de control nuclear ruso-estadounidense. El objetivo es contribuir a la comprensión de este fenómeno, así como aportar ideas sobre los posibles factores que debe englobar el régimen de control nuclear para evitar que se siga vaciando y para que pueda hacer frente de forma realista y eficaz a los nuevos desafíos de seguridad en la escena internacional.

RAFAELA ELMIR FIOREZE

A crise do regime de controle nuclear: relações políticas russo-estadunidenses, geografia e objetivos do dissuasor (2002-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, na área de concentração “Paz, Defesa e Segurança Internacional”, na linha de pesquisa “Pensamento Estratégico, Defesa e Política Externa”.

Orientador: Luís Alexandre Fuccille.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof. Dr. Lucas Pereira Rezende (Universidade Federal de Minas Gerais)

Prof. Dr. Sebastião Carlos Velasco e Cruz (Universidade Estadual de Campinas)

São Paulo, 11 de abril de 2024.

## AGRADECIMENTOS

A jornada que se encerra com a finalização dessa dissertação foi, em diversos momentos, cheia de percalços e permeada por desafios que nem sempre pareceram transponíveis. No entanto, ela foi possível graças a uma série de pessoas cujo apoio incondicional tornou o processo muito mais aprazível e gratificante.

Inicio agradecendo meu orientador, professor Luís Alexandre Fuccille, por ter confiado em mim e na pesquisa que me propus a realizar e por ter estado disponível e me auxiliado no decorrer de todo o processo de escrita. Agradeço também ao meu orientador da graduação, professor Marco Cepik, por, mesmo de longe, ter estado presente nessa jornada e por ter sido um grande incentivador para que eu continuasse meus estudos.

Agradeço a todos os professores e professoras com quem tive contato ao longo do mestrado e cujos ensinamentos e perspectivas agregaram não apenas para minha formação acadêmica, mas também profissional e pessoal. Agradeço também a todos os funcionários e funcionárias do Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas, em especial à Giovana e à Graziela, que sempre se mostraram muito disponíveis e solícitas para auxiliar os discentes.

Agradeço às amizades que, mesmo que indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, permitindo que o nervosismo e a preocupação cedessem lugar à descontração: à Carol, que me acompanha há mais de uma década; à Beatriz, à Maitê, à Tarsila, com quem muito compartilhei receios e ansiedades; e à Natália, que me abrigou e foi minha grande companheira no meu primeiro mês em São Paulo. Ao Pedro, meu parceiro para todos os momentos, que se fez presente e me apoiou incondicionalmente em cada etapa dessa jornada.

Agradeço à minha família e, principalmente, aos meus pais, Carla e Ricardo, e ao meu padrasto, Lúcio, por sempre terem acreditado em mim e incentivado meus estudos. Obrigada por todo o apoio material e emocional, sem os quais a conclusão de mais essa etapa não seria possível. Ao Cláudio Pereira Elmir, meu tio e padrinho, que foi meu primeiro grande professor e exemplo acadêmico e que, embora não esteja mais aqui para ver eu me tornar mestre, está comemorando essa conquista em algum lugar do cosmos. Obrigada por ter me ensinado, desde pequena, sobre a importância de se estudar e entender a história e por ter me incentivado irrestritamente a seguir a carreira de analista internacional.

“The secret of politics? Make a good treaty with Russia.”

Otto von Bismarck

## RESUMO

Desde meados da Guerra Fria, o imperativo de evitar uma escalada da corrida armamentista, de garantir transparência e de manter os arsenais nucleares russo (anteriormente soviético) e estadunidense em níveis dissuasórios deu origem a um conjunto de tratados, essencialmente bilaterais, voltados para a limitação e redução das capacidades nucleares estratégicas e dos veículos de entrega destas duas potências. O regime de controle nuclear estabelecido a partir destes acordos foi, durante muitos anos, um dos grandes responsáveis pela manutenção da estabilidade estratégica. Mais recentemente, no entanto, com a denúncia dos Estados Unidos ao Tratado ABM (2002), o fim do Tratado INF (2019), as ameaças à continuidade do New START (2021) e, finalmente, a suspensão da participação russa neste último tratado (2023), tem-se observado o que pode ser entendido como uma crise do regime de controle nuclear até então vigente, surgindo a possibilidade de que, pela primeira vez em mais de 50 anos, não haja nenhum mecanismo vinculante limitando os dois maiores arsenais nucleares do mundo. Diante desse contexto, a presente dissertação se propõe a compreender algumas das causas e características da crise do regime de controle nuclear russo-estadunidense. Para isso, utiliza-se como referencial teórico o framework proposto por Barry Buzan (1987) para compreender a dissuasão, analisando-se três de suas variáveis intervenientes – as relações políticas entre os Estados envolvidos, a geografia e os objetivos políticos dos dissuasores – de forma a tentar compreender como as mudanças ocorridas nestes âmbitos contribuíram para o enfraquecimento da dinâmica dissuasória entre Rússia e Estados Unidos. Conclui-se que, em graus diferentes, as três variáveis colaboraram para a erosão do regime de controle nuclear ao aumentar a desconfiança entre os dois países; contudo, talvez ainda mais importante, destaca-se que, longe de estarem isoladas, estas variáveis interagem entre si no sentido de se reforçarem mutuamente e gerarem um resultado maior e mais complexo do que a soma das partes é capaz de explicar.

**Palavras-chave:** Rússia; Estados Unidos; Controle de Armas Nucleares; Relações Políticas; Geografia; Objetivos Políticos de Dissuasão.

## ABSTRACT

Since the middle of the Cold War, the imperative to avoid an escalation of the arms race, to guarantee transparency and to keep the Russian (formerly Soviet) and US nuclear arsenals at deterrent levels has given rise to a set of treaties, essentially bilateral, aimed at limiting and reducing the strategic nuclear capabilities and delivery vehicles of these two powers. The nuclear arms control regime based on these agreements was, for many years, one of the main responsible factors for maintaining strategic stability. More recently, however, with the United States' denunciation of the ABM Treaty (2002), the end of the INF Treaty (2019), threats to the continuity of New START (2021) and, finally, the suspension of Russian participation in this latter treaty, there has been what can be understood as a crisis in the hitherto prevailing nuclear control regime, with the possibility that, for the first time in more than 50 years, there will be no binding mechanism limiting the world's two largest nuclear arsenals. Against this backdrop, this dissertation seeks to understand some of the causes and characteristics of the crisis in the US-Russian nuclear control regime. To this end, we employ the theoretical framework proposed by Barry Buzan (1987) to understand deterrence, analyzing three of its intervenient variables—the political relations between the states involved, geography and the deterrer's political objectives – to try to understand how the changes that have occurred within these areas have contributed to the crisis. We conclude that, to varying degrees, the three variables have contributed to the demise of the nuclear arms control regime by increasing mistrust between the two countries; however, perhaps even more importantly, we note that, far from being isolated, these variables interact with each other by reinforcing one another, thus producing a greater and more complex result than the sum of the parts can account for.

**Keywords:** Russia; United States; Nuclear Arms Control; Political Relations; Geography; Deterrer's Political Objectives.

## RESUMEN

Desde mediados de la Guerra Fría, el imperativo de evitar una escalada en la carrera armamentista, garantizar la transparencia y mantener los arsenales nucleares ruso (anteriormente soviético) y estadounidense en niveles disuasorios, ha dado lugar a un conjunto de tratados, principalmente bilaterales, orientados hacia la limitación y reducción de las capacidades nucleares estratégicas y los vehículos de entrega de estas dos potencias. El régimen de control nuclear establecido a partir de estos acuerdos fue, durante muchos años, uno de los principales responsables de mantener la estabilidad estratégica. Sin embargo, más recientemente, con la denuncia de Estados Unidos al Tratado ABM (2002), el fin del Tratado INF (2019), las amenazas a la continuidad del New START (2021) y, finalmente, la suspensión de la participación rusa en este último tratado, se ha observado lo que puede entenderse como una crisis del régimen de control nuclear hasta entonces vigente, surgiendo la posibilidad de que, por primera vez en más de 50 años, no haya ningún mecanismo vinculante que limite los dos mayores arsenales nucleares del mundo. Ante este contexto, la presente disertación se propone comprender algunas de las causas y características de la crisis del régimen de control nuclear ruso-estadounidense. Para ello, se utiliza el marco teórico propuesto por Barry Buzan (1987) para entender la disuasión, analizando-se tres de sus variables intervinientes: las relaciones políticas entre los Estados involucrados, la geografía y los objetivos políticos de los disuasores, con el fin de intentar comprender cómo los cambios ocurridos en estos ámbitos contribuyeron al debilitamiento de la dinámica disuasoria entre Rusia y Estados Unidos. Se concluye que, en diferentes grados, las tres variables contribuyeron a la erosión del régimen de control nuclear al aumentar la desconfianza entre los dos países; sin embargo, quizás aún más importante, se destaca que, lejos de estar aisladas, estas variables interactúan entre sí para reforzarse mutuamente y generar un resultado mayor y más complejo que la suma de las partes puede explicar.

**Palabras clave:** Rusia; Estados Unidos; Control de armas nucleares; Relaciones políticas; Geografía; Objetivos políticos del disuasor.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Tratados de Controle de Armas Nucleares Assinados Entre Rússia e Estados Unidos .....	14
Figura 1 –	Expansão da OTAN (1990-2023).....	84
Quadro 2 –	Arranjos de Dissuasão Nuclear Estendida dos Estados Unidos .....	95
Gráfico 1 –	Armas Nucleares dos Estados Unidos na Europa (1954-2019) .....	105
Gráfico 2 –	Estimativa do Total de Ogivas Estratégicas Operacionais por País (2002-2023).....	129
Gráfico 3 –	Gastos da Rússia e dos Estados Unidos com Armas Nucleares (2018-2022).....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABM	Mísseis Antibalísticos
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ANZUS	Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CFE	<i>Conventional Armed Forces in Europe</i>
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CSCE	<i>Conference on Security and Cooperation in Europe</i>
CTBT	<i>Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty</i>
CTR	<i>Cooperative Threat Reduction</i>
DCA	<i>Dual-capable aircraft</i>
EPAA	<i>European Phased Adaptive Approach</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSB	Serviço Federal de Segurança da Federação Russa
G7	Grupo dos 7
GLCM	<i>Ground Launched Cruise Missile</i>
HLG	<i>High Level Group</i>
ICAN	<i>International Campaign to Abolish Nuclear Weapons</i>
ICBM	Míssil Balístico Intercontinental
IFOR	<i>NATO Implementation Force</i>
INF	Forças Nucleares de Alcance Intermediário
ISRO	<i>Indian Space Research Organization</i>
IRBM	Mísseis Balísticos de Alcance Intermediário
JCPOA	<i>Joint Comprehensive Plan of Action</i>
LRSO	<i>Long Range Stand-Off Weapons</i>
MAD	<i>Mutually Assured Destruction</i>
MAP	<i>Membership Action Plan</i>
MDR	<i>Missile Defense Review</i>
MINATOM	Ministério de Energia Atômica da Rússia
MIRV	<i>Multiple Independently Targetable Reentry Vehicle</i>
MTCR	<i>Missile Technology Control Regime</i>

New START	Novo Tratado de Redução de Armas Estratégicas
NPG	<i>Nuclear Planning Group</i>
NPR	<i>Nuclear Posture Review</i>
NRC	<i>NATO-Russia Council</i>
NSA	<i>National Security Agency</i>
NSS	<i>National Security Strategy</i>
OAF	<i>Operation Allied Force</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	<i>Organization for Security and Cooperation in Europe</i>
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PfP	<i>Partnership for Peace</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PII	<i>Partnership Interoperability Initiative</i>
PJC	<i>Permanent Joint Council</i>
PNI	<i>Presidential Nuclear Initiatives</i>
SALT I	I Tratado de Limitação de Armas Estratégicas
SALT II	II Tratado de Limitação de Armas Estratégicas
SLBM	Submarinos Lançadores de Mísseis Balísticos
SLWPG	<i>Senior Level Weapons Protection Group</i>
SM-3	<i>Standard Missile 3</i>
SNOWCAT	<i>Support of Nuclear Operations with Conventional Air Tactics</i>
SSD	<i>United States-Russia Strategic Stability Dialogue</i>
START I	I Tratado de Redução de Armas Estratégicas
START II	II Tratado de Redução de Armas Estratégicas
SORT	Tratado de Reduções Ofensivas Estratégicas
TNP	Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares
TPNW	<i>Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons</i>
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
2	<b>AS RELAÇÕES POLÍTICAS RUSSO-ESTADUNIDENSES .....</b>	<b>23</b>
2.1	<b>Contexto Histórico: o Fim da União Soviética e os Governos Clinton e Yeltsin.....</b>	<b>24</b>
2.2	<b>Bush e Putin: do Combate ao Terror à Nova Rivalidade .....</b>	<b>35</b>
2.3	<b>Obama e Medvedev: Apertando o Botão de Reiniciar .....</b>	<b>42</b>
2.4	<b>De Trump a Biden: Entre as Crises da Ucrânia .....</b>	<b>51</b>
3	<b>A QUESTÃO GEOGRÁFICA: A EXPANSÃO DA OTAN E MUDANÇAS NO ENTORNO GEOPOLÍTICO RUSSO.....</b>	<b>62</b>
3.1	<b>Contexto Histórico: a Reunificação da Alemanha e a Primeira Fase de Expansão (1990-1999).....</b>	<b>63</b>
3.2	<b>A Segunda e a Terceira Fase de Expansão: A Rússia Cercada (1999-2009).....</b>	<b>68</b>
3.3	<b>Desaceleração da Expansão e Deterioramento nas Relações Rússia-OTAN (2009-2023).....</b>	<b>76</b>
3.4	<b>Balço Geral do Alargamento da OTAN .....</b>	<b>84</b>
4	<b>OS OBJETIVOS POLÍTICOS DOS DISSUASORES: DISSUAÇÃO CENTRAL <i>VERSUS</i> ESTENDIDA.....</b>	<b>88</b>
4.1	<b>A Rússia e a Dissuasão (Essencialmente) Central.....</b>	<b>91</b>
4.2	<b>Os Estados Unidos e a Dissuasão Estendida pelo Globo .....</b>	<b>94</b>
4.3	<b>O Modelo de Dissuasão Estendida da OTAN.....</b>	<b>100</b>
4.4	<b>Implicações para a Dinâmica Dissuasória Russo-Estadunidense.....</b>	<b>108</b>
5	<b>OS REFLEXOS DA CRISE: POSICIONAMENTOS E CAPACIDADES.....</b>	<b>112</b>
5.1	<b>Os Posicionamentos Oficiais Russo e Estadunidense.....</b>	<b>112</b>
5.2	<b>Capacidades Nucleares: Redução e Modernização .....</b>	<b>128</b>
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>136</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>143</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Com o advento da Guerra Fria, inaugurou-se um período de novas dinâmicas e interações no cenário internacional, caracterizado, entre outros fatores, por uma intensa competição entre os dois grandes polos de poder do sistema (Estados Unidos e União Soviética). Ainda que não restrita à esfera militar, foi nesse âmbito que se desenvolveu parte importante da competição entre as duas potências, que, no campo das armas nucleares e de seus vetores de entrega, se manifestou em uma corrida armamentista em direção à posse de arsenais cada vez maiores e mais modernos (Freedman, 2003; Siracusa, 2008).

À medida que tal cenário foi se desenrolando – mas principalmente a partir do aceite da paridade nuclear por parte dos Estados Unidos –, percebeu-se a necessidade de evitar um aumento desenfreado dos arsenais nucleares e de criar certo grau de transparência sobre as capacidades reais de ambas as grandes potências (Freedman, 2003). Tal percepção, exacerbada após o episódio da Crise dos Mísseis de Cuba, somou-se aos esforços incipientes de desenvolver sistemas de defesa antimíssil e culminou – sobretudo após a mudança na correlação de forças trazida pela ruptura Sino-Soviética e pelo subsequente alinhamento Sino-Estadunidense – no início de negociações entre Estados Unidos e União Soviética (Rumer, 2018; Siracusa, 2008).

O resultado dessas negociações se traduziu, em um primeiro momento, na assinatura do I Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT I) e do Tratado sobre Mísseis Antibalísticos (ABM), em 1972 (Burns, 2010). Seguidos destes, foram negociados, ainda no período da Guerra Fria, o II Tratado de Limitação de Armas Estratégicas (SALT II), em 1979; o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (INF), em 1987; e o I Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START I), em 1991 (Podvig, 2001).

Embora com o fim da Guerra Fria tenha se inaugurado um momento de unipolaridade no sistema internacional (Mearsheimer, 2019), a Rússia continuou sendo o único país a possuir capacidades nucleares análogas às dos Estados Unidos em termos de quantidade, persistindo a necessidade de cultivar mecanismos para regular os dois maiores arsenais estratégicos do mundo. Assim, já em 1993, foi finalizado o II Tratado de Redução de Armas Estratégicas (START II), seguido pela assinatura do Tratado de Reduções Ofensivas Estratégicas (SORT), em 2002, e do New START, em 2010<sup>1</sup> (Arbatov, 2019a; 2019b; 2020; Podvig, 2001; Woolf, 2014).

---

<sup>1</sup> Igualmente importantes foram o Tratado sobre o Espaço Sideral (1967) e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (1987), que, embora multilaterais – e não bilaterais, como os demais citados acima –, também contribuíram para a manutenção da estabilidade estratégica.

**Quadro 1 - Tratados de Controle de Armas Nucleares Assinados Entre Rússia e Estados Unidos**

<i>Tratado</i>	<i>Disposições Principais</i>	<i>Assinatura</i>	<i>Ratificação</i>	<i>Observações</i>
SALT I	Proibição à construção de lançadores de ICBM de base terrestre após 01/07/1972;  Proibição à transformação de lançadores de ICBM antigos em modelos novos, pós-1964 e mais pesados;  Restrição de submarinos lançadores de mísseis balísticos (SLBM) aos operacionais ou em construção até a assinatura do tratado.	1972	EUA: 1972 URSS: 1972	
ABM	Proibição à construção de um sistema ABM de escala nacional;  Restrição de dois complexos de defesa antimíssil para cada lado, com no máximo 100 mísseis antibalísticos em cada.	1972	EUA: 1972 URSS: 1972	
SALT II	Redução do número de lançadores de ICBM, SLBM, bombardeiros pesados e mísseis balísticos antinavio para um total de 2.250 até 1981;  Apenas 1.320 destes lançadores poderiam conter MIRV.	1979	EUA: - URSS: -	Não entrou em vigor devido ao estremecimento das relações após a invasão Soviética ao Afeganistão.
INF	Proibição de mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBM) – entre 500 e 5.000 km – de lançamento terrestre.	1987	EUA: 1988 URSS: 1988	
START I	Redução do total de lançadores estratégicos para 1.600;  Redução do total de ogivas nucleares para 6.000, de forma que no máximo 4.900 destas poderiam ser carregadas em veículos de base terrestre ou marítima.	1991	EUA: 1994 RÚS: 1994	
START II	Redução do total de ogivas nucleares: entre 3.000 e 3.500;  Proibição de MIRV em mísseis balísticos terrestres;	1993	EUA: 1996 RÚS: 2000	Não-comprometimento russo a partir de 2002, como resposta à retirada dos EUA do ABM.
SORT	Redução do total de ogivas nucleares operacionais: entre 1.700 e 2.200.	2002	EUA: 2003 RÚS: 2003	
New START	Redução do total de lançadores de ICBM, SLBM e bombardeiros pesados para 800, podendo até 700 destes estarem operacionais;  Redução do total de ogivas nucleares operacionais para até 1.550.	2010	EUA: 2010 RÚS: 2011	

Fonte: Elaborado pela autora (2021) com base em ABM Treaty (1972), INF Treaty (1987), New START (2010), SALT I (1972), SALT II (1979), SORT (2002), START I (1991) e START II (1993)

De modo geral, o regime<sup>2</sup> de controle de armas nucleares que estabeleceu a partir desses tratados foi fundamental para a manutenção da estabilidade estratégica – isto é, a falta de incentivos para qualquer Estado lançar um primeiro ataque nuclear (Baylis, 2002; Colby; Gerson, 2013). Ao garantir a conservação dos arsenais em nível dissuasório e, no caso do Tratado ABM, restringir o desenvolvimento de sistemas que poderiam eliminar o medo de um ataque retaliatório, tais mecanismos permitiram que fosse mantida a lógica da destruição mútua assegurada (*Mutually Assured Destruction* – MAD) e da dissuasão nuclear, evitando que umas das potências se encaminhasse para a primazia nuclear (Lieber; Press, 2006, 2017). A dissuasão nuclear, vale ressaltar, é o mecanismo que garante a estabilidade estratégica, operando de forma a “intimidar um Estado a não atacar, não em razão da dificuldade de lançar um ataque, mas porque a reação esperada daquele que for atacado resultará em uma punição severa daquele que atacou em primeiro lugar” (Waltz, 1981, p. 5, tradução própria).

Uma vez compreendido o papel desse regime, entende-se de maneira mais clara o porquê de sua longevidade, bem como os incentivos para que as negociações de tais tratados fossem item prioritário das agendas russa/soviética e estadunidense. Esse cenário, no entanto, teve seu primeiro ponto de inflexão em 2002, quando o governo Bush retirou os Estados Unidos do Tratado ABM, sugerindo uma indisposição em continuar se submetendo ao princípio da dissuasão nuclear (Bolton, 2002).

Embora tal decisão não tenha comprometido por completo futuras negociações (haja vista a assinatura do SORT, em 2002, e do New START, em 2010), é possível considerá-la como um momento inicial de uma tendência de crise<sup>3</sup> do regime de controle de armas nucleares entre Rússia e Estados Unidos, que tem se aprofundado nos últimos dois anos. Como eventos constituidores desse fenômeno, tem-se a retirada dos Estados Unidos do Tratado INF – altamente criticado por Trump desde o início de seu mandato –, em agosto de 2019; a quase expiração do New START – único tratado bilateral remanescente entre as duas potências –, em 2021, com sua renovação tendo ocorrido poucos dias antes do prazo final; e, por fim, a suspensão da participação da Rússia neste mesmo tratado, em fevereiro de 2023, impedindo a inspeção das instalações nucleares russas por parte dos Estados Unidos (Rose, 2019; Rumer,

---

<sup>2</sup> Por “regime”, entende-se, conforme define Stephen Krasner, “princípios, normas e regras implícitos ou explícitos e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (Krasner, 1982, p. 186).

<sup>3</sup> Embora entendendo que a “crise” à que este trabalho se refere não tenha se consumado por completo, o termo é aqui utilizado para denotar um período em que o regime de controle nuclear mantido pela Rússia e pelos Estados Unidos esteve ameaçado em sua integridade. Ainda que ambos os países continuem obedecendo aos limites impostos pelo Novo START, a suspensão russa do tratado e a perda de outros dois pilares sustentadores do regime em questão (os tratados ABM e INF) não devem ser desprezados.

2018; The White House, 2021b; Bugos, 2023). Assim, para a possibilidade de que, pela primeira vez em mais de cinco décadas, os maiores arsenais nucleares do mundo não se encontrem regulados por quaisquer tratados ou mecanismos vinculantes.

Diante desse cenário de crise do regime de controle de armas nucleares russo-estadunidense, atestado, mais recentemente, pelo fim do Tratado INF e pelas ameaças à continuidade do New START, o presente trabalho se ocupa de alguns dos fatores envolvidos nesse fenômeno. Tomando por base a premissa levantada por Barry Buzan (1987) de que, quanto mais difícil for a dissuasão, mais complicado será o controle de armas, e considerando como variáveis intervenientes na dissuasão (i) a polaridade; (ii) a tecnologia; (iii) a geografia; (iv) os objetivos políticos do dissuasor; e (v) as relações políticas entre os Estados envolvidos (Buzan, 1987), este trabalho se propõe a responder a seguinte pergunta: de que maneira a geografia, os objetivos políticos dos dissuasores e as relações políticas entre Rússia e Estados Unidos impactaram na crise do regime de controle nuclear?

A escolha destas três variáveis se deve ao fato de a autora já ter analisado o papel das duas primeiras (a tecnologia e a polaridade) em seu Trabalho de Conclusão de Curso. A partir da pesquisa realizada, identificou-se que importantes tecnologias militares que têm sido desenvolvidas de forma mais assertiva nos últimos vinte anos e que possuem potenciais efeitos adversos sobre a dinâmica que rege a (não-) utilização de armas nucleares – a saber, os sistemas de defesa antimíssil, as armas antissatélite, o domínio *ciber* e os sistemas de precisão convencionais (incluindo os veículos hipersônicos) – demonstram ter um potencial destabilizador, que se traduz na diminuição da credibilidade da capacidade de segundo ataque e contribui, portanto, para a erosão da dissuasão nuclear.

De forma semelhante, pelo trabalho prévio também pôde-se observar que a transição de um sistema internacional bipolar e altamente polarizado para um sistema multipolar desequilibrado traz implicações para as relações interestatais, sendo uma delas a substituição de um dilema de segurança pelos chamados trilemas de segurança. Como consequência, surge uma complexificação das relações a tal ponto que as ações de um Estado podem gerar uma corrente de reações que impactarão os cálculos estratégicos de outros terceiros, criando-se, em última instância, uma espiral que leva os Estados a buscarem cada vez mais segurança.

Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo geral compreender o papel da questão geográfica (sobretudo geopolítica), dos objetivos políticos dos dissuasores e das relações políticas na crise do regime de controle de armas nucleares entre Rússia e Estados Unidos, buscando-se também compreender se estas três variáveis, de forma similar às mudanças

tecnológicas e de polaridade, operaram no sentido de enfraquecer o regime em questão. Como objetivos específicos, destacam-se: (a) entender o desenrolar das relações políticas entre Estados Unidos e Rússia desde o fim da Guerra Fria, observando possíveis pontos de inflexão; (b) analisar as alterações geopolíticas no entorno do território russo, sobretudo no que diz respeito à expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) no continente europeu – especialmente nos países mais próximos à fronteira russa; (c) avaliar de que forma evoluíram os objetivos políticos dos Estados Unidos e da Rússia em relação um ao outro no que diz respeito à dissuasão – isto é, se ela é central (*core*) ou estendida (*extended*); e (d) compreender o impacto das três variáveis em questão na crise do regime de controle de armas nucleares russo-estadunidense, analisando, para este fim, a evolução dos arsenais e das posturas nucleares de ambos os países.

O marco temporal selecionado para o trabalho engloba o período que se inicia em 2002, com a retirada dos Estados Unidos do Tratado ABM, e se estende até 2023, com a suspensão das obrigações russas para com o New START. Esse recorte é feito de maneira a tentar capturar os principais eventos e dinâmicas que ocorreram entre o primeiro movimento em direção ao desmantelamento do regime de controle de armas nucleares russo-estadunidense e sua manifestação mais recente. Cabe ressaltar, no entanto, que a compreensão mais ampla e aprofundada do contexto geral exige, muitas vezes, um resgate histórico mais longo.

A escolha do tema se justifica pela posição de relevância ocupada pelas armas nucleares e seus vetores de entrega (sobretudo estratégicos) no sistema internacional desde o final da Segunda Guerra Mundial, configurando importantes – embora não únicos – indicadores de polaridade e polarização (Cepik, 2013; Martins; Cepik, 2014). A posse destes artefatos logo extrapolou as fronteiras das duas grandes potências da Guerra Fria e, à medida que mais Estados foram os adquirindo – Reino Unido (1953), França (1960), China (1964) e Israel (1967) –, maiores se tornaram as preocupações em torno de sua proliferação (Siracusa, 2008).

A primeira tentativa ampla de estruturar um regime para evitar a proliferação (sobretudo horizontal<sup>4</sup>) ocorreu em 1968, com a assinatura do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Apesar de trazer uma ambiciosa promessa de desarmamento nuclear, o documento carregava algumas falhas, tornando-se alvo de duras críticas. Além de discriminatório, tratando de maneira diferente os Estados possuidores e os não-possuidores de

---

<sup>4</sup> A ideia de proliferação horizontal se refere à aquisição de armas nucleares por países que anteriormente não possuíam tais artefatos – ou seja, a posse de armas por mais Estados –, ao passo que a proliferação vertical diz respeito ao aumento dos arsenais de países já detentores de armas nucleares – ou seja, a posse de mais armas pelos mesmos Estados.

armas nucleares, o tratado colabora para a manutenção do *status quo* ao proibir Estados não-detentores de adquirirem tais artefatos, enquanto espera-se que, de “boa fé” – e sem a provisão de mecanismos vinculantes –, as potências detentoras busquem seu desarmamento (Campbell; Einhorn; Reiss, 2004; United Nations, 2020). Ademais, mesmo após sua entrada em vigor (1970), o TNP não preveniu o surgimento de novos Estados-nucleares, sendo estes, respectivamente, Índia (1974), Paquistão (1998) e Coreia do Norte (2006) (Campbell; Einhorn; Reiss, 2004; Siracusa, 2008).

Em parte como consequência da decepção com a falsa promessa do TNP, recentemente, lançou-se um novo esforço de abordar a questão de forma ampla – desta vez, todavia, alterando o escopo de não-proliferação para proibição. Assim, o Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (*Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons* – TPNW) foi adotado em meados de 2017. O número necessário de ratificações para sua entrada em vigor foi atingido apenas bastante recentemente, em janeiro de 2021; contudo, nenhum dos nove Estados detentores de armas nucleares se encontram entre os signatários do acordo (Meyer; Sauer, 2018; United Nations, 2021).

Paralelamente a essas iniciativas multilaterais de desarmamento nuclear – pouco efetivas em termos de engajamento dos Estados-nucleares –, desenvolveu-se uma série de tratados bilaterais entre Rússia (antes União Soviética) e Estados Unidos, com a finalidade de promover, por parte de ambos os países, o controle de armas nucleares. Com efeito, ao longo da Guerra Fria, e mesmo após seu fim, o regime que se formou a partir desses tratados preveniu uma grande escalada da corrida armamentista e permitiu a manutenção dos arsenais nucleares em níveis dissuasórios, contribuindo para o resguardo da estabilidade estratégica (Baylis, 2002; Lieber, Press, 2006; 2017). Conforme já mencionado, entretanto, mais recentemente, tem-se testemunhado uma tendência de queda desse regime, caracterizada pelo fim dos tratados ABM e INF e pela quase expiração – seguida da suspensão por parte da Rússia – de seu último pilar sustentador, o New START (Rose, 2019; Rumer, 2018; Bugos, 2023).

Ainda que, segundo oficiais russos, a suspensão do New START signifique apenas que a Rússia não permitirá inspeções em suas instalações, tendo o país se comprometido a continuar obedecendo os limites estabelecidos pelo tratado e notificando os Estados Unidos caso haja o lançamento de mísseis, este movimento – somado à quase não-renovação do acordo – não pode ser negligenciado (Reuters, 2023). Com efeito, embora não se tenha efetivado (ainda) um cenário em que, pela primeira vez em mais de 50 anos, os maiores arsenais nucleares do mundo não estejam regulados por quaisquer mecanismos vinculantes, surge, ainda assim, a

possibilidade de uma nova corrida armamentista e uma ameaça à estabilidade estratégica (Cimbala, 2019; Neuneck, 2019; Reif, 2019). Trata-se, portanto, de uma situação inédita, marcada não apenas pelo quase fim de uma estrutura inteira de controle de armas nucleares entre Rússia e Estados Unidos, mas também pela crise do multilateralismo como um todo, inicialmente liderada pelos Estados Unidos<sup>5</sup>, mas atualmente já contando também com importante participação russa.

A isso, soma-se, por fim, a eclosão de um conflito que, além de ter colocado Rússia e Estados Unidos em extremos antagônicos, fez ressurgir o medo em torno do emprego (ainda que limitado) de armas nucleares. Nos primeiros meses da Guerra Russo-Ucraniana, aproximadamente 20 alertas nucleares foram emitidos e, em diversas ocasiões, o presidente da Rússia afirmou contemplar a possibilidade de empregar armas nucleares táticas. O Relógio do Juízo Final (*Doomsday Clock*), artifício criado pelo *Bulletin of the Atomic Scientists* para ilustrar o quão próximo o mundo está de ser destruído por tecnologias perigosas (mas sobretudo armas nucleares), foi ajustado em 2023 para marcar 90 segundos para a meia-noite – o mais próximo que já esteve de uma catástrofe global. Apenas para fins comparativos, em 1953, após os Estados Unidos testarem a bomba de hidrogênio, o relógio marcava dois minutos para a meia-noite – embora deva-se mencionar que, ao longo dos anos, os critérios foram adaptados (Bulletin of the Atomic Scientists, 2023b).

Diante desse contexto, torna-se imperativo analisar as características e os motivos por trás da crise do regime de controle de armas nucleares entre Rússia e Estados Unidos, especialmente ao se considerar que foram seus tratados os responsáveis por limitar e reduzir os arsenais nucleares de ambas as potências quando as iniciativas multilaterais não lograram engajá-las de forma significativa. Ademais, a formulação de futuros tratados que busquem engajar esses dois Estados – e mesmo outras potências – em novas limitações em termos de armas nucleares e seus mecanismos de entrega deve se basear, entre outros fatores, em uma análise desse cunho. Em outras palavras, apenas compreendendo as lacunas e os erros do regime anterior será possível estabelecer um novo regime, mais eficiente, amplo, e mesmo duradouro.

A pesquisa tem por base uma análise primordialmente qualitativa, fundamentada sobretudo em pesquisa bibliográfica e documental, apoiando-se em bibliografias tanto primárias quanto secundárias. Entre as bibliografias primárias das quais se lançou mão, destacam-se: (i) os textos dos tratados que formaram o regime de controle de armas nucleares

---

<sup>5</sup> Exemplos deste fenômeno são a retirada dos Estados Unidos do Acordo Nuclear com o Irã (2018) e do Tratado de Céus Abertos (2020), e sua ameaça a suspender suas obrigações sob o Tratado de Interdição Completa de Testes Nucleares.

russo-estadunidense (SALT I, ABM, SALT II, INF, START I, START II, SORT e New START), a fim de analisar as restrições impostas por cada um e sua contribuição para a manutenção da dissuasão e da estabilidade estratégica; (ii) bancos de dados como o *Military Balance* e as estimativas publicadas nos *Nuclear Notebooks* do *Bulletin of the Atomic Scientists* para analisar a evolução das capacidades militares russas e estadunidenses; e (iii) documentos oficiais de ambos os Estados apresentando suas posições tanto sobre a questão nuclear quanto sobre suas perspectivas de segurança internacional. No caso dos Estados Unidos, destacam-se a *National Security Strategy* e a *Nuclear Posture Review*; e, no caso da Rússia, a Doutrina Militar Russa, a Estratégia de Segurança Nacional e os Fundamentos da Política de Estado Russa no Campo da Dissuasão Nuclear.

O referencial teórico utilizado – como a própria pergunta e os objetivos do trabalho indicam – encontra-se na obra “*An Introduction to Strategic Studies: Military Technology and International Relations*”, de Barry Buzan (1987), e, mais especificamente, no framework apresentado pelo autor para compreender a dissuasão. Como já mencionado anteriormente, de acordo com Buzan (1987), cinco são as variáveis que interferem na dissuasão: (i) a tecnologia; (ii) a polaridade; (iii) a geografia; (iv) os objetivos políticos dos dissuasores; e (iv) as relações políticas entre os países envolvidos. Tais variáveis podem se configurar e conjugar de diversas formas, de maneira que a dissuasão se torna, sob determinadas condições, mais fácil ou mais difícil de ser alcançada. Ainda, segundo o autor, quanto mais difícil for a dissuasão, mais complexo será o controle de armas nucleares (Buzan, 1987).

Para além do referencial teórico, a presente pesquisa também encontra apoio em alguns trabalhos que, desde cedo, contribuíram para o desenvolvimento do tema do controle de armas. Em uma das principais obras sobre a temática, Thomas Schelling e Morton Halperin (1961) apresentam o controle de armas como englobando quaisquer formas de cooperação no âmbito militar entre dois inimigos em potencial com o objetivo de “reduzir a probabilidade da guerra, seu escopo e violência, caso ela ocorra, e os custos políticos e econômicos de estar preparado para ela”. Dessa maneira, a característica essencial do controle de armas é “o reconhecimento do interesse comum, da possibilidade de reciprocidade e cooperação mesmo entre potenciais inimigos no que diz respeito às suas estruturas militares” (Schelling; Halperin, 1961, p. 2). Para os autores, trata-se menos de reduzir as capacidades de destruição de um Estado no evento de uma guerra do que de diminuir os incentivos que podem levar a uma guerra ou que podem aumentar seu potencial destrutivo caso ela ocorra (Schelling, Halperin, 1961).

Outro aspecto importante de algumas das primeiras obras sobre o controle de armas – aqui incluídos o trabalho de Hedley Bull (1961) – foi a distinção deste conceito do conceito de desarmamento: ao passo que o desarmamento se refere, essencialmente, à abolição total de determinada classe de armas, o controle de armas diz respeito à sua restrição. Esta diferenciação é aprofundada por Buzan (1987), que salienta que, enquanto o desarmamento busca eliminar a dinâmica armamentista e é contrário à lógica da dissuasão como uma forma de evitar a guerra, o controle de armas representa uma “tentativa de gerenciar a dinâmica armamentista [...], de maneira a restringir as tendências de corrida armamentista e reduzir as instabilidades dentro de uma relação de dissuasão mútua” (Buzan, 1987, p. 252, tradução nossa). Dessa forma, diferentemente do desarmamento, o controle de armas não almeja ser “uma solução única e permanente para o problema dos meios militares”; ele oferece, na realidade, “um processo contínuo de gerenciamento como uma forma de resposta às mudanças políticas e tecnológicas” (Buzan, 1987, p. 262, tradução nossa).

A importância do controle de armas, nesse sentido, surge fundamentalmente de seu papel mitigador da corrida armamentista, uma vez que esta, sobretudo quando de maneira irrestrita, tende a ampliar as incertezas de ambos os lados sobre as intenções de primeiro ataque do outro e sobre a capacidade de sobrevivência de suas próprias forças de segundo-ataque. Assim, segundo Buzan, o papel assumido pelo controle de armas é o de “fazer da dissuasão um meio para transformar tendências de corrida armamentista entre as grandes potências em um mecanismo para encorajar a manutenção do *status quo* militar em níveis suficientes para a destruição assegurada” (Buzan 1987, p. 253, tradução nossa). Disso decorre, portanto, a relação direta entre a dissuasão e o controle de armas nucleares (Buzan, 1987).

Com o intuito de analisar os pontos trazidos nessa introdução e de cumprir com os objetivos propostos, o trabalho aqui desenvolvido se divide em quatro capítulos principais, de tal maneira que cada um dos três primeiros corresponde à análise das variáveis intervenientes da dissuasão que o trabalho se propõe a compreender. Dessa forma, o primeiro capítulo traz um panorama das relações políticas e diplomáticas entre Rússia e Estados Unidos, buscando entender os principais momentos de cooperação e pontos de atrito desde o fim da Guerra Fria até a suspensão do New START por parte da Rússia.

O segundo capítulo, por sua vez, diz respeito à questão geográfica, abordando-a pela perspectiva mais geopolítica da expansão da OTAN. Procura-se compreender de que maneira ocorreu o alargamento desta aliança militar – inicialmente criada com o propósito de conter o suposto avanço soviético – em direção ao leste, aproximando-se cada vez mais das fronteiras

russas. Tal esforço implica não apenas analisar a expansão formal (isto é, pela adesão de novos membros) do bloco, mas também a tentativa de trazer vizinhos estratégicos da Rússia para a esfera de influência do Ocidente – culminando, em última instância, na eclosão de uma guerra que se estende até os dias de hoje.

O terceiro capítulo trata dos objetivos políticos de dissuasão da Rússia e dos Estados Unidos e de seus impactos sobre a dinâmica dissuasória entre os dois países. Ao passo em que a Rússia mantém uma dissuasão essencialmente central, os Estados Unidos estendem sua capacidade de dissuasão nuclear para uma série de aliados ao redor do mundo. Uma vez que se trata do arranjo de dissuasão estendida estadunidense mais robusto e que mais diretamente impacta a Rússia, confere-se um destaque especial ao caso da OTAN e como suas particularidades afetam o equilíbrio dissuasório russo-estadunidense.

Por fim, o quarto e último capítulo busca compreender os reflexos da crise do regime de controle nuclear nas posturas e capacidades da Rússia e dos Estados Unidos. Para isso, analisa-se de que maneira as três variáveis abordadas nos capítulos anteriores se manifestam em documentos oficiais sobre os posicionamentos de segurança e nuclear russos e estadunidenses, em seus arsenais e nos programas de modernização das forças nucleares que ambos os países vêm conduzindo.

## 2 AS RELAÇÕES POLÍTICAS RUSSO-ESTADUNIDENSES

Ainda que marcado por uma diversidade de contextos políticos, econômicos e sociais, tanto nos âmbitos internos russo e estadunidense quanto internacionalmente, o período que engloba o imediato pós-Guerra Fria até os dias de hoje<sup>6</sup> tem sido caracterizado, em larga escala, pelo que pode ser entendido como um padrão cíclico nas relações político-diplomáticas entre Rússia e Estados Unidos. Assemelhando-se a ciclos de expansão e recessão, este padrão se configura de tal maneira que

uma nova administração [estadunidense] chega [ao poder] insatisfeita com a situação do relacionamento e promete melhorá-lo. Ela lança uma revisão de políticas que gera uma redefinição almejando o desenvolvimento de uma parceria. Segue-se um período de otimismo, mas surgem obstáculos para o estabelecimento de relações melhores, e o otimismo gradualmente cede lugar ao pessimismo. Ao final do governo, o relacionamento se encontra no ponto mais baixo desde o fim da Guerra Fria (Rumer; Sokolsky, 2019, online, tradução nossa).

Mesmo diante de um histórico que possa fazer parecer pouco promissoras as perspectivas futuras de relacionamento entre as duas grandes potências, persistem os esforços de engajamento pelo fato de que, simplifadamente falando, a Rússia ainda é um ator demasiadamente importante para ser completamente ignorado, e necessário para que os Estados Unidos possam avançar algumas pautas no cenário internacional – como atesta, apesar de nem sempre respeitado, seu poder de veto no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Da mesma forma, em contrapartida, os Estados Unidos, enquanto maior potência global atualmente, não podem ser deixados de fora dos cálculos de política externa russos (Stent, 2015). O próprio regime de controle de armas nucleares se destaca como um dos principais tópicos (se não o principal tópico) a refletir essa dinâmica por vezes mutualista da relação entre ambas as potências.

Dessa forma, como bem pontua Angela Stent, “as relações russo-estadunidenses só podem ser compreendidas no contexto de ambos os países se esforçando para lidar com o legado da Guerra Fria e suas consequências” (Stent, 2015, p. 3, tradução nossa). O desenrolar deste relacionamento, que será discutido em maior profundidade nas páginas seguintes, não pode ser dissociado, por um lado, da interpretação dos Estados Unidos de que o desmantelamento da União Soviética significou a vitória do Ocidente e de seus valores, e, por outro, de que essa não

---

<sup>6</sup> Importa ressaltar aqui que, em se tratando da caracterização de ciclos de melhora e deterioração nas relações russo-estadunidenses, o governo Biden parece, até o momento, desviar ligeiramente do padrão. Embora durante o seu governo o relacionamento entre Rússia e Estados Unidos tenha, de fato, atingido o que aparenta ser o pior ponto desde o final da Guerra Fria, nem mesmo no início de sua administração o novo presidente incorporou à sua política a busca por uma redefinição das relações com a Rússia (Freire, 2021; Smith, 2021).

foi a percepção predominante entre a população soviética, para a qual o colapso de seu Estado e as ações seguintes a ele direcionadas (neste caso, à Rússia) se traduziriam em constante humilhação (Stent, 2015).

## **2.1 Contexto Histórico: o Fim da União Soviética e os Governos Clinton e Yeltsin**

Embora o desmembramento da União Soviética e subsequente fim da Guerra Fria sejam frequentemente entendidos como um momento de renovação nas relações entre Rússia e Estados Unidos – dado o encerramento formal das quase cinco décadas de enfrentamento político-ideológico –, sua importância pode ser vista como muito mais simbólica do que efetivamente prática, uma vez que, antes mesmo destes eventos, vinha-se levando a cabo a normalização do relacionamento entre as duas potências. Com efeito, em parte graças às políticas de liberalização e democratização promovidas por Mikhail Gorbachev, principal liderança da URSS de 1985 a 1991, o relacionamento entre Estados Unidos e União Soviética assumiu, durante os últimos anos da Guerra Fria, um caráter bastante cooperativo (Stent, 2015).

Eventos como a queda do muro de Berlim, a aceitação de eleições livres nos países da Europa Oriental e a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, entre 1988 e 1989, contribuíram para que Gorbachev fosse visto com bons olhos pelo então presidente estadunidense, George. H. W. Bush, e seus assessores. Ao longo de 1990, diante da decisão soviética de não impedir a reunificação alemã e, posteriormente, de apoiar a ação militar dos Estados Unidos no Iraque, o respeito por Gorbachev só se intensificou (Goldgeier; McFaul, 2003).

Nesse sentido, a despeito de uma simpatia pelo então líder soviético e pelos avanços que seu governo permitiu para as relações entre as duas potências, a dissolução da URSS, sucedida formalmente pela Federação Russa, sob a presidência de Boris Yeltsin, não chegou a se concretizar em um ponto de inflexão no relacionamento russo-estadunidense. Pelo contrário, o governo Bush deu, em grande medida, continuidade a uma das linhas mestras de sua política externa para a União Soviética – a saber, a não-interferência nos assuntos internos soviéticos (o que se evidenciou sobretudo a partir da decisão de não interceder nos embates internos que tomaram conta de Moscou nos dias que antecederam o colapso da URSS) (Goldgeier; McFaul, 2003).

A principal linha divisora parece ter sido que, na transição da União Soviética de Mikhail Gorbachev para a Rússia de Boris Yeltsin, as relações com os Estados Unidos perderam

fôlego. Isso se deveu a uma conjunção de fatores internos a ambos os países, a começar pela necessidade russa de se reestruturar domesticamente, culminando em um momento de maior isolamento e retração internacional. Além disso, com as eleições presidenciais estadunidenses se aproximando, tornava-se imperativo que o governo de George H. W. Bush se voltasse a questões mais sensíveis e urgentes ao eleitorado. Por fim, as alterações estruturais resultantes da reorganização do espaço soviético e a própria mudança de governo na Rússia fizeram com que fosse necessário reinstitucionalizar as relações (Stent, 2015).

Frente a este cenário, e não sendo a Rússia uma de suas prioridades no momento, o governo Bush optou por focar, de maneira bastante pragmática, nas questões mais urgentes: nomeadamente, nos potenciais problemas referentes aos artefatos nucleares russos/soviéticos. O ponto mais sensível e cujo endereçamento demandava maior pressa era o dos armamentos nucleares soviéticos que, em virtude da dissolução da URSS, acabaram ficando espalhados pelos territórios de algumas das novas repúblicas além da própria Rússia – que, como sucessora formal da antiga União Soviética, representava o único destes Estados que idealmente deveria ter direito à posse destas armas (Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015).

A solução encontrada para evitar o surgimento de quatro novos Estados nucleares tomou forma no Protocolo de Lisboa ao START I, assinado em maio de 1992 por Belarus, Cazaquistão, Ucrânia, Rússia e Estados Unidos. Por meio do documento, as recém-formadas repúblicas assumiam formalmente as obrigações anteriormente mantidas pela União Soviética em relação ao START I. De forma mais importante ainda, no entanto, o protocolo estabelecia também a adesão dos novos Estados ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP); a Rússia como Estado nuclear e, portanto, legítima detentora dos artefatos nucleares soviéticos, e as demais repúblicas como Estados não-nucleares (Budjeryn, 2022; Kristensen *et al.*, 2023).

Uma vez mitigados os receios referentes à proliferação horizontal, abriu-se o caminho para que, já no final de seu mandato, Bush pudesse encaminhar também a questão da proliferação vertical. Com o intuito de estabelecer as condições necessárias para a manutenção da estabilidade estratégica no mundo pós-Guerra Fria, em 3 de janeiro de 1993, George H. W. Bush e Boris Yeltsin assinaram o START II (Krepon, 2021). Em termos gerais, o tratado determinava uma redução faseada do total de ogivas nucleares, de forma que, ao final da segunda (e última) fase, ambas as partes deveriam ter não mais que entre 3000 e 3500 ogivas instaladas. Além disso, o documento proibia também a implementação de veículos de reentrada múltipla independentemente direcionada (*Multiple Independently Targetable Reentry Vehicle* –

MIRV)<sup>7</sup> em mísseis balísticos terrestres. Como sugere Krepon (2021, p. 331, tradução nossa), a eliminação dos MIRV se tornou “a peça central” do START II, já que a maior ameaça à estabilidade advinha justamente de mísseis baseados em silos que carregavam estes artefatos<sup>8</sup>.

Com a assinatura e subsequente submissão para ratificação do START II, George H. W. Bush encerrou um mandato presidencial que se tornou referência em termos de negociação de acordos de controle de armas nucleares com a Rússia (Krepon, 2021). Seu sucessor, o democrata Bill Clinton, chegou ao poder no final de janeiro de 1993 com a intenção de não apenas manter, mas aprofundar ainda mais as relações com a Rússia de Yeltsin (Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015).

Durante seus primeiros anos, a política externa da administração Clinton esteve pautada, em grande medida, pelo entendimento de que a transformação da Rússia em uma democracia dependia quase que necessariamente de Yeltsin; para o presidente norte-americano e sua equipe, sem Yeltsin, a reforma russa fracassaria e se correria o risco de se testemunhar o retorno do país a um regime comunista. Dessa maneira, muitas das medidas tomadas pelo governo Clinton operaram no sentido de tentar fortalecer a transformação interna da Rússia em uma democracia nos moldes ocidentais – contrastando nitidamente, portanto, com seu antecessor, que mantinha um maior distanciamento dos assuntos domésticos russos. Tal empenho se manifestou, entre outros fatores, no fornecimento de ajuda bilateral e na articulação de esforços para a provisão de assistência via instituições multilaterais (Goldgeier; McFaul, 2003).

Em última instância, a intenção era que, sob Clinton, os Estados Unidos construíssem o que o presidente e seu principal assessor para assuntos russos, Strobe Talbott, convencionaram chamar de uma “nova parceria democrática” (Clinton, 1993b, p. 3, tradução nossa) e “uma aliança estratégica com a reforma russa” (Clinton, 1993a, p. 189, tradução nossa). Esse empreendimento encontrou um terreno fértil na Rússia de Yeltsin, uma vez que, além de sua política externa assumir um posicionamento mais pró-Occidente (e, portanto, pró-Estados Unidos), mostrava-se imperativo para o novo presidente consolidar seu poder em um contexto de intensas turbulências políticas. Com efeito, em um primeiro momento, o alinhamento entre os objetivos russos e estadunidenses um para com o outro foi tamanho que as relações entre

---

<sup>7</sup> De forma simplificada, os MIRV consistem em ogivas menores que podem se dispersar e, portanto, atingir diferentes áreas quando se reinserem na atmosfera (Budgen; Stepanov, 2012).

<sup>8</sup> A tecnologia dos MIRV é frequentemente considerada desestabilizadora por criar incentivos para que o lado que a possui lance um primeiro ataque. Isso ocorre porque: (i) os MIRV permitem que diferentes alvos sejam atingidos com apenas um míssil; (ii) os MIRV facilitam o lançamento de várias ogivas em um único alvo, as quais, mesmo sendo menores, são mais destrutivas do que uma única ogiva maior com rendimento equivalente; e (iii) mísseis que possuem MIRV conseguem passar mais facilmente pelos sistemas de defesa antimíssil (Keck, 2014).

ambos os países incorporaram uma dimensão pessoal, por meio da manutenção de um relacionamento próximo (e mesmo amigável) entre Clinton e Yeltsin. Houve uma pessoalização das relações entre Rússia e Estados Unidos que, se por um lado contribuiu para avançar pautas importantes para os dois lados, por outro, posteriormente rendeu críticas a seus líderes, sobretudo a Clinton<sup>9</sup> (Cox, 2014; Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015).

Para além do vínculo Clinton-Yeltsin, outro símbolo da convergência de interesses entre Rússia e Estados Unidos – e, em menor grau, da personalização de suas relações em seus líderes – foi a Comissão Gore-Chernomyrdin (*Gore-Chernomyrdin Commission*), criada em abril de 1993. Encabeçada pelo vice-presidente norte-americano, Al Gore, e pelo primeiro-ministro russo, Viktor Chernomyrdin, a comissão foi estabelecida inicialmente como uma instância de cooperação técnica e econômica; em sua primeira reunião, por exemplo, acordou-se a cooperação entre ambos os países para a exploração do espaço e produziu-se um memorando pelo qual a Rússia se comprometia a aderir ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (*Missile Technology Control Regime* – MTCR). Com o passar do tempo, no entanto, a comissão passou a assumir a discussão de outros tópicos cuja solução em outros fóruns se mostrava inviabilizada, ampliando assim seu escopo (Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015).

A despeito do que parece ter sido um recomeço de relações bastante profícuo, já no final de 1993 e em 1994, as relações entre Rússia e Estados Unidos foram colocadas à prova, na medida em que dois eventos levantaram dúvidas sobre o comprometimento de Yeltsin com os valores democráticos ocidentais. Após meses de impasse com os parlamentares em razão dos crescentes poderes do Executivo, em 21 de setembro de 1993, Yeltsin promulgou o Decreto Presidencial 1400, por meio do qual: (i) dissolvia o parlamento; (ii) solicitava a ratificação popular de uma nova constituição; e (iii) convocava eleições para um novo parlamento bicameral – a partir de então formado pela Duma (câmara baixa) e pelo Senado (câmara alta) – para dezembro de 1993. O movimento do presidente russo provocou a chamada crise constitucional russa de 1993, que atingiu seu ponto mais crítico em 4 de outubro de 1993, quando Yeltsin ordenou que o exército bombardeasse e invadisse o prédio do parlamento, culminando na morte e na prisão de diversos opositores do governo (Goldgeier; McFaul, 2003).

O segundo episódio ocorreu no final de 1994, quando o presidente russo decidiu invadir a república da Chechênia. A Chechênia corresponde a uma região separatista localizada na parcela sudoeste do território russo, no Cáucaso, fazendo fronteira com a Geórgia. A república,

---

<sup>9</sup> Ao fim de sua presidência, Bill Clinton foi fortemente criticado por jornalistas, acadêmicos, membros do Congresso e pela campanha de George W. Bush pelo que foram consideradas falhas de seu governo para com a Rússia – entre as quais inclui-se uma forte pessoalização das relações (Goldgeier; McFaul, 2003).

de população majoritariamente muçulmana, declarou sua independência em 1991, na esteira dos acontecimentos que levaram à dissolução da União Soviética. Embora Yeltsin não tenha tido êxito em responder à declaração de independência em 1991, em dezembro de 1994, após meses fornecendo apoio às forças opositoras ao governo checheno, o presidente russo ordenou uma invasão à região separatista, lançando mão do exército nacional contra sua própria população em uma campanha que deu início a uma guerra sangrenta que se estenderia até 1996 e que vitimaria muitos civis (Stent, 2015; Tsygankov, 2012). Segundo Goldgeier e McFaul, “a decisão de Yeltsin de invadir a Chechênia não apenas representou um retrocesso na consolidação democrática, mas, em vários aspectos, resultou da fraqueza das instituições e forças democráticas na Rússia” (Goldgeier; McFaul, 2003, p. 136, tradução nossa) – em referência à nova constituição de 1993, que atribuía maiores poderes ao presidente.

A despeito de terem motivado fortes críticas ao governo Yeltsin tanto interna quanto internacionalmente, em ambos os casos, a postura da administração Clinton foi de reiterar seu apoio ao presidente russo. No dia seguinte ao ataque ao parlamento, Clinton telefonou para Yeltsin para expressar seu apoio ao presidente russo e questionar sobre os próximos passos em direção à consolidação democrática do país (The White House, 1993). Já em relação à Chechênia, o discurso adotado inicialmente pelo governo Clinton esteve bastante focado na defesa da integridade territorial russa. O então Secretário de Estado, Warren Christopher, caracterizou a questão como um assunto interno russo, e o vice-presidente norte-americano, Al Gore, chegou a comparar a campanha contra a Chechênia com a Guerra Civil Americana. Além disso, as discussões sobre o tópico sequer foram institucionalizadas em um grupo de trabalho no âmbito da Comissão Gore-Chernomyrdin (Burns, 2019; Goldgeier; McFaul, 2003).

Em grande medida, a reação do governo estadunidense a estes dois eventos esteve vinculada à crença de que Yeltsin era peça fundamental para a democratização da Rússia – mas, talvez ainda mais importante do que isso, ao entendimento de que era imperativo evitar tensões com a Rússia para que se conseguisse avançar um dos principais objetivos de Clinton: a expansão da OTAN. Conforme será explorado no segundo capítulo, desde que começou a ser contemplada, ainda em 1993, a possível expansão da OTAN para o leste se apresentou como uma questão litigiosa entre Rússia e Estados Unidos. Era bastante claro para membros do governo e do corpo diplomático estadunidense, sobretudo na embaixada em Moscou, que as intenções de alargar a OTAN seriam recebidas com muita resistência pelo governo russo. Em um telegrama enviado a Washington em dezembro de 1994, o diplomata William J. Burns comunicou sobre o receio russo e advertiu contra a expansão, concluindo que “a lua de mel das

relações americanas com a nova Rússia, que floresceu logo após a desintegração da União Soviética, já passou há muito tempo” (Burns, 2019, p. 143, tradução nossa).

Ainda que a perspectiva de ampliação da aliança militar ocidental tenha sido provavelmente o tópico mais sensível para a Rússia em seu relacionamento com os Estados Unidos à época, outras questões emergentes em que a ação e/ou postura estadunidense poderiam preocupar Yeltsin também foram surgindo. Uma delas dizia respeito à guerra na Bósnia e às proporções que o conflito estava tomando, o que demandava, na visão estadunidense, uma ação internacional mais assertiva (Goldgeier; McFaul, 2003).

Com efeito, a intervenção da OTAN na Bósnia gerou um receio de que a Rússia estivesse sendo alijada da tomada de decisão de uma das principais questões securitárias da Europa (Goldgeier; Shiffrinson, 2023; Stent, 2015). Na realidade, a ação da aliança militar em um território fora de suas fronteiras apenas reforçou a preocupação russa em torno de sua expansão, tendo ficado “muito claro que as elites russas veem a expansão da OTAN [...] e a Bósnia como partes de um todo” (Moscow, 1995, p. 9, tradução nossa). Ainda assim, os receios russos em relação ao seu não-envolvimento na situação bósnia foram parcialmente mitigados posteriormente, quando da negociação dos acordos de paz: por meio do Acordo de Dayton, assinado em dezembro de 1995, estabeleceu-se uma força de implementação da OTAN (*NATO Implementation Force* – IFOR) responsável por supervisionar a execução dos aspectos militares do tratado, da qual a Rússia viria a fazer parte.

Outro ponto preocupante, do ponto de vista russo, era a manutenção do Tratado sobre Forças Convencionais na Europa (*Treaty on Conventional Armed Forces in Europe* – CFE) em seu formato original. De modo geral, o Tratado CFE, assinado em 1990 entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia – a então aliança militar do bloco comunista –, estabelecia limitações quantitativas para uma série de armamentos no continente europeu, de forma a estabelecer um equilíbrio a uma escala reduzida em termos de quantidade de capacidades convencionais (CFE Treaty, 1990). Para Yeltsin, todavia, o tratado, em sua configuração de 1990, impunha dois grandes problemas para a Rússia: (i) ao codificar as limitações por blocos (e não por países), o acordo não refletia mais a realidade geopolítica europeia; e (ii) ele estabelecia um teto de armamentos também por região. Em outras palavras, da maneira como estava formulado, o Tratado CFE constrangeria a capacidade de projeção e ação das forças russas no Cáucaso no combate ao movimento secessionista na Chechênia. Era do interesse dos Estados Unidos que o tratado fosse preservado, de forma que, em outubro de 1995, negociou-se o acordo de adaptação do CFE, endereçando os receios russos (Goldgeier; McFaul, 2003).

Em contrapartida, havia também uma série de questões envolvendo a Rússia que, pela perspectiva dos Estados Unidos, precisavam ser resolvidas para que boas relações pudessem ser mantidas e, talvez ainda mais importante, para que Yeltsin lograsse receber a assistência financeira prometida por Clinton para a transição democrática russa. Tratava-se de tópicos considerados essenciais para a agenda de segurança estadunidense, mas que dificilmente poderiam ser levados adiante sem a cooperação da Rússia – ou sem que a Rússia agisse da maneira que o governo dos Estados Unidos desejava (Goldgeier; McFaul, 2003).

O primeiro ponto se referia à venda, por parte da Rússia, de motores de foguetes e tecnologia criogênica para a Organização de Pesquisa Espacial Indiana (*Indian Space Research Organization* – ISRO). De acordo com os Estados Unidos, o ato em questão representava uma violação das proibições internacionais à venda de tecnologias e materiais que poderiam viabilizar o desenvolvimento e proliferação de armas de destruição em massa. A moeda de troca utilizada para dissuadir a Rússia de prosseguir com o contrato com a ISRO foi a possibilidade de estabelecer uma parceria com os Estados Unidos para questões espaciais, e, eventualmente, a Rússia encerrou a negociação com a Índia (Goldgeier; McFaul, 2003).

O segundo tópico cuja solução precisava ser encaminhada era o da presença de tropas russas (antes soviéticas) nos territórios dos três países bálticos. A despeito de terem sido incorporadas à União Soviética, Estônia, Letônia e Lituânia nunca foram reconhecidas como parte do Estado plurinacional pelos Estados Unidos. Uma vez desintegrada a União Soviética, as três novas repúblicas passaram a exigir, com o apoio estadunidense, a retirada das 100.000 tropas soviéticas que permaneciam em seus territórios, de forma a evidenciar sua independência. A condição russa para cumprir com essa demanda era a de que os Estados Unidos fornecessem assistência financeira para a construção de moradias para parte das tropas que retornassem à Rússia e uma maior proteção para a população étnica russa nos países bálticos (Goldgeier; McFaul, 2003).

No caso da Lituânia, as negociações se mostraram menos complicadas e mais céleres; o prazo para a retirada das tropas russas foi estipulado para final de agosto de 1993. Em se tratando da Estônia e da Letônia, contudo, os obstáculos eram maiores: nestes países, não apenas se localizavam importantes instalações militares para a antiga União Soviética, mas também havia grandes populações étnicas russas. Após uma viagem de Clinton para Europa, utilizada, entre outros fatores, para avançar essa questão, Yeltsin concordou em concluir a retirada das tropas da Letônia até 31 de agosto de 1994. Ainda necessitando de resolução o caso da Estônia, e havendo o presidente russo insinuado não ter certeza sobre conseguir cumprir com

o prazo da Letônia, os Estados Unidos pressionaram a Rússia ainda mais: em uma conversa com Andrei Kozyrev, então ministro das relações exteriores russo, Strobe Talbott sugeriu que não seria possível apoiar o ingresso da Rússia no Grupo dos 7 (G7) se as tropas russas não fossem retiradas dentro do tempo acordado. No mesmo dia, Yeltsin e o presidente da Estônia chegaram a um acordo estabelecendo que as tropas russas seriam retiradas do país até o fim de agosto de 1994 (Goldgeier; McFaul, 2003).

Por fim, a terceira – e mais grave – questão, que marcaria as relações entre Estados Unidos e Rússia também pelos próximos anos, dizia respeito à venda de tecnologias nucleares russas para o Irã. Ainda no final do governo Bush, a Rússia estabeleceu um acordo com o Irã para a retomada da construção da usina nuclear de Bushehr, embargada em 1979 pela Revolução Iraniana. O projeto foi retomado em 1995, contudo, mais sensível ainda que a construção dos reatores de Bushehr foram os relatos de que o Ministério de Energia Atômica da Rússia (Minatom) haveria consentido, sigilosamente, em vender para o Irã equipamentos de centrifugação de gás, que poderiam viabilizar o enriquecimento de urânio para fins bélicos (Einhorn; Samore, 2002; Goldgeier; McFaul, 2003).

A cooperação russo-iraniana no âmbito nuclear fez com que os Estados Unidos, sobretudo por meio do Congresso, ameaçassem cortar a assistência financeira prometida por Clinton. As negociações para tentar obstar a participação russa na construção dos reatores e no fornecimento de materiais e tecnologia relevantes perpassaram a Comissão Gore-Chernomyrdin e mesmo encontros entre Yeltsin e Clinton, envolvendo, inclusive, o fornecimento de informações da inteligência estadunidense que sugeriam que o programa nuclear iraniano não possuía fins pacíficos. Em meados de 1995, após fortes protestos de Clinton, Yeltsin aceitou rever a posição russa; mais tarde, em dezembro do mesmo ano, Chernomyrdin comunicou a Al Gore, por meio de uma carta confidencial, o comprometimento da Rússia em limitar o projeto da usina de Bushehr a um reator e ao fornecimento de combustíveis e treinamento (Einhorn; Samore, 2002).

Segundo James Goldgeier e Michael McFaul (2003), o apoio russo ao programa nuclear iraniano foi, juntamente à expansão da OTAN para o leste, a questão mais delicada para as relações russo-estadunidenses no primeiro governo Clinton; os autores sugerem, inclusive, que a postura russa de colaborar com o Irã pode ter sido, em certa medida, uma reação à decisão dos Estados Unidos de prosseguir com a ampliação da aliança militar. Não surpreendentemente, ambos os tópicos continuaram sendo discutidos e tendo repercussões no segundo mandato do então presidente norte-americano (Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015).

O caso da assistência russa ao programa nuclear iraniano voltaria a ser sentido sobretudo a partir de 1998, quando o Minatom passou a ser encabeçado por Yevgeny Adamov, anteriormente diretor de um instituto russo conhecido por auxiliar o Irã em questões nucleares para uso civil. A partir de então, testemunhou-se um crescimento da cooperação russa para com o programa nuclear iraniano, inclusive no que tange a tecnologias consideradas sensíveis, como a produção de água pesada e de grafite de grau nuclear e a projeção de reatores de pesquisa e tecnologia de enriquecimento a laser. Diante destes novos desdobramentos, o governo de Clinton – já em um momento menos amigável em suas relações com Yeltsin – endureceu a postura perante a Rússia, sujeitando a cooperação russo-estadunidense em assuntos nucleares ao fim da assistência ao Irã e aplicando sanções aos envolvidos. Mesmo assim, a Rússia deu continuidade a seus esforços de auxiliar o programa nuclear iraniano – o que apenas se reforçou mais tarde, com a chegada de Putin ao poder (Einhorn; Samore, 2002).

Por outro lado, a questão da expansão da OTAN, embora tenha estado mais presente em alguns momentos do que em outros, pairou constantemente sobre as relações entre Rússia e Estados Unidos desde 1994 até o final do governo Clinton. Com efeito, ainda que o alargamento da organização figurasse entre os objetivos do presidente norte-americano, seu principal interesse ainda era garantir a democratização da Rússia e, para tanto, manter Yeltsin no poder. Sendo a expansão da OTAN um assunto sabidamente delicado para o governo russo, Clinton entendeu ser conveniente aguardar até o final das eleições presidenciais na Rússia para formalizar o convite aos futuros integrantes (Goldgeier; McFaul, 2002; Sarotte, 2021).

Em 1996, após uma acirrada disputa, Yeltsin (assim como Clinton), foi reeleito. O novo mandato do presidente russo, no entanto, esteve marcado por uma revisão do viés “ocidentalista” que marcou a política externa em seus primeiros anos no poder. Sob o comando de Yevgeny Primakov, novo ministro das relações exteriores russas, a política externa do governo Yeltsin adotou uma postura mais pragmática e mesmo crítica em relação aos Estados Unidos, abandonando o “internacionalismo liberal” de Kozyrev (Govella; Aggarwal, 2011). De qualquer maneira, com Yeltsin reeleito, o governo estadunidense pôde prosseguir com a expansão da OTAN. Ainda que as críticas russas – expressadas desde a concepção do processo – não tenham sido deixadas de lado, o governo russo já não possuía mais muita margem de manobra, dado que, antes mesmo de se concretizar formalmente, o alargamento da aliança militar se tornou um fato consumado (Sarotte, 2021).

Ademais, o entendimento do governo Clinton em torno da necessidade de criar compensações para a Rússia por ter “aceitado” a ampliação da OTAN permitiu, ao menos nos

primeiros anos do segundo mandato de ambos os presidentes, a manutenção da cordialidade nas relações. Além de lograr a tão desejada inclusão da Rússia no G7 (a partir de então G8), em 1997, o governo Clinton se comprometeu também em fazer avançar, a partir do ano seguinte, o ingresso russo na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ainda em 1997, durante um encontro de Clinton e Yeltsin em Helsinque, ambos os líderes expressaram seu desejo em dar início às negociações de um novo tratado de controle de armas nucleares; para isso, entretanto, era necessário que primeiro o START II fosse ratificado na Duma – processo que estava travado, entre outros motivos, devido à decisão estadunidense de expandir a OTAN (Goldgeier; McFaul, 2003; Dugas *et al.*, 2022).

Os planos de promover a adesão da Rússia à OMC e de negociar o tratado que garantiria a continuidade do regime de controle nuclear pela próxima década, no entanto, acabariam tendo que ser prorrogados. Após alguns anos aplicando os esforços de estabilização econômica preconizados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e tendo resultados pouco frutíferos, em agosto de 1998, a Rússia mergulhou em uma das mais profundas crises financeiras de sua história, declarando uma moratória no pagamento de sua dívida externa. O evento, que, para muitos na Rússia, provou a ineficiência da fórmula econômica ocidental, minou a popularidade já abalada de Yeltsin. Já no âmbito estadunidense, a crise russa fez suscitar ainda mais críticas a Clinton pela condução do relacionamento com a Rússia (Goldgeier; McFaul, 2003).

Os eventos internacionais e domésticos russos que sucederam a crise econômica de 1998 trouxeram consigo o golpe final nas relações russo-estadunidenses nos governos Clinton e Yeltsin. Em março de 1999, sob o pretexto humanitário de proteger a população civil, a OTAN bombardeou o Kosovo, dando início a uma intervenção militar em um território fora de seu escopo de atuação e sem o aval do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Mais uma vez, os russos testemunhavam a negligência norte-americana a seus interesses em uma região considerada como parte de seu entorno estratégico – e, mais uma vez, ficava claro que, a despeito de todos seus esforços para provar o contrário, a OTAN permanecia sendo uma organização primordialmente militar (Goldgeier; McFaul, 2003; Sarotte, 2021).

A intervenção da OTAN no Kosovo foi um dos episódios que mais prejudicou as relações entre Rússia e Estados Unidos no pós-Guerra Fria e que mais minou a confiança de Yeltsin em Clinton. Simbólico da frustração russa foi o movimento de Primakov, que se encontrava em rota para Washington e, ao ser informado sobre os bombardeios no antigo território iugoslavo, solicitou que o avião desse a volta e retornasse para Moscou (Lippman, 1999). Com efeito, a guerra no Kosovo evidenciou que a OTAN “não levava a sério a ‘consulta’

à Rússia, nem desconhecera a diminuição da influência militar russa” (Maitra, 2021, p. 40, tradução nossa). Mais do que isso, a partir deste evento, ficou claro que “aos olhos da Rússia, a OTAN havia deixado de ser uma aliança de defesa. Sua nova doutrina estratégica implicava que ela poderia, no futuro, intervir nos conflitos na periferia russa” (Light; Löwenhardt; White, 2003, p. 59, tradução nossa).

O segundo evento que contribuiu para a deterioração do relacionamento russo-estadunidense, trazendo, desta vez, uma frustração de Clinton com Yeltsin, foi a segunda incursão russa na Chechênia. Em agosto de 1999, sob a liderança de um comandante checheno, um grupo de rebeldes invadiu a república do Daguestão (também separatista) para libertá-la da Rússia. O movimento, juntamente a uma série de atos terroristas chechenos em três cidades russas, incluindo Moscou, que vitimaram mais de 300 pessoas, deu início à segunda guerra da Chechênia. Lançando mão do exército, o Conselho de Segurança Russo ordenou a restauração da ordem na região por meio de uma campanha militar que, assim como a de 1996, foi veementemente condenada no âmbito internacional pelas violações de direitos humanos (Goldgeier; McFaul, 2003).

Diferentemente de como ocorreu anteriormente, entretanto, na campanha de 1999, o governo Clinton adotou uma postura mais condenatória em relação à Rússia. A narrativa de que a questão da Chechênia era um assunto interno russo foi abandonada, e, durante um encontro da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (*Organization for Security and Cooperation in Europe* – OSCE), Clinton chegou a condenar publicamente Yeltsin pela morte de civis na Chechênia (Babington, 1999). Em entrevista a James Goldgeier e Michael McFaul (2003, p. 271, tradução nossa), Strobe Talbott sugeriu que “se nós tivéssemos reagido mais à primeira guerra, então talvez poderíamos ter desencorajado Yeltsin a começar a segunda”.

Em última instância, o ataque russo à Chechênia eliminou quaisquer esperanças restantes sobre a negociação de um possível novo acordo nuclear entre Rússia e Estados Unidos. Apesar de ter promovido uma política externa bastante voltada para a Rússia e de ter sido, até então, o presidente norte-americano que mais prestou visitas ao país, Clinton foi o primeiro presidente que, desde o início do regime de controle de armas nucleares russo-estadunidense, não conseguiu negociar seu próprio tratado (Goldgeier; McFaul, 2003; United States of America, 2013). Mais do que isso, durante seu governo, sequer logrou-se a ratificação do START II na Duma russa, em grande parte devido à expansão da OTAN para o leste. Dessa forma, as questões do Kosovo e da Chechênia foram a pá de cal nas expectativas de dar continuidade ao controle de armas nucleares e, de forma ainda mais ampla, no bom

relacionamento entre as duas potências historicamente antagônicas. Esgotado o otimismo inicial, seria necessária a saída de ambos Clinton e Yeltsin para que uma nova aproximação fosse ensaiada.

## **2.2 Bush e Putin: do Combate ao Terror à Nova Rivalidade**

A virada da década de 1990 para os anos 2000 esteve marcada por importantes mudanças políticas tanto na Rússia quanto nos Estados Unidos. No caso da primeira, o cenário político começou a se alterar ainda no final de 1999, quando, em 31 de dezembro, Yeltsin – já muito enfraquecido politicamente – renunciou ao cargo e seu então primeiro-ministro, Vladimir Putin, assumiu a presidência (Stent, 2015).

Putin, conhecido por ter trabalhado na KGB (principal serviço de inteligência soviético) e em seu órgão sucessor, o Serviço Federal de Segurança da Federação Russa (FSB), foi formalmente eleito presidente poucos meses depois, em 26 de março de 2000, com uma ampla vitória sobre os candidatos comunista e liberal (Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015). Embora inicialmente não fosse muito claro até que ponto a política externa do novo presidente russo daria continuidade à de seu antecessor, a partir da publicação do Conceito de Política Externa da Federação Russa, em junho de 2000, pôde-se depreender que o ocidentalismo dos primeiros anos de Yeltsin seria abandonado e que o relacionamento com os Estados Unidos estaria condicionado aos interesses russos (Russian Federation, 2000b).

O primeiro ano de Putin no poder correspondeu ao último ano do governo Clinton. Em novembro de 2000, foram realizadas as eleições presidenciais norte-americanas, em que disputaram o cargo Al Gore (então vice-presidente de Clinton) e o republicano George W. Bush (filho do ex-presidente George H. W. Bush). Apesar do resultado bastante disputado, Bush foi eleito, e, em 2001, iniciou-se seu mandato (Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015).

Inicialmente com um foco muito maior nas políticas internas do que nas internacionais, a ideia de Bush para a Rússia consistia essencialmente em revisar e reformular a política externa levada a cabo pelo governo Clinton, considerada muito pessoalizada e pouco realista. O novo governo entendia que a abordagem adotada por seu antecessor havia se mostrado pouco produtiva: como enfatizado pela segunda Secretária de Estado do governo Bush (2005-2009), Condoleezza Rice,

o problema da política dos Estados Unidos é que a adesão da administração Clinton a Yeltsin e àqueles que eram considerados reformistas ao seu redor falhou. [...] O apoio à democracia e à reforma econômica se tornou o apoio a Yeltsin. Sua agenda se tornou a agenda dos Estados Unidos (Rice, 2000, p. 57, tradução nossa).

Dessa forma, em seus primeiros meses de governo, Bush e seu time de política externa buscaram estabelecer um relacionamento menos otimista e mais pragmático com a Rússia. Já em março de 2001, foi ordenada a expulsão de em torno de 50 diplomatas russos que viviam nos Estados Unidos, acusados de serem espões. Mais do que isso, a Rússia deixou de ser uma prioridade para a política externa do novo governo, o que se refletiu inclusive na reorganização burocrática, por meio do desmonte do Escritório dos Novos Estados Independentes, criado por Clinton e liderado por Strobe Talbott (Goldgeier; McFaul, 2003).

Apesar da determinação em reverter a postura mais conciliadora com a Rússia adotada durante o governo Clinton, na prática, essa intenção inicial não se sustentou, em grande parte devido aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Com efeito, enquanto um ponto de inflexão na história contemporânea dos Estados Unidos, os ataques ao *World Trade Center* e ao Pentágono impeliram uma virada significativa nas políticas de Bush. A partir de então, a ênfase da política externa norte-americana seria colocada no combate ao terrorismo, e, de forma bastante surpreendente, Bush encontraria em Putin um importante aliado para este fim (Goldgeier; McFaul, 2003; Stent, 2015).

Após os ataques de 11 de setembro, Putin foi o primeiro líder a entrar em contato com Bush para oferecer apoio na chamada Guerra ao Terror (Tsygankov, 2012b). Poucos dias após os atentados, o presidente russo apresentou um plano multifacetado para auxiliar os Estados Unidos no combate ao terrorismo. Entre as principais disposições, estavam: (i) o compartilhamento de inteligência russa com os Estados Unidos; (ii) a abertura do espaço aéreo russo para voos fornecendo assistência humanitária; (iii) a cooperação com os aliados russos da Ásia Central para fornecer acesso ao espaço aéreo destes países para voos estadunidenses; (iv) a participação em missões internacionais de busca e resgate; e (v) o aumento da assistência direta – tanto humanitária quanto militar – para a Aliança do Norte, força que combatia o Talibã no Afeganistão (Goldgeier; McFaul, 2003).

Como explica Andrei Tsygankov (2012a, p. 120-121, tradução nossa), para Putin, apoiar os Estados Unidos na guerra contra o Talibã, no Afeganistão, era uma decisão “bastante simples”: “por muito tempo, a Rússia havia apoiado a Aliança do Norte<sup>10</sup> e ficou contente em ter seu rival de longa data, que patrocinava o terrorismo na Chechênia, removido do poder sem que um único tiro russo fosse disparado”. Angela Stent (2015) sugere, ademais, que, com este

---

<sup>10</sup> A Aliança do Norte afegã consiste em um grupo que lutava contra o regime do Talibã. Seus principais apoiadores eram a Rússia, o Irã e o Tadjiquistão (BBC, 2001).

movimento, o presidente russo buscava garantir a aceitação, por parte dos Estados Unidos, dos interesses considerados vitais para a Rússia – a saber, o reconhecimento da relevância dos tratados de controle de armas nucleares e de que o antigo espaço soviético era, por direito, uma zona de influência russa.

O apoio fornecido pela Rússia no contexto da Guerra ao Terror fez com que Bush e sua equipe reavaliassem a postura inicialmente adotada perante a Rússia. O então Secretário de Estado, Colin Powell, chegou a caracterizar a Rússia como “um membro-chave da coalizão antiterrorismo”, afirmando que ela “desempenhou um papel crucial para o nosso sucesso no Afeganistão, fornecendo inteligência, apoiando a Aliança do Norte e auxiliando nossa entrada na Ásia Central” (Powell, 2002, online, tradução nossa). Além disso, em contrapartida à ajuda russa, os Estados Unidos estavam dispostos a contribuir para a modernização econômica da Rússia e para sua integração na economia mundial por meio de negociações para a adesão russa à OMC, da retirada da emenda Jackson-Vanik<sup>11</sup> e de outros incentivos (Stent, 2015).

No entanto, se, por um lado, o advento dos atentados de 2001 permitiu que Rússia e Estados Unidos cooperassem no âmbito do combate ao terrorismo, por outro, ele contribuiu para que Bush se tornasse ainda mais cético a um assunto muito caro a Putin: os tratados de controle de armas nucleares. Com efeito, desde o início de seu governo, Bush deixou claro que desaprovava os acordos de controle nuclear mantidos com a Rússia, considerando-os “reliquias da Guerra Fria” que deveriam ser descartadas (Bush, 2001a, online, tradução nossa). O presidente norte-americano era especialmente crítico ao Tratado ABM, que, ao seu ver, não representava a pedra angular da estabilidade estratégica, mas, na realidade, perpetuava “uma relação baseada na desconfiança e na vulnerabilidade mútua” (Bush, 2001b, online, tradução nossa). Não surpreendentemente, os ataques de 11 de setembro apenas reforçaram a visão do presidente de que, para proteger seu território e sua população de ameaças terroristas e do chamado “Eixo do Mal”<sup>12</sup>, os Estados Unidos não poderiam estar constrangidos por mecanismos que limitassem suas capacidades militares, sobretudo de defesa antimíssil (Goldgeier; McFaul, 2003).

---

<sup>11</sup> Aprovada em 1974, a emenda Jackson-Vanik condicionava a concessão do status de Nação Mais Favorecida à União Soviética a suas políticas de emigração de judeus. O país ao qual se atribui o status de Nação Mais Favorecida deve receber as mesmas vantagens (como tarifas mais baixas) que as demais nações com o mesmo tratamento pelo país que o concede. Ainda que, antes mesmo do colapso da União Soviética, Gorbachev tenha liberado a emigração da população judia e, mais de um milhão de judeus tenham migrado para Israel e para os Estados Unidos após 1992, o Congresso estadunidense nunca consentiu com a retirada total da emenda (Stent, 2015).

<sup>12</sup> O termo “Eixo do Mal” foi utilizado por Bush para se referir à Coreia do Norte, ao Irã e ao Iraque – países que, em seu entendimento, patrocinavam grupos terroristas (Wagner, 2003).

Dessa forma, em dezembro de 2001, no que pode ser entendido como o primeiro ato em direção ao desmonte do regime de controle de armas nucleares russo-estadunidense, Bush anunciou a retirada dos Estados Unidos do Tratado ABM. Ainda que o movimento tenha sido veementemente desaprovado por Putin e por outros oficiais russos, em um contexto de relativa fraqueza russa e de crescente confiança entre os dois países, o presidente russo optou por, mesmo contrariado, acatar a decisão em prol da busca de outros objetivos – de maneira que, em um primeiro momento, as relações bilaterais entre Rússia e Estados Unidos não foram severamente afetadas (Stent, 2015; Tsygankov, 2012a).

Poucos meses após o aviso prévio sobre a retirada estadunidense do Tratado ABM, iniciaram-se as negociações do Tratado sobre Reduções de Ofensiva Estratégica (*Strategic Offensive Reductions Treaty* – SORT), mais conhecido como Tratado de Moscou. O tratado codificou a maior redução de armas nucleares estratégicas já proposta em um acordo internacional, mas não tornava obrigatória a destruição destes artefatos, de tal forma que ambas as partes poderiam armazená-los e reimplementá-los, se considerado necessário. Além disso, o SORT também não contemplava os mecanismos de verificação previstos nos tratados START. Em razão disso, Stent considera que o acordo representou

o próximo capítulo [após a retirada do ABM] da iniciativa do governo Bush de enfraquecer o controle de armas [...]. Ele foi um veículo para que os Estados Unidos oferecessem importantes reduções nas armas nucleares e, ao mesmo tempo, evitassem o que consideravam ser regulamentações excessivas dos acordos prévios SALT e START (Stent, 2015, p. 74, tradução nossa).

De acordo com Primakov, a Rússia “assinou o tratado principalmente para acabar com o ciclo de tomada de decisão unilateral dos Estados Unidos em questões de segurança” (Primakov *apud* Stent, 2015, p. 74, tradução nossa). Ainda assim, o descontentamento russo com o esvaziamento do controle de armas nucleares pelos Estados Unidos foi paulatinamente se tornando mais evidente: um dia após a efetivação da retirada estadunidense do Tratado ABM, em junho de 2002, Putin anunciou que a Rússia estava encerrando suas obrigações vinculadas ao START II – acordo cuja ratificação só havia sido alcançada em 2000, com Putin na presidência (Kimball, 2020).

À medida que foi se encerrando o segundo ano de governo de Bush, tornou-se cada vez mais perceptível que as relações com a Rússia se encaminhavam para uma direção menos otimista. Como sugere Tsygankov (2012b), uma vez arrefecido o clima de ameaça do imediato pós-11 de setembro, os Estados Unidos retomaram a expectativa de que a Rússia aderisse à agenda externa norte-americana. Dessa maneira, já em novembro de 2002, formalizou-se a

adesão do segundo grupo de países ingressantes na OTAN, incluindo os três países bálticos (Stent, 2015).

O grande ponto de inflexão no relacionamento russo-estadunidense durante os governos de Bush e Putin, entretanto, ocorreu em março de 2003, quando os Estados Unidos unilateralmente invadiram o Iraque, sob o pretexto de combater um Estado patrocinador do terrorismo. A questão havia sido submetida ao Conselho de Segurança da ONU, e, em uma conferência de imprensa realizada em 5 de março de 2003, o representante russo anunciou que, assim como seus colegas alemão e francês, não apoiaria a resolução. Após a declaração conjunta dos três países opositores, Bush abandonou a via legal e decidiu dar início à invasão sem que as Nações Unidas a sancionassem (Goldgeier; McFaul, 2003).

Para a Rússia, o ataque estadunidense ao Iraque era injustificável e carecia de motivos convincentes. Os dois principais argumentos utilizados por Bush para sustentar a invasão eram: (i) que o Iraque estava buscando desenvolver um programa nacional de armas nucleares – o que já havia sido negado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) das Nações Unidas após inspeções *in loco*; e (ii) que Saddam Hussein supostamente teria conexões com a Al Qaeda (Elbaradei, 2003; Tsygankov, 2012a). Na visão de Putin, contudo, tais justificativas careciam de evidências, e o que os Estados Unidos estavam operando era, na verdade, uma mudança de regime por meio do uso da força. Diante disso, e de forma bastante similar a como havia ocorrido com o START II em relação à expansão da OTAN, a Duma propositalmente atrasou a ratificação do SORT em protesto à ação estadunidense no Iraque (Goldgeier; McFaul, 2003).

A guerra contra Saddam Hussein, no entanto, foi apenas o primeiro de uma série de movimentos levados a cabo pelo governo Bush voltados à promoção da troca de regimes no exterior. Ainda que de forma bem menos direta e não lançando mão explicitamente do uso da força, nos anos seguintes, os Estados Unidos estiveram envolvidos em diversas mobilizações em países do entorno russo, alegadamente com o objetivo de promover a democracia e a realização de eleições transparentes. As chamadas “revoluções coloridas” foram um conjunto de manifestações que ocorreram na Geórgia (2003), na Ucrânia (2004) e no Quirguistão (2005). O fator em comum a todas essas rebeliões – que são mais bem explicadas no segundo capítulo, no contexto da expansão da OTAN para o leste – é que, além de terem nascido como movimentos populares em prol da democracia, elas contaram também com forte apoio externo, que parece ter sido decisivo para a derrubada dos governos considerados antidemocráticos (Ortega, 2009).

A prática estadunidense de contribuir para a derrubada de governos aliados de Putin sob o pretexto de promoção da democracia em uma área que, pela perspectiva russa, deveria fazer parte de sua zona de influência colocou ainda mais obstáculos à relação entre Rússia e Estados Unidos. Tornava-se cada vez mais claro que os Estados Unidos não consideravam a Rússia como um par em pé de igualdade e, diante disso, o Kremlin viu-se obrigado a adotar uma política mais dura e assertiva, com o intuito de tentar conter a expansão do Ocidente (que vinha se dando principalmente por meio do alargamento da OTAN e da União Europeia) (Tsygankov, 2019). Como bem resume Burns,

A Revolução Laranja na Ucrânia [...] e a Revolução Rosa na Geórgia [...] levaram Putin a concluir que os americanos estavam não apenas prejudicando os interesses da Rússia em sua esfera de influência, como poderiam também, eventualmente, direcionar o mesmo tipo de revolução colorida a seu regime. Essas decepções se somaram à raiva em relação à Guerra do Iraque, um símbolo da predileção dos Estados Unidos por ações unilaterais em um mundo unilateral, e ao segundo discurso inaugural e sua “agenda liberal”, que Putin acreditava incluir a Rússia no topo da lista de afazeres do governo (Burns, 2019, p. 327, tradução nossa).

Ainda assim, ao final de 2006 e início de 2007, ambos os países lograram avançar em algumas iniciativas isoladas de cooperação. Em novembro de 2006, concluíram-se as negociações bilaterais entre Estados Unidos e Rússia para o ingresso desta na OMC – uma demanda já de longa data, mas que se efetivaria apenas no governo seguinte (Åslund; Kuchins, 2018). Ademais, no início de 2007, um acordo para a cooperação nuclear para fins civis foi assinado, contribuindo para criar uma atmosfera mais propícia para discussões em torno de algumas questões de não-proliferação delicadas, como as envolvendo o Irã e a Coreia do Norte. Ainda no final do ano anterior, os Estados Unidos contaram com a adesão russa em sanções direcionadas aos dois países acima mencionados – com quem, vale lembrar, a Rússia mantinha boas relações (Burns, 2019).

Apesar disso, o contexto geral do relacionamento russo-estadunidense apresentava diversas tensões, às quais logo se somou mais uma. Após anos de negociações com a Polônia e a República Tcheca, em fevereiro de 2007, Bush revelou seus planos de instalar componentes de um sistema de defesa antimíssil nos dois países (Åslund; Kuchins, 2018). O planejamento previa a instalação de um sistema de interceptores de base terrestre em Redzikowo, na Polônia, e de um radar fixo na área militar de Brdy, República Tcheca (Paszewski, 2013).

A defesa antimíssil já era *per se* um tópico bastante delicado para o governo Putin, que enxergava a faceta desestabilizadora desses sistemas e que, por isso, condenava a retirada unilateral dos Estados Unidos do Tratado ABM. A decisão de Bush de instalar interceptores e radares no Leste Europeu, em países que anteriormente fizeram parte da esfera de influência

soviética, tornou a situação ainda mais sensível. Mesmo que a narrativa oficial estadunidense o negasse, para Putin, com a construção das instalações na Polônia e na República Tcheca, os Estados Unidos objetivavam comprometer a capacidade dissuasória russa (Tsygankov, 2012b).

Uma forte reação por parte da Rússia era inevitável. Na Conferência de Munique de fevereiro de 2007, em um discurso que ficou marcado por elevar o tom em relação ao Ocidente, Putin foi enfático:

Os planos de expandir alguns elementos do sistema de defesa antimísseis para a Europa não podem deixar de nos incomodar. Quem precisa da próxima etapa do que seria, nesse caso, uma inevitável corrida armamentista? [...] O princípio da nossa atitude em relação às questões de desenvolvimento da defesa antimíssil continua sendo o mesmo. Estamos convencidos de que a criação e a instalação de defesas antimísseis de vários tipos afetam diretamente a segurança regional e internacional. Se alguém faz isso unilateralmente, sem o devido respeito aos interesses da estabilidade estratégica de outras partes envolvidas, como, por exemplo, é o caso da instalação das bases europeias de defesa antimíssil dos Estados Unidos, a situação não pode deixar de resultar em crescentes tensões. A possível instalação europeia de defesa antimíssil dos Estados Unidos não corresponde apenas a uma dúzia de mísseis antibalísticos e um radar. É parte da infraestrutura estratégica dos Estados Unidos destinada a deter o poder dos mísseis nucleares da Rússia (Putin, 2007, online, tradução nossa).

Para além da adoção de uma retórica mais combativa, Putin também respondeu à decisão de Bush por meio de ameaças de retirar a Rússia do Tratado CFE e do Tratado INF. Com efeito, em dezembro de 2007, Putin anunciou que suspenderia a implementação russa do Tratado CFE, o que permitira que a Rússia movimentasse suas forças pelo território europeu sem as limitações anteriormente impostas pelo acordo (Åslund; Kuchins, 2018).

Outro ponto que preocupou a Rússia e gerou ainda mais tensões nas relações com os Estados Unidos foi a declaração de independência do Kosovo. Em fevereiro de 2008, após anos de conflito e, posteriormente, de supervisão da ONU, o Kosovo se declarou independente da Sérvia – um aliado russo de longa data. Para a Rússia, o reconhecimento da independência do Kosovo representava não apenas um problema para um importante aliado, mas também perpassava sua própria questão com o separatismo da Chechênia, podendo criar um precedente indesejado. Essa preocupação, todavia, foi desconsiderada pelo governo dos Estados Unidos, que esteve entre os primeiros a reconhecer o Kosovo como uma nação independente (Stent, 2015).

O golpe final nas relações russo-estadunidenses durante o governo Bush, no entanto, estava reservado para agosto, quando a Rússia interveio militarmente na Geórgia em apoio aos grupos separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia. O movimento russo, além de ter sido resposta aos ataques do governo georgiano a estas regiões, foi, sobretudo, uma reação aos ensaios de alargamento da OTAN para o leste. Apesar de sua curta duração, a guerra entre

a Rússia e a Geórgia foi suficiente para revelar os limites da cooperação russo-estadunidense no pós-Guerra Fria, bem como para destruir “o que restava da redefinição Putin-Bush” e deixar “os laços entre Washington e Moscou no nível mais baixo desde o colapso soviético” (Stent, 2015, p. 172, 176, tradução nossa).

Ao final de 2008, o balanço geral das relações entre Rússia e Estados Unidos não parecia muito positivo: embora os países tenham concluído um protocolo bilateral para o ingresso russo na OMC em novembro de 2006, a efetiva acessão russa ficou estagnada; negociações sobre alguns assuntos relevantes, como a questão energética, praticamente cessaram; e, salvo o SORT e o acordo de cooperação nuclear para fins civis – que sequer foi ratificado –, os governos de Bush e Putin não concluíram nenhum outro tratado bilateral importante. Além disso, a cooperação russo-iraniana, parcialmente mitigada durante o governo Clinton, voltou a crescer, com a finalização do reator nuclear de Bushehr e um acordo para o fornecimento de mísseis S-300 para o Irã (Åslund; Kuchins, 2018).

Segundo Åslund e Kuchins (2018), a escassez de resultados proveitosos pode, em certo grau, ser atribuída à falta de uma política consistente para a Rússia por parte da administração Bush, que acabou tentando alcançar objetivos isolados. Com efeito, ao adotar uma política externa fundamentalmente unilateralista, buscando consolidar os Estados Unidos como o polo hegemônico global, o governo de Bush acabou negligenciando a importância internacional russa – sobretudo em um período de reemergência da potência euroasiática. O reengajamento da Rússia tornava-se, dessa forma, uma tarefa a ser cumprida pelo próximo governo estadunidense.

### **2.3 Obama e Medvedev: Apertando o Botão de Reiniciar**

Em meio às crescentes tensões no relacionamento com o governo Bush, no início de 2008, a Rússia teve que lidar também, no âmbito interno, com a realização de eleições presidenciais. Putin, que já havia completado os dois mandatos consecutivos de quatro anos permitidos pela constituição, não pôde concorrer novamente à presidência, e o escolhido para sucedê-lo como candidato da situação foi Dmitri Medvedev, então vice-Primeiro-Ministro russo. Contando com o apoio de Putin – que seria seu Primeiro-Ministro –, Medvedev foi eleito em março de 2008 e, já em maio, assumiu a presidência da Rússia (Stent, 2015).

Por ter iniciado seu mandato como presidente em uma conjuntura marcada por laços já desgastados com os Estados Unidos, durante o primeiro ano do governo Medvedev, houve

pouco espaço para que fossem visíveis os possíveis aspectos de mudança em relação a Putin na condução das relações russo-estadunidenses. Em poucos meses de governo, o novo presidente teve que conduzir a política russa durante a guerra com a Geórgia e dar continuidade à postura mais rígida adotada por Putin em reação à decisão de Bush de instalar componentes de defesa antimíssil na Polônia e na República Tcheca. Com efeito, em novembro de 2008, durante seu primeiro discurso anual ao parlamento russo, Medvedev anunciou a pretensão russa de posicionar mísseis nucleares na região de Kaliningrado, direcionados à Polônia e a República Tcheca, em razão de seu consentimento em hospedar as instalações de defesa antimíssil da OTAN (Åslund; Kuchins, 2018).

Ao final de 2008 e início de 2009, no entanto, com a eleição de Barack Obama como novo presidente dos Estados Unidos, o cenário se alterou (Stent, 2015). Desta vez partindo da iniciativa dos Estados Unidos, desenhou-se mais uma tentativa de reaproximação russo-estadunidense. Já no início de seu governo, Obama optou por abandonar a retórica mais agressiva em relação à Rússia, abrindo espaço para uma agenda mais cooperativa; ainda em fevereiro de 2009, durante seu discurso na Conferência de Munique, o vice-presidente de Obama, Joe Biden, declarou ser “hora de apertar o botão de reiniciar e revisitar as várias áreas em que podemos e devemos trabalhar em conjunto com a Rússia” (Biden, 2009, online, tradução nossa).

Parte do otimismo renovado em relação à Rússia deveu-se à substituição de Putin por Medvedev. Entre as pautas do novo presidente russo, estava uma forte crítica à corrupção e à ilegalidade na Rússia, permitindo maiores discussões sobre questões políticas e econômicas. Além disso, esperava-se que, por seguir uma linha mais liberal e relativamente menos nacionalista que Putin, Medvedev fosse adotar uma postura menos radical em relação aos Estados Unidos (Stent, 2015). Entretanto, mais do que uma questão de alinhamento ideológico, a reaproximação de Obama da Rússia envolvia também um cálculo estratégico: o novo presidente norte-americano precisava do apoio russo para dar fim às duas guerras que ele pretendia encerrar – no Iraque e no Afeganistão – e para evitar o começo de uma que ele não desejava lançar: com o Irã (Legvold, 2011; Trenin, 2014).

Nesse sentido, desde o início de seu governo, Obama buscou reforçar a cooperação russa para com a campanha estadunidense no Afeganistão: no segundo encontro oficial de ambos os presidentes, em Moscou, foi assinado um acordo permitindo o trânsito de até 4500 voos transportando tropas americanas e equipamentos militares (inclusive letais) sobre a Rússia em direção ao território afegão. As provisões do tratado eram de grande valia para os Estados

Unidos, que necessitavam de rotas mais confiáveis para o suprimento de suas forças no Afeganistão (Stent, 2015). Em contrapartida à disposição russa em prontamente fornecer acesso a seu espaço aéreo, os Estados Unidos se propuseram a ajudar na conclusão do tão esperado ingresso russo na OMC, bem como a garantir a ratificação no Congresso do acordo bilateral de cooperação nuclear para fins civis – cujo trâmite interno havia estagnado em razão da guerra Russo-Geórgia (Pifer, 2015).

O mesmo encontro esteve marcado por esforços de fortalecer a cooperação russo-estadunidense de um modo geral, contando com a criação – em uma espécie de tentativa de reviver a Comissão Gore-Chernomyrdin – da Comissão Presidencial Bilateral Estados Unidos-Rússia, comandada pela Secretária de Estado estadunidense, Hillary Clinton, e pelo Ministro das Relações Exteriores russo, Sergey Lavrov (Stent, 2015). A comissão deveria se ocupar de uma gama de temas considerados relevantes para ambos os países, incluindo reduções de armas nucleares, segurança nuclear, contraterrorismo, exercícios militares conjuntos, combate a narcóticos ilícitos, segurança energética e desenvolvimento de negócios (Brown, 2018).

Somado a isso, delinearam-se os outros pontos prioritários da agenda russo-estadunidense para os anos vindouros, sendo o principal deles a negociação do tratado que daria prosseguimento à redução de armas nucleares estratégicas e que substituiria o SORT (Stent, 2015). Com efeito, as conversas preliminares sobre o novo acordo tiveram início ainda em abril de 2009, quando Obama e Medvedev tiveram seu primeiro encontro, em Londres. Já em maio, iniciaram-se as reuniões das delegações russa e estadunidense para a formulação das bases do novo tratado. Os delegados da Rússia tentaram incluir no texto do acordo provisões para que a instalação de sistemas de defesa antimíssil por um dos lados servisse de pretexto para que o outro se retirasse do tratado; no entanto, diante da recusa dos Estados Unidos – que estava trabalhando em uma adaptação do plano de defesa antimíssil europeia de Bush –, a Rússia eventualmente desistiu da demanda (Pifer, 2015).

Após várias rodadas de negociações, em 8 de abril de 2010, Obama e Medvedev assinaram o tratado que ficou conhecido como *New START*. O acordo limitava cada lado a um total de 1550 ogivas nucleares estratégicas, propondo, nesse aspecto, uma redução de 30% em relação ao SORT. Além disso, diferentemente deste último, o *New START* contemplava limitações também aos vetores de entrega – uma demanda que já havia sido trazida pela Rússia – e prescrevia a utilização de mecanismos de verificação para averiguar o cumprimento do tratado. Em relação aos vetores de entrega, o tratado estabelecia que cada parte poderia ter até 700 ICBM, SLBM e bombardeiros posicionados, e até 800 posicionados e não-posicionados.

Os mecanismos de verificação do tratado, por sua vez, incluíam inspeções *in loco*, compartilhamento de informações e notificações sobre as armas estratégicas e as instalações cobertas pelo acordo (New START, 2010; Stent, 2015).

Segundo Stent, o New START representou a “mais fácil e direta das negociações de controle de armas entre os Estados Unidos e a Rússia e aquela em que ambos os lados compartilhavam visões e interesses comuns” (Stent, 2015, p. 225, tradução nossa). Mesmo não tendo as demandas referentes à defesa antimíssil contempladas, a Rússia enxergava no acordo uma validação de seus argumentos sobre a importância dos tratados bilaterais de controle de armas nucleares que o governo Bush havia menosprezado e um reconhecimento de seu status como grande potência (Stent, 2015). Em referência a um comentário realizado por Sergey Lavrov, Anatoly Antonov, líder da delegação russa para a negociação do New START, caracterizou o tratado como o “padrão ouro para a realização de acordos na área de desarmamento e segurança estratégica” (Antonov, 2013, online, tradução nossa).

Para o governo Obama, a assinatura do New START era apenas o primeiro esforço de vários em direção a reduções mais ambiciosas dos arsenais estratégicos das duas grandes potências. Essa visão, no entanto, não encontrou respaldo no lado russo, que entendia ser imprescindível que se endereçasse, em primeiro lugar, a questão da defesa antimíssil. Com efeito, embora o governo Obama tenha reavaliado o plano de Bush e proposto mudanças para mitigar as preocupações russas, a instalação de um sistema de defesa antimíssil na Europa continuava sendo um ponto sensível para a Rússia. Discussões sobre uma possível iniciativa de cooperação entre Rússia e OTAN nesse âmbito não foram adiante, e, frente a este cenário, tornava-se desvantajoso, pela perspectiva russa, reduzir ainda mais suas armas estratégicas. Ademais, havia outras questões que o governo russo considerava pertinentes a serem abordadas, como sistemas de ataque convencional de precisão e os arsenais nucleares de terceiros países (Pifer, 2015).

Ainda assim, apesar das discordâncias no tema da defesa antimíssil, os dois países lograram manter os esforços de cooperação em outras áreas importantes, como em relação à não-proliferação nuclear envolvendo Coreia do Norte e Irã – tema considerado bastante sensível para os Estados Unidos. Especificamente em relação ao Irã, cujo programa nuclear, por ter contado com auxílio russo, havia sido motivo de tensões entre as duas potências, a Rússia adotou uma postura bastante cooperativa. Em junho de 2010, por exemplo, a Rússia votou favoravelmente à aprovação da resolução 1929 no Conselho de Segurança da ONU, que ampliava e reforçava o regime de sanções ao Irã, com a imposição de um embargo de armas

(United Nations, 2010). O voto favorável à resolução denotou uma mudança de comportamento bastante relevante por parte da Rússia, que era conhecidamente um dos mais importantes fornecedores de armamentos para Teerã (Pifer, 2015). Seguindo o preconizado pelas Nações Unidas, a Rússia também suspendeu diversos contratos de venda de armas para o Irã, incluindo um acordo de 800 milhões de dólares para o fornecimento de mísseis S-300 (Brown, 2018).

Outro campo em que se testemunhou o desenvolvimento e, sobretudo, aprofundamento da cooperação russo-estadunidense foi o de combate ao terrorismo. Em grande medida, Obama e Medvedev buscaram retomar os esforços conjuntos antiterroristas que foram estabelecidos no imediato pós-11 de setembro e que acabaram perdendo no restante do governo Bush. De forma semelhante a como fez Putin em 2001, em janeiro de 2011, imediatamente após a realização de um atentado a bomba em um dos aeroportos de Moscou, Obama entrou em contato com Medvedev para propor um incremento na cooperação entre as duas potências para o combate ao terrorismo. A questão assumiu um grau de importância ainda maior em abril de 2013, após uma bomba ser detonada na maratona de Boston por dois irmãos chechenos. O evento levou os governos russo e estadunidense a enfatizarem ainda mais a urgência do reforço de medidas conjuntas e, poucos meses depois, ambos se comprometeram a trabalhar no compartilhamento de inteligência e na condução de operações coordenadas para fins antiterroristas (Brown, 2018).

A partir de 2011, no entanto, o cenário político na região do Oriente Médio faria com que Estados Unidos e Rússia divergissem, mais uma vez, em questões cruciais para ambos. Ao final de 2010 e início de 2011, uma série de protestos reivindicando o fim de regimes considerados ditatoriais e antidemocráticos eclodiu em diferentes países do Oriente Médio e do Norte da África, dando origem à chamada Primavera Árabe. O movimento começou na Tunísia e logo se espalhou para o Egito, a Líbia, a Síria e outros vários Estados da região, tendo culminado, no caso dos três primeiros, na deposição dos governos contra os quais os rebeldes protestavam (Hazbun, 2015).

Assim como as revoluções coloridas no antigo espaço soviético, as rebeliões da Primavera Árabe começaram como protestos da população local que eventualmente passaram a contar com apoio externo. Os Estados Unidos foram, nesse sentido, peça fundamental no fornecimento de apoio às forças rebeldes, colaborando indireta e diretamente (sobretudo no caso da Líbia) para a deposição dos governos considerados autoritários – alguns dos quais havia apoiado por décadas (Stent, 2015).

A participação estadunidense nos movimentos antigoverno no Oriente Médio e no Norte da África preocupou a Rússia não apenas porque esta mantinha boas relações com alguns dos

líderes da região e temia que a sua derrubada pudesse trazer instabilidade e fomentar o fundamentalismo islâmico (que poderia ressoar na Chechênia), mas também porque desaprovava a prática estadunidense de promover trocas de regimes que considerasse nocivos aos seus interesses. Os levantes árabes “sublinharam a lacuna ideológica e filosófica entre os Estados Unidos e a Rússia”: ao passo que o primeiro enfatiza a intervenção humanitária e a responsabilidade de proteger, a segunda prima pelo respeito à soberania absoluta e à não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados (Stent, 2015, p. 247).

Com efeito, esta dicotomia se tornou especialmente visível no caso da revolução na Líbia. Após a aprovação (com abstenção russa) da Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que autorizava os Estados-membros a “adotar todas as medidas necessárias [...] para proteger os civis” (United Nations, 2011, p. 3, tradução nossa), os Estados Unidos e a OTAN estabeleceram uma coalizão militar para intervir na Líbia. Embora desde o começo desaprovando a intervenção militar no país, a Rússia se mostrou especialmente crítica a partir do momento em que as operações deixaram de ser destinadas à aplicação da zona de exclusão aérea (estabelecida anteriormente por uma resolução das Nações Unidas) e passaram a ter como alvo as forças do presidente líbio, Gaddafi. Para os russos, as ações da OTAN – que eventualmente culminaram na deposição e, poucos meses depois, no assassinato do líder – extrapolavam o mandato da Resolução 1973 (Stent, 2015; Velasco e Cruz, 2023).

As relações russo-estadunidenses foram testadas ainda mais na situação da Síria. A Síria, sobretudo após a queda dos regimes da Tunísia, do Egito e da Líbia, se tornou um caso particularmente delicado para a Rússia, uma vez que os russos encontravam no governo de Bashar al-Assad seu último aliado na região. Ademais, uma possível mudança de governo na Síria poderia afetar diretamente os interesses da Rússia, que tinha na cidade de Tartus uma de suas poucas bases navais em território estrangeiro, com acesso a águas quentes (Velasco e Cruz, 2023). Dessa forma, em uma evidente elevação de tom em relação ao caso da Líbia – em que o governo russo, a despeito de ter desaprovado, tolerou as ações ocidentais –, na Síria, a Rússia assumiu uma postura muito mais assertiva de defesa ao governo local, posicionando-se de maneira diametralmente oposta aos Estados Unidos, cujo apoio era destinado às forças de oposição à Bashar al-Assad (Stent, 2015).

À medida em que o conflito foi se estendendo e alcançando maiores proporções, sobretudo ao longo de 2012, as tensões entre Rússia e Estados Unidos aumentaram; o apoio russo a Assad se traduziu, inclusive, em vetos a uma série de resoluções que condenavam o governante sírio (Pifer, 2015). A rivalidade entre os dois países na região, assim como outros

aspectos das relações bilaterais, se agravou principalmente após a reeleição de Obama, em novembro de 2012. Com o retorno de Putin à presidência russa, em março do mesmo ano, as perspectivas mais otimistas de um bom relacionamento entre as duas potências perderam força, e novas questões contenciosas começaram a surgir (Stent, 2015).

Em dezembro de 2012, o Congresso norte-americano aprovou a Lei Magnitsky, que, se por um lado, suspendia a aplicação da emenda Jackson-Vanik, por outro, impunha sanções a uma série de oficiais russos envolvidos em violações de direitos humanos – mais especificamente, os envolvidos na morte do advogado russo Sergey Magnitsky (Pifer, 2015). Em resposta, a Rússia introduziu uma lei barrando cidadãos estadunidenses que houvessem violado os direitos de cidadãos russos de entrarem e realizarem investimentos na Rússia; por meio da lei, proibia-se também a adoção de crianças russas por cidadãos dos Estados Unidos (Brown, 2018). Somado a isso, a Rússia anunciou não ter interesse em renovar o programa Nunn-Lugar de Redução Cooperativa de Ameaças (*Cooperative Threat Reduction – CTR*)<sup>13</sup>, uma iniciativa que visava ao descomissionamento e à destruição segura de armas de destruição em massa e que havia sido, ao longo dos últimos anos, um símbolo da cooperação russo-estadunidense na segurança nuclear (Stent, 2014).

A situação se tornou ainda mais complicada em 2013, após Edward Snowden, antigo funcionário da Agência de Segurança Nacional (*National Security Agency – NSA*), tornar público múltiplos documentos confidenciais referentes às atividades da agência, sendo condenado por espionagem. Apesar dos pedidos estadunidenses de extradição, em agosto de 2013, poucos meses após divulgar os documentos confidenciais, Snowden foi recebido em Moscou e obteve asilo político russo. O então secretário de imprensa da Casa Branca declarou que “este movimento do governo russo prejudica um longo histórico de cooperação com a Rússia, cooperação que está em ascensão desde os atentados a bomba em Boston” (Carney *apud* Chappell, 2013, online, tradução nossa). Em retaliação, Obama cancelou sua participação em uma reunião com Putin, que deveria ocorrer após o encontro do G20, em setembro (Brown, 2018).

Não obstante o estremecimento nas relações, mantiveram-se os esforços de cooperação em questões cuja tentativa de resolução era um imperativo para ambos os países. Após ameaças dos Estados Unidos de intervirem militarmente na Síria, motivadas pelo emprego de gás sarin

---

<sup>13</sup> O programa Nunn-Lugar – assim cunhado em homenagem aos senadores que o idealizaram, Sam Nunn e Richard Lugar – foi criado em 1991, inicialmente com o objetivo de garantir que as armas de destruição em massa, assim como suas instalações relacionadas, presentes no antigo território soviético fossem devidamente destruídas (Stent, 2015).

(um tipo de arma química) contra os rebeldes por parte das forças do governo, em setembro de 2013, a Rússia logrou trazer Bashar al-Assad para a mesa de negociações sobre o tópico. Por meio de um acordo intermediado pelo governo russo, a Síria consentiu em se juntar à Convenção sobre Armas Químicas e, portanto, a abdicar de seu arsenal de agentes químicos para fins bélicos (Brown, 2018). Já em janeiro de 2014, Estados Unidos e Rússia conseguiram também reunir as partes beligerantes do conflito sírio para possíveis negociações em Genebra (Trenin, 2014). Além disso, no final de 2013, iniciaram-se as negociações entre os P5 (os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU<sup>14</sup>), a Alemanha e o Irã para endereçar a questão do programa nuclear iraniano (Pifer, 2015).

Foi no início de 2014, no entanto, que as relações entre Rússia e Estados Unidos atingiram seu ponto mais baixo no governo Obama. Conforme será explorado em mais profundidade no capítulo seguinte, em um contexto mais amplo de aproximação da Ucrânia do Ocidente, entre novembro de 2013 e fevereiro de 2014, eclodiram diversos protestos em Kiev que eventualmente culminaram na deposição do então presidente ucraniano, aliado da Rússia. Em resposta ao que entendeu ser um golpe de Estado em sua vizinhança com apoio do Ocidente, e, subsequentemente à realização de um referendo aprovando a separação da Crimeia da Ucrânia, a Rússia anexou a península a seu território.

A ação russa atraiu fortes críticas internacionais, sobretudo por parte do Ocidente. Os Estados Unidos prontamente responderam congelando os ativos de pessoas e entidades vinculadas às lideranças políticas russas, restringindo transações com empresas envolvidas em setores estratégicos da economia russa – como finanças, energia e defesa – e limitando a exportação de petróleo e produtos relacionados à Rússia. As reações e medidas de retaliação adotadas pela comunidade internacional ficaram ainda mais rígidas depois de 17 de julho de 2014, quando uma das milícias separatistas do leste da Ucrânia derrubou um avião da *Malaysia Airlines* com um míssil russo – depois desse evento, os Estados Unidos e a União Europeia impuseram sanções mais amplas e severas. Somado a isso, os Estados Unidos decidiram ampliar sua contribuição para o sistema de defesa antimíssil europeu, no bojo da OTAN (Brown, 2018).

Nesse sentido, a anexação da Crimeia e seus desdobramentos se traduziram, em última instância, no efetivo fim da tentativa de redefinição das relações russo-estadunidenses trazida pelo governo Obama. De forma similar a como ocorreu na esteira dos acontecimentos de 2012 e 2013, entretanto, o dissenso entre ambos os países não impediu que iniciativas consideradas

---

<sup>14</sup> Estados Unidos da América, Federação Russa, República Popular da China, França e Reino Unido.

importantes tivessem continuidade: além de se terem mantidos os esforços de cooperação operacional antiterrorista, logrou-se finalizar a negociação do tão esperado acordo nuclear com o Irã, o Plano Conjunto de Ação Global (*Joint Comprehensive Plan of Action – JCPOA*), com o intuito de impor restrições ao programa nuclear iraniano e, dessa forma, dificultar a aquisição de armas nucleares por parte do país (Brown, 2018). A própria crise ucraniana foi objeto de negociações, com a assinatura dos acordos de Minsk buscando encerrar o conflito que tomou o leste da Ucrânia (Dugas *et al.*, 2022). Mesmo com estes avanços, contudo, o relacionamento entre os dois países – e até entre Obama e Putin – não logrou se recuperar dos efeitos adversos da crise da Ucrânia. Como pontua Angela Stent, “a crise ucraniana levou a níveis sem precedentes de antagonismo retórico entre os dois presidentes” (Stent, 2015, p. 305, tradução nossa).

Ademais, os eventos que se desenrolaram ao longo do último ano do governo Obama tampouco contribuíram para amenizar as tensões entre Rússia e Estados Unidos. Em setembro de 2015, a Rússia interveio no conflito sírio em apoio ao governo de Assad – e, portanto, contra os rebeldes apoiados pelos Estados Unidos. A ação russa, que alterou substancialmente a correlação de forças no campo de batalha, gerou ainda mais críticas ao país, sobretudo por parte dos Estados Unidos. Com efeito, a intervenção da Rússia seria veementemente condenada pelo próximo governo estadunidense, e o conflito sírio continuaria sendo um dos catalisadores das tensões entre os dois países (Brown, 2018; Legvold, 2018; Tsygankov, 2020).

Por fim, já nos últimos dias da administração Obama, a situação foi agravada pela divulgação de um relatório indicando que a Rússia teria lançado mão de atividades cibernéticas indevidas (mais especificamente, *cyberhacking*) para interferir nas eleições presidenciais estadunidenses – que levaram o candidato republicano Donald Trump, em detrimento da democrata Hillary Clinton, ao poder. Uma versão não-confidencial do relatório informa:

Consideramos que o presidente russo Vladimir Putin ordenou uma campanha de influência em 2016 direcionada às eleições presidenciais dos Estados Unidos. Os objetivos da Rússia eram minar a fé pública no processo democrático dos Estados Unidos, difamar a Secretária Clinton e prejudicar sua elegibilidade e potencial presidência. Além disso, avaliamos que Putin e o governo russo desenvolveram uma clara preferência pelo presidente eleito Trump (United States of America, 2017, p. ii, tradução nossa)<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> De acordo com Dmitri Trenin (2019, online, tradução nossa), a Rússia apoiou Trump por uma série de motivos. Em larga escala, Hillary Clinton era vista como “uma continuação de Barack Obama, o presidente que insultou Vladimir Putin ao chamar a Rússia de ‘potência regional’”. Alguns anos atrás, ainda quando Secretária de Estado de Obama, Clinton havia afirmado desejar uma Rússia livre de Putin. Além disso, temia-se que a intenção da candidata de estabelecer uma zona de exclusão aérea sobre a Síria – onde forças russas estavam operando em apoio a Bashar al-Assad – levasse a uma confrontação direta com os Estados Unidos (Trenin, 2019).

Diante das evidências da possível interferência, o governo Obama impôs uma série de sanções à Rússia, não apenas pelas atividades de *cyberhacking*, mas também pelo vazamento de e-mails do Partido Democrático e pelo emprego de redes sociais para fomentar a opinião pública contra Hillary Clinton (Stent, 2023). Somado a isso, Obama também ordenou a deportação de 35 diplomatas e agentes de inteligência russos que viviam nos Estados Unidos (Brown, 2018).

Dessa forma, as relações entre Rússia e Estados Unidos – que, já no início de 2016, foram caracterizadas pelo então Primeiro-Ministro russo, Dmitri Medvedev (2016, online, tradução nossa), como uma “nova guerra fria” – atingiram, mais uma vez, seu ponto mais baixo. Assim como a guerra entre Rússia e Geórgia foi o ponto de inflexão no governo Bush, a crise ucraniana o foi no governo Obama. De forma quase profética, testemunhou-se novamente que “a realidade tem uma maneira de interferir nas tentativas de transformar as relações com Moscou” (Rumer; Sokolsky; Weiss, 2017, online, tradução nossa).

## **2.4 De Trump a Biden: Entre as Crises da Ucrânia**

A interferência russa nas eleições presidenciais norte-americanas de 2016 fez com que, antes mesmo de se iniciar o mandato de Donald Trump, a Rússia despontasse como uma questão no mínimo polêmica no novo governo. A vitória de Trump sobre Clinton nessa eleição particularmente controversa levou à realização de investigações sobre um possível conluio entre a campanha do recém-eleito presidente – que muito elogiou Putin publicamente – e o Kremlin, de tal forma que quaisquer tentativas em direção a uma possível reaproximação da Rússia precisariam ser minuciosamente calculadas para não corroborar as acusações feitas à nova administração (Tsygankov, 2020; Stent, 2023).

Com efeito, ainda que não propondo formalmente uma “redefinição” das relações russo-estadunidenses, tal qual fez Obama, Trump buscava, em certa medida, restabelecer laços cordiais com a Rússia. Sua campanha para a presidência esteve marcada por uma postura pró-Rússia (contrastando com um forte discurso contra a China) e por uma crítica contundente aos compromissos dos Estados Unidos para com a OTAN, defendendo, em um primeiro momento, um desengajamento do país na Europa (Korobkov, 2019).

Diante desse cenário, criou-se no governo russo uma expectativa de que o novo presidente norte-americano abdicasse das questões ideológicas em prol de uma política externa mais pragmática, baseada nos interesses nacionais. Isso envolveria, pela perspectiva russa,

negociações para uma resolução mutuamente benéfica da crise ucraniana, de forma a permitir que Estados Unidos e Rússia retomassem iniciativas de cooperação, de igual para igual, em questões mais urgentes, como as da Síria e do Afeganistão. Como aponta Trenin, “para tornar as coisas mais fáceis para o recém-chegado presidente dos Estados Unidos, Putin decidiu não retaliar a expulsão de dezenas de diplomatas russos por Obama” (Trenin, 2019, online).

No entanto, se, por um lado, Trump parecia ser pessoalmente favorável a uma política mais cooperativa com a Rússia, sobretudo pela perspectiva de que poderia ser uma importante aliada para fazer contrapeso à China, por outro, essa visão encontrou pouco respaldo em seus assessores – e menos ainda no Congresso. Com efeito, os assessores de segurança nacional do presidente defendiam a adoção de uma linha mais dura com os russos, e, ao mesmo tempo, testemunhou-se no Congresso uma união inédita entre Democratas e Republicanos na sustentação de uma postura anti-Rússia (Trenin, 2019; Stent, 2023). Para os Democratas, as medidas de punição eram uma forma de evitar que Trump entregasse os Estados Unidos a um país estrangeiro; para os Republicanos, adotar uma postura crítica à Rússia os inocentava das acusações de possível conluio com o governo de Putin (Trenin, 2019).

Em parte em razão disso, a política externa de Trump para a Rússia se mostrou bastante ambivalente, e um dos principais exemplos disso foi sua postura em relação à informação de que a Rússia havia interferido nas eleições presidenciais estadunidenses de 2016 (Freire, 2021). No primeiro encontro dos dois presidentes, durante a cúpula do G20, em julho de 2017, Trump questionou Putin sobre o engajamento russo em atividades de *cyberhacking* nas eleições dos Estados Unidos e, diante da negativa do presidente russo, comentou ser “hora de seguir em frente” no que tangia ao assunto (Davis, 2017). No mês seguinte, todavia, o presidente norte-americano assinou um projeto de lei – aprovado por maioria esmagadora no Congresso – impondo novas sanções à Rússia por sua atuação na Ucrânia e pela intercessão no processo eleitoral de 2016 (Dugas *et al.*, 2022).

As sanções impostas não apenas se mostraram muito mais severas do que quaisquer outras estabelecidas durante o governo Obama, mas também consagraram legalmente, pela primeira vez desde o começo da crise ucraniana, punições desta natureza à Rússia (Trenin, 2019). Diante desse cenário, a Rússia confiscou duas propriedades diplomáticas e exigiu que a equipe da embaixada estadunidense em Moscou fosse reduzida em 755 pessoas. Os Estados Unidos, por sua vez, responderam ordenando o fechamento dos consulados russos de São Francisco e Seattle. Estas medidas de retaliação se estenderiam até o ano seguinte, quando foi fechado o consulado estadunidense em São Petersburgo, e teriam como última consequência

“um grande esvaziamento da presença diplomática de ambos os países, até mesmo nas atividades mais básicas” (Stent, 2023, p. 189, tradução nossa).

As tensões entre ambos os países também não tardaram a surgir no âmbito do conflito da Síria. Em abril de 2017, após acusar o governo de Bashar al-Assad de utilizar armas químicas – das quais o país já havia abdicado – contra as forças de oposição, os Estados Unidos atingiram com mísseis uma base militar síria de uso compartilhado com a Rússia (Legvold, 2018). O Primeiro-Ministro russo, Dmitri Medvedev, chegou a afirmar que a ação “arruinou completamente as relações” com a Rússia (Medvedev, 2017, online). Além disso, em resposta, o Ministério da Defesa russo decidiu suspender um acordo visando à diminuição dos riscos de incidentes entre as aeronaves russas e estadunidenses operando no espaço aéreo sírio (Tsygankov, 2020). Ao longo dos meses seguintes, sobretudo em encontros entre ambos, Trump e Putin manifestaram a intenção de negociar um cessar-fogo para o conflito, contudo, na prática, pouco foi alcançado (Dugas *et al.*, 2022).

A transição de 2017 para 2018 foi marcada, em grande medida, por um endurecimento na retórica do governo sobre a Rússia. Uma série de documentos oficiais estadunidenses, como a Estratégia de Segurança de Nacional (2017), a Estratégia de Defesa Nacional (2018) e a Revisão de Postura Nuclear (2018), incorporaram em seus textos o entendimento de que o cenário internacional se caracterizava pela retomada da rivalidade entre as grandes potências e que os Estados Unidos deveriam se preparar para competir com Rússia e China. Em discurso realizado no Congresso norte-americano, em janeiro de 2018, Trump se referiu à Rússia e à China como “rivais [...] que ameaçam nossos interesses, nossa economia e nossos valores” (Trump, 2018, online).

Somado a essa mudança de tom, em março de 2018, houve mais um estremecimento nas relações, na medida em que se descobriu o envenenamento – alegadamente aprovado pela Rússia – do antigo oficial de inteligência russo Sergei Skripal e de sua filha por um tipo de agente nervoso. A resposta imediata do governo estadunidense foi a expulsão de 60 diplomatas russos, ao que a Rússia reagiu expulsando 60 diplomatas norte-americanos (Dugas *et al.*, 2022). Adicionalmente, mais sanções foram aplicadas à Rússia pelo suposto assassinato de Skripal e por suas atividades nas eleições de 2016, na Ucrânia e na Síria (Tsygankov, 2020).

Poucos meses depois, em maio, Trump anunciou a retirada dos Estados Unidos do acordo nuclear com o Irã – duramente criticado pelo presidente norte-americano por supostamente não impedir efetivamente a aquisição iraniana de armas nucleares (Trump White House, 2018). Ainda que não dizendo respeito especificamente às relações russo-

estadunidenses, a decisão de Trump contribuiu, em última instância, para o esvaziamento do resultado principal dos esforços de cooperação entre Rússia e Estados Unidos para endereçar a questão do programa nuclear iraniano – que representou, por muitos anos, um impasse entre as duas grandes potências. Trump foi fortemente criticado pelo governo russo pela retirada do acordo e pela subsequente imposição de sanções ao Irã (Stent, 2023).

O último esforço de restabelecer um clima mais cordial e cooperativo no relacionamento entre os dois países ocorreu em julho de 2018, quando Putin e Trump se encontraram na cúpula Rússia-Estados Unidos em Helsinki. Embora a cúpula tenha sido considerada um sucesso por ambos os presidentes – tendo-se discutido o comprometimento com o New START, o Tratado INF e o Tratado de Céus Abertos, bem como a possibilidade de futuras reuniões entre as equipes de segurança nacional dos dois países –, na prática, os resultados foram pouco produtivos, e, assim como ocorreu em Hamburgo em 2017, o encontro rendeu fortes críticas a Trump por membros do Congresso (Dugas *et al.*, 2022; Al Jazeera, 2018). Os dois presidentes deveriam se encontrar também em novembro do mesmo ano na Argentina (onde ocorreria a cúpula do G20), entretanto, Trump decidiu pouco tempo antes que não iria participar. Sua recusa em se encontrar com o presidente russo “finalmente convenceu Putin de que não fazia mais sentido se esforçar” (Trenin, 2019, online).

Ao final de 2018, o governo Trump também passou a dar indícios de que seu comprometimento com os tratados de controle nuclear seria limitado – e que a retirada estadunidense do JCPOA não seria um ato isolado. Com efeito, após o primeiro ano da presidência de Trump, personalidades contrárias ao controle de armas nucleares começaram a ascender a cargos importantes no governo, sendo um dos principais exemplos John Bolton. Bolton, que foi nomeado assessor de segurança nacional de Trump em março de 2018, acreditava que os acordos de controle nuclear eram “apêndices da ordem internacional liberal que restringiam a liberdade de manobra de Washington e que precisavam ser abandonados” (Krepon, 2021, p. 485, tradução nossa). Nesse sentido, em dezembro, Trump anunciou que retiraria os Estados Unidos do Tratado INF em 60 dias caso a Rússia – que teria alegadamente desenvolvido sistemas proibidos pelo acordo – não voltasse a cumprir com suas obrigações (Dugas *et al.*, 2022).

Por fim, no primeiro dia de fevereiro de 2019, Trump declarou que os Estados Unidos suspenderiam suas obrigações perante o Tratado INF e que, em seis meses, o país efetivamente se retiraria do acordo. Em sua fala, o presidente norte-americano comentou:

Nós não podemos ser o único país no mundo unilateralmente vinculado a este tratado, ou a qualquer outro. Nós prosseguiremos com o desenvolvimento de nossas próprias

opções de respostas militares e trabalharemos [...] para negar à Rússia quaisquer vantagens militares advindas de sua conduta ilegal (Trump, 2019, online, tradução nossa).

Negando as acusações sobre as violações russas ao acordo, Putin respondeu à decisão de Trump no dia seguinte: “Nós responderemos *quid pro quo* [...]. Nossos parceiros americanos declararam que eles irão suspender sua participação no acordo, nós suspenderemos também” (Putin *apud* Givetash; Reuters, 2019, online).

Dessa forma, finalizados os seis meses de aviso prévio requeridos, a retirada de ambos os países do tratado se efetivou no início de agosto. Ao anunciar a concretização da saída estadunidense do acordo, o então Secretário de Estado, Mike Pompeo, salientou que “a Rússia é a única responsável pelo colapso do tratado” e que “o não cumprimento do acordo por parte da Rússia coloca em risco os interesses supremos dos Estados Unidos” (Pompeo, 2019, online). Em contrapartida, o presidente russo condenou a retirada unilateral estadunidense do acordo “sob um pretexto exagerado” e deplorou que “em vez de engajar em uma discussão significativa sobre problemas de segurança internacional, os Estados Unidos optaram por simplesmente minar muitos anos de esforços para reduzir a probabilidade de um conflito armado de larga escala, incluindo o uso de armas nucleares” (Putin, 2019, online).

Além disso, no período compreendido pela suspensão de obrigações e efetiva retirada do Tratado INF por parte de Estados Unidos e Rússia, houve um agravamento das tensões entre ambos os países em outros aspectos do relacionamento. A decisão de Trump de aumentar o número de tropas estadunidenses na Polônia – uma das principais fronteiras da OTAN com países considerados do entorno estratégico russo –, por exemplo, suscitou preocupações por parte da Rússia (Dugas *et al.*, 2022).

Ademais, um dos principais pontos de atrito foi referente à questão na Venezuela, onde uma crise política se instaurou no início de 2019. Após o presidente venezuelano de longa data, Nicolás Maduro, ser reeleito em 2018, por meio de um processo eleitoral bastante questionado e acusado de irregularidades, em janeiro de 2019, o então presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se declarou presidente interino do país. A ação gerou uma profunda fragmentação interna na Venezuela, e, internacionalmente, os países se dividiram em relação a qual governo consideravam legítimo; ao passo que a Rússia apoiava Maduro e considerava legítimo o resultado das eleições de 2018, os Estados Unidos reconheceram o governo interino de Guaidó. As divergências entre os dois países no tema atingiram seu ponto mais alto em abril, quando as forças leais a Guaidó tentaram promover um golpe contra Maduro para tirá-lo do poder (Stent, 2023). Pouco depois, mas ainda neste contexto, Sergei Lavrov comentou que a postura da

Rússia na questão venezuelana era incompatível com a perspectiva estadunidense (Financial Times, 2019).

Ainda que as discordâncias políticas e diplomáticas não tenham obstruído por completo as tentativas de endereçar questões consideradas importantes para os países, mesmo tópicos em que a cooperação russo-estadunidense era tradicionalmente simples e construtiva acabaram produzindo resultados limitados. No caso do combate ao terrorismo, o diálogo bilateral foi retomado em outubro de 2019 e, à época, acordou-se que uma declaração conjunta sobre contraterrorismo seria adotada durante a visita de Lavrov aos Estados Unidos, no mês seguinte. Embora o compartilhamento de inteligência sobre o tópico tenha permitido que ataques terroristas, sobretudo em território russo, fossem evitados, ao chegar em Washington, o Ministro de Relações Exteriores russo teve suas expectativas frustradas ao ser informado que os norte-americanos não haviam tido tempo suficiente para chegar a um acordo sobre o conteúdo da declaração que deveria ser assinada (Lavrov, 2020; Shakirov, 2020).

Somado a isso, durante essa mesma visita, os representantes russo e estadunidense tampouco conseguiram alcançar um consenso sobre um tema muito caro à Rússia: a renovação do New START, cujo prazo de validade era fevereiro de 2021 e que, após a retirada de ambos os países do Tratado INF, permaneceu como o único tratado restante regulando seus arsenais nucleares. Com efeito, desde o início de seu governo, Trump havia adotado uma postura bastante crítica ao New START, o qual (assim como o JCPOA) considerava ser mais um dos tratados falhos da administração Obama. Já em 2018, John Bolton havia sugerido ao Secretário do Conselho de Segurança da Rússia ser “improvável que pudéssemos concordar com uma extensão de cinco anos do [...] New START” (Bolton, 2024, p. 148, tradução nossa) uma vez que se considerava necessário reformular o tratado para (i) envolver a China; e (ii) englobar também as armas nucleares não-estratégicas. Entretanto, passados três anos do início da administração Trump, o governo não foi capaz de sequer indicar de que maneira pretendia endereçar essas questões (Krepon, 2021).

A falta de comprometimento do governo Trump com o regime de segurança internacional se manifestou, mais uma vez, em maio de 2020, quando o presidente anunciou que retiraria os Estados Unidos do Tratado de Céus Abertos – outro marco da cooperação russo-estadunidense no pós-Guerra Fria (Stent, 2021). A saída dos Estados Unidos – também motivada pelas supostas violações russas ao acordo – se efetivou em novembro do mesmo ano, e, em janeiro de 2021, a Rússia declarou que seguiria a iniciativa estadunidense. Para se manter no tratado diante da retirada dos Estados Unidos, o governo russo buscou garantias por parte

dos aliados estadunidenses (sobretudo dos membros da OTAN) de que as informações coletadas não seriam transferidas aos norte-americanos; no entanto, não logrando obter tal salvaguarda, optou por retirar a Rússia do tratado (Isachenkov, 2021b).

Com efeito, o último ano do mandato de Trump foi marcado, em grande medida, por uma série de desacordos que fizeram desaparecer quaisquer perspectivas de uma retomada positiva do relacionamento entre Rússia e Estados Unidos. O surgimento da COVID-19 e sua disseminação pelo globo fizeram com que, em um primeiro momento, o governo estadunidense acusasse a Rússia e a China de lançarem uma campanha de desinformação contra os Estados Unidos em relação à pandemia (Donati, 2020). Já em agosto, um dos líderes da oposição russa e do movimento anticorrupção, Alexei Navalny, foi envenenado com o agente nervoso Novichok, levantando suspeitas sobre o possível envolvimento de oficiais russos no caso. Em resposta, sanções foram aplicadas por parte de ambos Estados Unidos e União Europeia. No início de novembro de 2020, as eleições presidenciais nos Estados Unidos coroaram o fim do governo Trump, após sua derrota para o candidato democrata Joe Biden (Dugas *et al.*, 2022).

Embora tendo sido o vice-presidente de Obama e, à época, o porta-voz do discurso sobre a redefinição das relações com a Rússia, Biden iniciou seu mandato com uma postura menos otimista que seus antecessores. Em um contexto marcado por uma rivalidade já bastante escalada entre os dois países, a administração Biden não desejava “apertar o botão de reiniciar”; a intenção era, de forma bastante pragmática, manter a cooperação em áreas estratégicas – sem, por isso, deixar de enxergar a Rússia como uma ameaça (Freire, 2021). Um dos primeiros documentos publicados pelo governo Biden, delineando a estratégia de segurança nacional, caracterizava a Rússia como uma potência desestabilizadora e revisionista (The White House, 2021a). Para o governo russo, por sua vez, a inauguração da administração Biden também não implicava uma mudança no status geral das relações entre ambos os países (Taylor, 2021).

O pragmatismo de Biden em sua abordagem para com a Rússia ficou evidente logo no início de seu governo. Apesar das fortes críticas ao suposto envenenamento de Alexei Navalny, uma das primeiras medidas do novo governo estadunidense foi a extensão do New START – que, sob um possível segundo mandato de Trump, teria expirado. Em seu primeiro discurso oficial de política externa, Biden pontuou que

[...] os Estados Unidos e a Rússia concordaram em estender o Tratado New START por cinco anos, para preservar o único tratado remanescente entre nossos países protegendo a estabilidade nuclear. Ao mesmo tempo, eu deixei claro para o presidente Putin [...] que os dias em que os Estados Unidos se recusaram a enfrentar as ações agressivas da Rússia – interferindo em nossas eleições, [realizando] ataques cibernéticos, envenenando seus cidadãos – acabaram. Não hesitaremos em aumentar o custo para a Rússia e defender nossos interesses vitais e nosso povo (Biden, 2021b, online).

Essa política “simultaneamente crítica e cooperativa, mantendo uma postura de condenação de violações de direitos humanos e de princípios democráticos [...] enquanto continua a colaborar em temas sensíveis e fundamentais, como o controle de armamentos” (Freire, 2021, p. 83, tradução nossa), caracterizada por Freire (2021) como um pragmatismo seletivo, marcou o início do governo Biden.

Com efeito, apesar do progresso representado pela extensão do New START – principalmente se comparado às políticas do governo anterior para o controle de armas nucleares –, o relacionamento entre Rússia e Estados Unidos não passou por uma melhora generalizada; pelo contrário, tensões surgiram e foram alimentadas já nos primeiros meses da administração Biden. Em março de 2021, ao ser perguntado se achava que Putin era um assassino, Biden respondeu positivamente, e, horas depois, o embaixador russo em Washington foi chamado de volta a Moscou. Poucos dias depois do ocorrido, Lavrov comentou que as relações entre ambos os países haviam atingido “o fundo do poço” e lamentou que o governo estadunidense não tenha aceitado a proposta de diálogo de Putin para tentar amainar as tensões sobre a acusação (Isachenkov, 2021a).

As animosidades em torno deste episódio só foram efetivamente aplacadas em meados de junho, quando foi realizada a Cúpula Estados Unidos-Rússia em Genebra – que, segundo Sokolshchik, foi “o evento mais importante para suas relações na época” (Sokolshchik, 2023, p. 3, tradução nossa). Durante o encontro, os presidentes concordaram em devolver os embaixadores russo e estadunidense a suas respectivas cidades de atuação, além de terem enfatizado dois tópicos fundamentais: a segurança cibernética e a estabilidade estratégica. Em relação a esta última, criou-se o Diálogo sobre Estabilidade Estratégica Estados Unidos-Rússia (*United States-Russia Strategic Stability Dialogue – SSD*), visando ao desenvolvimento de mecanismos de controle de armas nucleares e à prevenção de um conflito acidental entre as duas potências (Biden, 2021a). Em um comunicado conjunto, Biden e Putin reiteraram o princípio de que “uma guerra nuclear não pode ser vencida e não deve nunca ser travada” (The White House, 2021b, online).

Os efeitos práticos da cúpula de Genebra seriam sentidos já no mês seguinte. Em julho e setembro, respectivamente, realizaram-se os dois primeiros encontros do SSD, sob a liderança da Secretária Adjunta de Estado estadunidense e do vice-Ministro das Relações Exteriores russo. Ao final do segundo encontro do Diálogo, os governos estadunidense e russo emitiram um comunicado conjunto caracterizando as discussões como “intensas e substantivas” e

anunciando que as delegações decidiram estabelecer dois grupos de trabalho para continuar avançando nos temas propostos (United States of America, 2021, online).

Adicionalmente à questão da estabilidade estratégica, outro ponto que havia sido discutido em Genebra e no qual houve certo progresso (ainda que limitado) é o das atividades cibernéticas indevidas de grupos russos. Segundo Pifer (2022), um oficial estadunidense reportou que, nos meses que sucederam o encontro de Biden e Putin, houve uma redução dos ataques cibernéticos de origem russa direcionados a sites nos Estados Unidos. Ademais, mesmo que bastante crítico à postura dos Estados Unidos no Afeganistão – sobretudo no que diz respeito à retirada gradual das tropas norte-americanas do país, abrindo espaço para uma crescente instabilidade na região –, o governo russo se propôs a auxiliar Washington no controle da situação, oferecendo, para este fim, a possibilidade de utilizar bases russas no Tajiquistão e no Quirguistão (Belenkaya *et al.*, 2021).

Por fim, verificou-se também uma ampliação dos contatos diplomáticos entre Rússia e Estados Unidos, tendo a segunda metade de 2021 sido marcada pela realização de uma série de visitas de figuras importantes do governo estadunidense a Moscou. Para citar alguns exemplos, em julho, ocorreu a visita do Enviado Presidencial Especial para o Clima, John Kerry; em agosto, do Secretário de Estado, Antony Blinken; em outubro, da Subsecretária de Estado, Victoria Nuland; e, em novembro, do diretor da CIA e antigo embaixador dos Estados Unidos para a Rússia, William Burns (Pifer, 2022).

Os avanços alcançados ao longo destes últimos meses, entretanto, não se sustentariam por muito tempo. Já em novembro, os Estados Unidos ficaram em alerta diante da crescente presença de tropas russas na fronteira com a Ucrânia, sugerindo que a Rússia poderia estar se preparando para um confronto armado (Harris; Sonne, 2021). No início de dezembro, Biden tentou dissuadir o governo russo de dar início a uma possível invasão ao território ucraniano, advertindo que tal ação seria respondida com fortes sanções econômicas, um incremento no fluxo de armas para a Ucrânia e uma maior prontidão dos Estados Unidos em atender às demandas dos Estados da OTAN localizados próximos à fronteira com a Rússia pela alocação de mais tropas estadunidenses em seus territórios (Shalal; Holland; Osborn, 2021).

A despeito dos esforços de tentar evitar um confronto direto, em 24 de fevereiro de 2022, a Rússia lançou o que convencionou chamar de uma “operação militar especial” na Ucrânia, invadindo o país por ar, terra e mar. Ao anunciar a operação, Putin enfatizou que o movimento russo estava direcionado não tanto à Ucrânia quanto aos Estados Unidos e seus aliados, cuja “política de contenção da Rússia” representava “não apenas uma ameaça muito

real a nossos interesses mas à própria existência de nosso Estado e à sua soberania” (Putin, 2022, online). Iniciou-se, dessa forma, a guerra entre Rússia e Ucrânia que se estende até os dias de hoje.

A invasão à Ucrânia levou as relações entre Rússia e Estados Unidos a seu ponto mais baixo desde a anexação russa da Crimeia, em 2014. Em um comunicado emitido no mesmo dia do início da operação russa, Biden caracterizou-a como um “ataque brutal [...] sem provocação, sem justificativa, sem necessidade” e declarou que, diante do ocorrido, autorizaria “a implementação de forças aéreas e terrestres [...] nos aliados do flanco oriental da OTAN: Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia e Romênia” (Biden, 2022, online). Desde o início do conflito, o governo Biden forneceu considerável ajuda militar e humanitária – mas principalmente militar – à Ucrânia e adotou uma série de medidas punitivas à Rússia, incluindo a imposição de novas sanções e a revogação do status de nação mais favorecida. Somado a isso, houve uma redução dos contatos diplomáticos russo-estadunidenses (Dugas *et al.*, 2022).

À medida que o conflito foi se estendendo e o Ocidente, mas sobretudo os Estados Unidos, continuaram apoiando as forças ucranianas, questões sobre as quais normalmente a cooperação poderia ser mantida – como o controle de armas nucleares – acabaram gradualmente se tornando vítimas da rivalidade entre os dois países. Em abril de 2022, o diretor do Departamento de Não-Proliferação e Controle de Armas do Ministério das Relações Exteriores da Rússia anunciou que os Estados Unidos haviam formalmente congelado as discussões do SSD e que, aparentemente, sua retomada só seria possível quando a operação militar na Ucrânia fosse encerrada (TASS, 2022a). Já em novembro do mesmo ano, a Rússia unilateralmente optou por adiar uma reunião da Comissão Consultiva Bilateral do New START; dois dias depois do ocorrido, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia explicou que o país não discutiria o New START enquanto os Estados Unidos continuassem fornecendo armamentos para a Ucrânia (TASS, 2022b).

Por fim, em 21 de fevereiro de 2023, após ter cancelado uma série de encontros e ter sido acusada pelo governo dos Estados Unidos de ter violado o New START, a Rússia decidiu suspender sua participação no tratado. Ao anunciar a decisão, Putin esclareceu que, para que a Rússia retomasse suas atividades no tratado, seria necessário que os Estados Unidos suspendessem o apoio à Ucrânia e que a França e o Reino Unido se juntassem às conversas sobre o controle de armas nucleares. Em resposta, o Secretário de Estado dos Estados Unidos, Antony Blinken, definiu a ação russa como extremamente infeliz e irresponsável (Bugos, 2023).

Dessa forma, não se pode deixar de observar que a Guerra Russo-Ucraniana exacerbou o antagonismo entre Rússia e Estados Unidos a tal ponto que a compartimentalização de assuntos fundamentais e de interesse de ambos os lados, como o combate ao terrorismo e o controle de armas nucleares, tem sido deixada de lado. Este movimento de iniciativa majoritariamente russa não é inédito: em 2014, seguindo a anexação da Crimeia, os Estados Unidos e os demais países da OTAN praticamente cessaram a cooperação com a Rússia, tendo o então secretário-geral da organização afirmado que, diante do ocorrido, o estado de normalidade das relações não deveria ser mantido (Notte, 2023). Dessa forma,

a recente recusa da Rússia em compartimentalizar imita uma prática iniciada pelos Estados Unidos. Sua reticência está agora afetando um conjunto já reduzido de questões que os dois lados haviam conseguido, em sua maioria, isolar das tensões: o controle de armas nucleares e a não-proliferação nuclear (Notte, 2023, online).

Isso ocorre, no entanto, em um momento de confrontação (embora indireta) entre Rússia e Estados Unidos em que sobretudo os tratados de controle de armas nucleares parecem assumir uma importância ainda maior, não apenas devido à redução efetiva dos arsenais nucleares, mas também à promoção da transparência e de medidas de construção de confiança.

Além disso, a incapacidade de evitar que as questões consideradas sensíveis sejam contaminadas pelo estado geral do relacionamento parece levar também a uma redefinição do *modus operandi* das relações russo-estadunidenses no pós-Guerra Fria, que Angela Stent caracterizou como uma “parceria seletiva” (Stent, 2015, p. 264, tradução nossa), na qual ambos os países cooperam em alguns assuntos ao passo que discordam em outros. Cada vez mais, entretanto, parece-se caminhar para uma direção em que, a despeito de possuírem importantes interesses em comum, “a lacuna entre os interesses e os valores de ambos tem restringido sua capacidade de chegar a um acordo sobre como cooperar em relação aos principais desafios globais” (Stent, 2015, p. 255, tradução nossa). Dessa forma, o padrão das relações entre Rússia e Estados Unidos notado por Rumer e Sokolsky (2019) e mencionado no início do capítulo não só se repete como também se agrava, na medida em que os eventos responsáveis pela deterioração no relacionamento entre os países têm um impacto cada vez maior e mais severo.

### 3 A QUESTÃO GEOGRÁFICA: A EXPANSÃO DA OTAN E MUDANÇAS NO ENTORNO GEOPOLÍTICO RUSSO

Conforme apontado previamente na introdução, uma das cinco variáveis que, segundo Buzan (1987), interferem na eficácia da dissuasão – e que o presente trabalho se propõe a analisar – é a geografia. A relevância deste elemento enquanto variável interveniente se deve ao fato de que, em se tratando de territórios contíguos, a lógica da destruição mútua assegurada pode se tornar vulnerável à ameaça do uso de forças convencionais. Dessa maneira, considerando-se tudo mais constante<sup>16</sup>, a facilidade da aplicação da dissuasão tem relação direta com a distância entre os dissuasores; quanto mais distantes entre si os territórios antagônicos, mais fácil se torna a dissuasão – sendo o inverso também verdadeiro (Buzan, 1987).

A partir dessa lógica, portanto, em se tratando estritamente de Rússia e Estados Unidos, pode-se depreender que o fator geográfico opera a favor da dissuasão. Com territórios separados pelo Oceano Atlântico e pelo continente europeu, por um lado, e pelo Oceano Pacífico, pelo outro, torna-se no mínimo remota a possibilidade de uma ameaça de ataque convencional crível, capaz de comprometer a dissuasão. No entanto, como será abordado de forma mais aprofundada no capítulo seguinte, os objetivos políticos dos Estados Unidos enquanto dissuasor não se restringem à proteção da porção territorial definida por suas próprias fronteiras, abrangendo também os territórios de seus aliados em todo o mundo (Montgomery, 2016). Entre estes, pode-se destacar os países membros da OTAN – organização essa que, em grande medida, garante a presença política e militar estadunidense na Europa (Lindley-French, 2023).

Criada em 1949, ainda no início da Guerra Fria, a OTAN surgiu essencialmente da necessidade de fazer frente à ameaça soviética no continente europeu, sobretudo em sua porção ocidental. Concebida como uma aliança político-militar de segurança coletiva, uma de suas principais premissas – e que a distingue de demais organizações intergovernamentais securitárias – é a ideia de que um “ataque armado a um ou mais [de seus membros] será considerado um ataque a todos” (NATO, 2022a, online). No mesmo sentido, este princípio, que emana do quinto artigo do tratado constitutivo da OTAN, pressupõe que os membros da aliança podem adotar “as ações que considerarem necessárias, incluindo o uso da força” como resposta a um ataque a qualquer um de seus membros (NATO, 2022a, online). Não obstante a dissolução da União Soviética e a extinção do Pacto de Varsóvia – principais ameaças que justificariam a

---

<sup>16</sup> Deve-se ressaltar que essa lógica, em sua forma simplificada, se mantém sob a condição de que o objetivo do dissuasor seja proteger apenas o seu próprio território (dissuasão central). Quando, entretanto, a dissuasão é estendida, tal relação se torna mais complexa (Buzan, 1987).

manutenção (e a própria existência) da OTAN – em 1991, a Organização do Atlântico Norte não apenas continuou ativa, mas também se expandiu para o Leste Europeu (Goldgeier; Shiffrinson, 2023). Inicialmente composta por 12 membros, atualmente a organização abarca 31 países, dos quais apenas os Estados Unidos e o Canadá não se encontram na Europa (NATO, 2023d).

Enquanto uma organização essencialmente (e crescentemente) europeia, liderada pelos Estados Unidos, o aspecto geográfico da OTAN tem um papel fundamental em quaisquer análises envolvendo a Rússia. Isso porque, conforme aponta Arbatov (2003), a Rússia é uma nação que historicamente faz parte da Europa do Leste, e que, a partir do século XVI, passou a conquistar grandes porções de territórios asiáticos; não surpreendentemente, os principais centros de poder russos se encontram voltados para a Europa. Mais do que isso, a política externa e de defesa russa tem o continente europeu como um de seus principais condicionantes, o que parcialmente se reflete em seus longevos esforços para garantir a neutralidade dos antigos Estados satélites da União Soviética – atualmente referidos na esfera política da Rússia como seu “exterior próximo” (*near abroad*) (Piccolli, 2012).

Assim, embora as mudanças geográficas em termos de redefinição de fronteiras (advindas majoritariamente da dissolução da União Soviética e, posteriormente, da Iugoslávia) dificilmente possam ser interpretadas como tendo um impacto negativo sobre a dissuasão entre Estados Unidos e Rússia, uma vez que não aproximaram territorialmente os dois países, o mesmo não pode ser dito do alargamento da OTAN. Com efeito, ainda que representando uma alteração mais geopolítica do que propriamente física, a expansão da aliança militar do Atlântico Norte para a Europa Oriental tem contribuído para, em última instância, trazer os Estados Unidos e seu aparato militar para cada vez mais perto do entorno estratégico russo (Goldgeier; Shiffrinson, 2023).

Dessa forma, considerando a importância do continente europeu para a formulação de políticas de Estado russas e a crescente aproximação de suas fronteiras de uma organização militar liderada pelos Estados Unidos e construída para conter o avanço soviético, torna-se imperativo compreender os impactos desta redefinição geopolítica sobre a dinâmica dissuasória russo-estadunidense. Para tanto, este capítulo analisará de que forma se deu a expansão da OTAN em direção ao leste e como o Estado russo respondeu a este movimento.

### **3.1 Contexto Histórico: a Reunificação da Alemanha e a Primeira Fase de Expansão (1990-1999)**

Após quase meio século de confrontações ideológicas e políticas, o período que se convencionou chamar de Guerra Fria chegou efetivamente ao fim em 1991, com o desmantelamento da União Soviética – formalmente sucedida pela Federação Russa. A partir de um progresso nas relações políticas interestatais em direção à conciliação, que já vinha ocorrendo antes mesmo da conclusão da Guerra Fria, a rivalidade histórica soviética/russo-estadunidense abriu espaço para o estabelecimento de uma dinâmica mais cooperativa do que competitiva entre as duas potências e, portanto, entre a Rússia e a OTAN (Goldgeier; Shiffrinson, 2023; Gorodetsky, 2003).

Característico dessa nova era foi a assinatura da Carta de Paris e do Tratado CFE, ambos em 1990 (Richter, 2022). A partir da primeira, os Estados-membros da OTAN e do Pacto de Varsóvia assumiam o compromisso de futuramente buscar uma parceria para a segurança europeia de forma conjunta, deixando de lado a rivalidade até então vigente (Charter Of Paris, 1990). Já o Tratado CFE, firmado também entre os membros das duas alianças militares antagônicas, determinava limitações quantitativas para uma série de armamentos no continente europeu, de forma a estabelecer um equilíbrio a uma escala reduzida em termos de quantidade de capacidades convencionais (CFE Treaty, 1990). Além disso, o tratado contribuiu também para que fossem anuladas capacidades coletivas que viabilizassem a realização de ataques surpresas no âmbito europeu (Richter, 2022).

Não obstante o desenvolvimento de um ambiente internacional mais favorável para a cooperação russo-estadunidense, o progressivo enfraquecimento da União Soviética – que, ao final da década de 1980, enfrentava sucessivas revoltas externas, inclusive por parte de seus aliados do Pacto de Varsóvia – acabou concedendo uma maior margem para que os Estados Unidos fizessem avançar seus próprios interesses e agendas (Sarotte, 2021). Entre tais interesses, encontrava-se a expansão da presença estadunidense para a Europa Central e Oriental, que seria viabilizada, em grande medida, pela OTAN. Com efeito, como pontua Joshua Shiffrinson,

na virada de 1989 para 1990, os formuladores de políticas dos Estados Unidos começaram a explorar ativamente formas de projetar o poder e a influência estadunidenses na Europa Oriental, e logo focaram na OTAN como o veículo para alcançar este fim (Shiffrinson, 2016, p. 42, tradução nossa).

Nesse sentido, o processo de expansão da OTAN teve início ainda em 1990, a partir da reunificação da Alemanha. Meses de negociações culminaram na assinatura do Tratado Dois Mais Quatro – assim apelidado por ter sido firmado entre a Alemanha Ocidental, a Alemanha

Oriental e as quatro potências que ocuparam o território alemão após o fim da Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, União Soviética, Reino Unido e França) (Shiffrinson, 2016). Além de ter definido as bases para que o país até então dividido em zonas de influência retomasse sua unicidade, o acordo estabeleceu também que a recém unificada Alemanha poderia fazer parte da OTAN – com a ressalva, entretanto, de que o território correspondente à antiga porção oriental alemã não deveria receber tropas nem hospedar armas nucleares estrangeiras (Deutschland.de, 2015).

Mais do que isso, no entanto, o Tratado Dois Mais Quatro assumiu, principalmente para a União Soviética, um caráter simbólico, uma vez que trouxe consigo importantes discussões e alinhamentos em torno da expansão (ou não-expansão) da OTAN para o Leste (Sarotte, 2021; Shiffrinson, 2016). De acordo com Shiffrinson (2016), a análise de documentos referentes às negociações permite inferir que, em um primeiro momento, a retirada soviética do território correspondente à República Democrática e a subsequente reunificação das duas Alemanhas estariam sujeitas à não-expansão da OTAN em direção ao Leste Europeu. Ainda, ter-se-ia sugerido que a aliança ocidental seria menos militar e mais política, de tal forma que uma nova ordem securitária europeia, abrangendo a União Soviética e os demais Estados do leste, seria construída, provavelmente no bojo da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (*Conference on Security and Cooperation in Europe – CSCE*). No mesmo sentido, Sarotte demonstra em sua obra que o então Secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, teria afirmado que a OTAN não se moveria “nem uma polegada” para o Leste (Sarotte, 2021, p. 55, tradução nossa).

O fim formal da Guerra Fria e a consequente inauguração de um momento de unipolaridade no cenário internacional criaram um ambiente significativamente mais permissivo para os Estados Unidos, que, a partir de então, poderiam empreender uma expansão mais audaciosa para outros antigos territórios soviéticos (Sarotte, 2021; Shiffrinson, 2023). Ainda que, de forma bastante favorável à agenda estadunidense, os governos de alguns países da Europa Oriental – sobretudo Hungria, Polônia e República Tcheca, que em 1991 formaram o chamado Grupo de Visegrado para facilitar sua adesão às instituições europeias – já vinham demonstrando interesse em integrar a OTAN, ao longo de 1991 e do início de 1992, o governo George H. W. Bush preferiu evitar a expansão da organização – o que se deveu, em parte, ao seu foco na Guerra do Golfo, e, em parte, às pressões russas e de países da Europa Ocidental contra o alargamento (Sarotte, 2021).

O ponto de inflexão ocorreu em 1994, durante a administração Clinton (Webber; Sperling; Smith, 2012). Desde seu início, em 1993, o recém-inaugurado governo Clinton viu-se confrontado com o desafio de equacionar dois fatores aparentemente irreconciliáveis: o desejo de oferecer aos países do Leste Europeu a tão desejada filiação à OTAN e o imperativo de manter boas relações com a Rússia. A isso, somava-se ainda a necessidade de negociar a desnuclearização da Ucrânia – que, com a dissolução da União Soviética, herdou parte de seu arsenal nuclear – sem explicitamente ofertar uma vaga na aliança do Atlântico Norte como contrapartida, de forma a não se indispor com a Rússia<sup>17</sup> (O’Hanlon, 2017; Sarotte, 2021).

A solução encontrada pelo governo Clinton se materializou no programa Parceria para a Paz (*Partnership for Peace* – PfP) (O’Hanlon, 2017). De modo geral, o objetivo do programa consistia em fomentar a cooperação entre os países da Europa Oriental e a OTAN, de forma a criar um alicerce para que o ingresso de tais nações à organização fosse eventualmente alcançado. Na prática, a PfP viabilizava uma maior aproximação entre os países membros e não-membros da OTAN sem estender a estes últimos as garantias do quinto artigo do tratado constitutivo da aliança militar (Townsend Jr., 2023). Além disso, enquanto uma manobra política estadunidense, o programa servia para acalmar os governos dos países do leste em seus clamores por serem admitidos à organização sem alienar a Rússia, em última instância comprando tempo para que a expansão da OTAN pudesse ser mais bem elaborada (Sarotte, 2021).

O sucesso da PfP foi, no entanto, efêmero. Ao mesmo tempo em que os países membros do Grupo de Visegrado pressionavam por mais celeridade no processo de adesão, Yeltsin reivindicava um status especial para a Rússia no programa, por se tratar de uma grande potência que estaria, *a priori*, em pé de igualdade com os Estados Unidos. As expectativas do presidente russo foram logo frustradas na medida em que a PfP admitiu dezenove Estados, nenhum dos quais se tratava da Rússia. Em razão disso e de outros fatores externos – entre os quais destaca-se a Guerra na Bósnia –, as relações russo-estadunidenses se deterioraram substancialmente (Sarotte, 2021). Contudo, o momento mais crítico para o relacionamento entre os dois países ocorreu na Conferência de Budapeste de 1994, onde – apesar de se ter celebrado a transição da CSCE para Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), conferindo-lhe maior institucionalidade – Clinton apresentou a OTAN como “o alicerce da segurança na Europa” (The White House, 1994, online), de forma a alienar a Rússia. De acordo com Zubok,

---

<sup>17</sup> Mesmo nessa época já era claro para os formuladores de políticas estadunidenses que trazer a Ucrânia para a OTAN seria cruzar um limite crucial com a Rússia (Sarotte, 2021).

o episódio em questão esteve no cerne de uma “quebra de confiança, da qual a cooperação entre Estados Unidos e Rússia nunca se recuperou completamente” (Zubok, 2023, p. 150, tradução nossa).

A frustração russa foi sentida por Clinton, que, mais do nunca, precisou encontrar um equilíbrio entre a manutenção de um bom relacionamento com o governo Yeltsin e o endereçamento das pressões realizadas pelos países do Leste Europeu por sua acesso à OTAN. Com o intuito de atender a estes requisitos, e compreendendo a necessidade de garantir que a Rússia continuasse tendo um governo que simpatizasse com o Ocidente, o presidente estadunidense optou por postergar a expansão da OTAN pelo menos até 1996 – ano em que deveriam ocorrer as eleições russas. Dessa forma, foi se consolidando o entendimento de que o alargamento da organização deveria ocorrer de forma paulatina e faseada, englobando grupos reduzidos de países a serem gradualmente incorporados (O’Hanlon, 2017; Sarotte, 2021).

Em meio a debates frequentes entre os governos Clinton e Yeltsin e clara oposição russa à expansão da organização do Atlântico Norte, em 1997, lançou-se o que viria a ser um marco dos esforços de cooperação entre Rússia e OTAN: o Ato Fundador OTAN-Rússia (*NATO-Russia Founding Act*) (Goldgeier; Shiffrinson, 2023). Lançado durante a Cúpula da OTAN de Paris, em maio de 1997, o Ato Fundador delineava as principais diretrizes e princípios para as relações, preferencialmente de caráter cooperativo, entre Rússia e a organização encabeçada pelos Estados Unidos. Entre outras provisões, o documento demarcava o comprometimento da OTAN de não instalar armamentos nucleares no território de novos membros e estabelecia que ambas as partes trabalhariam de forma conjunta para a adaptação do Tratado CFE<sup>18</sup> – adequando-o à nova realidade geopolítica europeia do pós-Guerra Fria (NATO, 2009).

Além disso, o Ato Fundador foi responsável pela criação de um mecanismo de consultas e cooperação entre a OTAN e a Rússia: o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia (*NATO-Russia Permanent Joint Council*) – ou apenas Conselho Conjunto Permanente (*Permanent Joint Council* – PJC). Seu objetivo era fornecer um espaço para o diálogo entre os países membros da OTAN e a Rússia e, “na medida do possível, quando apropriado, para [tomar] decisões e ações conjuntas no que diz respeito a questões de segurança de interesse comum” (NATO, 2009, online). Em 2002, na Cúpula OTAN-Rússia de Roma, o PJC foi substituído pelo Conselho Rússia-OTAN (*NATO-Russia Council* – NRC) (NATO, 2022).

---

<sup>18</sup> De modo geral, o Acordo sobre a Adaptação do Tratado CFE alterava o tratado para que os limites de armamentos fossem estabelecidos por país, e não mais por blocos (OTAN e Pacto de Varsóvia). Apesar de ter sido assinado em 1999, o acordo de adaptação não chegou a entrar em vigor, pois a ratificação por parte dos membros da OTAN foi barrada por George W. Bush (Richter, 2022).

De acordo com Goldgeier e Shifrinson, o Ato Fundador OTAN-Rússia buscava passar a mensagem de que “a expansão [da OTAN] não deveria redividir a Europa”. Na prática, no entanto, tanto o documento quanto o mecanismo dele derivado possuíam um caráter bem menos efetivo do que simbólico (Goldgeier; Shifrinson, 2023, p. 7, tradução nossa). Para Webber, Sperling e Smith, o Ato Fundador e o PJC nunca tiveram “a intenção de ser nada além de artifícios táticos desenhados para sublimar a oposição oficial russa à ampliação da OTAN enquanto ela estava em andamento” (Webber, Sperling; Smith, 2012, p. 130, tradução nossa). Com efeito, como apontado pela própria ex-Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, o objetivo era “dar a Moscou uma voz, mas não um veto, nas discussões de segurança europeias” (Albright, 2003, p. 322, tradução nossa). Este pressuposto tornou-se claro nos anos subsequentes tanto pelo movimento de fomentar a expansão da OTAN quanto pela intervenção da organização no Kosovo, sublinhando a desconsideração pelos interesses russos.

Dessa forma, já em 1997, durante a Cúpula da OTAN de Madrid, oficializaram-se os primeiros convites de acessão à OTAN, destinados, neste primeiro momento, à Hungria, à Polônia e à República Tcheca (Sarotte, 2021). A expectativa era de que, até 1999, “aniversário de cinquenta anos da OTAN e dez anos após a queda do Muro de Berlim”, os países do primeiro grupo a receber a oferta para se juntar à organização “deveriam ser membros plenos da OTAN” (Clinton, 1996, online). Conforme desejado pelo então presidente estadunidense, em março de 1999, celebrou-se a adesão – tecnicamente consentida pela Rússia, de acordo com os pressupostos do Ato Fundador de 1997 – dos três países acima mencionados à aliança militar do Atlântico Norte (Richter, 2022). Iniciava-se, assim, o movimento coordenado de expansão da OTAN (e, conseqüentemente, dos Estados Unidos) para o antigo entorno soviético.

### **3.2 A Segunda e a Terceira Fase de Expansão: A Rússia Cercada (1999-2009)**

De modo geral, a primeira fase de alargamento da OTAN, que concedeu o status de membros aos países do chamado Grupo de Visegrado, ocorreu em meio a uma série de contratempos, tendo levado quase dez anos para efetivamente se consolidar. Para além da forte resistência russa, a inclusão apressada de novos países a uma aliança já consolidada trouxe consigo desafios de adequação organizacional e institucional – como apontado por James Townsend Jr. (2023), foi apenas depois de optar por sua expansão que a OTAN se dedicou a pensar em como fazê-lo. Ainda assim, a concretização do ingresso da Hungria, da Polônia e da

República Tcheca deixou claro que a acessão de novos Estados-membros seria apenas uma questão de tempo (Sarotte, 2021).

Embora as etapas subsequentes não tenham estado isentas de seus próprios obstáculos, sua execução foi facilitada pela experiência que se adquiriu com a entrada dos três países acima mencionados – experiência essa que, em grande medida, deu origem ao chamado Plano de Ação para Adesão (*Membership Action Plan* – MAP). Consistindo essencialmente em um programa que busca auxiliar os países que desejam fazer parte da OTAN, o MAP foi apresentado pela primeira vez na cúpula da organização de Washington, em abril de 1999. De modo geral, o plano prevê que os Estados aspirantes a se tornarem membros da OTAN recebam aconselhamento de caráter técnico e político e se encontrem regularmente com representantes da organização para colher comentários sobre seu progresso. Um dos principais elementos do MAP, vale destacar, é a questão do planejamento de defesa (NATO, 2023b).

Dessa maneira, diferentemente dos três primeiros ingressantes (além da própria Alemanha), o segundo grupo de países a se juntar à OTAN no pós-Guerra Fria se beneficiou de um plano mais estruturado e, portanto, de uma maior previsibilidade quanto à sua acessão. Ainda assim, foram necessários mais alguns anos para que se iniciasse a segunda fase de expansão da organização, uma vez que a virada da década de 1990 para os anos 2000 esteve marcada por importantes eventos políticos e militares tanto no cenário internacional quanto nos âmbitos domésticos dos Estados Unidos e da Rússia (Hicks; Samp, 2017; Krepon, 2021).

Na arena internacional, testemunhou-se o que pode ser interpretado como um dos principais pontos de inflexão no relacionamento entre Rússia e OTAN no pós-Guerra Fria. Sob o pretexto de garantir a proteção dos direitos humanos da população civil, em março de 1999, a OTAN lançou a Operação Força Aliada (*Operation Allied Force* – OAF), por meio da qual intervinha militarmente na Iugoslávia. O evento marcou a primeira vez em que a organização operou fora de seu escopo territorial (nenhum país da OTAN estava sob ataque) e lançou mão do uso da força sem a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Para a Rússia, tratava-se de uma intervenção não justificada e que desconsiderava seus interesses e posições em uma área que historicamente fazia parte de sua zona de influência. Ademais, com esse movimento, a OTAN abandonou, na prática, seu caráter estritamente defensivo e passou a operar de forma mais ofensiva – o que iria ser reforçado poucos anos depois no Afeganistão, extrapolando, dessa vez, o próprio cenário europeu (Arbatov, 2003; Light; Löwenhardt; White, 2003; Piccolli, 2016)

Em contrapartida, no âmbito interno russo, a renúncia de Yeltsin no final de 1999 abriu espaço para a ascensão de Vladimir Putin à presidência, oficialmente eleito ainda em 2000. Já nos Estados Unidos, o cenário político esteve marcado pelo fim do governo Clinton, tendo as eleições que deveriam escolher seu sucessor ocorrido no ano de 2000. Em 2001, George W. Bush assumiu como presidente estadunidense, reiterando seu desejo de dar continuidade à política de alargamento da OTAN levada a cabo por seu antecessor (Hicks; Samp, 2017; Krepon, 2021).

Apesar do receio prévio de que um novo presidente russo poderia adotar uma política mais contenciosa com o Ocidente, a firme oposição à expansão da OTAN trazida por Yeltsin e reforçada por seu segundo Ministro das Relações Exteriores, Primakov, fez com que alguns líderes – incluindo o então Secretário-Geral da OTAN – enxergassem em Putin uma oportunidade de reconfigurar o relacionamento abalado com a Rússia (Webber; Sperling; Smith, 2012). Com efeito, no início de seu mandato, o recém-eleito presidente da Federação Russa abertamente contemplou a possibilidade de uma cooperação mais assertiva com o Ocidente. Putin chegou a afirmar que não descartava o ingresso da Rússia na OTAN – contanto que os interesses russos fossem levados em consideração e que o país fosse tratado como um parceiro igual (Hoffman, 2000; Light; Löwenhardt; White, 2003).

Outro reflexo importante da melhora nas relações entre Rússia e OTAN foi a assinatura da Declaração de Roma de 2002, por meio da qual o PJC era substituído pelo NRC. A principal mudança se deu em termos dos moldes das negociações: ao passo que, no primeiro, os encontros ocorriam de maneira bilateral, em um formato OTAN+1, no segundo, os membros da organização eram representados individualmente, estando a Rússia em pé de igualdade com os demais (NATO, 2022d). Apesar de ter fornecido um *locus* para debates entre a Rússia e os membros da OTAN (sobretudo em relação às questões do terrorismo, da não-proliferação de armas de destruição em massa e da defesa antimíssil), em termos práticos, o conselho fez poucos avanços. Segundo Webber, Sperling e Smith, “desde a origem do NRC, houve casos de cooperação operacional entre a OTAN e a Rússia, mas elas foram deixadas de lado quando necessário” (Webber, Sperling; Smith, 2012, p. 136, tradução nossa). Nesse sentido, assim como o PJC, em última instância, o NRC foi concebido com a finalidade de mitigar a oposição russa à expansão da OTAN (Webber; Sperling; Smith, 2012).

Com efeito, já em novembro de 2002, poucos meses após a assinatura do documento responsável pela criação do NRC, teve início a segunda fase de alargamento da OTAN. Ainda em 2000, Albânia, Bulgária, Croácia, Estônia, Eslováquia, Eslovênia, Letônia, Lituânia,

Macedônia do Norte e Romênia formaram o chamado Grupo de Vilnius, com a finalidade de, similarmente ao Grupo de Visegrado, cooperarem mutuamente para facilitar sua adesão à OTAN. Embora todos os países do grupo, à exceção da Croácia, tenham recebido assessoria via MAP a partir de 1999, apenas sete foram convidados a se juntar à organização. Uma vez finalizados os processos administrativos requeridos para adesão, em 2004, durante a Cúpula da OTAN de Istambul, celebrou-se oficialmente a admissão de Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia e Romênia (Hicks; Samp, 2017).

A incorporação do novo grupo de países à OTAN, que, naquele momento, passou a contar com 26 membros, não foi bem recebida pelo governo russo. A percepção de Putin era a de que a expansão da aliança militar buscava conter uma ameaça que já não mais existia, principalmente em se considerando uma nova realidade na qual o terrorismo despontava como ponto de grande preocupação (Hicks; Samp, 2017). Especialmente incômodo para a Rússia, entretanto, foi a inclusão dos países bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia). Além da existência de uma questão simbólica, já que os três países fizeram parte tanto do império russo quanto da União Soviética, havia também uma questão estratégica: com a entrada dos países bálticos, a região de Kaliningrado – conhecida, entre outros fatores, por hospedar uma grande quantidade de artefatos militares russos – ficaria geograficamente alijada do restante da Rússia por territórios da OTAN (O’Hanlon, 2017; Marten, 2023).

Nesse sentido, apesar do otimismo inicial em relação ao governo Putin por parte do Ocidente, à medida em que se prosseguiu com o andamento da expansão da OTAN e em que, por motivos além deste, as relações com os Estados Unidos foram se deteriorando, logo tornou-se claro que a postura inicial mais cooperativa por parte da Rússia não se sustentaria por muito tempo. Para o presidente russo, além de ser despropositado – uma vez que a justificativa da própria existência da aliança militar (isto é, a União Soviética) já não estava mais presente –, o movimento de alargamento da OTAN representava, em última instância, uma humilhação imposta à Rússia por parte do Ocidente e, principalmente, dos Estados Unidos, que estariam tirando proveito da situação de fragilidade pela qual o país vinha passando desde o fim da Guerra Fria (Townsend Jr., 2023).

Em meio a este cenário de crescente desconfiança entre a Rússia e a OTAN, começou a se desenrolar, no final de 2004, um evento que minaria ainda mais as relações entre os dois lados. A chamada Revolução Laranja eclodiu na Ucrânia em novembro de 2004, quando uma série de cidadãos ucranianos foram às ruas protestar contra o resultado das eleições presidenciais. Segundo o levantamento oficial, o vencedor teria sido Viktor Yanukovich,

apoiado pelo então presidente ucraniano e por Vladimir Putin; no entanto, indícios e alegações de que teria havido fraude eleitoral em favor do candidato da situação começaram a surgir e, somados à insatisfação com o histórico de corrupção do país, fizeram com que a revolução tomasse forma. Como consequência, convocou-se uma nova eleição e, em dezembro do mesmo ano, Viktor Yushchenko (candidato da oposição) elegeu-se presidente (Karatnycky, 2005).

Situação semelhante havia ocorrido um ano antes, na Geórgia. A chamada Revolução Rosa teve como estopim as eleições parlamentares de 2003, as quais, segundo observadores internacionais (incluindo de organizações não-governamentais), foram marcadas por fraude e irregularidades, com os resultados oficiais não correspondendo aos de levantamentos feitos independentemente. Diante disso, o já vulnerável governo de Eduard Shevardnadze, conhecido entre a população georgiana por casos de corrupção e por sua incapacidade de prover serviços básicos, viu-se ainda mais fragilizado. O golpe final ocorreu em 22 de novembro, quando opositores de Shevardnadze interromperam a sessão de abertura do parlamento, conduzida pelo então presidente. À renúncia de Shevardnadze seguiu-se o estabelecimento de um governo provisório e a convocação de novas eleições, que, no início de 2004, conduziram Mikheil Saakashvili à presidência da Geórgia (Welt, 2010).

É importante ressaltar que ambas as revoluções Rosa e Laranja, juntamente com a Revolução das Tulipas (2005), no Quirguistão, fazem parte das chamadas “revoluções coloridas”. No caso destas insurreições ocorridas no antigo espaço soviético, o termo é utilizado para designar movimentos revolucionários que pressionavam por uma maior democratização e, portanto, pela realização de eleições limpas e transparentes. Além disso, comum a estes movimentos foi a participação de atores externos (sejam governos, sejam organizações não-governamentais) no fornecimento de apoio a um dos lados da disputa<sup>19</sup> – ainda que haja debates quanto ao grau desse envolvimento. Ao passo em que a Rússia encontrava nos governos até então vigentes aliados, os Estados Unidos e a União Europeia patrocinaram os rebeldes em favor, alegadamente, da promoção da democracia (Ortega, 2009).

Um terceiro elemento fundamental a ser levado em consideração é que, nos três casos em questão, o apoio do Ocidente parece ter sido imprescindível para que as revoluções fossem exitosas (Ortega, 2009). Nesse sentido, a legitimidade dos movimentos foi muito questionada pelo governo russo, que não apenas entendia ter havido forte interferência externa na coordenação das revoluções da Geórgia, da Ucrânia e, mais tarde, do Quirguistão, mas também

---

<sup>19</sup> Por exemplo, nos anos imediatamente anteriores à eclosão da Revolução Laranja, na Ucrânia, o governo dos Estados Unidos despendeu cerca de 65 milhões de dólares para fomentar a democracia no país (Beissinger, 2007).

enxergava de maneira muito cética as intenções estadunidenses de “promoção da democracia” (O’Hanlon, 2017).

Tendo isso em mente, e considerando que tais revoluções coloridas acarretaram o estabelecimento de regimes pró-Occidente, não surpreende que sua irrupção tenha sido motivo de preocupação para a Rússia. Com efeito, o sucesso das revoluções Rosa e Laranja fez com que Putin perdesse governos favoráveis à Rússia em dois países de seu entorno estratégico. Portanto, juntamente à segunda fase de expansão da OTAN, isso significava um Occidente cada vez mais próximo ao exterior próximo russo (Townsend Jr., 2023). Ainda, com presidentes pró-Estados Unidos governando a Geórgia e Ucrânia, tornavam-se maiores as perspectivas de que tais países pudessem eventualmente reivindicar sua afiliação à aliança do Atlântico Norte. Conforme apontado por Moore (2023), foi com o advento da Revolução Laranja que, pela primeira vez, uma liderança ucraniana demonstrou interesse em efetivamente ingressar na OTAN, e, para tanto, submeter-se a todas as etapas requeridas para adesão. De forma similar, o presidente georgiano Mikheil Saakashvili fez questão de deixar claro seu desejo de promover a entrada da Geórgia na organização (Burns, 2019).

Dessa forma, os anos que sucederam as revoluções coloridas no Leste Europeu foram marcados por uma significativa deterioração nas relações entre a Rússia e a OTAN. Por meio da crescente presença da OTAN na vizinhança da Rússia e da manutenção de boas relações com governos de países estratégicos, como Geórgia e Ucrânia, os Estados Unidos foram se aproximando cada vez mais do território russo. Em 2007, por exemplo, sem a realização de consultas prévias ao NRC, a potência ocidental estacionou forças militares de caráter permanente no Mar Negro. Segundo Richter,

os Estados Unidos descreveram suas forças de combate “rotativas” na Romênia e na Bulgária como “não substanciais”. Entretanto, ambos os Estados fazem parte da “área de flanco do Grupo Oriental” dos Estados participantes do [Tratado] CFE, aos quais se aplicam limitações especiais e obrigações de consulta (Richter, 2007, p. 6, tradução nossa).

Diante de acontecimentos como este – que, para Putin se traduziam em sucessivos esforços do Occidente para humilhar a Rússia e minar seu poder –, foi se tornando cada vez mais evidente o descontentamento do presidente russo. Em um discurso emblemático realizado na Conferência de Segurança de Munique de 2007, Putin foi enfático ao afirmar que acreditava

[...] ser óbvio que a expansão da OTAN não tem nenhuma relação com a modernização da própria aliança ou com a garantia de segurança na Europa. Pelo contrário, ela representa uma provocação séria, que reduz o nível de confiança mútua. E nós temos o direito de perguntar: contra quem se destina essa expansão? E o que aconteceu com as garantias que nossos parceiros do Occidente deram após a dissolução do Pacto de Varsóvia? (Putin, 2007, online).

O maior ponto de tensão desde o começo do processo de alargamento da OTAN, contudo, estava reservado para a Cúpula da OTAN de Bucareste, que ocorreu em fevereiro de 2008. Durante o evento, deu-se o pontapé inicial para o que se configuraria como a terceira fase de expansão da organização: emitiram-se oficialmente os convites para que Albânia e Croácia se unissem à aliança (NATO, 2022c). Ambos haviam recebido assistência via MAP (o primeiro a partir de 1999 e o segundo a partir de 2002) e haviam participado do Grupo de Vilnius; no entanto, como sua adesão não pôde ser realizada junto aos demais membros do grupo, formaram junto com Macedônia, Albânia e Croácia a Carta do Adriático, para dar continuidade aos esforços de ingresso na OTAN. Ademais, ao final de 2008, uniram-se ao grupo também Montenegro, Bósnia-Herzegovina e Sérvia – este com status de observador (Republic of Albania, 2023).

O principal motivo de perturbação para a Rússia – e cujos efeitos foram mais deletérios sobre suas relações com o Ocidente –, no entanto, adveio menos do convite feito à Albânia e à Croácia do que da declaração de que a OTAN acolhia “as aspirações euro-atlânticas da Ucrânia e da Geórgia de se tornarem membros [da organização]” (NATO, 2022c, online). Em termos estratégicos, ambos os países possuem um valor crucial para os interesses russos, uma vez que seus territórios correspondem às “únicas massas de terra impedindo que a Rússia, em sua busca histórica por portos de água quente no Mar Negro (e no Mediterrâneo), seja completamente encurralada pela OTAN” (Marten, 2023, p. 223, tradução nossa). Ainda, a Ucrânia, em específico, consiste em um dos principais pontos de conexão da Rússia com a Europa, sendo seu território a rota de passagem da parcela majoritária do gás natural russo exportado para os países da União Europeia (Piccolli, 2012).

Embora suficiente para desestruturar as relações entre a Rússia e a OTAN, a declaração realizada por George W. Bush não chegou a se traduzir em planos concretos. A contenção da ambição estadunidense ficou a cargo principalmente da França e da Alemanha: além de acreditarem que as condições domésticas tanto da Geórgia quanto da Ucrânia não estavam em conformidade com os padrões exigidos pela OTAN, entendia-se que o ingresso da última, em particular, seria um fator desestabilizador, com grande oposição interna (por parte da população ucraniana de origem russa) e externa (por parte da própria Rússia) (Richter, 2022). Mais especificamente, França e Alemanha viam ser inoportuno criar ainda mais fricções com a Rússia em um momento em que o fornecimento de recursos energéticos russos se tornava cada vez mais essencial para a Europa (Moore, 2023).

Com efeito, ainda que a manutenção da neutralidade de ambas Geórgia e Ucrânia fosse inegociável para o governo russo, era reconhecido que a Ucrânia possuía importância singular, o que se deve não apenas ao seu já mencionado valor estratégico, mas também ao passado compartilhado com a Rússia – o atual território ucraniano fez parte da União Soviética e do Império Russo, tendo Kiev sido um dos mais importantes centros deste. Assim, desde que se começou a ensejar a expansão da OTAN em direção ao leste, esteve claro para a maioria dos formuladores de política estadunidenses que o ingresso da Ucrânia seria indigerível para a Rússia (Goldgeier; Shifrinson, 2023). Como apontado ainda em 2006 por William J. Burns, embaixador dos Estados Unidos para a Rússia na época, “a Geórgia era a preocupação mais imediata, mas a Ucrânia continuou sendo a mais vermelha das linhas vermelhas para Putin” (Burns, 2019, p. 347, tradução nossa).

Dois anos depois de sua emissão, o comentário realizado por Burns sobre a imediaticidade da questão da Geórgia se provaria correto. No dia 7 de agosto de 2008, a decisão de Saakashvili de lançar um ataque contra milícias separatistas na Ossétia do Sul deu início à Guerra Russo-Georgiana (O’Hanlon, 2017). Em resposta, a Rússia enviou tropas para a região e, em poucos dias, abriu um segundo front de combate na Abecásia, também com apoio de grupos separatistas. Cinco dias após a eclosão do conflito, negociou-se um cessar-fogo, que foi sucedido pelo reconhecimento da Ossétia do Sul e da Abecásia como Estados independentes por parte da Rússia (Richter, 2022). A declaração russa estremeceu ainda mais as relações com a OTAN, para a qual o reconhecimento das duas regiões como Estados independentes ia de encontro a resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas (NATO, 2008).

Em última instância, a invasão à Geórgia em apoio às forças separatistas foi um instrumento para que a Rússia deixasse claro que não toleraria avanços da OTAN em seu exterior próximo. Diante disso, a organização reviu a decisão de oferecer MAP para a Geórgia – sem, no entanto, deixar que o país perdesse completamente as esperanças de se tornar um membro. Assim, estabeleceu-se a Comissão OTAN-Geórgia, que, de forma similar ao já existente Conselho OTAN-Ucrânia, serviria para reservar um lugar para a Geórgia no MAP e sinalizar o comprometimento da OTAN com a segurança do país (Townsend Jr., 2023). Contudo, como bem observa James Townsend Jr., tal ação

[...] foi um exemplo de como a expansão deixou de ser uma ferramenta de unidade europeia e passou a ser utilizada para mostrar à Rússia que ela não poderia dar as cartas na segurança da Europa e que ela não possuía direito de veto sobre as aspirações securitárias de nações soberanas. O alargamento agora estava sendo usado por ambos os lados como um teste de vontade (Townsend Jr., 2023, p. 521, tradução nossa).

Ademais, cabe também mencionar que, no período compreendido pelo conflito entre Rússia e Geórgia, o NRC permaneceu essencialmente insignificante. Sua inatividade em um momento crucial para as relações entre a Rússia e os países membros da OTAN demonstrou que, mesmo seis anos após a sua criação, o Conselho não havia contribuído para a melhora do relacionamento entre as duas partes (Webber; Sperling; Smith, 2012).

A despeito dos eventos ocorridos ao longo de 2008, o ano que o sucedeu foi marcado por uma tentativa de redefinir as relações dos Estados Unidos – e, conseqüentemente, do Ocidente – com a Rússia. A chegada de Obama à presidência dos Estados Unidos coincidiu com o breve período em que Dmitri Medvedev ocupou o cargo de presidente da Federação Russa, gerando expectativas de que posições antagônicas mais extremas abririam espaço para o diálogo. De fato, em certo grau, tais expectativas foram atendidas ao longo dos primeiros anos do governo Obama; no entanto, à medida em que desentendimentos nos mais diversos âmbitos do cenário internacional foram surgindo, ficou claro que as relações entre Rússia e OTAN continuariam se deteriorando (O’Hanlon, 2017).

Além disso, o ano de 2009 marcou também a oficialização da terceira fase de expansão da OTAN no pós-Guerra Fria. Durante a Cúpula da OTAN de Estrasburgo-Kehl, Albânia e Croácia uniram-se formalmente à OTAN, consolidando-se como 27º e 28º membros da organização (NATO, 2009). Dessa forma, restavam ser considerados para adesão Macedônia – receptora do MAP em 1999 e cuja proposta de ingresso foi vetada pela Grécia em 2008 – e Montenegro – que, embora parte do PfP desde 2006, foi aceito para o MAP apenas no final de 2009 (NATO, 2017; Republic of North Macedonia, 2022).

### **3.3 Desaceleração da Expansão e Deterioramento nas Relações Rússia-OTAN (2009-2023)**

Uma vez concluídos os respectivos processos de acessão tanto da Albânia quanto da Croácia, pode-se dizer que houve uma desaceleração no ritmo de alargamento da OTAN. Isso se deveu ao fato de que, por um lado, havia países buscando integrar a organização, mas que ainda não se mostravam administrativa e organizacionalmente prontos para tal – como Macedônia e Montenegro; e, por outro, de que a Rússia já havia deixado claro que o ingresso de determinados países de sua vizinhança (a saber, Geórgia e Ucrânia) não seria tolerado – ou, então, caso se efetivasse, não seria a baixo custo.

Embora devido à reeleição de Saakashvili em 2008, na Geórgia, se mantivesse o cenário de alinhamento ao Ocidente e, portanto, de aproximação de instituições como a União Europeia e

a OTAN, em fins de 2009 e início de 2010, na Ucrânia, o contexto político já havia se alterado (Kilner, 2008). Após cinco anos de governo pró-Ocidente, as eleições presidenciais ucranianas de 2010 levaram de volta ao poder Viktor Yanukovich, candidato pró-Rússia cuja vitória em 2004 foi contestada na Revolução Laranja e que, mais tarde, foi derrotado no processo eleitoral subsequente por Viktor Yushchenko (CNN, 2010).

Enquanto um candidato abertamente apoiado pela Rússia – e cujo partido, inclusive, encontrava-se formalmente vinculado ao de Putin –, Yanukovich foi eleito seguindo a tradicional divisão geográfico-populacional da Ucrânia, com apoio majoritário da população da parte oriental do país, historicamente vinculada aos russos. Com efeito, ainda que seja equivocado afirmar que Yanukovich promoveu uma política externa de alinhamento completo com a Rússia<sup>20</sup>, seu governo esteve marcado, entre outros fatores, por adotar medidas favoráveis à sua vizinha do Leste. Apenas para citar alguns exemplos, houve a assinatura de um acordo para permitir a utilização da Crimeia como base para a frota russa no Mar Negro até 2042 e a submissão de uma lei ao parlamento renunciando a quaisquer aspirações de fazer parte da OTAN, de forma a consolidar a Ucrânia como um Estado neutro (Marcetic, 2022; BBC News, 2010).

Dessa maneira, não surpreende que grande parte das ações tomadas por Yanukovich não tenham sido populares entre a população da parte oeste da Ucrânia, que esperava uma maior integração com o Ocidente. Ademais, parcela significativa da insatisfação com seu governo advinha do que se considerava ser um caráter corrupto e autoritário, tendo se utilizado da Constituição anterior à Revolução Laranja para concentrar mais poderes. A última esperança residia na perspectiva de assinatura de um acordo com a União Europeia, que permitiria uma maior convergência econômica da Ucrânia com o bloco, possivelmente trazendo uma melhora nas condições sociais do país (Gontijo, 2020; Marcetic, 2022).

Todavia, o tão esperado acordo, cujas negociações haviam se iniciado antes mesmo da chegada de Yanukovich ao poder, não foi assinado no encontro de líderes europeus que ocorreu no dia 29 de novembro de 2013, conforme se esperava que o seria. A partir de então, manifestações pressionando pela assinatura do acordo com a União Europeia tomaram grandes proporções e se transformaram em protestos contra o governo de Yanukovich, dando origem à chamada *Euromaidan*. À medida em que as manifestações, concentradas principalmente na

---

<sup>20</sup> No âmbito externo, Yanukovich demonstrou traçar um limite em seu comprometimento com a Rússia principalmente em questões referentes ao gás natural ucraniano. Além de recusar a oferta russa de fundir as estatais de gás de ambos os países, o presidente ucraniano repetidamente incentivou a integração com a Europa como um instrumento para modernizar a infraestrutura de gás do país (Marcetic, 2022).

Praça Maidan de Kiev, foram sendo repreendidas pelo governo – primeiro com a utilização de força pela polícia antimotins e, posteriormente, com a adoção de leis antiprotesto –, os protestantes foram se radicalizando e respondendo com mais violência<sup>21</sup>. Apesar da assinatura de um acordo entre o presidente e a oposição no dia anterior, em 22 de fevereiro de 2014, Yanukovich foi deposto (Gontijo, 2020; Marcetic, 2022).

Assim, com menos de dez anos de diferença, Yanukovich, representando um governo ucraniano apoiado pela Rússia de Putin, foi novamente removido do poder por um movimento revolucionário. Similarmente à Revolução Laranja de 2004, a *Euromaidan* contou com o envolvimento de atores externos<sup>22</sup> – estando os Estados Unidos atuando a favor dos rebeldes – e culminou no estabelecimento de um governo pró-Occidente. Após a saída de Yanukovich, estabeleceu-se um governo provisório até a realização de novas eleições presidenciais em maio de 2014, que foi comandado por Arseniy Yatsenyuk – por quem representantes do governo dos Estados Unidos já haviam demonstrado preferência. Sob o mandato do primeiro-ministro interino, a Ucrânia se voltava, mais uma vez, para o Ocidente (Marcetic, 2022; Solonenko, 2015).

Para a Rússia, tratava-se, portanto, de mais uma situação de ingerência externa em seu exterior próximo. A mudança de governo provocada pelos protestos da *Euromaidan* foi entendida como um golpe de Estado, mostrando que seus “parceiros [do Ocidente] recorrem a quaisquer meios para atingir seus objetivos” (Russian Federation, 2014a, online). O novo governo interino tampouco foi bem recebido por importante parcela da população ucraniana do Leste, sobretudo da região da Crimeia (que havia pertencido à Rússia e foi concedida à Ucrânia por Kruschev em 1954), onde protestos contra a retirada de Yanukovich do poder começaram a surgir (Salushev, 2014; Higgins; Myers, 2014).

A sequência de eventos que se sucedeu a partir de então trouxe o que seria o golpe final nas relações da Rússia com o Ocidente. Aproveitando-se das insurreições contra o governo provisório na Crimeia e temendo um movimento da OTAN para absorver a Ucrânia, no final de

---

<sup>21</sup> Conforme aponta Marcetic (2022), a escalada de violência dos protestos da *Euromaidan* esteve em grande medida vinculada à participação de grupos de extrema direita, que viram nas manifestações uma oportunidade de fazer avançar seus próprios interesses. Representantes destes grupos estiveram, inclusive, presentes no novo governo que se formou após a deposição de Yanukovich.

<sup>22</sup> Houve significativa participação de organizações não-governamentais estrangeiras no financiamento dos movimentos da *Euromaidan* (Solonenko, 2015). Além disso, o governo estadunidense também esteve envolvido no fomento aos grupos rebeldes, tendo até mesmo mantido contato com grupos de extrema direita que se apropriaram dos protestos. Registros vazados de uma ligação entre a secretária-assistente de Estado e o embaixador dos Estados Unidos na Ucrânia mostram os esforços de ambos para coordenar a formação de um novo governo pós-revolução (BBC News, 2014; Marcetic, 2022).

fevereiro de 2014, o governo russo enviou tropas – inicialmente não identificadas – para a península (Aparecido; Aguilar, 2022). Os militares em questão ocuparam sedes de instituições políticas da Crimeia e, em poucos dias, assumiram o controle de toda a região. No dia 6 de março, o parlamento da Crimeia votou pela separação da Ucrânia e posterior incorporação à Federação Russa, também agendando para o dia 16 do mesmo mês um referendo sobre o assunto (Pifer, 2020). No referendo em questão – mais tarde considerado ilegal pelas Nações Unidas – a grande maioria da população da Crimeia votou favoravelmente à sua adesão à Rússia (Salushev, 2014).

O acordo de anexação da península da Crimeia pela Rússia, formalmente Tratado de Adesão da República da Crimeia à Federação Russa, foi assinado em 18 de março de 2014 e ratificado pelo governo russo três dias depois (Pifer, 2020). No discurso realizado por Putin na data de assinatura do tratado, o presidente russo reiterou o direito da população crimeia de se separar da Ucrânia, conforme o precedente criado pelo caso do Kosovo, sobretudo diante do golpe contra Yanukovich. Putin questionou também a reação internacional de considerar a anexação da Crimeia uma violação do direito internacional. Vale mencionar também que, após a anexação da Crimeia, ganharam força movimentos separatistas no leste da Ucrânia, como na região de Donbas (Aparecido; Aguilar, 2020; Mielniczuk, 2014).

O movimento russo de anexar a Crimeia foi veementemente condenado internacionalmente, sobretudo pelo Ocidente. A Organização das Nações Unidas (ONU) entendeu a anexação como ilegal, e o Grupo dos Oito respondeu à ação russa expulsando-a (Aparecido; Aguilar, 2020). No que tange especificamente à OTAN, em declaração conjunta, os ministros de relações exteriores de seus países-membros relataram decidir pela suspensão da cooperação com a Rússia, tanto no nível civil quanto no militar – ainda que mantendo aberto o canal de comunicação por meio do NRC (NATO, 2014). A resposta da organização se deu também no âmbito militar, com o esforço de aumentar sua capacidade de dissuasão contra uma possível nova agressão russa. A Cúpula da OTAN do País de Gales, ocorrida em setembro de 2014,

aumentou a capacidade dos aliados de rapidamente reforçar a fronteira da aliança com a Rússia e também despachou quatro grupos de batalha da OTAN, um para a Polônia e um para cada país Báltico, como uma força de segurança para dissuadir a Rússia de novas agressões contra um novo aliado (Townsend Jr., 2023, p. 521, tradução nossa).

Ademais, durante a Cúpula do País de Gales foi lançada também a Iniciativa para Interoperabilidade com Parceiros (*Partnership Interoperability Initiative – PII*), visando ao

aprofundamento de relações militares com países parceiros da organização e da qual, posteriormente, Ucrânia e Geórgia fariam parte (Begum; Khan, 2023).

Embora diversos fatores possam ter contribuído para a anexação da Crimeia por parte da Rússia – sendo um deles a possibilidade de perder o acesso à base de sua Frota do Mar Negro, em Sevastopol, que garante a segurança de sua principal linha de comunicação marítima (Piccolli, 2012) –, a expansão da OTAN parece ter sido um motivador central (Aparecido; Aguilar, 2020). Ainda em abril de 2014, Putin afirmou que “nossa decisão sobre a Crimeia se deveu, em parte [...], a considerações de que, se não fizermos nada, em algum momento [...] a OTAN irá arrastar a Ucrânia” e que “navios da OTAN teriam ido parar na cidade da glória da marinha russa, Sevastopol” (Putin *apud* Reuters, 2014, online). Além disso, a Doutrina Militar Russa de 2014, publicada em dezembro do mesmo ano, elencava como primeiro risco militar externo o aumento de poder da OTAN e a expansão de sua infraestrutura militar para as proximidades da fronteira da Rússia (Russian Federation, 2014b).

Assim, com os eventos ocorridos em 2014, as relações entre a Rússia e a OTAN atingiram seu ponto mais baixo desde o fim da Guerra Fria. Os anos seguintes foram marcados por uma crescente desconfiança mútua entre ambos os lados, sobretudo em relação aos seus respectivos planos militares e, mais especificamente, envolvendo suas respectivas forças nucleares (Kovac, 2019). Apesar da manutenção das atividades do NRC, as tensões prosseguiram ao longo dos anos seguintes, com um fortalecimento militar da OTAN em sua fronteira com a Rússia e com a inauguração de uma instalação do sistema antimísseis *Aegis Ashore* em uma base militar da organização, na Romênia, em 2016 (NATO, 2022e).

O prosseguimento da expansão da aliança militar também contribuiu para que as relações com a Rússia continuassem se deteriorando. Em meio à firme oposição russa, que já havia sinalizado que qualquer outro movimento de alargamento da OTAN seria interpretado como uma provocação, Montenegro somou-se formalmente à organização em junho de 2017. O país havia recebido o convite para ingressar na aliança ainda no final de 2015, evento ao qual o governo russo prontamente respondeu declarando que adotaria medidas retaliatórias (Emmott; Siebold, 2015; Luhn, 2017; NATO, 2017).

Também em 2017 iniciaram-se algumas movimentações em direção à incorporação da Macedônia à OTAN: após ter seu ingresso barrado pela Grécia em função de seu nome – podendo sugerir que o país possuía ambições territoriais à região grega de mesma nomenclatura –, a Macedônia passou a contemplar a possibilidade de alterá-lo. Em 2018, o país passou oficialmente a se chamar República da Macedônia do Norte, e, poucos dias após esta mudança,

na Cúpula da OTAN de Bruxelas, foi convidado a aceder à organização. Seu ingresso seria oficialmente efetivado em março de 2020 (Hajdari, 2019; Republic Of North Macedonia, 2022).

Paralelamente ao processo de inclusão destes dois novos membros à OTAN – por si só bastante preocupante para a Rússia –, foi se desenrolando também uma crescente aproximação da Ucrânia com a organização. Conforme mencionado anteriormente, o estabelecimento de um governo provisório pró-ocidente após a *Euromaidan* já havia sinalizado que este seria o rumo seguido pela Ucrânia, o que veio a se concretizar com o subsequente mandato de Petro Poroshenko (2014-2019). Durante a presidência de Poroshenko, uma série de medidas foram adotadas no sentido de preparar o caminho para a acessão à OTAN: ainda em 2017, em conversa com o secretário-geral da organização, o presidente ucraniano explicitou sua ambição à obtenção do MAP e, já no início de 2018, a Ucrânia se tornou oficialmente um membro aspirante à OTAN, juntamente à Geórgia (Begum; Khan, 2023; Polityuk; Zinets, 2017). Ademais, ao final do mandato de Poroshenko, o parlamento aprovou emendas aos artigos 85, 102 e 116 da constituição ucraniana, modificando o pressuposto de que a Ucrânia deveria ser um país neutro e, assim, abrindo legalmente a janela para a filiação do país à OTAN (Hunter, 2022).

Em grande medida, as políticas de Poroshenko de direcionamento da Ucrânia à adesão à aliança militar do Atlântico Norte encontraram continuidade em seu sucessor, Volodymyr Zelensky, eleito presidente da Ucrânia no início de 2019. Poucos meses após sua eleição, o novo presidente deu início a conversas com representantes da OTAN e da União Europeia, com a finalidade de garantir a adesão da Ucrânia a ambas até 2024 e, já em meados de 2020, o país passou a fazer parte da PII como um “parceiro de oportunidades ampliadas” (*Enhanced Opportunities Partner*) (Singh, 2023). No âmbito interno, houve o lançamento da nova Estratégia de Segurança Nacional para definir “a direção estratégica do movimento da Ucrânia rumo à adesão plena à União Europeia e à OTAN” (Ukraine, 2022, p. 21, tradução nossa). Mais do que nunca, a adesão da Ucrânia à OTAN parecia se tratar de uma questão de tempo.

Diante deste cenário, e alegadamente em resposta à contínua realização de exercícios militares por parte da OTAN perto de seu território, a Rússia começou a incrementar suas forças militares em sua fronteira com a Ucrânia em março de 2021. A partir de então, a tensão entre ambos os países e entre Rússia e OTAN foi crescente: o movimento russo colocou a Ucrânia em alerta e, ainda em abril, Zelensky solicitou o auxílio do governo dos Estados Unidos para acelerar o processo de ingresso do país à aliança militar (Begum; Khan, 2022; Singh, 2023). A OTAN, por sua vez, reiterou na Cúpula da OTAN de Bruxelas, realizada em junho de 2021, a

decisão de que a Ucrânia “irá se tornar um membro da aliança, com o Plano de Ação para Adesão (MAP) como parte integrante do processo” (NATO, 2022b, online).

Com o intuito de amainar as crescentes tensões, em dezembro de 2021, a Rússia apresentou dois rascunhos de tratados de garantias de segurança para serem assinados com os Estados Unidos e os países membros da OTAN (Hunter, 2022). A proposta, que reivindicava um comprometimento da OTAN em cessar suas atividades militares em países do Leste Europeu, do Cáucaso Sul e da Ásia Central, e em abster-se de quaisquer futuras expansões (inclusive no que diz respeito ao ingresso da Ucrânia) foi rejeitada, e a Rússia prosseguiu com o reforço de suas capacidades militares na fronteira russo-ucraniana e na Crimeia (Russian Federation, 2021a). Em fins de novembro de 2021, a estimativa era de que aproximadamente 92.000 tropas russas se encontravam na fronteira com a Ucrânia, começando a levantar suspeitas sobre as intenções da Rússia e levando o governo estadunidense a iniciar um regime de sanções contra o país (Singh, 2023).

A despeito dos esforços diplomáticos realizados no início de 2022 – inclusive no âmbito do NRC –, no dia 24 de fevereiro, seguindo o reconhecimento de independência das regiões separatistas de Donetsk e Luhansk, Putin anunciou o lançamento de uma “operação militar especial” na Ucrânia (Aparecido; Aguilar, 2022). Assim, a partir de incursões russas na porção oriental do território ucraniano, teve início a Guerra Russo-Ucraniana. A iniciativa russa encontrou forte resistência por parte da Ucrânia, que tem contado com o apoio dos Estados Unidos e de países europeus na forma de equipamentos militares e ajuda humanitária. Até o momento, as tentativas de negociar um cessar-fogo não obtiveram êxito, de forma que o conflito – considerado a maior intervenção na Europa desde a Segunda Guerra Mundial – continua se prolongando (Singh, 2023).

Ainda que alegadamente com o intento de “desnazificar” e “desmilitarizar” a Ucrânia, a decisão russa de adentrar o território ucraniano esteve em grande medida pautada pelo receio de um possível alargamento da OTAN para um dos principais países – se não o principal país – de seu entorno estratégico (Aparecido; Aguilar, 2022). No discurso que precedeu a autorização da “operação militar especial”, Putin afirmou que

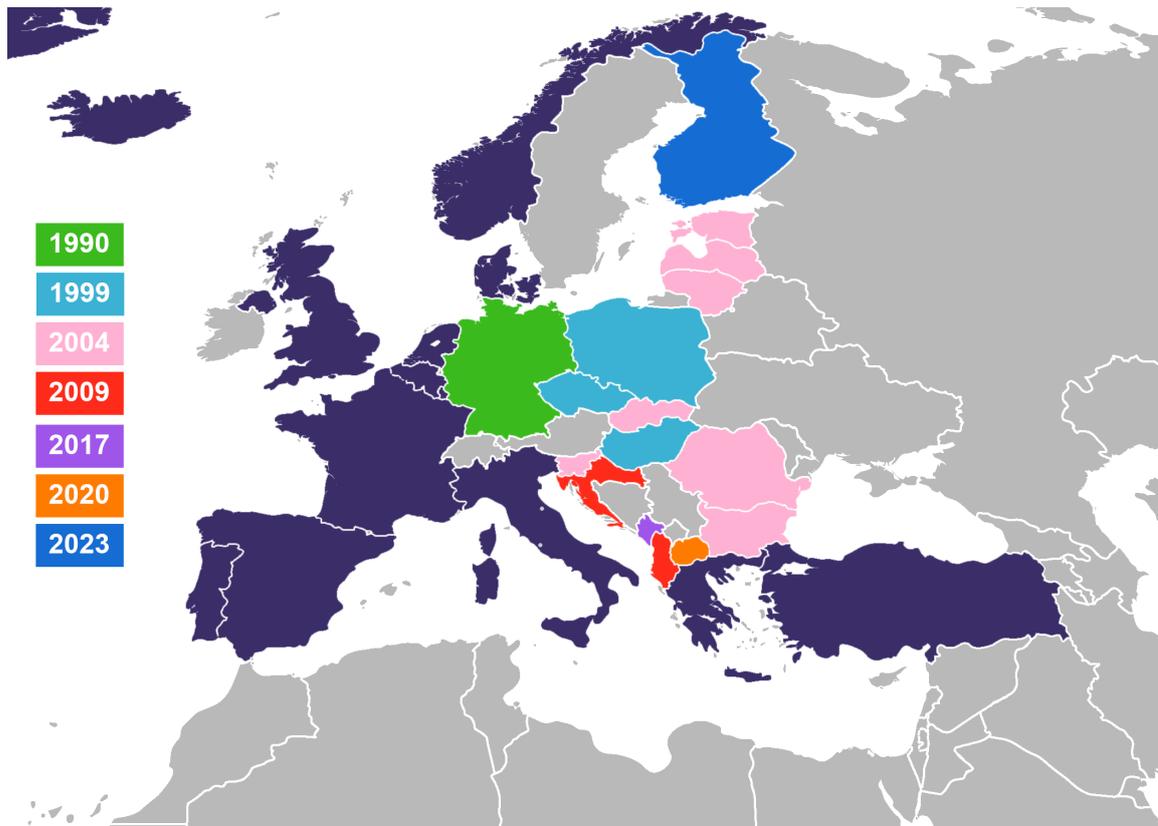
[...] por 30 anos tentamos, persistente e pacientemente, chegar a um acordo com os principais países da OTAN sobre os princípios de uma segurança igualitária e unida na Europa. Como resposta a nossas propostas, frequentemente nos debatemos ou com enganações cínicas e mentiras, ou com tentativas de pressão e chantagem, enquanto a Aliança do Atlântico Norte, no meio tempo, apesar de todos os nossos protestos e cuidados, se expande sem parar. A máquina de guerra se movimenta e, repito, se aproxima em cheio de nossas fronteiras (Putin *apud* Folha de São Paulo, 2022, online).

Com efeito, o papel da expansão da OTAN na intervenção russa na Ucrânia foi levantado por uma série de analistas e acadêmicos. Mearsheimer (2022) – que já em 2014 havia apontado o alargamento da organização como principal causa da anexação da Crimeia (Mearsheimer, 2014) – categoricamente afirmou que a culpa da crise ucraniana é do Ocidente, sendo o ponto inicial do desconforto russo a decisão do governo Trump de fornecer armamentos para a Ucrânia, para fins alegadamente defensivos. De forma similar, Stephen Walt (2022) pontuou que a Guerra Russo-Ucraniana pode ser entendida por meio do dilema de segurança: segundo o autor, o aumento do fluxo de armas do Ocidente para Kiev (levado a cabo pelos governos Trump e Biden) elevou “o medo de que a Ucrânia estivesse caindo rapidamente na órbita ocidental” e “levou Putin a lançar uma guerra preventiva, ilegal e agora prolongada” (Walt, 2022, online). Portanto, assim como na Guerra com a Geórgia (2008) e na tomada da Crimeia (2014), o governo russo agiu no sentido de deixar claro não apenas para os países aspirantes, mas também para os próprios membros da OTAN, quais linhas vermelhas não deveriam ser ultrapassadas.

Contudo, se, por um lado, a ação russa foi bem-sucedida em passar a mensagem à qual se propunha, por outro, ela também contribuiu para conferir maior legitimidade à OTAN e ao seu propósito. Em outras palavras, a invasão à Ucrânia mostrou a disposição russa de recorrer ao uso da força quando considerado necessário, gerando receio principalmente por parte de países europeus não cobertos pelo sistema de segurança coletiva da aliança militar e que começaram a enxergar nela uma possível salvaguarda. Tal foi o caso da Finlândia e da Suécia, que, apesar de historicamente manterem uma posição de neutralidade, optaram por dar início aos seus respectivos processos de ingresso na OTAN após os ataques da Rússia ao território ucraniano (Chatterjee, 2023).

Ambas Finlândia e Suécia submeteram suas aplicações para integrar a OTAN em maio de 2022 e foram convidadas a se juntar à aliança na Cúpula da OTAN de Madrid, em junho do mesmo ano. Não obstante a oposição inicial da Turquia ao ingresso dos dois países, seus processos de adesão se mostraram bastante céleres – o da Finlândia já finalizado, e o da Suécia ainda em andamento. Enquanto a Finlândia logrou finalizar sua acessão em abril de 2023, a Suécia ainda aguarda a aprovação da Hungria e da Turquia para poder efetivamente se juntar à organização. Com o ingresso dos dois países, o território russo estará ainda mais cercado pela OTAN – tendo a acessão da Finlândia sozinha dobrado a extensão da fronteira da organização com a Rússia (Sayers, 2022; Taylor; Klimentov, 2023).

**Figura 1 – Expansão da OTAN (1990-2023)**



Fonte: Elaborado pela autora.

Outro ponto que permanece pendente é a adesão da própria Ucrânia à OTAN. Em 30 de setembro de 2022, após a anexação de quatro províncias por parte da Rússia, Zelensky submeteu oficialmente o pedido de ingresso ucraniano à aliança militar; no entanto, dificilmente o processo será concluído em breve. Recentemente, Biden declarou não acreditar que a Ucrânia esteja pronta para se juntar à organização, sendo o fim da guerra com a Rússia a primeira condição necessária para tanto (Harding; Koshiw, 2022; Herb, 2023). No documento produzido na Cúpula da OTAN de Vilnius, ocorrida em julho de 2023, os membros da organização afirmaram que “o futuro da Ucrânia é na OTAN” (NATO, 2023c, online), entretanto, contrariamente às expectativas do governo ucraniano, nenhum cronograma visando à conclusão do processo foi previsto (Sabbagh, 2023).

### 3.4 Balanço Geral do Alargamento da OTAN

Por mais benignas que pudessem ser suas intenções, a expansão da OTAN em direção à Europa Central e Oriental no pós-Guerra Fria se apresentou, desde seu prelúdio, como uma decisão bastante controversa. O movimento, que ganhou seu ímpeto inicial no governo Clinton,

esteve sujeito à oposição por parte não apenas da Rússia, mas também de membros da própria organização. Mesmo no âmbito interno estadunidense, em que formalmente poucas foram as ressalvas traçadas em relação ao tópico, figuras importantes alertaram sobre os potenciais efeitos deletérios sobre as relações com a Rússia (Gaddis, 1998; Krepon, 2021; Shifrinson, 2023).

Já em 1997, ano em que os países contemplados pela primeira fase de alargamento receberam o convite para fazer parte da aliança militar, o diplomata George Kennan afirmou que expandir a OTAN seria “o erro mais fatal da política americana na era pós-Guerra Fria”, uma vez que exacerbaria “as tendências nacionalistas, antiocidentais e militaristas existentes na opinião russa, restaurando a atmosfera da Guerra Fria nas relações Leste-Oeste, e impulsionando a política externa russa em direções que decididamente não são de nosso agrado” (Kennan, 1997, online). Nesta mesma linha, John Lewis Gaddis escreveu um ano depois que não conseguia se recordar de “nenhum outro momento [...] em que houve menos apoio, entre a comunidade de historiadores, a uma política divulgada” (Gaddis, 1998, p. 145, tradução nossa).

A despeito de tantos alertas – que, vale mencionar, foram se multiplicando à medida em que o processo avançava –, o alargamento da OTAN permaneceu no “piloto automático” (Burns, 2019, p. 646, tradução nossa) desde o fim dos anos 1990. Mesmo durante o governo Trump, que alegadamente considerava a OTAN um instrumento obsoleto, a organização continuou incentivando a entrada de novos membros e, portanto, se expandindo (Begum; Khan, 2023). Na realidade, conforme notam Goldgeier e Shifrinson (2023), os governos Obama, Trump e Biden destinaram bilhões de dólares cada para o aprimoramento da estrutura militar da organização, demonstrando assim sua centralidade para a estratégia estadunidense.

Dessa forma, ainda que a expansão da OTAN esteja longe de ser a única causa do deterioramento das relações entre Rússia e Ocidente (sobretudo Estados Unidos), ela contribuiu significativamente para tal. Para além de todo o aspecto político e diplomático, explorado nas páginas anteriores, cabe ressaltar também que o alargamento da OTAN traz implicações de ordem econômica para a Rússia: a padronização de equipamentos exigida pela organização faz com que a indústria de defesa russa, uma das maiores do mundo, perca mercados que, durante a Guerra Fria, lhe pertenceram (IISS, 2023).

Assim, ao optar por prosseguir com o movimento de ampliação em direção ao Leste, os membros da aliança militar perderam a flexibilidade que uma vez tiveram com a Rússia (Shifrinson, 2023). Em uma perspectiva ainda mais estrita, e em parte como consequência desta

piora nas relações, tal movimento também colocou obstáculos para as negociações dos acordos de controle de armas nucleares (Krepon, 2021).

Desde que o processo de expansão da organização começou a ser concebido, o governo russo passou a questionar os tratados de controle nuclear. De acordo com Sarotte (2021), em conversas particulares com Clinton, Yeltsin reconheceu a importância do diálogo entre Rússia e Estados Unidos para o controle de armas nucleares e os riscos que a ampliação da OTAN impunha a este tópico. O Ministro das Relações Exteriores de Yeltsin, Primakov, chegou a afirmar que “a movimentação da infraestrutura da OTAN para a Europa Central, ao trazer mísseis para mais perto da Rússia, seria equivalente à revogação do Tratado INF” (Primakov, 1996 *apud* Sarotte, 2021, p. 251, tradução nossa).

Além disso, a reação russa à expansão se materializou, entre outras formas, na demora para a ratificação do START II – que, apesar de ter sido assinado no início de 1993, só foi ratificado pela Rússia no ano 2000 (Sarotte, 2021). Com efeito, uma série de figuras políticas russas e estadunidenses entendem que a não-ratificação do acordo durante o governo Clinton esteve diretamente vinculada à expansão da OTAN. Ainda em 1996, Alexsei Arbatov, então vice-presidente do comitê de defesa da Duma russa, explicou: “primeiro, não há dinheiro [para implementar o tratado]. Em segundo lugar, o tratado é considerado injusto por motivos técnicos. E, em terceiro lugar, o contexto geral – a determinação da OTAN de se expandir para o leste – é muito desfavorável ao tratado” (Arbatov *apud* Hoffman, 1996, online). O próprio secretário de defesa de Clinton, William J. Perry, concordou que o START II se tornou uma “vítima da expansão da OTAN” (Perry *apud* Goldgeier; McFaul, 2003, p. 293, tradução nossa). A questão tornou-se mais sensível com a chegada de Vladimir Putin e de George W. Bush às presidências da Rússia e dos Estados Unidos, respectivamente (Krepon, 2021).

Os desdobramentos mais recentes, sobretudo a Guerra Russo-Ucraniana, tornaram o tópico ainda mais palpável: desde o início do conflito, a maioria dos canais diplomáticos mantidos entre Rússia e Estados Unidos foram paralisados, incluindo o Diálogo sobre Estabilidade Estratégica (*Strategic Stability Dialogue*) – criado com a finalidade de garantir previsibilidade para a relação estratégica bilateral de ambos os países e dirimir os riscos de uma guerra nuclear. Nesse sentido, tampouco houve avanços em negociações para um futuro tratado que deverá ser o sucessor do New START (Bolfrass; Herzog, 2022).

Paralelamente a isso, o conflito Russo-Ucraniano também colocou a questão do possível emprego de artefatos nucleares (principalmente táticos) no centro das atenções da comunidade internacional. Nos primeiros meses da guerra, em torno de 20 sinais nucleares russos foram

emitidos, e, ao longo das confrontações, as forças russas lançaram mísseis com capacidade nuclear contra a Ucrânia, bem como realizaram exercícios militares com submarinos nucleares (Bolfrass; Herzog, 2022). Dessa maneira, não surpreende que, para a Ucrânia – que em 1994 consentiu em renunciar a armamentos nucleares remanescentes que se encontravam em seu território em virtude da dissolução da União Soviética (Moore, 2023) –, mais do que nunca, a adesão à OTAN e a obtenção efetiva do direito à segurança coletiva sejam um imperativo.

Assim, observando-se o continente europeu desde o fim da Guerra Fria pode-se perceber que, embora poucas tenham sido as mudanças geográficas territoriais, com efetivo rearranjo de fronteiras – que, nesse caso, emanaram majoritariamente da dissolução da União Soviética –, houve redefinições geopolíticas de grande impacto para as relações e a dissuasão entre Rússia e Estados Unidos. Em última instância, a expansão da OTAN para o Leste Europeu trouxe consigo uma presença intensificada dos Estados Unidos em uma região que, historicamente, a Rússia enxerga como sua zona de influência – o que, em determinados casos e conforme sinalizado diversas vezes pelo próprio governo russo, não seria recebido sem resistência. Dessa forma, havendo uma proximidade territorial maior do que nunca entre as grandes potências, a questão nuclear torna-se cada vez mais tangível e a dissuasão mostra-se, também por outros motivos, enfraquecida.

#### 4 OS OBJETIVOS POLÍTICOS DOS DISSUASORES: DISSUAÇÃO CENTRAL VERSUS ESTENDIDA

Devido à sua própria natureza, o conceito de dissuasão inerentemente evoca, colocando de maneira bastante simplificada, a ideia de uma relação entre duas partes, o dissuasor (*deterrer*) e o dissuadido (*deterree*). Ainda que em sua concepção inicial a definição tenha estado essencialmente restrita a esta dinâmica relacional entre dois polos opostos, as teorizações sobre a dissuasão logo – mas principalmente a partir da gênese da OTAN, cujo tratado constitutivo contemplava a possibilidade de que um ataque a um membro da aliança fosse respondido pelos demais – tiveram que se expandir para equacionar uma terceira variável a esta fórmula (Anderson; Larsen & Holdorf, 2013; NATO, 2023b). Trata-se de terceiras partes que, embora não necessariamente exercendo um papel direto na dissuasão de um ator, recebem a proteção do dissuasor e são, portanto, chamadas de “protegidos” (*protégé*) (Buzan, 1987; Crawford, 2009).

A transformação desta relação dissuasória, que deixou de ser essencialmente bidimensional para poder abarcar também terceiros, fez surgir a necessidade de revisar a definição de dissuasão e de categorizá-la conforme os objetivos políticos do dissuasor. Com isso, tem-se que a dissuasão pode ser tanto central (*core deterrence*) quanto estendida (*extended deterrence*). Ao passo em que a primeira se limita territorialmente ao próprio dissuasor, a segunda contempla a extensão da proteção do dissuasor para os territórios de seus aliados. Em outras palavras, em se tratando de uma dinâmica de dissuasão por punição e sendo A = o dissuasor; B = o dissuadido; e C = o protegido de A, a adoção da dissuasão estendida implica, em teoria, que, ao realizar um ataque a C, B seria alvo de um ataque retaliatório de A (Buzan, 1987).

Assim, a “dissuasão estendida apresenta um quadro de interação potencial entre pelo menos três atores estratégicos que converge no ponto central de uma tentativa por parte de um deles de dissuadir um outro de atacar o terceiro” (Crawford, 2009, p. 279, tradução nossa). Tal dinâmica envolve um jogo de interesses entre o dissuasor e o protegido, em que este se beneficia de uma proteção nuclear a custos relativamente baixos, enquanto aquele utiliza a ampliação de seu “guarda-chuva” nuclear para aumentar seu poder de barganha em relação ao aliado e para evitar que ele busque obter suas próprias capacidades nucleares, reduzindo, portanto, a probabilidade de proliferação de tais artefatos (Murdock, 2009).

Para que a dissuasão estendida esteja em vigor, basta, *a priori*, que o Estado dissuasor declare ou deixe claro que, em havendo um ataque ao território de seu protegido, ele partirá para a retaliação (Ruhle, 2009). No entanto, a própria existência de terceiras partes a serem

cobertas pelo poder dissuasório de um ator é o que traça a linha de separação fundamental entre a dissuasão central e a estendida. Enquanto a dissuasão central é, por definição, crível – uma vez que, racionalmente, nenhum Estado estaria disposto a colocar em risco seu próprio território e população –, o mesmo não pode ser dito da dissuasão estendida (Crawford, 2009). Isso porque, por mais importante que possa ser a manutenção da segurança de um aliado, ela sempre estará, em termos de prioridade, em um patamar inferior à segurança do próprio dissuasor. Nesse sentido,

[...] mesmo que um aliado ou cliente seja um baluarte essencial para a segurança do dissuasor, o fato é que, sob as condições da MAD, o dissuasor não pode ameaçar uma retaliação nuclear pela dissuasão estendida sem simultaneamente colocar sua própria segurança central em profundo risco de devastação nuclear (Buzan, 1987, p. 182).

Dessa forma, além da própria questão referente à posse das capacidades militares necessárias para sustentá-la, a dissuasão estendida carrega consigo um problema de credibilidade – que, na dissuasão central, tem-se como uma variável dada (Crawford, 2009; Montgomery, 2016; Morgan, 1983). Como colocado por Thomas Schelling, “a diferença entre a pátria nacional e tudo que está no ‘exterior’ é a diferença entre ameaças que são inerentemente críveis, mesmo que não sejam ditas, e ameaças que precisam ser feitas críveis” (Schelling, 2008, p. 36, tradução nossa). Em razão disso, e de ser muito difícil esconder que “os custos que um Estado está disposto a incorrer [em nome de terceiros] são normalmente muito menores do que se seu próprio território estivesse em jogo” (Morgan, 1983, p. 84, tradução nossa), torna-se necessário que o dissuasor tome medidas para certificar os protegidos quanto à sua disposição em protegê-los.

Portanto, adicionalmente ao aspecto estritamente dissuasório, a dissuasão estendida incorpora também uma dimensão de garantia (*assurance*), que tem por objetivo fazer os Estados protegidos e suas respectivas populações acreditarem que o dissuasor está disposto a protegê-los – mesmo que isso possa colocar em risco sua própria segurança (Anderson; Larsen; Holdorf, 2013) Em última instância, é necessário que o Estado protegido esteja suficientemente convencido sobre o compromisso do dissuasor, de maneira a resistir a quaisquer intimidações e se abster de buscar desenvolver ou adquirir seu próprio arsenal nuclear (Murdock, 2009). Colocado de outra forma,

o objetivo da dissuasão é persuadir um adversário de que os custos para ele de buscar uma solução militar para seus problemas políticos são muito maiores do que os ganhos. O objetivo da garantia é persuadir a própria população, e a de seus aliados, de que o benefício da ação militar, ou da preparação para ela, superam os custos (Howard, 1982, p. 317).

Mais do que uma diferença em termos de objetivos, contudo, há também entre estes dois aspectos uma divergência em relação à cuja perspectiva (entre os três tipos de atores envolvidos na dissuasão estendida) cada qual se refere. Conforme pontua Murdock:

a credibilidade da dissuasão e da dissuasão estendida é uma função da lente perceptual do agressor em potencial contra [...] [o dissuasor] ou seus aliados, enquanto a credibilidade da garantia é uma função das lentes pelas quais o Estado sob o guarda-chuva (o assegurado) percebe e interpreta as capacidades e ações [do dissuasor] (Murdock, 2009, p. 1, tradução nossa).

Não obstante tais distinções, as dimensões da dissuasão e da garantia se encontram unidas por uma relação praticamente simbiótica: ao mesmo tempo em que grandes capacidades militares podem fazer valer por o que pode ser interpretado como uma falta de comprometimento político, uma forte determinação pode compensar a falta de recursos bélicos. Ainda assim, muitas vezes as capacidades militares não são capazes de, por si só, garantir que os aliados se sintam suficientemente seguros (Murdock, 2009).

Para convencer os Estados protegidos de sua determinação em salvaguardá-los, o dissuasor pode adotar uma série de medidas políticas, diplomáticas e mesmo militares, estendendo-se desde o estabelecimento de compromissos bilaterais até o posicionamento de armas em territórios aliados. Quanto mais robusto for o arranjo destas medidas, entende-se que maior será a probabilidade de o dissuasor retaliar a um ataque direcionado aos Estados protegidos e, assim, mais críveis serão suas intenções para com eles (Anderson; Larsen; Holdorf, 2013; Buzan, 1987).

Entretanto, mesmo que o problema de credibilidade possa ser dirimido pela adoção de um conjunto de tais ações, ele não deixa de existir por completo, uma vez que, em última instância, a questão recai sobre a diferenciação entre objetivos primários e secundários. Em grande medida em função disso, a dissuasão estendida é comparativamente mais difícil do que a central. Conforme exemplificado por Barry Buzan ainda no contexto da Guerra Fria,

Não há como escapar do dilema de que, se fosse preciso escolher, os Estados Unidos poderiam preferir uma situação em que a União Soviética controlasse a Europa Ocidental e os Estados Unidos permanecessem ilesos, a uma em que todas as três áreas tivessem sofrido um bombardeio nuclear massivo. Como essa escolha é intrínseca à lógica da dissuasão estendida, preocupações sobre [sua] credibilidade não podem ser evitadas (Buzan, 1987, pp. 184-185, tradução nossa).

Além disso, a dificuldade inerente à dissuasão estendida torna-se ainda maior quando outras variáveis são adicionadas à equação. Ao gerar um imperativo de que a credibilidade de um ataque retaliatório seja reforçada e, dessa maneira, de que os riscos de realizar um primeiro ataque sejam elevados, a dissuasão estendida pode levar ao emprego de tecnologias

desestabilizadoras<sup>23</sup>, capazes de minar a capacidade de segundo ataque do adversário. Ademais, a dissuasão estendida também se torna mais difícil em situações em que o território do Estado protegido é próximo ao do dissuadido – como é o caso da Europa Ocidental em relação à Rússia e, anteriormente, à União Soviética (Buzan, 1987).

Diante disso, torna-se necessário compreender as implicações da sustentação de uma política de dissuasão estendida por parte dos Estados Unidos, em contraste com a manutenção de uma dissuasão essencialmente central pela Rússia (salvo mudanças muito recentes), para o balanço dissuasório entre as duas potências. No intuito de cumprir com este propósito, o restante deste capítulo se ocupará de analisar os objetivos políticos de dissuasão russo e estadunidense, focando, no âmbito deste último, no caso da OTAN.

#### **4.1 A Rússia e a Dissuasão (Essencialmente) Central**

Em se tratando dos objetivos políticos dos dissuasores, pode-se dizer que, ao longo da Guerra Fria, predominou um cenário em que ambos os polos antagônicos sustentavam de forma semelhante – embora não quantitativamente equivalente<sup>24</sup> – um comprometimento de estender a proteção conferida por seus arsenais nucleares a seus aliados. Isso porque, além da existência do Pacto de Varsóvia (em contrapartida à OTAN), que garantia a proteção dos Estados na esfera de influência soviética e que tinha a questão nuclear como um de seus pontos focais, a própria configuração da União Soviética enquanto um Estado plurinacional implicava uma cobertura nuclear para além do território estritamente russo (Becz; Kizmus; Várhegyi, 2019; Buzan, 1987; Hach; Sinovets, 2023).

Similarmente ao caso dos Estados Unidos em relação à OTAN – explorado mais adiante –, o arranjo de dissuasão nuclear estendida soviético esteve também, em larga escala, vinculado ao posicionamento de armas nucleares em territórios aliados. O primeiro movimento nesse sentido ocorreu com o envio de artefatos nucleares para a Alemanha Oriental, em 1959, e, a partir de então, uma série de Estados-satélite e de repúblicas soviéticas passaram a recebê-los. De acordo com um relatório elaborado pela Agência Central de Inteligência (*Central Intelligence Agency* – CIA), em 1979, estimava-se haver aproximadamente 35 instalações de

---

<sup>23</sup> Exemplos destas tecnologias são os sistemas de defesa antimíssil, os sistemas antissatélite e as plataformas convencionais de ataques de longo alcance, incluindo armas hipersônicas. Entende-se que tais tecnologias são desestabilizadoras por contribuírem para reduzir a capacidade de segundo-ataque e, portanto, por ameaçarem a estabilidade estratégica. Para mais informações, ver: Fioreze (2021).

<sup>24</sup> Como pontua Buzan (1987), por ser a potência que sustentava o status quo, os Estados Unidos se comprometiam a estender seu guarda-chuva nuclear para um número bastante maior de países em comparação à União Soviética.

armazenamento de armas nucleares soviéticas no Leste Europeu, incluindo nos territórios de Hungria, Tchecoslováquia e Polônia (Becz; Kizmus; Várhegyi, 2019; Kristensen *et al.*, 2023).

Com a dissolução da União Soviética, em 1991, e o consequente colapso do aparato institucional a ela associado, o arranjo de dissuasão estendida nuclear russo/soviético chegou ao seu fim (Hach; Sinovets, 2023). Fragilizada interna e externamente, tendo perdido parte importante de seus aliados e concomitantemente necessitando voltar-se à sua reestruturação doméstica, a Federação Russa não tinha condição de (nem interesse em) prover proteção nuclear para terceiros Estados. Diante deste cenário, tornava-se imperativo, portanto, endereçar a questão das aproximadamente 6 mil armas nucleares que acabaram sendo deixadas nos antigos territórios de influência soviética, sobretudo nas recém-formadas repúblicas de Belarus, Cazaquistão e Ucrânia (Budjeryn, 2022; Kristensen *et al.*, 2023; Piccolli, 2019).

Com efeito, a remanescência de extensos arsenais nucleares nos territórios de Cazaquistão, Belarus e Ucrânia após o desmantelamento da URSS foi um fator de grande preocupação internacional, devido ao risco de proliferação horizontal. A questão foi formalmente solucionada em 1992, com a assinatura do Protocolo de Lisboa, por meio do qual os três países se juntavam ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP) como Estados não-nucleares, ao passo que a Rússia, enquanto sucessora formal da União Soviética, aderiu ao tratado como Estado nuclear. Ademais, as três repúblicas concordavam em retornar as armas nucleares presentes em seus respectivos territórios para a Rússia, processo este finalizado em 1996 (Budjeryn, 2022; Kristensen *et al.*, 2023).

Dessa forma, desde o final da Guerra Fria e da transformação da União Soviética em Federação Russa, os objetivos de dissuasão nuclear russos são primordialmente centrais; isto é, almejam dissuadir potenciais ataques direcionados ao território russo e que possam ameaçar sua integridade. Estão aqui incluídas, vale mencionar, as porções territoriais que, embora internacionalmente não reconhecidas como pertencentes ao país, estão sob o controle ao menos *de facto* da Rússia e são por ela entendidas como partes integrantes de seu território nacional – sendo a península da Crimeia o principal exemplo deste caso (Hach; Sinovets, 2023; Sinovets; Hesse, 2022).

Além disso, deve-se ressaltar que não se elimina por completo a possibilidade de que as capacidades nucleares russas sirvam também para dissuadir ataques visando a atingir seus aliados, dado que, conforme previsto pelos Princípios Básicos da Política de Estado da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear, a Rússia “reserva o direito de usar armas nucleares em resposta ao uso de armas nucleares e outros tipos de armas de destruição em massa contra

si e/ou seus aliados” (Russian Federation, 2020, online). Até recentemente, no entanto, tal brecha não se mostrou suficiente para atribuir à Rússia um papel de dissuasora de terceiros, uma vez que, diferentemente dos Estados Unidos, o país não garantia a seus aliados uma proteção no âmbito nuclear por meio de mecanismos formais bi ou multilaterais que indicassem um alto nível de comprometimento (Crawford, 2009; Hach; Sinovets, 2023).

O uso da expressão “até recentemente” se deve ao fato de que, a partir do início de 2022, começaram a surgir indícios de uma possível reversão nessa postura de dissuasão central, sustentada pela Rússia nos últimos 30 anos. Os primeiros sinais indicativos de tal mudança vieram à público poucos dias antes do lançamento da operação militar especial na Ucrânia, por meio de declarações de ambos Putin e Lukashenko (presidente de Belarus) aventando a possibilidade de que as forças bielorrussas fossem equipadas para ter a capacidade de empregar armas nucleares russas (Republic of Belarus, 2022). Tais manifestações foram seguidas pela aprovação de uma nova constituição bielorrussa, levantando-se a até então existente proibição à presença de armas nucleares no território bielorrusso (Kristensen *et al.*, 2023).

Após declarações e movimentos contraditórios ao longo de 2022, no início de 2023, o presidente russo deixou claras suas intenções. Já em março, Putin afirmou que, até o início de julho do mesmo ano, a Rússia terminaria de construir, no território bielorrusso, uma instalação especial destinada ao armazenamento de armas nucleares não-estratégicas (Guardian News, 2023). Na mesma declaração, o presidente russo justificou sua decisão pontuando a prática estadunidense de posicionar artefatos táticos em países-membros da OTAN:

Também não há nada de incomum aqui: em primeiro lugar, os Estados Unidos fazem isso há décadas. Há muito tempo, eles instalam suas armas nucleares táticas nos territórios de seus países aliados. [...] Nós não estamos entregando [as armas]. E os Estados Unidos não as entregam a seus aliados. Estamos basicamente fazendo a mesma coisa que eles vêm fazendo. Eles têm aliados em certos países e eles treinam suas equipes. Nós faremos a mesma coisa (Putin *apud* Ljunggren, 2023, online).

Já em junho de 2023, durante a sessão plenária do Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, Putin revelou que a primeira leva de armas nucleares russas já havia chegado ao território de Belarus, e que a entrega de mais lotes estava por vir (Putin, 2023). Ainda assim, sobre esse processo pairam inúmeras incertezas de caráter operacional e logístico, principalmente referentes à construção ou mesmo possível adaptação de uma instalação para o armazenamento de armas nucleares russas – dado que tal preparação normalmente demora anos, e não meses (Kristensen *et al.*, 2023).

## 4.2 Os Estados Unidos e a Dissuasão Estendida pelo Globo

Desde o início da Guerra Fria, os Estados Unidos mantêm compromissos de ampliar sua dissuasão para alguns de seus principais aliados em diferentes regiões do mundo. Entre 1949 e 1955, 23 países europeus e asiáticos foram contemplados com garantias de segurança estendida estadunidenses – número que tem crescido desde então, sobretudo como resultado da contínua expansão da OTAN (Rapp-Hooper, 2020; NATO, 2022a).

No âmbito do Atlântico Norte – mas principalmente da Europa –, os Estados Unidos estendem sua proteção aos 31 membros da aliança militar, ao passo que, no Leste Asiático e na Oceania, encontram-se formalmente cobertos pela dissuasão nuclear estadunidense Japão, Coreia do Sul e Austrália. Há ainda outros países cuja cobertura pelo guarda-chuva nuclear é questionável, devido à falta de clareza quanto a este compromisso, sendo eles: Filipinas, Tailândia, Taiwan, Israel e os membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)<sup>25</sup> (Anderson; Larsen; Holdorf, 2013; Von Hlatky, 2015). Dessa forma, o atual guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos abarca dezenas de aliados com a finalidade de protegê-los de ameaças advindas majoritariamente de China, Rússia, Coreia do Norte e Irã (Alisson; Herzog; Ko, 2022).

A despeito de abranger um número considerável de Estados, a dissuasão nuclear estendida dos Estados Unidos não assume o mesmo formato para todos os seus aliados, variando em termos de configuração do arranjo (se bilateral ou multilateral), institucionalidade e de existência ou ausência de uma estrutura de forças associada (Montgomery, 2016; Von Hlatky, 2015). O quadro abaixo esquematiza os diferentes compromissos de dissuasão nuclear mantidos pelos Estados Unidos para com seus protegidos.

---

<sup>25</sup> O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) consiste em uma organização regional composta por seis países do Golfo Pérsico, nomeadamente, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos (EAU), Omã, Bahrein, Catar e Kuwait (GCC, 2023).

**Quadro 2 – Arranjos de Dissuasão Nuclear Estendida dos Estados Unidos**

<i>Aliados contemplados</i>	<i>Configuração do arranjo</i>	<i>Mecanismo garantidor</i>	<i>Institucionalidade</i>	<i>Estrutura de forças associada</i>
Filipinas, Tailândia, Taiwan, Israel e CCG (todos questionáveis)	Bilateral	-	Baixa	Não
Japão	Bilateral	Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre os Estados Unidos e o Japão (1960)	Média	Não
Austrália	Bilateral	Tratado ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos) (1951)	Média	Não
Coreia do Sul	Bilateral	Tratado de Defesa Mútua entre os Estados Unidos e a República da Coreia (1953)	Média	Sim
Estados membros da OTAN	Multilateral/ Segurança Coletiva	Tratado do Atlântico Norte (1949)	Alta	Sim

Fonte: Elaborado pela autora com base em Anderson; Larsen; Holdorf (2013); Montgomery (2016); Von Hlatky (2015).

Conforme já mencionado, Filipinas, Tailândia e Taiwan são países cuja cobertura pela dissuasão nuclear estadunidense é incerta. Embora tradicionalmente sendo importantes aliados dos Estados Unidos em termos de defesa, não existe, por parte estadunidense, nenhum compromisso explícito sobre a extensão de sua dissuasão nuclear para estes três países. Entre eles, vale mencionar, o caso mais sensível é provavelmente o de Taiwan, que se apresenta como um dos principais pontos de tensão no relacionamento de defesa e segurança entre Estados Unidos e China (Anderson; Larsen; Holdorf, 2013; Von Hlatky, 2015).

No âmbito do Oriente Médio, possíveis – mas igualmente incertos – receptores da cobertura estadunidense são Israel e os países membros do CCG, com destaque, entre estes, para a Arábia Saudita – uma das principais parceiras da potência ocidental na região. Com efeito, os Estados Unidos possuem uma série de pactos e acordos de segurança com os países do Golfo, envolvendo, inclusive, o desenvolvimento e posicionamento de sistemas de defesa antimíssil; no entanto, inexistente qualquer comprometimento declarado quanto à sua inclusão em seu guarda-chuva nuclear (Anderson; Larsen; Holdorf, 2013). A este respeito também é questionável o status de Israel – que, vale adicionar, tem sua própria capacidade dissuasória nuclear. Apesar de frequentes declarações sobre a importância da segurança de Israel, os Estados Unidos nunca deixaram claro se tal proteção abrange o domínio nuclear (Von Hlatky, 2015).

Já os países que se encontram formalmente englobados pela dissuasão nuclear estendida podem ser divididos em dois grupos: (i) aqueles que se encontram na região do Indo-Pacífico e para os quais os Estados Unidos estendem sua dissuasão nuclear por meio de tratados bilaterais, atualmente sem o posicionamento de armas nucleares em território estrangeiro; e (ii) aqueles que fazem parte da OTAN e para os quais os Estados Unidos estendem sua dissuasão nuclear multilateralmente, com o posicionamento de armamentos nucleares (não-estratégicos) em alguns territórios estrangeiros. O primeiro conjunto de países abrange Japão, Austrália e Coreia do Sul, protegidos pelo guarda-chuva nuclear desde as décadas de 1950 e 1960 e que enxergam a China e a Coreia do Norte como as principais ameaças à sua segurança (Von Hlatky, 2015).

Ainda que atualmente sólida e praticamente incontestada, a cobertura do Japão pela dissuasão nuclear estadunidense foi, em seus primórdios, uma questão bastante volátil e incerta. Isso porque, até aproximadamente o início da década de 1970, os governos japoneses ainda não haviam descartado por completo a possibilidade de desenvolver um programa nuclear para fins bélicos nacionalmente. Cientes de que, desde o final da Segunda Guerra Mundial, quaisquer tópicos relacionados ao desenvolvimento, ao uso e mesmo ao posicionamento de armas nucleares em território japonês não seriam bem recebidos pela população, os sucessivos governos do país buscaram manter tais negociações fora do domínio público. O mesmo racional pautou os movimentos de Washington e de Tóquio de negar a existência de armas nucleares estadunidenses em território japonês – presentes na ilha de Okinawa desde 1955 e que lá permaneceram até 1972<sup>26</sup> (Roehrig, 2018).

---

<sup>26</sup> A ilha de Okinawa esteve sob o controle formal dos Estados Unidos entre 1950 e 1972. Após retomar a soberania sobre a ilha, o governo do Japão ordenou a retirada dos artefatos nucleares que se encontravam na região; no

Dessa forma, a inclusão do Japão no guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos ocorreu, em grande medida, de maneira discreta e fechada. As bases legais para a extensão da dissuasão estadunidense foram estabelecidas ainda em 1960, com a assinatura do Tratado de Cooperação Mútua e Segurança entre Estados Unidos e Japão. O documento não fazia nenhuma menção explícita ao aspecto nuclear, postulando apenas que “cada parte reconhece que um ataque armado [...] nos territórios sob a administração do Japão representaria um perigo para sua própria paz e segurança e declara que agirá para enfrentar o perigo comum” (Japan, 2023, online, tradução nossa).

A falta de clareza quanto à abrangência das capacidades nucleares na dissuasão estendida ao Japão estava vinculada, em certa medida, à possibilidade de que, no âmbito decisório político japonês, se optasse por prosseguir com a via de aquisição de armamentos nucleares próprios. Com efeito, ao mesmo tempo em que mantinham essa opção no radar, os líderes do Japão estavam fortemente engajados em assegurar a inclusão do território japonês no guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos. A questão se tornou ainda mais urgente e delicada a partir de 1964, quando a China realizou seu primeiro teste nuclear. Diante disso, os círculos políticos japoneses passaram a pressionar o governo dos Estados Unidos para realizar uma declaração formalizando a extensão da dissuasão nuclear para o Japão – que foi feita em diversos momentos de maneira privada ao primeiro-ministro japonês (Roehrig, 2018).

Assim, a garantia da cobertura do guarda-chuva nuclear só foi efetivamente levada a público em 1967, quando o então primeiro-ministro japonês estabeleceu os Três Princípios Antinucleares, por meio dos quais o Japão se comprometia a não possuir, não produzir e não permitir a introdução de armas nucleares em seu território (Maizland; Cheng, 2021). Os Três Princípios logo abriram espaço para os chamados “Quatro Pilares”, entre os quais se encontrava a confiança no guarda-chuva nuclear dos Estados Unidos para a proteção contra ameaças nucleares. Em 1970, publicou-se pela primeira vez o Livro Branco de Defesa do Japão, já nele constando a dependência japonesa em relação à dissuasão nuclear dos Estados Unidos (Roehrig, 2018).

Além de servir como um meio de se defender de ameaças nucleares advindas da Coreia do Norte, o guarda-chuva nuclear estadunidense tem um grande valor para o Japão diante da projeção (sobretudo militar) da China. A questão tornou-se particularmente sensível recentemente, com o movimento de expansão chinês para o Mar da China Oriental e, mais

---

entanto, Okinawa continua hospedando bases militares dos Estados Unidos e sendo, portanto, um local de presença estratégica do país na região do Pacífico (Roehrig, 2018).

especificamente, em direção a legitimizar sua soberania sobre as ilhas Senkaku/Diaoyu, objeto de disputa com o Japão. Em 2014, após novas tensões na região, Obama afirmou que o Tratado de Cooperação Mútua e Segurança implicava a obrigação dos Estados Unidos em proteger o Japão caso um conflito eclodisse no Mar da China Oriental (Von Hlatky, 2015).

Já em relação à Austrália, a proteção estadunidense se dá por meio do Tratado ANZUS, estabelecido em 1951. Embora inicialmente firmado em conjunto também com a Nova Zelândia, esta deixou de ser um membro ativo em 1984, quando o governo então vigente adotou uma política visando a tornar o país livre de armas nucleares; uma vez que não houve consentimento por parte dos Estados Unidos em declarar se os navios que deveriam parar nos portos neozelandeses estariam carregando ogivas nucleares ou não, conforme requisitado pelo governo da Nova Zelândia, o país deixou de estar coberto pelo guarda-chuva nuclear (Anderson; Larsen; Holdorf, 2013).

De forma semelhante ao acordo estabelecido com o Japão, o Tratado ANZUS define que “cada parte reconhece que um ataque armado na área do Pacífico ou em qualquer das partes seria perigoso para sua própria paz e segurança e declara que agirá para enfrentar o perigo comum” (ANZUS Treaty, 1952, p. 109, tradução nossa). O entendimento de que o território australiano estaria efetivamente protegido pela dissuasão nuclear dos Estados Unidos passou a figurar nos Livros Brancos de Defesa do país a partir da publicação de 1994, segundo a qual a Austrália “continuará a confiar na capacidade nuclear dos Estados Unidos para dissuadir qualquer ameaça ou ataque nuclear” (Commonwealth of Australia, 1994, p. 96, tradução nossa).

No que diz respeito à República da Coreia, por sua vez, a questão nuclear permeia seu relacionamento com os Estados Unidos ao menos desde 1950, quando teve início a Guerra da Coreia. Em diversos momentos do conflito, os Estados Unidos cogitaram empregar artefatos nucleares – o que, entretanto, acabou não ocorrendo. Apesar disso, o fim do conflito não fez com que se eliminasse a possibilidade de posicionar armamentos nucleares estadunidenses em território sul-coreano; pelo contrário, a perspectiva predominante nos círculos políticos dos Estados Unidos era de que o país não havia deixado claro o suficiente seu comprometimento para com a Coreia do Sul e que, portanto, ações para provar o inverso mostravam-se necessárias (Roehrig, 2018).

Desse modo, foi nesse contexto que se estabeleceu, poucos meses após o fim da Guerra da Coreia, o Tratado de Defesa Mútua entre os Estados Unidos e a República da Coreia. O acordo estipula que “separada e conjuntamente [...] as partes irão manter e desenvolver os meios

apropriados para dissuadir ataques armados” (Mutual Defense Treaty Between The United States And The Republic of Korea, 1953, p. 1, tradução nossa).

Além disso, após anos de intensos debates, no começo de 1958, os Estados Unidos deram início à instalação de armamentos nucleares no território sul-coreano. Apesar de a presença destas armas na República da Coreia ser de conhecimento geral, ao menos no decorrer dos vinte anos que sucederam seu posicionamento na região, os Estados Unidos mantiveram uma postura de não negar nem confirmar sua existência. Concomitantemente à manutenção de tais artefatos na península coreana, os Estados Unidos adotaram também um discurso não-ambíguo quanto à inclusão da Coreia do Sul em seu guarda-chuva nuclear. Exemplos dessa postura podem ser encontrados nos comunicados dos Encontros Consultivos de Segurança realizados entre ambos os países, os quais, a partir de 1978, passaram a explicitamente fazer referência à cobertura da Coreia do Sul pela dissuasão nuclear estadunidense (Montgomery, 2016; Roehrig, 2018).

Os artefatos nucleares estadunidenses foram mantidos no território da República da Coreia até 1992, quando sua retirada foi finalizada como resultado das Iniciativas Nucleares Presidenciais (*Presidential Nuclear Initiatives* – PNI) de 1991 (Larsen, 2015; Pifer, 2010). De modo geral, as PNI corresponderam a uma série de medidas adotadas unilateralmente pelo governo de George H. W. Bush com a finalidade de reduzir o arsenal de armas nucleares táticas estadunidenses. A iniciativa culminou na remoção de milhares de armas nucleares não-estratégicas de territórios estrangeiros, incluindo do continente europeu e da península coreana<sup>27</sup> (Koch, 2012). No âmbito desta, a expectativa era a de que a retirada das capacidades nucleares estadunidenses encorajasse a Coreia do Norte a renunciar a suas ambições nucleares (Roehrig, 2018).

Como mais tarde ficaria claro, a Coreia do Norte acabou não renunciando a seu programa nuclear e, em 2006 e 2009, respectivamente, realizou seus primeiros testes. A aquisição de capacidades nucleares por parte de sua vizinha do norte foi vista com grande preocupação na República da Coreia, e a proteção do guarda-chuva nuclear ganhou importância renovada. Os Estados Unidos, por sua vez, reforçaram sua postura de estender a dissuasão para seu aliado: alegadamente a pedidos dos próprios líderes sul-coreanos, o documento “Visão Conjunta para a Aliança entre os Estados Unidos da América e a República da Coreia”, de 2009, faz menção clara ao “contínuo comprometimento da dissuasão estendida, incluindo o guarda-

---

<sup>27</sup> Estima-se que, como resultado das PNI, o número de ogivas nucleares táticas estadunidenses caiu de mais de 5000 para menos de 1000 (Kimball; Reif, 2017).

chuva nuclear dos Estados Unidos” (The White House, 2009, online). Ademais, ainda em 2010 ambos os países concordaram em estabelecer um Comitê de Políticas de Dissuasão Nuclear (Kamp, 2011; Pifer *et al.*, 2010).

Por fim, cabe notar que, diferentemente do Japão e da Austrália, no caso da República da Coreia, a extensão da dissuasão estadunidense compreende a existência de uma estrutura de forças associada. Contudo, isso não necessariamente significa que os arranjos mantidos com os dois primeiros países sejam menos robustos, uma vez que o envolvimento direto estadunidense na estrutura de forças sul-coreanas advém de uma decisão prévia à Guerra da Coreia, pela qual, após algumas adaptações, o controle operacional das forças do país em tempos de guerra fica a cargo dos Estados Unidos (Botto, 2019). O movimento em direção à retomada do controle operacional teve início em 2007, com o pedido do então presidente da Coreia para que se realizasse uma transição – que, até o presente momento, não foi finalizada (Work, 2022).

Não se trata, portanto, de uma estrutura de forças análoga à que se construiu e se mantém no âmbito da OTAN, por meio da qual os países membros podem contribuir ativamente para a formulação e a execução da política nuclear da organização. Esta, conforme será explorado na seção a seguir, se apresenta como um caso único na dissuasão nuclear estendida dos Estados Unidos, que, em razão disso e de ser voltada essencialmente para a Rússia, merece atenção especial.

### **4.3 O Modelo de Dissuasão Estendida da OTAN**

Historicamente, o primeiro arranjo de dissuasão nuclear estendida foi estabelecido com o Tratado de Washington de 1949, mais comumente conhecido como Tratado do Atlântico Norte, que deu origem à OTAN (Anderson; Larsen; Holdorf, 2013). Como já mencionado no segundo capítulo, o tratado constitutivo da aliança militar definia que um ataque a um de seus membros seria interpretado como um ataque a todos e que os membros da organização reservam o direito de utilizar os meios que considerarem necessários para responder a um ataque realizado contra um aliado. Destas prerrogativas, portanto, decorrem não apenas a configuração da OTAN como uma organização de segurança coletiva, mas também a extensão da dissuasão nuclear para todos os membros da aliança (NATO, 2023b).

Em função da própria gênese da OTAN, criada com o intuito de conter um possível avanço da União Soviética sobre a Europa Ocidental, a extensão da dissuasão nuclear esteve – e ainda está – vinculada à proteção de seus membros europeus de potenciais ameaças

soviéticas/russas. Nesse sentido, e como a própria lógica da dissuasão estendida implica, o guarda-chuva nuclear estadunidense foi demandado na porção ocidental do território europeu “não apenas no papel negativo de dissuadir uma agressão soviética, mas também no papel positivo de tranquilizar os europeus ocidentais” (Howard, 1982, p. 310, tradução nossa).

Deve-se pontuar, no entanto, que não obstante inicialmente garantida exclusivamente pelas capacidades nucleares estadunidenses, a dissuasão estendida da OTAN logo encontrou outros dois (embora não tão importantes) pilares de sustentação. Em 1952 e 1960, respectivamente, Reino Unido e França testaram exitosamente seus primeiros artefatos atômicos, unindo-se ao restrito grupo de potências nucleares. Dessa forma, a partir de então, o guarda-chuva nuclear estendido para os Estados membros da OTAN passou a contar, ainda que quantitativamente em menor escala, com outros dois garantidores (Von Hlatky, 2015).

Em razão disso e de outros aspectos que serão explorados, a dissuasão estendida encontra no modelo da OTAN, comparativamente aos demais arranjos mantidos pelos Estados Unidos, seu formato mais robusto e, provavelmente, mais complexo. Aliado à configuração multilateral, que por si só implica um maior grau de institucionalidade<sup>28</sup>, o modelo de dissuasão nuclear estendida da OTAN traz consigo o posicionamento de armas nucleares táticas estadunidenses em determinados países da Europa Ocidental e um conjunto de mecanismos de discussão e preparação que permitem uma maior articulação entre os Estados membros em termos de política nuclear (Von Hlatky, 2015; Schulte, 2015).

O principal e mais abrangente destes mecanismos é o chamado Grupo de Planejamento Nuclear (*Nuclear Planning Group* – NPG), do qual participam todos os membros da OTAN à exceção da França – que optou por não integrar o mecanismo. O NPG foi criado em 1966 a partir de pressões dos Estados-membros por exercer maior participação nas definições de cunho nuclear e com o entendimento de que, por se tratar de uma decisão política, o emprego (ou não-emprego) de armas nucleares deveria estar sujeito a discussões e revisões frequentes no mais alto nível político-militar (Lunn, 2018; Van Eekelen, 2017). De modo geral, sua principal função consiste em revisar e adequar a política nuclear da OTAN aos desafios emergentes no âmbito da segurança internacional (NATO, 2022e). Entre os assuntos comumente abordados pelo grupo, estão questões referentes ao controle de armas e à proliferação nuclear, bem como tópicos mais específicos de aspecto operacional (Lunn, 2018).

---

<sup>28</sup> Como explica Paul Huth, “a presença de uma aliança militar entre o defensor e o protegido sugere que o defensor tem interesses de reputação em jogo. [...] A falha em honrar uma aliança se o protegido for alvo de um ataque não provocado arrisca sinalizar para outros Estados que o defensor hesita em usar a força se sua própria segurança não estiver diretamente ameaçada” (Huth, 1988, p. 429, tradução nossa).

Em apoio ao NPG, há o Grupo de Alto Nível (*High Level Group* – HLG), criado posteriormente para servir como um mecanismo de consultas para o primeiro. Estabelecido em 1977, o HLG surgiu em grande medida da percepção estadunidense de que os organismos de consulta tradicionais da OTAN (como o próprio NPG) poderiam acabar não dando a atenção necessária a questões nucleares de mais alto nível; nesse sentido, o grupo é composto por oficiais e formuladores de política de maior senioridade das capitais dos países-membros da OTAN. Para além de ser um corpo de consultas, o HLG substituiu também, no final do século XX, o Grupo de Proteção de Armas de Nível Sênior (*Senior Level Weapons Protection Group* – SLWPG), assumindo o papel previamente exercido por este de supervisionar e garantir a segurança e a sobrevivência dos artefatos nucleares (Lunn, 2018; NATO, 2022e).

Em um nível menos político e mais operacional, sobressaem-se duas iniciativas: a primeira se refere aos exercícios militares *Steadfast Noon*, que simulam situações envolvendo o emprego das armas nucleares táticas estadunidenses hospedadas em território europeu (que, conforme será abordado a seguir, se encontram na Alemanha, na Bélgica, na Itália, nos Países Baixos e na Turquia). Contribuindo para aprimorar a interoperabilidade entre os Estados participantes, o exercício ocorre anualmente, sendo sediado de forma rotativa pelas bases aéreas europeias em que se armazenam os artefatos nucleares dos Estados Unidos (Kristensen, 2022).

Paralelamente ao *Steadfast Noon*, que abrange um número bastante restrito de Estados, existe o programa de Apoio a Operação Nucleares com Táticas Aéreas Convencionais (*Support of Nuclear Operations with Conventional Air Tactics* – SNOWCAT). Por meio dele, países-membros da OTAN que não se encontram formalmente contemplados pelo sistema de compartilhamento nuclear podem contribuir para missões nucleares que ocorrem regularmente, realizando atividades de apoio, como reabastecimento aéreo e operações de busca e resgate (Kamp, 2011; Kristensen, 2017). Os países que sabidamente fornecem recursos para as missões sob o SNOWCAT são: Dinamarca, Hungria, Polônia e República Tcheca (Kristensen *et al.*, 2023). Conforme pontuado por Kamp, tais missões “simbolizam a disposição de aliados não-nucleares a aceitar o compartilhamento dos encargos acima e além do posicionamento de armas nucleares em seu território” (Kamp, 2011, p. 7, tradução nossa).

Para além das iniciativas acima mencionadas, outro ponto fundamental do arranjo de dissuasão estendida da OTAN é o posicionamento de armas nucleares táticas estadunidenses em alguns países da Europa Ocidental, com início ainda na década de 1950, durante o governo Eisenhower. O primeiro país para o qual armamentos nucleares dos Estados Unidos foram

transferidos foi o Reino Unido, em 1954, e, posteriormente, tornaram-se receptores também Alemanha, Itália, França, Turquia, Países Baixos, Grécia e Bélgica (Masters; Merrow, 2023).

Em grande medida, a decisão de implantar artefatos táticos dos Estados Unidos em território europeu foi pautada pela percepção de que, relativamente à União Soviética, a OTAN se encontrava em situação de inferioridade convencional – e que, portanto, tornava-se necessária a presença de armamentos nucleares para estabelecer, no mínimo, um equilíbrio de forças (Von Hlatky, 2015). Tal deliberação se refletiu na política nuclear mantida pela organização durante a Guerra Fria, que, ao decidir

não competir com a União Soviética e o Pacto de Varsóvia em termos de tropas, tanques e artilharia, [...] adotou uma política declaratória que englobava o possível primeiro uso de armas nucleares, inclusive em resposta a um ataque do Pacto de Varsóvia apenas com forças convencionais (Pifer et. al., 2010, p. 1, tradução nossa).

Segundo estimativas, o pico histórico da quantidade de armas nucleares táticas estadunidenses na Europa foi atingido no início da década de 1970 – mais especificamente, em 1971, quando o número total chegou a aproximadamente 7300 (Center For Arms Control And Non-Proliferation, 2021). No entanto, a partir da segunda metade dos anos 1980, começou a se reverter a tendência até então observada e iniciou-se um movimento de queda do número de armamentos táticos dos Estados Unidos na Europa. Em grande medida, isso se deveu à inauguração do período de *détente* no cenário internacional, marcado por um arrefecimento nas tensões Leste-Oeste, e, mais especificamente (mas ainda dentro deste contexto), à assinatura do Tratado INF, em 1987. Com efeito, em decorrência deste acordo, no decorrer da década de 1980, os Estados Unidos retiraram de funcionamento os sistemas Pershing II e *Ground Launched Cruise Missile* (GLCM), além de outros sistemas obsoletos, culminando em uma redução que deixou o arsenal estadunidense com aproximadamente 4000 ogivas táticas (Norris; Kristensen, 2004b).

Reduções ainda mais profundas foram levadas a cabo na década de 1990, em razão das PNI, por meio das quais estabelecia-se a remoção de todos os artefatos táticos dos Estados Unidos lançados por via terrestre e naval. Com isso, o total de armas táticas estadunidenses caiu para em torno de 1400, cifra que sofreu uma queda de 50% subsequentemente à dissolução da União Soviética. Além disso, a publicação da Revisão de Postura Nuclear (*Nuclear Posture Review* – NPR) de 1994, sob o governo Clinton, colocou o número em patamares ainda mais baixos, de forma que 480 artefatos foram mantidos (Norris; Kristensen, 2004b).

Desde então, as medidas visando à diminuição quantitativa das armas nucleares táticas dos Estados Unidos se mostraram mais tímidas e culminaram, portanto, em reduções menos

ambiciosas. Em grande medida, elas estiveram vinculadas à retirada completa de armamentos nucleares da Grécia, finalizada em 2001, e das bases de Ramstein (na Alemanha) e de Lakenheath (no Reino Unido), entre 2005 e 2008<sup>29</sup> (Norris; Kristensen, 2004b; Kristensen, 2019). Além disso, a partir de 2009, houve um encolhimento da capacidade de armazenamento das bases aéreas de Aviano (Itália) e Incirlik (Turquia) (Kristensen; Korda, 2023).

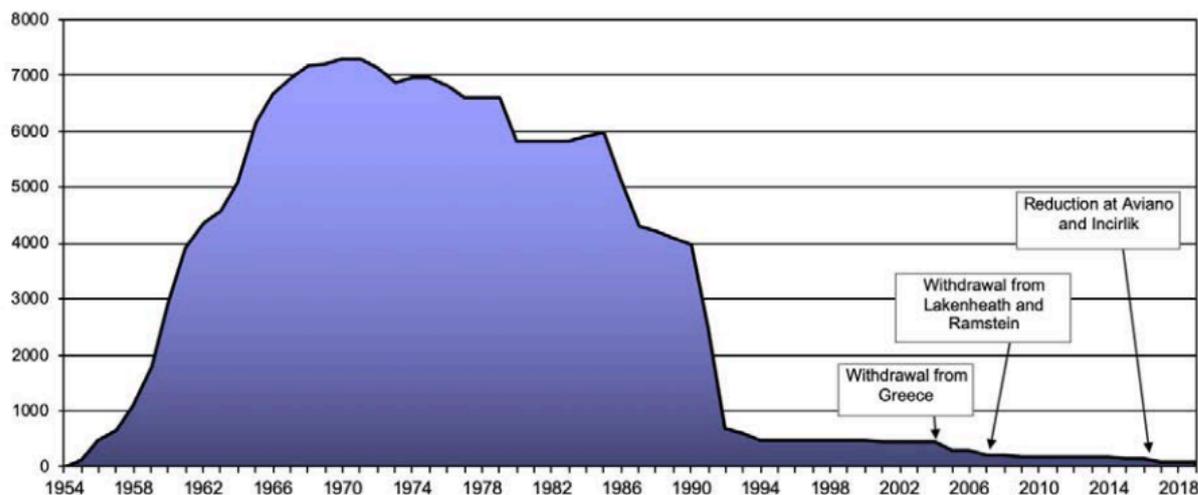
A despeito das inúmeras críticas tecidas por Trump ao comprometimento desproporcional dos Estados Unidos à OTAN e à sua reivindicação de que os demais países-membros dedicassem ao menos 2% de seu Produto Interno Bruto (PIB) a gastos com defesa, ao longo de seu governo, a quantidade de ogivas táticas posicionadas em países europeus se manteve bastante estável – não indicando, portanto, um desengajamento que poderia ser inicialmente esperado, dada a retórica do presidente<sup>30</sup>. Pelo contrário, a política nuclear de Trump chegou a sugerir que fosse desenvolvido um novo míssil de cruzeiro nuclear não-estratégico lançado por submarino para apoiar os países-membros da OTAN e seus aliados (Kristensen; Korda, 2020). Assim, estima-se que, atualmente, existam aproximadamente 100 artefatos táticos estadunidenses posicionados em seis bases militares de cinco países: Aviano e Ghedi, na Itália; Büchel, na Alemanha; Incirlik, na Turquia; Kleine Borgel, na Bélgica; e Volkel, nos Países Baixos (Kristensen; Korda, 2023).

---

<sup>29</sup> De acordo com Kristensen et al. (2023), a base aérea de Lakenheath está sendo renovada para possivelmente armazenar armas nucleares no futuro.

<sup>30</sup> É interessante notar que, no que diz respeito à manutenção de importantes alianças dos Estados Unidos, o governo Trump se mostrou inicialmente bastante disruptivo, adotando uma forte narrativa de corresponsabilização – contrastando, inclusive, com documentos oficiais de sua administração, que atribuíam grande relevância aos aliados estadunidenses. Além da reivindicação de que os membros da OTAN comprometessem 2% do seu PIB aos gastos com defesa, o então presidente estadunidense também gerou constrangimentos com a Coreia do Sul e o Japão ao demandar que ambos os países aumentassem em aproximadamente cinco vezes suas contribuições para com os custos de manutenção das tropas estadunidenses em seus territórios (Klingner; Pak; Terry, 2019).

**Gráfico 1 – Armas Nucleares dos Estados Unidos na Europa (1954-2019)**



Fonte: Kristensen (2019)

Todas as armas nucleares táticas de origem estadunidense em território estrangeiro correspondem a bombas de gravidade – isto é, cuja queda é livre, não sendo guiada em direção a seu alvo – B61, em suas variações -3 e -4. Produzidos e armazenados entre 1979 e 1990, tais artefatos devem ser aposentados ou adaptados (no caso das B61-4) até 2026, em decorrência de um plano que visa à substituição destas variações pela B61-12. Mantendo o rendimento de até 50 quilotons da B61-4, a B61-12 se diferencia das duas versões mais antigas acima mencionadas por possuir maior precisão, podendo ser utilizada para atingir alvos que, nas condições atuais, demandariam maior potência. Com efeito, como pontuam Hans Kristensen e Robert Norris, “com o aumento da precisão e da capacidade de distanciamento, especialmente quando combinada com o furtivo caça-bombardeiro F-35A no futuro, a B61-12 representará um aprimoramento significativo na postura nuclear da OTAN na Europa” (Kristensen; Norris, 2014, p. 83, tradução nossa).

Apesar de os artefatos explosivos (ou seja, as bombas) pertencerem aos Estados Unidos e de a decisão final em torno de seu emprego caber ao presidente norte-americano, na maioria dos casos, os veículos de entrega – que se tratam de aeronaves de capacidade dupla (*dual capable aircraft* – DCA), mais especificamente, caças Tornado ou F-16<sup>31</sup> – aos quais estão

<sup>31</sup> Atualmente, o F-16 é utilizado pelas forças aéreas da Bélgica e dos Países Baixos, no entanto, ambas já estão no processo de substituí-lo pelo F-35A. O mesmo está sendo feito pela força aérea italiana, que, entretanto, atualmente utiliza o PA-200 Tornado – assim como a Alemanha (Kristensen; Korda, 2023). A Turquia também utiliza o F-16, no entanto, diferentemente dos demais países hospedeiros de armas nucleares estadunidenses, ainda não iniciou o processo de compra do F-35 para substituir suas aeronaves mais antigas (Andreasen *et al.*, 2018; Kristensen *et al.*, 2023).

designados são dos países que hospedam as armas em questão. Dessa forma, tem-se um sistema de compartilhamento de responsabilidades (em inglês, frequentemente referido como *dual-key system*) em que, além de alojar armas nucleares estadunidenses, alguns aliados podem realizar a entrega destes artefatos bélicos se assim considerado necessário e pertinente pelos Estados Unidos. Este arranjo, particular à OTAN, permite que os países contemplados pelo modelo de compartilhamento participem de forma mais ativa nas questões nucleares envolvendo a organização (Kamp, 2011; Montgomery, 2016).

Embora não sendo as principais garantidoras da segurança da aliança, dado que esta função é formalmente atribuída às forças estratégicas dos Estados Unidos (NATO, 2022), as armas nucleares táticas presentes na Europa assumem um papel relevante na estratégia da organização e na dissuasão. Dessa forma, na equação que compõe a dissuasão estendida, a manutenção de tais artefatos em alguns dos países-membros da OTAN parece servir menos ao pilar da credibilidade do que ao da garantia (*assurance*).

A despeito de ter havido, ao longo dos últimos anos, discussões em torno da verdadeira necessidade e/ou utilidade destes artefatos no continente Europeu, a opção de renunciar a este recurso não parece estar no horizonte, sobretudo diante dos acontecimentos recentes. No Conceito Estratégico de 2022 da organização, fica claro que “enquanto armas nucleares existirem, a OTAN continuará sendo uma aliança nuclear” (NATO, 2022, p. 1, tradução nossa). Com efeito, conforme notado por James Schlesinger ainda em 1986, “as armas nucleares são a cola que mantém a aliança unida” (Schlesinger, 1986, p. 430, tradução nossa).

Em paralelo aos artefatos nucleares, entretanto, existe um outro componente que, mais recentemente – e em consonância com a nova tríade estratégica estadunidense<sup>32</sup> (Piccolli, 2019) –, tem assumido um papel de destaque na estratégia da OTAN: os sistemas de defesa antimíssil. Conforme explicitado no último documento da Revisão de Postura de Dissuasão e Defesa da organização, “as armas nucleares são um componente central das capacidades gerais de dissuasão e defesa da OTAN, juntamente com as forças convencionais e de defesa antimísseis” (NATO, 2012, online, tradução nossa).

De modo geral, os sistemas de defesa antimíssil consistem em um conjunto de aparatos e equipamentos destinados a proteger territórios e/ou populações de possíveis ataques lançados por mísseis balísticos. Eles são formados por dois grupos centrais de elementos: (i) por sensores

---

<sup>32</sup> A nova tríade estratégica estadunidense, preconizada na NPR de 2002, é composta: (i) pela tríade tradicional (ou seja, bombardeiros de longo alcance, mísseis balísticos intercontinentais terrestres e mísseis balísticos lançados por submarinos; (ii) por defesas aéreas e antimísseis; e (iii) por uma infraestrutura de defesa responsiva (Piccolli, 2019).

e radares, que compõem os sistemas de alarme prévio; e (ii) por um sistema de interceptores, englobando mísseis lançados por ar, terra e mar (Budgen; Stepanov, 2012). Ainda que os primeiros esforços em direção à construção destes sistemas tenham se dado ainda na segunda metade do século XX, foi apenas durante a presidência de George W. Bush que surgiu a iniciativa de construir instalações para defesa antimíssil na Europa (Burns, 2010).

O plano inicial, alegadamente voltado à contenção de ameaças advindas não da Rússia, mas sim do Irã<sup>33</sup>, envolvia a instalação de radares na República Tcheca e de interceptores na Polônia – que, vale recordar, se tornaram membros da OTAN em 1997. Em parte devido às reações adversas da Rússia, a iniciativa foi revista e relançada durante o governo Obama como Abordagem Adaptativa Faseada para a Europa (*European Phased Adaptive Approach* – EPAA), prevendo, entre outros fatores, o estabelecimento de instalações de defesa antimíssil nos territórios da Romênia e da Polônia (Piccolli, 2012). Já em 2010, seguindo a decisão da OTAN de desenvolver capacidades antimíssil para a proteção de seus aliados, optou-se por incorporar formalmente a EPAA à arquitetura antimissilística da organização (NATO, 2023a).

Atualmente, o sistema de defesa antimíssil da OTAN conta com uma série de elementos distribuídos pelos territórios de alguns de seus países-membros, a saber: (i) um centro de comando, na base de Ramstein, Alemanha; (ii) um sistema de radares, na Turquia; (iii) quatro destróieres Aegis, na Espanha; e (iv) uma instalação Aegis Ashore (componente terrestre do sistema de defesa de mísseis balísticos estadunidense Aegis), com mísseis interceptores do tipo SM-3 (Standard Missile 3), em Deveselu, na Romênia (NATO, 2023a; Zyga, 2012). Além disso, a arquitetura antimísseis da organização deve contemplar também outro sítio Aegis Ashore, já em construção, em Redzikowo, na Polônia, perto do Mar Báltico. Pela programação inicial, a instalação na Polônia deveria estar pronta em 2018, no entanto, sua construção acabou sofrendo atrasos, e estima-se agora que a base esteja operacional até o final de 2023 (Abbot, 2022).

Embora muito mais recente (e, dessa forma, menos consolidado operacionalmente) que o posicionamento de armas nucleares táticas em territórios aliados, a defesa antimíssil tem assumido, no âmbito da OTAN, um papel de grande relevância. Além de parte fundamental da estratégia estadunidense, que tem colocado particular ênfase nestes sistemas como vetor garantidor de segurança, o escudo antimíssil que se pretende (terminar de) construir como parte da arquitetura de defesa da aliança militar permite a utilização de territórios da antiga zona de influência soviética e do entorno estratégico russo que os artefatos nucleares não-estratégicos

---

<sup>33</sup> Como pontuado por Piccolli (2012), o míssil iraniano de maior alcance à época não tinha a capacidade de atingir a Polônia e a República Tcheca, menos ainda a Europa Ocidental. O Shahab-3, que possuía um alcance de 2000 quilômetros, conseguiria alcançar apenas a Turquia e alguns poucos países da Europa Oriental.

não permitem, devido ao Ato Fundador OTAN-Rússia, segundo o qual esta não teria “intenção, planos ou motivos para estabelecer instalações de armazenamento de armas nucleares [no território de novos membros ingressantes a partir de 1997]” (NATO, 2009, online, tradução nossa). Em outras palavras, a defesa antimíssil viabiliza a aproximação do aparato militar da OTAN de sua fronteira com a Rússia.

#### **4.4 Implicações para a Dinâmica Dissuasória Russo-Estadunidense**

Conforme posto em evidência no início do capítulo, é praticamente uma unanimidade entre os estudiosos do tema que a dissuasão estendida é mais difícil de ser alcançada do que a dissuasão central, devido, em grande medida, à questão – fundamental para o conceito – da credibilidade. Mais do que assimilar este pressuposto, no entanto, é imperativo também tentar compreender as implicações, no âmbito da relação dissuasória entre Rússia e Estados Unidos, da manutenção de uma política de dissuasão estendida por este e de dissuasão central por aquela – considerando-se que a mudança de postura russa é bastante recente e, mesmo em sua configuração atual, englobando o território de Belarus, está longe (operacional e institucionalmente) de ser análoga à estadunidense.

Ao se conjugar a análise da expansão da OTAN no pós-Guerra Fria com a das particularidades do modelo de dissuasão estendida que cobre seus membros, percebe-se que o cenário que desenhou ao longo dos últimos anos foi o de uma Rússia crescentemente cercada e com o aparato militar da aliança mais perto de suas fronteiras. Há de se fazer a ressalva de que, ao se falar em uma movimentação do aparato militar da OTAN em direção ao Leste, refere-se às capacidades convencionais e de defesa antimíssil, dado que, em razão do acordado pelo Ato Fundador OTAN-Rússia, as armas nucleares táticas dos Estados Unidos em territórios estrangeiros permaneceram restritas aos países que se tornaram membros da OTAN antes de sua expansão após a dissolução da União Soviética.

Não obstante, não se pode ignorar os potenciais impactos da presença de tais artefatos no continente europeu, uma vez que eles invariavelmente aproximam parte da capacidade nuclear estadunidense do território russo. Dessa forma, em um cenário de primeiro ataque por parte dos Estados Unidos utilizando as armas táticas posicionadas na Europa, o tempo de detecção do ataque e de resposta russos estariam bastante reduzidos, aumentando, assim, o risco de um primeiro ataque decapitante. Não surpreendentemente, ainda em 2003, um general russo comentou que, na visão da Rússia, as armas nucleares táticas dos Estados Unidos posicionadas

na Europa estavam assumindo um caráter estratégico, uma vez que poderiam ser direcionadas a centros de comando e de armas nucleares estratégicas russos (Norris; Kristensen, 2004b).

Disso decorre a importância do Tratado INF, pois, ao proibir o posicionamento de mísseis de alcance intermediário – que possuem um tempo reduzido de voo e uma trajetória de baixa altitude, dificultando sua detecção pelos sistemas de alerta prévio –, ele praticamente inviabilizava a concretização desse cenário. Com o colapso do INF e a possibilidade de que novos mísseis intermediários sejam instalados na Europa, revive-se a perspectiva de que uma resposta russa pelo pretexto de *launch on warning* (isto é, o lançamento de um ataque assim que identificada a aproximação de um míssil) seja neutralizada (Arbatov, 2021).

Entretanto, não sendo os riscos unidirecionais, o outro lado da moeda também é verdadeiro: a presença de armas nucleares no continente europeu pode trazer complicações militares para os membros da aliança que as hospedam, bem como aumentar as chances de emprego nuclear em uma crise. Como pontuado por Moniz e Nunn,

Adicionalmente aos procedimentos complexos para a tomada de decisão relativa ao uso nuclear, qualquer tentativa de empregar estas armas será ainda mais complicada pela visibilidade de muitas das ações necessárias para preparar aeronaves, armas e tripulações para o dito ataque – todas as quais prejudicam sua capacidade de sobrevivência e uso plausível. Ademais, estes fatores fazem com que as armas nucleares posicionadas [na OTAN] sejam alvos em potencial nas fases iniciais de um conflito, talvez desencadeando uma cadeia de eventos que os Estados Unidos e a OTAN gostariam de evitar: o uso nuclear precoce (Moniz; Nunn, 2018, p. 2, tradução nossa).

Ainda que, pelas características inerentes ao seu funcionamento e seu potencial destrutivo (que, mesmo no caso dos artefatos não-estratégicos, é ainda muito alto), as armas nucleares e sua proximidade ao território russo na Europa tenham um caráter desestabilizador particular, esse efeito não está restrito a elas – o que se deve, entre outros fatores, à postura nuclear adotada pela Rússia. Com efeito, como delineado nos Princípios Básicos da Política de Estado da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear, a Rússia se reserva o direito de empregar armas nucleares em situações de “agressão contra a Federação Russa com o uso de armas convencionais quando a própria existência do Estado estiver em perigo” (Russian Federation, 2020, online, tradução nossa). Embora nuances possam ser traçados, a interpretação mais direta do trecho sugere a possibilidade do lançamento de um primeiro ataque nuclear por parte da Rússia. Cumpre destacar, contudo, que tal postura está, em grande medida, atrelada ao próprio conceito de dissuasão russo (Adamsky, 2023).

Diferentemente da formulação ocidental (e majoritariamente estadunidense), em que o foco é colocado essencialmente na *ameaça* do uso da força, “na linguagem russa, [dissuasão]

consiste no emprego de ameaças, às vezes acompanhadas pelo *uso limitado* da força, para manter o *status quo*, alterá-lo, moldar o ambiente estratégico no qual a interação ocorre, evitar a escalada [das tensões] ou desescalar” (Adamsky, 2023, p. 3, tradução nossa, grifo nosso). Dessa maneira, em conformidade com o entendimento de dissuasão russo, a postura dissuasória da Rússia contempla a ameaça do emprego de armas nucleares para evitar um ataque convencional, e, no caso desta falhar, o uso nuclear limitado para desescalar o conflito – premissa mais comumente conhecida como “escalar para desescalar” (*escalate to de-escalate*).

Em parte em razão disso, a presença de estruturas militares não-nucleares da OTAN nas proximidades russas também representa um risco, sobretudo ao se considerar que a Rússia atribui a suas capacidades nucleares a função de fazer face ao que entende ser uma superioridade convencional da OTAN (havendo, nesse âmbito, uma reversão do cenário da Guerra Fria) (Adamsky, 2023; Piccolli, 2019). Nesse sentido, um tópico que se mostra muito sensível para a Rússia é justamente o da arquitetura de defesa antimíssil da OTAN. Em teoria, a defesa antimíssil é, por si só, um fator desestabilizador: ao permitir que o Estado que a possui neutralize um ataque vindouro, ela enfraquece a capacidade de segundo ataque do adversário – premissa sobre a qual se baseia a estabilidade estratégica –, colocando seu detentor em uma posição de potencial primazia nuclear e com a possibilidade de lançar um primeiro ataque decapitante (Lieber; Press, 2006; 2017).

Desde o fim do tratado ABM e a subsequente mudança de foco dos Estados Unidos em direção à construção de instalações de defesa antimíssil – que, segundo Piccolli (2019), se traduz em uma tentativa de obter a primazia nuclear –, a Rússia tem reiteradamente afirmado sua preocupação com o potencial desestabilizador de tais sistemas, inclusive por meio de documentos oficiais (Russian Federation, 2000c; 2010; 2014). No âmbito da OTAN, tal preocupação assume um grau ainda mais elevado, uma vez que parte da infraestrutura do sistema foi/está sendo construída na vizinhança do entorno estratégico russo – a saber, na Polônia e na Romênia. Em existindo um escudo antimíssil funcional – e considerando-se, nesse sentido, sobretudo suas capacidades móveis, como as posicionadas em navios e aviões –, é necessário que o país ao qual ele se direciona tenha um perímetro mínimo de segurança para resguardar sua capacidade de segundo ataque (Monteiro, 2014). Dessa forma, com o avanço da OTAN para o Leste e a instalação de mísseis interceptores na Europa Oriental, a Rússia vê seu perímetro reduzido.

Assim, em última instância, o sistema de defesa antimíssil da OTAN prejudicaria a capacidade de segundo ataque da Rússia em um cenário em que seu tempo de resposta já se

encontra reduzido devido ao posicionamento de armas nucleares na Europa. Ademais, se considerarmos o potencial uso ofensivo<sup>34</sup> (embora não nuclear) dos mísseis utilizados no escudo, a capacidade de resposta russa – que, vale lembrar, admite o emprego de forças nucleares – estaria ainda mais lesada, dado que o tempo de trajeto até alvos em território russo seria ainda menor<sup>35</sup>. Dessa conjugação de fatores, portanto, emerge a possibilidade de um golpe decapitante e de surpresa, que, em suas últimas consequências, poderia neutralizar a capacidade de segundo ataque russa, colocando-a em situação de vulnerabilidade.

Desse modo, considerando-se o contexto de objetivos políticos de dissuasão, surge um cenário em que a manutenção de uma postura de dissuasão estendida por parte dos Estados Unidos tem o efeito final de gerar constrangimentos (materiais e imateriais) à Rússia, que, atualmente, encontra seu perímetro de segurança substancialmente reduzido. Nesse sentido, a decisão de posicionar armas nucleares em Belarus parece se tratar, em grande medida, de uma reação a este enclausuramento, de forma a aproximar as capacidades nucleares russas dos territórios da OTAN e potencialmente reduzir o tempo de resposta desta – fazendo da organização vítima da própria estratégia que tem utilizado contra a Rússia.

De qualquer maneira, fica evidente que, conforme notado por Huth, “em uma situação de dissuasão estendida, as ações militares defensivas pretendidas pelo dissuasor podem ser percebidas pelo agressor em potencial como uma ameaça ofensiva e, assim, provocar uma escalada militar” (Huth, 1988, p. 423, tradução nossa). Ou seja, mesmo que genuinamente tenham um caráter defensivo e/ou sejam voltadas majoritariamente para fazer com que os Estados protegidos se sintam efetivamente resguardados, as ações militares realizadas no âmbito da OTAN – desde o posicionamento de armas nucleares até a construção de um sistema de defesa antimíssil – assumem um papel desestabilizador no balanço dissuasório entre Estados Unidos e Rússia, que é potencializado pela proximidade das capacidades estadunidenses do território russo.

---

<sup>34</sup> Ao final de 2021, Putin chegou a acusar os Estados Unidos de utilizarem as instalações de defesa antimíssil na Europa como um disfarce para posicionar sistemas ofensivos direcionados à Rússia: “Os lançadores Mk-41 localizados na Romênia e planejados para implantação na Polônia foram adaptados ao uso de sistemas de ataque Tomahawk. Se essa infraestrutura avançar, se os sistemas de mísseis dos Estados Unidos e da OTAN aparecerem na Ucrânia, então o seu tempo de voo para Moscou será reduzido para sete a dez minutos, e, com a implantação de armas hipersônicas, para cinco” (Putin, 2021, online, tradução nossa).

<sup>35</sup> Como aponta Monteiro (2016), até poucos anos atrás, uma ogiva levava em torno de trinta minutos para percorrer o trajeto dos Estados Unidos (mais especificamente, Utah) até Moscou. Com as novas instalações de defesa antimíssil no Leste Europeu, este tempo seria reduzido para aproximadamente quatro minutos, considerando um lançamento a partir da base na Polônia. Já no caso de haver um lançamento oriundo da instalação na Romênia direcionado à região de Kaliningrado – que sedia a frota russa do Mar Negro –, haveria um encurtamento ainda maior, sendo necessários apenas três minutos e trinta segundos.

## 5 OS REFLEXOS DA CRISE: POSICIONAMENTOS E CAPACIDADES

Uma vez analisadas e compreendidas as três variáveis intervenientes da dissuasão que o trabalho se propôs a aprofundar, importa entender os impactos da crise do regime de controle nuclear, até para que se possa categorizá-la como tal. Dessa forma, o presente capítulo pretende avaliar quais foram os reflexos do desmantelamento dos tratados de controle nuclear entre Rússia e Estados Unidos no que se refere às suas políticas e arsenais nucleares. Para tanto, analisam-se os principais documentos oficiais de ambos os países sobre a questão nuclear, suas respectivas capacidades estratégicas no decorrer dos anos e, finalmente, os processos de modernização aos quais suas tríades nucleares têm sido submetidas.

### 5.1 Os Posicionamentos Oficiais Russo e Estadunidense

A Estratégia de Segurança Nacional da Federação Russa, originalmente denominada de Conceito de Segurança Nacional, é o documento basilar da estratégia securitária da Rússia, delineando os principais interesses e linhas-mestras de política a serem seguidas pelo país. Sua primeira versão foi publicada ainda durante o governo Yeltsin, em 1997, e foi adaptada e relançada outras quatro vezes, em 2000 (no início do governo de Putin como presidente eleito), 2009, 2015 e, mais recentemente, 2021 (Russian Federation, 2000a; 2009; 2015; 2021b).

A despeito de comportarem pequenas adaptações, normalmente refletindo mudanças no cenário internacional, as diferentes versões da Estratégia de Segurança Nacional compartilham de um mesmo núcleo, demonstrando a constância e coerência dos interesses russos. Uma das principais constantes de todos os documentos é a defesa de um mundo multipolar, em que a Rússia deve ocupar um dos polos de poder, e que é apresentado, inclusive, como condição necessária para a estabilidade estratégica (Russian Federation, 2000a; 2009; 2015; 2021). Nesse sentido, não se pode deixar de destacar a forte crítica aos esforços estadunidenses de tentar consolidar-se em uma posição de hegemonia, os quais, na Estratégia de 2021, são explicitamente mencionados como um dos fatores que “aumentam as contradições intraestatais” (Russian Federation, 2021b, p. 4, tradução nossa).

Outro ponto que permeia o texto de todas as versões da Estratégia de Segurança Nacional analisadas é a desaprovação da expansão da OTAN e de sua conduta internacionalmente. Já no documento do ano 2000, são citados como ameaças fundamentais “o desejo de alguns Estados e associações internacionais de diminuir o papel de mecanismos existentes para garantir a segurança internacional, sobretudo [...] a OSCE” – ecoando a

perspectiva russa de que esta, e não a OTAN, deveria ser a principal organização de segurança na Europa – e o “fortalecimento de blocos e alianças político-militares, sobretudo a expansão para leste da OTAN” (Russian Federation, 2000a, pp. 4-5, tradução nossa).

Além da própria questão do alargamento da OTAN e do conseqüente avanço de suas capacidades militares para perto da fronteira russa, as Estratégias de Segurança Nacional da Rússia trazem um olhar crítico sobre a prática da organização de aglutinar atribuições globais que fogem de seu escopo, “em violação às normas do direito internacional” (Russian Federation, 2015, p. 6, tradução nossa). Em provável referência à intervenção da aliança militar no Kosovo, o Conceito de Segurança Nacional de 2000 nota que “a transição da OTAN para a prática de utilizar a força militar fora de sua zona de responsabilidade e sem a sanção do Conselho de Segurança das Nações Unidas poderia desestabilizar toda a situação estratégica global” (Russian Federation, 2000, p. 5, tradução nossa). Essa visão, que perpassa a postura russa ao longo dos anos, é acompanhada pela defesa da ONU e, principalmente, de seu Conselho de Segurança, como pilares de um sistema estável de relações interestatais (Russian Federation, 2009).

Dessa maneira, os documentos deixam evidente que o fator determinante nas relações entre Rússia e OTAN será a “a inaceitabilidade [...] dos planos para fazer avançar a infraestrutura militar da aliança até suas fronteiras e as tentativas de lhe atribuir funções globais que vão contra as normas do direito internacional” (Russian Federation, 2009, online, tradução nossa); na versão de 2015, menciona-se também no mesmo contexto a inaceitabilidade em torno da construção de um sistema de defesa antimíssil no âmbito da organização (Russian Federation, 2015). Portanto, a despeito de estar disposta a desenvolver “relações com a OTAN baseadas na igualdade, com o objetivo de fortalecer a segurança geral na região Euro-Atlântica [...], a profundidade e o conteúdo destas relações serão determinados pela prontidão da aliança em levar em consideração os interesses da Rússia” (Russian Federation, 2015, p. 40, tradução nossa).

De modo semelhante, enfatiza-se também que as relações com os Estados Unidos deverão obedecer a coincidência de interesses, sendo os tratados de controle de armas nucleares uma das prioridades. Com efeito, o reconhecimento da importância do regime de controle nuclear para a manutenção da estabilidade estratégica é um terceiro ponto que se mostra presente em todas as Estratégias de Segurança Nacional russas, sendo considerado vital para a manutenção da paz e segurança internacional. Nesse sentido, os documentos reforçam a disponibilidade da Rússia em continuar negociando, seja bilateral ou multilateralmente, novos

mecanismos para a limitação dos arsenais nucleares (Russian Federation, 2000a; 2009; 2015; 2021b).

Não obstante tais similaridades em termos de conteúdo, cabe destacar que, sobretudo a partir da Estratégia de Segurança Nacional de 2015, a Rússia adota uma postura mais abertamente condenatória ao Ocidente, extrapolando as críticas tradicionais à OTAN acima mencionadas. Em um contexto marcado por uma rivalidade escalada, devido à Euromaidan e à subsequente anexação da Crimeia, o documento de 2015 ressalta que

o apoio dos Estados Unidos e da União Europeia ao golpe de estado anticonstitucional na Ucrânia levou a uma profunda divisão na sociedade ucraniana e à emergência de um conflito armado. O fortalecimento de uma ideologia nacionalista de extrema-direita, a formação deliberada, na população ucraniana, de uma imagem da Rússia como uma inimiga, a aposta indisfarçável na resolução forçada de contradições internas, e a profunda crise socioeconômica estão transformando a Ucrânia em uma fonte crônica de instabilidade na Europa e nas vizinhanças imediatas da Rússia (Russian Federation, 2015, pp. 6-7, tradução nossa).

Nessa mesma linha, e em referência não apenas à situação na Ucrânia, mas também às ações estadunidenses no âmbito da Primavera Árabe, a Estratégia de 2015 critica a prática cada vez mais comum de “derrubar regimes políticos legítimos e provocar instabilidade e conflitos intraestatais” (Russian Federation, 2015, p. 7, tradução nossa).

De forma semelhante, a Estratégia de Segurança Nacional de 2021 mantém essa abordagem mais rígida, embora focando menos em questões de ingerência externa estadunidense e mais no que é visto holisticamente como uma “política deliberada para conter a Federação Russa”. Segundo o documento, a Rússia tem sido injustamente acusada de “violando obrigações internacionais, conduzir ataques cibernéticos e interferir em assuntos internos de países estrangeiros” (Russian Federation, 2021b, p. 7, tradução nossa) – acusações estas que advêm de países (mas, evidentemente, sobretudo os Estados Unidos) que, por estarem perdendo sua posição de liderança, “tentam ditar suas regras para outros membros da comunidade internacional, utilizam meios de competição, aplicam medidas restritivas (sanções) unilateralmente e interferem abertamente nas questões internas de países soberanos” (Russian Federation, 2021b, p. 38, tradução nossa).

A isso, soma-se ainda a iniciativa estadunidense, liderada por Trump, de “desmantelamento contínuo do sistema de tratados de controle de armas”, acompanhada pelo desenvolvimento de capacidades globais de defesa antimíssil e que tem culminado, em última instância, em “tensões crescentes e no agravamento da situação política e militar” (Russian Federation, 2021b, p. 6, tradução nossa). Nesse contexto, a possibilidade do emprego de grandes formações militares e mesmo de armas nucleares passa a ser contemplada mais

seriamente como um risco, e o aumento da infraestrutura militar da OTAN nas proximidades de sua fronteira com a Rússia – visível sobretudo a partir de 2014 – deixa de ser “apenas” um perigo militar e assume o caráter de ameaça<sup>36</sup>. Diante disso, não surpreende a adoção de uma postura mais assertiva na Estratégia Nacional de Segurança russa de 2021, que reconhece, inclusive, a crescente importância da “força militar como um instrumento para alcançar objetivos geopolíticos” (Russian Federation, 2021b, p. 11, tradução nossa).

No entanto, apesar – mas em parte também por causa – deste cenário de crescentes contradições, pela Estratégia de 2021, a Rússia continua se posicionando como disposta a endereçar, juntamente aos Estados Unidos e mesmo outras potências ocidentais, questões pertinentes para a manutenção da paz e da segurança internacional e, ainda mais importante, da estabilidade estratégica. Conforme o documento,

para reduzir a ameaça de desencadear uma nova guerra mundial, evitar uma corrida armamentista e excluir sua transferência para novos ambientes, é necessário aprimorar os mecanismos para garantir a estabilidade estratégica, o controle de armas e a prevenção da proliferação de armas de destruições em massa e seus meios de entrega, e a observância às medidas de construção de confiança (Russian Federation, 2021b, pp. 38-39, tradução nossa).

Dessa forma, as Estratégias de Segurança Nacional da Rússia refletem, em grande medida, a posição adotada pelo país de buscar a cooperação em áreas vitais de seu interesse – como a negociação dos tratados de controle de armas nucleares (ao menos até a suspensão de suas obrigações para com o New START, em 2023) e, ao mesmo tempo, ser reativa a situações que aumentam seu cerceamento. Isso fica bastante claro sobretudo no documento de 2021, que deixa explícito que a “Federação Russa considera legítima a adoção de medidas simétricas e assimétricas para reprimir [...] ações não-amigáveis e para evitar sua repetição no futuro” (Russian Federation, 2021, p. 39, tradução nossa).

Essa mesma tendência pode ser observada também nas Doutrinas Militares Russas – embora em menor grau, uma vez que, além de ser um documento menos político, tratando mais sobre as condições sob as quais e de que maneira pode ocorrer o uso da força, sua última versão foi publicada há 10 anos. Até então tradicionalmente renovada a cada mandato presidencial, a Doutrina Militar estabelece as principais diretrizes da política de defesa e segurança da

---

<sup>36</sup> Na doutrina militar russa, estabelece-se uma pequena diferenciação entre “riscos militares” ou “perigos militares” e “ameaças militares”: ao passo que os primeiros se referem a “uma situação nas relações inter ou intraestatais caracterizadas por uma totalidade de fatores que podem levar a uma ameaça militar sob determinadas condições”, a segunda se refere a “uma situação nas relações inter ou intraestatais caracterizadas pela real possibilidade de eclosão de um conflito militar entre lados opostos” (Russian Federation, 2014b). A ameaça militar, portanto, possui um maior grau de gravidade em relação ao risco ou ao perigo militar.

Federação Russa. Sua primeira publicação ocorreu em 1993, com a finalidade de formalizar a reorganização militar que sucedeu o desmantelamento da União Soviética, e, desde então, o documento foi atualizado e relançado nos anos de 2000, 2010 e 2014 (Russian Federation, 2000c; 2010; 2014b).

Em parte devido à sua própria natureza, a Doutrina Militar Russa é ainda mais constante do que a Estratégia de Segurança Nacional, sobretudo no que diz respeito à questão nuclear. Nas versões analisadas (2000, 2010, 2014), destacam-se a relevância conferida pela Rússia à sua capacidade de dissuasão nuclear – o que, conforme já mencionado anteriormente, pode ser atribuído à sua percepção de inferioridade em termos convencionais quando comparada ao Ocidente – e a possibilidade de um primeiro emprego russo de armas nucleares. Conforme explicado na Doutrina de 2014, o país

se reserva o direito de utilizar armas nucleares como resposta ao emprego de armas nucleares ou de outros tipos de armas de destruição em massa contra si e/ou seus aliados, bem como na eventualidade de uma agressão à Federação Russa com o uso de armas convencionais que coloque em risco a própria existência do Estado (Russian Federation, 2014b, online).

Além disso, todas as versões fazem menção também à importância dos acordos de limitação e redução de armas, colocando o cumprimento com estes tratados como fundamental para a prevenção de um conflito militar nuclear (Russian Federation, 2000c; 2010; 2014b).

Assim como o Conceito de Segurança Nacional de 2000, a Doutrina Militar Russa lançada no mesmo ano foi influenciada, em larga escala, por eventos ocasionados por decisões unilaterais dos Estados Unidos e do Ocidente que contornavam os interesses russos – como a expansão da OTAN e sua intervenção em conflitos fora de sua zona de atuação. Dessa maneira, além de versar sobre o separatismo (à época bastante preocupante para a Rússia devido à questão da Chechênia), a Doutrina de 2000 traz entre os fatores desestabilizantes a “diminuição da eficácia de mecanismos existentes para garantir a segurança internacional, sobretudo as Nações Unidas e a OSCE” e a “prática de aplicar força militar para burlar os princípios e regras reconhecidos do direito internacional sem a sanção do CSNU” (Russian Federation, 2000c, p. 2, tradução nossa). Ademais, figura entre as ameaças externas a existência de blocos e alianças militares que, assim como a OTAN, atuam “em detrimento da segurança militar da Federação Russa e de seus aliados” (Russian Federation, 2000c, p. 3, tradução nossa).

A Doutrina Militar de 2010 segue estas mesmas linhas, entretanto, diferentemente de sua antecessora, faz menção direta à OTAN como um perigo militar. Mais especificamente, o documento traz como primeiro risco militar o “desejo de dotar o potencial de força da OTAN com funções globais realizadas em violação às normas do direito internacional e de mover a

infraestrutura militar dos países membros da OTAN para mais perto das fronteiras da Federação Russa, inclusive por meio da expansão do bloco” (Russian Federation, 2010, p. 3, tradução nossa). Seguido a este, estão, respectivamente, “as tentativas [...] de minar a estabilidade estratégica” e o “envio (acúmulo) de contingentes de tropas de Estados estrangeiros (grupos de Estados) nos territórios de Estados contíguos à Federação Russa e seus aliados e também em águas adjacentes” (Russian Federation, 2010, p. 3, tradução nossa).

Para além destes pontos já conhecidos, a Doutrina Militar de 2010 incorporou de maneira inédita elementos que refletem o contexto internacional pós-retirada estadunidense do Tratado ABM, marcado, entre outros fatores, pelo desenvolvimento de tecnologias com o potencial de desestabilizar a dissuasão nuclear. Dessa forma, diante da decisão de implementar um escudo antimíssil na Europa – com bases em países próximos à Rússia –, o documento coloca como quarto risco militar “a criação e implementação de sistemas estratégicos de defesa antimíssil, minando a estabilidade global e violando a correlação de forças estabelecida na esfera de mísseis nucleares” (Russian Federation, 2010, p. 4, tradução nossa). Seguido desta – e ecoando, em larga escala, as preocupações russas com as revoluções coloridas em seu entorno geográfico – aparecem as “reivindicações territoriais contra a Federação Russa e seus aliados e a interferência em seus assuntos internos” (Russian Federation, 2010, p. 4, tradução nossa).

A Doutrina Militar de 2014, por sua vez, traz poucas alterações em relação à sua versão anterior, majoritariamente reiterando os pontos nela trazidos. À lista de riscos militares, é acrescido o “estabelecimento de regimes cujas políticas ameacem os interesses da Federação Russa nos Estados contíguos [a seu território] [...], inclusive pela derrubada de órgãos legítimos da administração estatal”, reforçando a perspectiva russa em torno da destituição do presidente ucraniano em 2014 (Russian Federation, 2014b, p. 2, tradução nossa). Somado a isso, o documento também adota uma postura mais rígida perante os esforços dos Estados Unidos e da OTAN de desenvolver um sistema de defesa antimíssil, classificando-os abertamente como parte de uma tentativa de alcançar superioridade militar (Russian Federation, 2014b).

Complementarmente à Doutrina Militar da Federação Russa, passou-se a publicar também as chamadas doutrinas subsidiárias, entre as quais se encontram os “Princípios Básicos da Política de Estado da Federação Russa sobre a Dissuasão Nuclear”, lançados em 2020. De modo geral, além de especificarem as condições sob as quais a Rússia prevê o emprego de armas nucleares, os Princípios Básicos identificam os principais riscos e ameaças militares que a dissuasão nuclear russa objetiva neutralizar. Entre estes riscos, destacam-se: (i) “o incremento, por um adversário em potencial, de grupos de forças de propósito geral que possuem meios de

entrega de armas nucleares nos territórios de Estados contíguos com a Federação Russa e seus aliados, bem como em águas adjacentes”; (ii) “a implementação, por parte de Estados que consideram a Federação Russa um adversário em potencial, de sistemas e meios de defesa antimísseis, mísseis balísticos e de cruzeiro de médio e curto alcance [...]” – incorporando, portanto, a realidade pós-Tratado INF, em que os mísseis de alcance intermediário na Europa já não são mais regulados; e (iii) “o posicionamento de armas nucleares e seus meios de entrega em territórios de Estados não-nucleares”, conforme realizado pela OTAN (Russian Federation, 2020, p. 3, tradução nossa).

Por fim, não se pode deixar de notar que, assim como a Estratégia de Segurança Nacional russa de 2021, os Princípios Básicos sobre a Dissuasão Nuclear reforçam em seu conteúdo a primordialidade dos tratados de controle de armas nucleares mesmo em um contexto em que o fim do Tratado INF e as ameaças à continuidade do New START já eram uma realidade. Nesse sentido, no documento, o cumprimento com os compromissos internacionais de controle de armas aparece como primeiro (e, dessa forma, presume-se, mais importante) princípio da dissuasão nuclear (Russian Federation, 2020).

No caso dos Estados Unidos, as diretrizes gerais da política de segurança são apresentadas por meio da Estratégia de Segurança Nacional (*National Security Strategy* – NSS), publicada periodicamente pelo poder executivo norte-americano. A primeira edição da NSS foi lançada ainda em 1987, no entanto, ao longo dos anos, a frequência de sua publicação foi sendo reduzida, de tal forma que, para o período abarcado pelo presente trabalho, interessam seis versões do documento (2002, 2006, 2010, 2015, 2017 e 2022) (National Security Strategy Archive, 2024).

A primeira NSS do governo Bush foi publicada em 2002, refletindo, em grande medida, a guinada dos Estados Unidos em direção à guerra ao terror. Dessa maneira, e devido ao *status* das relações russo-estadunidenses à época, o documento não chega a apresentar a Rússia como uma ameaça; embora reconhecendo a “possível renovação dos antigos padrões de competição entre grandes potências” (United States of America, 2002a, p. 26, tradução nossa), a NSS ressalta que uma nova relação estratégica já está sendo construída com a Rússia e que o país está “em meio a uma transição esperançosa, buscando seu futuro democrático e um parceiro na guerra contra o terrorismo” (United States of America, 2002a, p. v, tradução nossa). Ainda assim, mesmo diante da oposição russa, o documento reflete o desejo de continuar expandindo a OTAN para as “nações democráticas dispostas a compartilhar o fardo de defender e avançar nossos interesses em comum” (United States of America, 2002a, p. 25, tradução nossa).

A NSS de 2006, por sua vez, se insere em um contexto de relações mais estremecidas entre Rússia e Estados Unidos, sobretudo após a eclosão das revoluções coloridas na Geórgia e na Ucrânia e do consequente endurecimento das políticas internas russas. Segundo o documento, o fortalecimento da relação com os Estados Unidos “dependerá das políticas, externas e domésticas, que a Rússia adotará. Lamentavelmente, as tendências recentes apontam em direção a um comprometimento reduzido com as liberdades e instituições democráticas” (United States of America, 2006, p. 39, tradução nossa). No mesmo sentido, a NSS deixa claro também que a estabilidade na vizinhança russa só será possível com o estabelecimento efetivo de democracias, e que quaisquer esforços no sentido contrário contaminarão as relações da Rússia com os Estados Unidos e a Europa (United States of America, 2006).

Com a chegada de Obama à presidência e a aplicação de sua política de redefinição do relacionamento com a Rússia, a NSS de 2010 retomou a visão de que a Rússia deveria ser menos uma rival do que uma parceira – perspectiva essa que dialogava diretamente com o objetivo do novo governo norte-americano de reduzir o papel dos artefatos nucleares na estratégia dos Estados Unidos e de eventualmente abrir caminho para o estabelecimento de um mundo livre de armas nucleares. Dessa forma, a Estratégia pontua que

os Estados Unidos têm interesse em uma Rússia forte, pacífica e próspera, que respeite as normas internacionais. Como as duas nações que possuem a maioria das armas nucleares do mundo, estamos trabalhando juntos para avançar a não-proliferação, tanto pela redução de nossos arsenais nucleares quanto pela cooperação para assegurar que outros países cumpram seus compromissos internacionais de reduzir a disseminação de armas nucleares pelo mundo (United States of America, 2010b, p. 44, tradução nossa).

A despeito dessa abordagem mais cooperativa, que se estende também para outras áreas de interesse estadunidense, como o combate ao terrorismo no Afeganistão, o documento deixa claro que os Estados Unidos irão “apoiar a soberania e a integridade territorial dos vizinhos da Rússia” (United States of America, 2010b, p. 44, tradução nossa), provavelmente se referindo a dois eventos anteriores que colocaram as grandes potências em posições opostas: a Guerra Russo-Geórgia de 2008 e o reconhecimento da independência do Kosovo pelos Estados Unidos.

Em um cenário já muito diferente do que vigorou nos primeiros anos do governo Obama, a NSS de 2015 reverte quase que completamente o posicionamento adotado pelos Estados Unidos em relação à Rússia. As ações russas no leste ucraniano e a anexação da Crimeia são trazidas como uma das principais ameaças à segurança global, reiterando-se que “a violação da soberania e da integridade territorial da Ucrânia por parte da Rússia – assim como sua postura beligerante perante outros países vizinhos – coloca em risco normas internacionais que, em

grande medida, foram tomadas como garantidas desde o fim da Guerra Fria” (United States of America, 2015, p. 10, tradução nossa).

Diante disso, o governo estadunidense se compromete, por meio de sua Estratégia de Segurança, a “apoiar parceiros como Geórgia, Moldávia e Ucrânia para que eles possam melhor trabalhar junto aos Estados Unidos e a OTAN” e a “deter a agressão russa, permanecer alerta a suas capacidades estratégicas e ajudar nossos aliados e parceiros a resistirem a coerção russa no longo prazo” (United States of America, 2015, p. 25, tradução nossa). De maneira ainda mais assertiva, o documento postula que os Estados Unidos agirão unilateralmente contra ameaças a seus interesses centrais (United States of America, 2015).

Essa postura mais rígida, entretanto, não exclui por completo a possibilidade de cooperação com a Rússia: “nós manteremos aberta a porta para maior colaboração com a Rússia em áreas de interesse comum caso ela escolha [...] um caminho de cooperação pacífica que respeite a soberania e o desenvolvimento democrático dos Estados vizinhos” (United States of America, 2015, p. 25, tradução nossa). Com efeito, apesar do tensionamento nas relações, a Rússia continuou sendo vista como peça fundamental para que a administração Obama pudesse dar seguimento à sua agenda em direção à redução dos arsenais e da proliferação nuclear.

A NSS de 2017, por sua vez, foi a única publicada durante o governo Trump e destoa bastante de suas antecessoras por se pautar em uma interpretação de um cenário internacional marcado quase que invariavelmente pelo retorno da competição entre grandes potências. A visão trazida pela nova Estratégia é de que ambas China e Rússia representam uma ameaça ao poder, à influência e aos interesses dos Estados Unidos, sendo necessário repensar as políticas estadunidenses das últimas duas décadas, baseadas “na premissa de que o engajamento com rivais e sua inclusão nas instituições internacionais e no comércio global os transformariam em atores benignos e parceiros dignos de confiança” (United States of America, 2017, p. 3, tradução nossa).

Em razão disso, a NSS do governo Trump apresenta como um de seus principais objetivos “garantir que a superioridade militar americana perdure” (United States of America, 2017, p. 3, tradução nossa) e “assegurar que nosso poder militar seja inigualável e totalmente integrado aos nossos aliados e a todos os nossos instrumentos de poder” (United States of America, 2017, p. 26, tradução nossa). Nesse sentido, os Estados Unidos devem “manter capacidades críveis de dissuasão e garantia fornecidas por nossa tríade nuclear e pelas capacidades nucleares não-estratégicas [...] instaladas no exterior”, bem como desenvolver e implementar um sistema de defesa antimísseis aprimorado (United States of America, 2017, p.

30, tradução nossa). Novos acordos de controle de armas, por sua vez, só serão considerados se “contribuírem para a estabilidade estratégica e se forem verificáveis” (United States of America, 2017, p. 31, tradução nossa).

No que diz respeito especificamente à Rússia – além de retomar, de maneira veemente, a condenação às ações russas na Geórgia e na Ucrânia – o documento adota uma postura ainda menos conciliadora que suas versões anteriores. Pela visão apresentada, a “Rússia busca enfraquecer a influência dos Estados Unidos no mundo e nos separar de nossos aliados e parceiros”, enxergando a OTAN e a União Europeia como ameaças (United States of America, 2017, p. 25, tradução nossa). Diante desse contexto, a aliança militar do Atlântico Norte surge como “uma de nossas grandes vantagens sobre nossos competidores”, importando reforçá-la para fazer frente à Rússia. Dessa forma, o governo estadunidense se compromete a “no flanco leste da OTAN, [...] fortalecer a dissuasão e a defesa e a catalisar os esforços dos aliados e parceiros da linha de frente para se defenderem melhor” (United States of America, 2017, p. 48, tradução nossa).

Se, por um lado, a NSS de 2017 traça um prognóstico sobre o renascimento da competição entre grandes potências, por outro, a NSS de 2022 surge da concretização – em certa medida – desse cenário. Com efeito, ainda que não culminando em um embate direto entre Rússia e Estados Unidos, o desenvolvimento do conflito na Ucrânia fez com que o antagonismo entre os dois países atingisse seu nível mais alto desde o fim da Guerra Fria – e é contra esse pano de fundo que a Estratégia de Segurança de Biden é desenhada.

Já no início da NSS de 2022 a Rússia é retratada como um ator que ameaça diretamente “o sistema internacional livre e aberto” (United States of America, 2022b, p. 8, tradução nossa) e a “ordem de segurança regional na Europa”, sendo uma “fonte de perturbação e instabilidade global” (United States of America, 2022, p. 11, tradução nossa). As ações da Rússia no território ucraniano, portanto, a colocam como um dos focos de preocupação da administração Biden, que, por meio da Estratégia de Segurança, se compromete a liderar uma resposta conjunta contra a agressão russa. Segundo o documento,

Nós estamos restringindo os setores econômicos estratégicos da Rússia, inclusive de defesa e aeroespacial, e continuaremos a combater as tentativas da Rússia de enfraquecer e desestabilizar nações soberanas e de minar as instituições multilaterais. Juntamente com nossos aliados da OTAN, estamos fortalecendo nossa defesa e dissuasão, especialmente no flanco leste da aliança. Receber a Finlândia e a Suécia na OTAN aumentará ainda mais nossa segurança e nossas capacidades. E estamos renovando nosso foco em reforçar nossa resiliência coletiva contra ameaças compartilhadas da Rússia, incluindo ameaças assimétricas (United States of America, 2022, p. 26, tradução nossa).

Nesse sentido, a NSS enfatiza também que a dissuasão nuclear permanece como uma das principais prioridades para os Estados Unidos – o que se manifesta no processo de modernização de sua tríade nuclear e no reforço do comprometimento de estender a dissuasão para seus aliados (United States of America, 2022b). Isso não implica, contudo, o abandono da cooperação com a Rússia para o controle de armas nucleares: os Estados Unidos mantêm seu interesse em “preservar a estabilidade estratégica e desenvolver uma infraestrutura de controle de armas mais ampla, transparente e verificável para suceder o New START e reconstruir os arranjos de segurança europeus que, devido às ações da Rússia, caíram em desuso” (United States of America, 2022b, p. 26, tradução nossa). Reconhece-se, portanto, ser necessário o engajamento pragmático com a Rússia, de maneira a se assegurar a estabilidade estratégica e, mais do que nunca, a redução de riscos (United States of America, 2022b).

Adicionalmente à NSS, os Estados Unidos contam também, no âmbito da definição de sua estratégia nuclear, com a Revisão de Postura Nuclear (*Nuclear Posture Review*– NPR), publicada pelo Departamento de Defesa a cada novo governo. A primeira edição do documento foi lançada em 1994, durante a presidência de Clinton, e, desde então, novas versões foram aprovadas em 2002, 2010, 2018 e 2022 – referentes aos governos Bush, Obama, Trump e Biden, respectivamente.

Embora não publicada de forma integral, a NPR de 2002 pode (a partir da parcela de seu conteúdo disponibilizada) ser entendida essencialmente como um reflexo do cenário internacional pós-11 de setembro e, conseqüentemente, da guerra ao terror de Bush. Ainda que menções breves sejam feitas à Rússia e à China, o principal ponto de preocupação se referia menos aos arsenais nucleares destas duas potências do que à possível obtenção de armas nucleares por grupos terroristas ou mesmo pelos países que os Estados Unidos acreditavam patrocinar tais grupos (Irã, Iraque e Coreia do Norte). Com efeito, conforme apontado pelo documento,

a Rússia mantém as forças nucleares mais formidáveis, além dos Estados Unidos [...]. Agora, no entanto, não existem fontes ideológicas de conflito com Moscou como existiam durante a Guerra Fria. Os Estados Unidos buscam um relacionamento mais cooperativo com a Rússia e um afastamento da estrutura de política do “equilíbrio do terror”, que, por definição, é uma expressão de desconfiança mútua e hostilidade. Como resultado, uma contingência [de ataque nuclear] envolvendo a Rússia, embora plausível, não é esperada (United States of America, 2002b, p. 17, tradução nossa).

Diante da necessidade de conter as ameaças emergentes, a NPR destaca que as forças nucleares por si só não são suficientes, sendo necessário também desenvolver capacidades defensivas. Nesse sentido, defende-se a criação de uma nova tríade estratégica, em que a tríade atual seria apenas um dos pilares sustentadores, juntamente com um sistema de defesa e uma

infraestrutura defensiva mais robusta. Com isso, subentende-se que os Estados Unidos poderiam prosseguir com a redução do total de suas ogivas operacionais – embora o documento não especifique de que forma perseguirá este objetivo (United States of America, 2002b). Ainda assim, como notam Norris e Kristensen (2002), desde o primeiro mandato de Reagan não se via uma estratégia estadunidense enfatizasse tanto a questão nuclear.

Apesar de continuar trazendo a questão do terrorismo como um ponto de atenção na esfera da política nuclear, a NPR de 2010 inova em vários aspectos em relação à sua versão anterior. Em consonância com a política declarada de Obama de evitar a proliferação e reduzir o papel das armas nucleares na estratégia estadunidense, o novo presidente reverteu a decisão de seu antecessor de desenvolver novos artefatos nucleares<sup>37</sup>. Além disso, de maneira inédita, a NPR de 2010 declara que os Estados Unidos “não usarão e não ameaçarão usar armas nucleares contra Estados não-nucleares signatários do TNP e que estejam atendendo às suas obrigações de não-proliferação nuclear” (United States of America, 2010c, p. 17, tradução nossa).

Também em conformidade com os objetivos de política nuclear da nova administração, a NPR de 2010 ressalta a importância de iniciativas de cooperação bilaterais – como o New START – e multilaterais – como o Tratado de Interdição Completa de Testes Nucleares (*Comprehensive Nuclear Test-Ban Treaty* – CTBT) e o TNP. Nesse sentido, o governo Obama se compromete a buscar o estabelecimento de “diálogos bilaterais de alto nível sobre estabilidade estratégica com a Rússia e a China, com o objetivo de promover relações estratégicas mais estáveis, resilientes e transparentes” (United States of America, 2010c, p. x, tradução nossa). O documento menciona, inclusive, que, em relação à Rússia, tal diálogo permitirá que os Estados Unidos esclareçam que sua defesa antimíssil – um dos principais pontos de preocupação russo – é voltada para ameaças emergentes regionais e poderá mesmo levar a negociações de iniciativas de cooperação entre os dois países neste âmbito (United States of America, 2010c).

Ademais, nesse contexto mais amplo, o New START aparece não como um fim em si mesmo, mas como um “passo inicial em um processo contínuo de reduções nucleares bilaterais” (United States of America, 2010c, p. 20, tradução nossa). No entanto, como a NPR deixa muito claro, tais reduções devem ser realizadas de maneira pragmática e sob a condição de que a Rússia esteja disposta a acompanhá-las: “a Rússia continua sendo o único concorrente dos

---

<sup>37</sup> Cabe ressaltar que, apesar de afirmar novas armas nucleares não serão desenvolvidas, a NPR não especifica o que se entende por “novas”. De acordo com o documento, as ogivas podem passar por um programa de extensão de vida útil, o que, por sua vez, pode envolver a reforma de ogivas existentes, a reutilização de componentes nucleares de diferentes ogivas e a substituição de componentes nucleares (United States of America, 2010c).

Estados Unidos na área de capacidades de armas nucleares” (United States of America, 2010c, p. iv, tradução nossa) e, assim sendo, sua força nuclear permanecerá como “um fator significativo para determinar o quanto e com que rapidez estamos preparados para reduzir [nossas] forças” (United States of America, 2010c, p. xi, tradução nossa).

Dessa forma, mesmo com o objetivo de reduzir a importância das forças nucleares na estratégia norte-americana, reconhece-se que elas “continuarão a desempenhar um papel essencial na dissuasão de adversários em potencial, assegurando aliados e parceiros em todo o mundo e promovendo a estabilidade globalmente e em regiões-chave” (United States of America, 2010c, p. 6, tradução nossa). Uma vez que “grandes disparidades nas capacidades nucleares podem gerar preocupações em ambos os lados e entre aliados e parceiros dos Estados Unidos”, quaisquer reduções futuras devem “continuar a fortalecer a dissuasão [...], a estabilidade estratégica em relação à Rússia e à China e a garantia de nossos aliados” (United States of America, 2010c, pp. 29-30, tradução nossa).

Assim como a NSS do governo Trump, a NPR de 2018 esteve marcada por uma mudança de tom significativa em relação à sua antecessora, adotando uma postura bastante crítica à Rússia e uma retórica renovada acerca da relevância das capacidades nucleares estadunidenses. Pautada no que entende ser um cenário que comporta um maior potencial de “conflitos regionais envolvendo adversários detentores de armas nucleares [...] e de escalada nuclear do adversário em crises ou conflitos” (United States of America, 2018, pp. 7-8, tradução nossa), a NPR de Trump advoga a adoção de uma estratégia de dissuasão nuclear flexível e adaptável, capaz de endereçar “possíveis choques de um ambiente de ameaças em constante mudança” (United States of America, 2018, p. 14, tradução nossa).

Nesse novo contexto, a Rússia ressurgiu como um dos principais pontos de foco. Devido aos eventos ocorridos sobretudo a partir de 2014, o país – antes tratado como um parceiro estratégico – passa a ser visto como um ator disruptivo, disposto a “impor sua vontade sobre seus vizinhos, com o apoio de ameaças implícitas e explícitas de primeiro-uso de armas nucleares” e “violando seus compromissos políticos e legais internacionais que afetam diretamente a segurança de outros” (United States of America, 2018, p. 6, tradução nossa). A necessidade de fazer frente a essa nova realidade, bem como à modernização do arsenal nuclear russo, é expressa na NPR não apenas na defesa do desenvolvimento de novas capacidades

estadunidenses<sup>38</sup>, mas também em uma revisão crítica dos acordos de controle de armas (United States of America, 2018).

Com efeito, a abordagem adotada pelo governo Trump (e, portanto, por sua NPR) em relação aos tratados de controle de armas nucleares esteve, em grande medida, baseada no entendimento que a Rússia estava violando suas obrigações para com esses mecanismos – principalmente o Tratado INF. Como aponta o documento, “o valor do Tratado INF, ou de qualquer tratado de controle de armas, depende de todas as partes permanecerem em conformidade” (United States of America, 2018, p. 74, tradução nossa). Dessa forma, ainda que apresentando os Estados Unidos como comprometidos com os esforços de controle de armas que avancem a sua segurança e de seus aliados e que sejam verificáveis e aplicáveis, a postura oficial reconhece ser

[...] difícil vislumbrar [...] um progresso maior em um ambiente caracterizado pelo não-cumprimento significativo e contínuo das obrigações e compromissos de controle de armas existentes e por adversários em potencial que buscam mudar as fronteiras e derrubar as normas em vigor (United States of America, 2018, p. xvii, tradução nossa).

Essa postura mais crítica, no entanto, não se limitou apenas aos acordos bilaterais mantidos com a Rússia, estendendo-se também para outras iniciativas de desarmamento e não-proliferação multilaterais (e, com isso, indicando que o posicionamento do governo perante o Tratado INF e o New START era menos uma reação às ações russas do que parte de uma política concertada). Além de anunciar que os Estados Unidos não pretendiam ratificar o CTBT, o documento caracteriza o TPNW como um tratado “alimentado por expectativas totalmente irrealistas de eliminação dos arsenais nucleares sem o pré-requisito de transformação do ambiente de segurança internacional” (United States of America, 2018, p. 72, tradução nossa).

Nesse sentido, o progresso nos acordos deste tipo – mas, principalmente, nos de controle de armas nucleares – não deve ser “um fim em si mesmo, e depende do ambiente de segurança e da participação de parceiros dispostos” (United States of America, 2018, p. 73). Dessa maneira, o engajamento estadunidense em tratados considerados prudentes ocorrerá concomitantemente à modernização de suas capacidades nucleares e, ainda mais importante, “se as condições permitirem” (United States of America, 2018, p. 74, tradução nossa).

Ainda que, em relação à sua edição anterior, a NPR de 2018 tenha apresentado uma série de mudanças, alguns de seus elementos encontraram continuidade na postura inaugurada

---

<sup>38</sup> Por exemplo, a NPR de Trump defendeu o desenvolvimento de um novo míssil de cruzeiro lançado do mar (Sea-Launched Cruise Missile – SLCM) para “proporcionar uma presença não-estratégica regional necessária, uma capacidade de resposta garantida e uma reação compatível com o Tratado INF à contínua violação do tratado pela Rússia” (United States of America, 2018, p. 55, tradução nossa).

com o governo Biden. Na realidade, a NPR de 2022 pode ser entendida, em certo grau, como uma versão intermediária entre as posturas de Obama e Trump, aproximando-se daquela por retomar o comprometimento para com a diminuição da relevância das armas nucleares na estratégia dos Estados Unidos e desta pelo entendimento de que o cenário internacional que se impõe exige movimentos mais cautelosos (United States of America, 2022c).

Dessa forma, a NPR de 2022 é delineada, em última instância, com o propósito de “garantir uma dissuasão segura, confiável e eficaz e, ao mesmo tempo, adotar medidas responsáveis para avançar a meta de reduzir o papel das armas nucleares na estratégia dos Estados Unidos” (United States of America, 2022c, p. 3, tradução nossa). Considera-se que, para atingir esse fim, “o controle mútuo e verificável de armas nucleares oferece o caminho mais eficiente, duradouro e responsável” (United States of America, 2022c, p. 1, tradução nossa); concomitantemente, contudo, reconhece-se que futuras negociações requerem “um parceiro disposto agindo de boa fé” e, portanto, estarão sujeitas ao contexto geral (United States of America, 2022c, p. 16, tradução nossa).

Com efeito, mais do que o resultado de anos de divergência entre Rússia e Ocidente, a invasão russa à Ucrânia é um “claro lembrete do risco nuclear nos conflitos contemporâneos” (United States of America, 2018, p. 1, tradução nossa). Em se tratando da Rússia, esse risco se apresenta de forma ainda mais aguda, uma vez que, como a própria NPR reconhece, o país adota “estratégias de guerra que podem se valer da ameaça de uma escala nuclear para encerrar um conflito em termos vantajosos” (United States of America, 2022c, p. 7). Diante disso, a manutenção, bem como o reforço, da capacidade estadunidense de dissuadir ataques nucleares direcionados a si ou a seus aliados se apresenta como uma prioridade (United States of America, 2022c). Dessa forma, conforme a própria postura nuclear explica

Embora estejamos tomando medidas para [...] reduzir a dependência de armas nucleares, oportunidades mais abrangentes de avançar nessa direção exigirão uma melhoria duradoura no ambiente de segurança, um compromisso com o controle verificável de armas entre as principais potências nucleares, maior progresso no desenvolvimento de capacidades não-nucleares e uma avaliação de como competidores e adversários detentores de armas nucleares podem reagir. Os Estados Unidos estão comprometidos a progredir em direção a esse objetivo à medida que as condições de segurança, políticas e tecnológicas evoluírem de forma a nos permitir fazer isso (United States of America, 2022c, p. 2, tradução nossa).

Embora cada versão da NPR tenha suas próprias particularidades – seja pela conjuntura internacional na qual se inserem, seja pelas prioridades de política nuclear de cada governo –, é possível identificar alguns pontos que permeiam todas as edições analisadas. O primeiro deles diz respeito às funções das forças nucleares estadunidenses: além de ser um instrumento de

dissuasão e, no caso desta falhar, uma ferramenta para alcançar seus objetivos, a capacidade nuclear dos Estados Unidos carrega consigo a atribuição fundamental de assegurar seus aliados e, com isso, contribuir para a não-proliferação nuclear. Como a postura de 2018 indica, “nenhum país deve duvidar da força de nossos compromissos de dissuasão estendida ou da força das capacidades dos Estados Unidos e de seus aliados de dissuadir, ou, se necessário, derrotar, qualquer agressão nuclear ou não-nuclear de um adversário em potencial” (United States of America, 2018, p. 23, tradução nossa). Ainda, segundo a edição de 2022,

a modernização das forças nucleares dos Estados Unidos é fundamental para garantir aos aliados que os Estados Unidos estão comprometidos e são capazes de dissuadir a gama de ameaças que a estratégia nuclear [...] aborda. A dissuasão nuclear estendida contribui para os objetivos de não-proliferação dos Estados Unidos, dando aos aliados e parceiros a confiança de que eles podem resistir a ameaças estratégicas e permanecer seguros sem adquirir suas próprias armas nucleares (United States of America, 2022c, p. 8, tradução nossa).

Nesse sentido, outra questão que também se mostra presente em todos os documentos analisados é a da importância da OTAN para os cálculos estratégicos estadunidenses e, sobretudo, da relevância da dimensão nuclear para a aliança militar: “a presença de armas nucleares dos Estados Unidos – combinada com os acordos exclusivos de compartilhamento nuclear da OTAN [...] – contribui para a coesão da Aliança e tranquiliza os aliados e parceiros que se sentem expostos a ameaças regionais” (United States of America, 2010c, p. xii, tradução nossa). Esse ponto ganha relevância renovada na NPR de Trump, que, por se apresentar em um contexto pós-anexação da Crimeia, entende que os Estados Unidos devem trabalhar junto à OTAN para “melhor assegurar – e aprimorar, onde necessário – a prontidão, a capacidade de sobrevivência e a eficácia operacional das DCA baseadas na Europa” (United States of America, 2018, p. xii, tradução nossa). De forma ainda mais direta, a NPR de 2022 declara que “dissuadir o uso nuclear limitado da Rússia em um conflito regional é uma das principais prioridades dos Estados Unidos e da OTAN” (United States of America, 2022c, p. 5, tradução nossa).

Vinculado a isso, um terceiro elemento que também aparece de forma contínua nas diferentes edições da NPR é o da preocupação estadunidense com as capacidades nucleares táticas russas. Como apontado pela NPR de Obama, “a Rússia mantém uma força muito maior de armas nucleares não-estratégicas, um número significativo das quais está posicionado próximo aos territórios de vários países da OTAN e é, portanto, uma preocupação [para a organização]” (United States of America, 2010c, p. 27, tradução nossa). A postura nuclear de 2018, por sua vez, com sua abordagem mais crítica aos acordos de controle nuclear, nota que “embora a Rússia tenha inicialmente seguido o exemplo dos Estados Unidos e feito reduções igualmente acentuadas em suas forças nucleares estratégicas, ela manteve um grande número

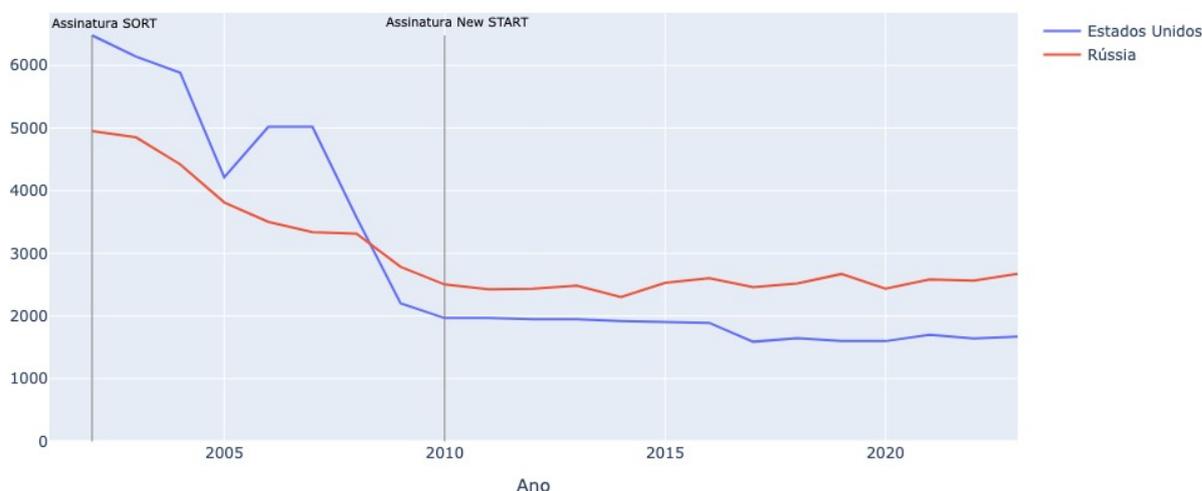
de armas nucleares não-estratégicas” (United States of America, 2018, p. 1, tradução nossa). Ainda, “esses sistemas de alcance tático e de teatro não são englobados pelo Tratado New START, e [sua] modernização [...] está aumentando o número total dessas armas em seu arsenal, ao mesmo tempo em que melhora significativamente sua capacidade de entrega” (United States of America, 2018, p. 9, tradução nossa). De maneira semelhante, a NPR de 2022 também defende que esses sistemas sejam regulados pelos tratados de controle de armas nucleares, uma vez que a combinação de forças estratégicas e não-estratégicas russa é única, permitindo “o emprego de armas nucleares que vão desde ataques em larga-escala [...] até ataques limitados em apoio a uma campanha militar regional” (United States of America, 2022c, p. 11, tradução nossa).

Por fim, um último ponto que merece destaque é a relevância que as posturas conferem aos sistemas de defesa antimíssil. Em todos os documentos, a defesa antimíssil aparece como um fator pouco negociável que, em conjunto com as forças nucleares estadunidenses, é considerada fundamental para a manutenção da capacidade dissuasória estadunidense. Com efeito, tamanha foi a importância adquirida por essas defesas que, já em 2002, o governo Bush defendeu que elas se tornassem um dos pilares da tríade estratégica. Além disso, a partir de 2010, o Departamento de Defesa passou a publicar, juntamente à NSS e à NPR, a *Ballistic Missile Defense Review* – renomeada para *Missile Defense Review* (MDR) no governo Trump. De forma semelhante à NPR, a MDR fornece informações sobre as capacidades nacionais, indica as principais ameaças e define as principais diretrizes seguidas pelo governo na área em questão (United States of America, 2010a; 2019; 2022a).

## **5.2 Capacidades Nucleares: Redução e Modernização**

Para além da análise dos principais documentos oficiais de cada um dos países, outro ponto a se examinar diz respeito aos arsenais nucleares russos e estadunidense. Conforme já mencionado, os tratados bilaterais firmados entre as duas grandes potências tiveram um papel fundamental na diminuição da redundância de suas forças nucleares, contribuindo para que arsenais que já contiveram dezenas de milhares de ogivas nucleares fossem reduzidos para “apenas” alguns milhares (Bulletin of The Atomic Scientists, 2023a). Mesmo com alguns momentos de maior tensão política e diplomática entre os dois países, como diante do alargamento da OTAN e da anexação russa da Crimeia, a premissa também é verdadeira para as décadas de 2000 e 2010.

**Gráfico 2 – Estimativa do Total de Ogivas Estratégicas Operacionais por País (2002-2023)**



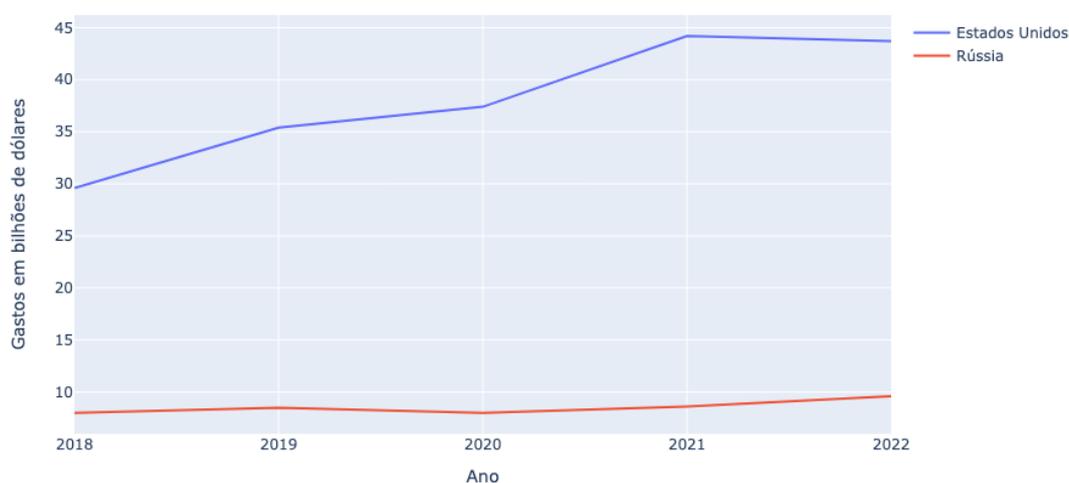
Fonte: Elaborado pela autora com base em Norris e Kristensen (2002a; 2002b; 2003a; 2003b; 2004a; 2004b; 2005a; 2005b; 2006a; 2006b; 2007a; 2007b; 2008a; 2008b; 2009a; 2009b; 2010a; 2010b), Kristensen e Norris (2011a; 2011b; 2012a; 2012b; 2013a; 2013b; 2014a; 2014b; 2015a; 2015b; 2016a; 2016b; 2017a; 2017b; 2018a; 2018b), Kristensen e Korda (2019a; 2019b; 2020a; 2020b; 2021a; 2021b; 2022a; 2022b; 2023), e Kristensen, Korda e Reynolds (2023).

Ainda que, em um primeiro momento, os dados acima possam sugerir uma redução da importância das forças nucleares para os dois países, tal conclusão mostra-se precipitada se analisada à luz dos gastos com armas nucleares e dos esforços de modernização das capacidades russas e estadunidenses. No decorrer dos últimos mais de dez anos, as despesas com artefatos nucleares foram crescentes para ambos os países. No caso da Rússia, a ausência de alguns dados dificulta a análise, no entanto, estima-se que os gastos referentes às armas nucleares aumentaram de 7,8 bilhões de dólares, em 2010, para 10,4 bilhões, em 2017 – representando um aumento de 13,5% do total dos gastos militares do país para 15,8% (Cooper, 2018).

Para os Estados Unidos, uma estimativa realizada em 2013 apontava que os gastos com a tríade nuclear passariam de 16 bilhões de dólares, em 2010, para 24 bilhões, em 2017 (NTI, 2013). Ademais, no relatório disponibilizado em 2017, o Escritório de Orçamentos do Congresso estadunidense (*Congressional Budget Office*) previu as seguintes despesas (em dólares) com armamentos nucleares: 26,8 bilhões para 2017; 29 bilhões para 2018; 30,8 bilhões para 2019; 29,4 bilhões para 2020; 34,1 bilhões para 2021; 37,5 bilhões para 2022; 35,6 bilhões para 2023; e 38,7 bilhões para 2024 (Congressional Budget Office – CBO, 2017). O relatório de 2023 atualizou as cifras de 2023 e 2024 para 52,4 e 56,6 bilhões de dólares, respectivamente (CBO, 2023).

Mais recentemente, a partir de 2020, a *International Campaign to Abolish Nuclear Weapons* (ICAN) deu início à publicação de um relatório contendo estimativas sobre os gastos anuais dos Estados-nucleares com seus arsenais. Os dados referentes às despesas da Rússia e dos Estados Unidos podem ser conferidos abaixo.

**Gráfico 3 – Gastos da Rússia e dos Estados Unidos com Armas Nucleares (2018-2022)**



Fonte: Elaborado pela autora com base em ICAN (2020; 2021; 2022; 2023)

Dessa forma, a despeito de pequenas flutuações, percebe-se que a tendência geral é de aumento dos gastos com artefatos nucleares por parte de ambos os países, o que se deve, em grande medida, aos extensos processos de modernização pelos quais os arsenais russo e estadunidense vêm passando. Com efeito, ao longo, no mínimo, da última década, tanto a Rússia como os Estados Unidos estiveram engajados com a revitalização de todos os pilares de sua tríade estratégica. A tríade estratégica ou nuclear, vale ressaltar, é o resultado de uma das principais iniciativas voltadas para a diversificação dos mecanismos de entrega, tendo sido desenvolvida nos Estados Unidos nos anos 1960 e posteriormente adotada por outros países. Ela consiste em: (i) bombardeiros estratégicos; (ii) mísseis balísticos intercontinentais terrestres; e (iii) mísseis balísticos lançados de submarinos, representando, dessa maneira, a manutenção das capacidades nucleares via ar, terra e mar (Podvig, 2001; Siracusa, 2008). Nesse sentido, torna-se importante analisar sua modernização pois, como sugere Waltz (1979), as armas nucleares por si só não determinam a polaridade, devendo, para tanto, estar conjugadas a sistemas de entrega. Embora os processos de modernização pelos quais as tríades russa e estadunidense estão passando sejam, em parte, um reflexo dos esforços para se adequar às

quantidades de ogivas e veículos de entrega exigidas por cada um dos tratados, eles refletem também a intenção dos dois países de reforçar a credibilidade de seus respectivos arsenais (Kristensen; Korda, 2023; Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

A modernização das forças nucleares da Rússia advém de um esforço de mais de duas décadas para tirar de operação sistemas soviéticos mais antigos e substituí-los por modelos novos e mais eficientes. O programa de modernização que tem sido levado a cabo pelo governo russo parece estar pautado, em grande medida, no entendimento de que é necessário manter a paridade com os Estados Unidos e de que as capacidades de defesa antimíssil deste representam um risco à credibilidade das forças retaliatórias da Rússia (Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

Nesse sentido, no que diz respeito aos mísseis intercontinentais de lançamento terrestre, a Rússia deu início a um processo de retirada de funcionamento de todos os ICBM da era soviética, entre eles o SS-25 (*Topol*), o SS-19 e o SS-18. Para substituir os dois primeiros, introduziu-se o SS-27 em duas variações: o SS-27 Mod 1 (*Topol-M*), que carrega uma ogiva nuclear e pode ser tanto fixo como móvel; e o SS-27 Mod 2 (RS-24 *Yars*), desenhado para comportar MIRV. Uma versão mais compacta do SS-27 (RS-26 ou *Rubezh*) também estava prevista, contudo, seu desenvolvimento final foi adiado. Adicionalmente, o substituto do SS-18, conhecido como RS-28 *Sarmat*, também já se encontra em desenvolvimento (Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

Outras duas inovações para o pilar terrestre da tríade russa foram previstas mais recentemente, no Programa de Armamento Estatal de 2018. A primeira delas é o *Avangard*, um veículo planador hipersônico que deve ser carregado no topo dos SS-19 e, posteriormente, do *Sarmat*; o objetivo principal do veículo é evadir sistemas de defesa antimíssil. A segunda se refere a um novo míssil de cruzeiro de propulsão nuclear, o 9M730 *Burevestnik* – cujos testes, até o momento, tem se mostrado bastante falhos. Além disso, em dezembro de 2021, o comandante das Forças Estratégicas de Mísseis da Rússia afirmou que, em 2023, iniciar-se-ia o desenvolvimento de um novo sistema terrestre, com maior mobilidade em relação ao *Yars* (Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

Ainda que, em última instância, o processo de modernização dos mísseis terrestres russos leve a uma redução no total de ogivas operacionais neste meio, estima-se que a maioria delas serão MIRV. Conforme apontado por Kristensen e Norris ainda em 2006, “a defesa antimíssil parece ser uma parte importante da decisão da Rússia de manter ICBMs de várias ogivas e desenvolver novas capacidades de armamento” (Kristensen; Norris, 2006a, p. 64). No

entanto, como já mencionado anteriormente, os MIRV apresentam desafios elevados à estabilidade estratégica.

A modernização dos vetores marítimos russos, por sua vez, tem se dado tanto pela introdução de novos SSBN como pela substituição de mísseis em submarinos já operacionais. Dessa forma, a Rússia tem desenvolvido novos submarinos da classe *Borei*, cada qual comportando 16 mísseis SS-N-32 *Bulava*, que, por sua vez, podem carregar até seis ogivas nucleares cada. Planeja-se um total de dez submarinos *Borei*, dos quais cinco já se encontram em funcionamento: os três primeiros foram introduzidos em 2013, 2015 e 2016, respectivamente; e o quarto e o quinto – que correspondem a uma versão aprimorada do submarino, denominada de *Borei-A* – foram ambos lançados em 2020. Contudo, estima-se que, ao longo dos próximos anos, os submarinos *Delta IV* (construídos entre 1982 e 1985) continuem sendo a espinha dorsal da força de submarinos nucleares russos. As embarcações dessa classe foram adaptadas para receber os mísseis *Layner*, uma versão modificada do mais antigo SS-N-23 *Sineva*, capaz de carregar quatro ogivas nucleares cada. Ademais, a marinha russa tem desenvolvido também um novo torpedo nuclear de alcance muito longo, denominado de *Status-6 Poseidon*; o torpedo será comportado por um novo submarino, que, sendo capaz de carregar 6 *Status-6 Poseidon*, se tornará o maior da frota russa (Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

Além disso, ambos os bombardeiros atualmente operados pela Rússia – o Tu-160 *Blackjack* e o Tu-95MS *Bear* – se encontram em processo de modernização, com a inclusão de um novo sistema de navegação e direcionamento; enquanto o primeiro bombardeiro comporta o míssil de cruzeiro AS-15 *Kent* (Kh-55) e o míssil de curto-alcance AS-16 (*Kickback*), o segundo é capaz de carregar apenas o AS-15. Ambos os modelos estão sendo adequados para transportar o novo míssil de cruzeiro AS-23B (Kh-102), que deve substituir os AS-15. A isso somam-se os esforços em direção à introdução de uma nova versão do Tu-160, por enquanto designado como Tu-160 M. Embora a nova aeronave seja muito parecida com sua versão anterior, na prática, ela conta com um novo motor e possui alcance e capacidades diferentes. A modernização do Tu-160, no entanto, é apenas uma ponte para o desenvolvimento de uma nova geração de bombardeiros, chamada de PAK-DA e com início de produção previsto para 2027 (Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

Para além das forças estratégicas, a Rússia também tem conduzido um processo de modernização de suas capacidades nucleares táticas. Conforme já mencionado, a Rússia atribui uma grande importância a suas armas nucleares não-estratégicas devido à percepção de inferioridade convencional em relação à OTAN e, sobretudo, aos Estados Unidos. Mais do que

isso, a manutenção de um arsenal tático de proporção considerável permite que a Rússia mantenha, dentro das limitações dos tratados de controle nuclear, uma paridade com as forças conjugadas dos Estados Unidos, da França e do Reino Unido (Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

Dessa maneira, o aprimoramento dos vetores de entrega táticos russos também tem sido um dos focos do país. No âmbito naval, esse esforço tem envolvido o desenvolvimento de uma nova classe de submarinos de ataque, denominada de *Yasen-M*, que supostamente conta com reatores e sistemas de sonar aprimorados, aumentando sua capacidade de evitar ser detectado. Os bombardeiros não-estratégicos Tu-22M3 e Su-24M também estão passando por melhorias, devendo comportar versões atualizadas do míssil de cruzeiro AS-4 (Kh-22) e, eventualmente, o novo míssil hipersônico Kh-95. Além disso, em 2019, completou-se a atualização de todas as brigadas para o míssil SS-26 (*Iskander*), com 350 quilômetros de alcance (Kristensen; Korda; Reynolds, 2023).

Em relação aos Estados Unidos, suas forças nucleares têm sido submetidas a um extenso processo de modernização, iniciado ainda no governo Obama e com uma duração prevista de aproximadamente três décadas. O programa visa a atualizar todos os sistemas nucleares estadunidenses, incluindo mísseis, bombardeiros, submarinos, caças, ogivas nucleares, infraestrutura de comando e controle, instalações de apoio e fábricas. Dessa forma, além dos processos de modernização dos veículos de entrega, prevê-se também a extensão da vida útil de todas as ogivas nucleares. Com o governo Trump, deu-se continuidade ao programa, inclusive estendendo-o para comportar a introdução de novos armamentos – decisão que, entretanto, foi revertida pela NPR de Biden (Kristensen; Norris, 2018b; United States of America, 2022c).

No que diz respeito ao vetor terrestre da tríade, realizou-se uma ampla modernização dos mísseis intercontinentais *Minuteman III*, permitindo a extensão de seu tempo de serviço para até 2030. O processo foi concluído em 2015 e, de acordo com oficiais da Força Aérea dos Estados Unidos, salvo os revestimentos, os mísseis podem ser considerados essencialmente novos. Parte do esforço de modernização envolve o remodelamento do veículo de reentrada, resultando em uma maior eficácia em termos de seleção de alvos das ogivas (Kristensen; Norris, 2016b; 2018b). A partir de 2029 ou 2030, entretanto, os mísseis em questão devem ser substituídos por um novo ICBM, o *Ground Based Strategic Deterrent* (GBSD) – ou, como revelou-se recentemente que o novo modelo seria denominado, o LGM-35A *Sentinel*. O *Sentinel* deve ter um alcance maior do que os *Minutemen III* – podendo atingir, a partir do

território estadunidense, países como China e Coreia do Norte – e comportará uma ou várias ogivas nucleares (Kristensen; Korda, 2020b; 2023).

No entanto, conforme notam Kristensen e Korda (2023), é pouco claro o porquê de os Estados Unidos precisarem de capacidades de ICBM mais avançadas para além do *Minutemen III* já aprimorado:

Por exemplo, qualquer melhoria desse tipo não mitigaria os desafios inerentes associados ao *launch on warning*, sobrevoos territoriais arriscados ou vulnerabilidade de silos a catástrofes ambientais ou contra-ataques convencionais. Ademais, mesmo que as defesas antimísseis de adversários melhorem significativamente, a capacidade de escapar delas está na carga – não no míssil em si (Kristensen; Korda, 2023, p. 36).

No caso dos veículos de entrega de base marítima, iniciou-se, em 2017, a substituição dos mísseis carregados pela frota de submarinos *Ohio*. Os mísseis *Trident II D5* começaram a ser trocados pelo D5LE (a sigla LE vem de “life-extended”), uma versão modificada com um novo sistema de orientação espacial. Com um alcance de mais de 12.000 quilômetros, o D5LE é equipado com um novo sistema de orientação que busca oferecer maior flexibilidade e acurácia (Kristensen; Korda, 2020b). Além disso, no lugar de desenvolver um novo míssil balístico – como a Força Aérea pretende fazer com o LGM-35A *Sentinel* –, a Marinha realizará uma segunda extensão da vida útil dos *Trident D5*, o que deve ampliar sua operação até 2084 (Kristensen; Korda, 2022b).

O programa de modernização prevê também a substituição dos SSBN de classe *Ohio* por uma frota de 12 submarinos de nova geração, da chamada classe *Columbia*. Os novos submarinos pesarão aproximadamente 2000 toneladas a mais que os atuais e poderão carregar 16 mísseis D5LE cada (oito a menos do que a capacidade inicial da classe *Ohio*). A construção dos submarinos *Columbia* teve início no final de 2020, antes mesmo do que havia sido inicialmente programado, e espera-se que o primeiro veículo dessa nova classe seja entregue em 2027 – mesmo ano em que se pretende iniciar a retirada dos *Ohio* de serviço (Kristensen; Korda, 2023).

Por fim, os bombardeiros também são abrangidos de maneira bastante ampla pelo programa de modernização iniciado no governo Obama. Atualmente, existem dois bombardeiros estadunidenses com capacidades nucleares: o B-2A, que carrega 16 bombas nucleares, e o B-52H, que porta 20 mísseis cruzadores AGM-86B. Ambos os bombardeiros em questão estão sendo atualizados por meio da introdução das bombas de gravidade B61-12 – as mesmas que serão posicionadas nos países da OTAN que fazem parte do sistema de compartilhamento nuclear. Os AGM-86B, por sua vez, serão substituídos até 2030 por um novo míssil cruzador de maior precisão, o AGM-181 *Long-Range Standoff Weapon* (LRSO), que

deverá ser comportado pelo B-52H bem como pelo novo bombardeiro B-21 *Raider*. Esse novo modelo, menor e capaz de entregar armas nucleares e convencionais, substituirá os bombardeiros B-2A e B-1B (não-nuclear) ao longo da década de 2030. Os sistemas de C3 utilizados pelos bombardeiros estadunidenses também deverão ser renovados (Kristensen; Korda, 2023).

Dessa forma, embora uma análise quantitativa das ogivas nucleares estratégicas de cada país possa sugerir uma redução da importância de suas respectivas armas nucleares – ou então que regime de controle nuclear permanece ileso em sua funcionalidade –, uma avaliação mais cautelosa pode indicar o contrário. Com efeito, apesar de ser possível verificar uma diminuição histórica na quantidade de ogivas nucleares de ambos os países após a assinatura de cada tratado, também se pode notar que, desde o New START, as reduções têm estagnado – o que pode sugerir que, em termos de longo prazo, apenas a limitação de ogivas estratégicas não é suficiente. Mais do que isso, estimativas indicam, tanto para a Rússia quanto para os Estados Unidos, gastos crescentes com seus respectivos arsenais nucleares, devido, em parte, aos extensos programas de modernização a que eles têm sido submetidos. Estes esforços de modernização sugerem que as armas nucleares não estão perdendo importância; pelo contrário, há uma necessidade cada vez maior de aumentar sua capacidade de sobrevivência à luz de um contexto crescentemente desafiador.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um contexto de fraco engajamento dos Estados-nucleares nas iniciativas multilaterais de desarmamento nuclear, o regime de controle de armas nucleares estabelecido entre Rússia e Estados representou uma forma realista e eficaz de limitar os dois maiores arsenais nucleares do mundo e de criar certo nível de confiança entre as duas potências. Com efeito, conforme pontuado por Thomas Schelling e Morton Halperin, o controle de armas tem por base a premissa de que

[...] a relação militar com potenciais inimigos não é de puro conflito e oposição, mas envolve fortes elementos de interesse mútuo na prevenção de uma guerra que nenhum dos lados deseja, na redução dos custos e riscos da competição armamentista e na restrição do escopo e da violência da guerra caso ela ocorra. [...] É responsabilidade [do controle de armas] [...] evitar alarmes falsos e mal-entendidos que podem levar a uma guerra que ambos os lados deplorariam (Schelling; Halperin, 1961, p. 1).

Dessa forma, a preservação do regime de controle nuclear russo-estadunidense, sustentada pelas consecutivas negociações de tratados bilaterais, contribuiu não apenas para a limitação da corrida armamentista que, durante muitos anos, caracterizou as relações entre os dois países, mas também para a manutenção da estabilidade estratégica.

Ao longo dos últimos pouco mais de vinte anos, entretanto, a sobrevivência do regime em questão viu-se ameaçada por uma série de fatores, a começar pelo desmantelamento de dois de seus pilares principais – o Tratado ABM e o Tratado INF. Ao fim desses dois acordos somou-se a quase expiração do New START – cuja renegociação poucos dias antes de seu prazo final de extensão pode ser interpretada como uma decisão apressada e paliativa – e, por fim, a mais recente suspensão da Rússia de suas obrigações com este tratado. Dessa forma, embora ainda não completamente consumado – uma vez que a Rússia declarou que continuará observando os limites do New START – tem-se um fenômeno que, nos últimos anos, tem sido caracterizado como a “crise” (Kulesa, 2020; Ullah, 2020), a “profunda crise” (Neuneck, 2019), a “desintegração” (Arbatov, 2019a; 2020), o “colapso” (McGraw Olive, 2019), o “declínio” (Krepon, 2021) e mesmo o “fim” (Trenin, 2020) do controle de armas nucleares.

Diante desse cenário, o presente trabalho teve como objetivo central compreender de que maneira as relações políticas russo-estadunidenses, a geografia e os objetivos políticos dos dissuasores impactaram na crise do regime de controle nuclear entre Rússia e Estados Unidos. Para isso, analisou-se a evolução das três variáveis acima mencionadas ao longo do período que contempla o prelúdio dessa crise (o fim do Tratado ABM) até seus últimos desdobramentos (a suspensão russa do New START).

Em primeiro lugar, a compreensão das relações políticas russo-estadunidenses permite-nos observar que, embora a manutenção de um bom relacionamento entre os dois países possa contribuir para as negociações, ela não é suficiente para garantir o sucesso do controle de armas nucleares. Com efeito, os governos de Clinton e Yeltsin – que representaram, ao menos em seus primeiros anos, a epítome da aproximação entre Rússia e Estados Unidos – não lograram negociar um novo tratado de controle nuclear, assim como o governo Putin testemunhou, no momento de melhores vínculos com Bush, a retirada estadunidense do Tratado ABM. Ademais, no caso de Trump, é difícil imaginar um cenário em que, mesmo se o bom relacionamento com a Rússia se mantivesse, o governo optasse por continuar no Tratado INF e, caso reeleito, por estender o New START.

No entanto, se, por um lado, o estabelecimento de relações menos tensas entre ambos os países não necessariamente garantiu o êxito do controle de armas nucleares, por outro, a manutenção dos acordos bilaterais deste cunho e de suas provisões forneceram um lócus para a cooperação quando o relacionamento russo-estadunidense atingiu seus pontos baixos. Ou seja, mesmo nos momentos de maior confronto político e ideológico entre Rússia e Estados Unidos, as negociações sobre o controle de armas nucleares e a observação às disposições de seus tratados se mantiveram, em grande medida porque se tratava de um tema importante demais para se tornar vítima de circunstâncias conjunturais. Esse cenário, entretanto, começou a se alterar recentemente, na medida em que a Guerra Russo-Ucraniana levou a relação entre Rússia e Estados Unidos a seu momento mais crítico desde a Guerra Fria, e que o contínuo suprimento de auxílio militar estadunidense à Ucrânia fez com que a Rússia abandonasse a prática de compartimentalização, suspendendo sua participação no New START.

Ainda que a suspensão russa do New START possa ser tanto um ato isolado quanto vir a se consolidar como o início de uma tendência em que o crescente agravamento das relações russo-estadunidenses tornará cada vez mais desafiante o isolamento do regime de controle nuclear da atmosfera geral do vínculo entre os dois países, não se trata da primeira vez em que um destes acordos se viu ameaçado por fatores terceiros do relacionamento entre Rússia e Estados Unidos. A obstaculização da ratificação do START II na Duma, por exemplo, foi, em grande medida, uma reação russa ao processo de expansão da OTAN iniciado por Clinton. A dimensão geográfica, mas sobretudo geopolítica, assume, dessa maneira, um papel de relevância – o que é atestado não apenas pela situação do START II, mas também pela do New START, uma vez que a Guerra Russo-Ucraniana só pode ser entendida à luz do cerceamento

russo pela OTAN no continente europeu e das tentativas do Ocidente de trazer a Ucrânia para sua esfera de influência.

Importa ressaltar, nesse sentido, que a expansão da OTAN para o leste adquire tamanho grau de importância por corresponder a muito mais do que a mera incorporação de novos países a uma organização internacional, representando a movimentação de toda uma estrutura militar liderada pelos Estados Unidos para a vizinhança russa. Com efeito, na aliança militar se materializa o arranjo mais robusto de dissuasão estendida sustentado pelos Estados Unidos, contando com o posicionamento de armas nucleares não-estratégicas e, mais recentemente, com a instalação de componentes de defesa antimíssil no continente europeu. Se a presença das ogivas estadunidenses já consistia em um fator de preocupação para a Rússia (sobretudo mais recentemente, em um cenário pós-Tratado INF), a construção de um sistema antimísseis no bojo da OTAN apenas agudizou os receios já existentes. A defesa antimíssil se apresenta como um tema sensível para a Rússia desde a concepção desta tecnologia, e a presença de instalações dessa natureza em países próximos à fronteira russa impõe novos desafios à capacidade de segundo-ataque da potência euroasiática.

Embora o impacto dessas questões seja pouco visível em uma avaliação quantitativa das ogivas nucleares de ambos os países – uma vez que, para o período observado, dois tratados estiveram em vigor –, ele fica claro em outros aspectos. Primeiramente, a análise dos documentos oficiais selecionados para Rússia e Estados Unidos, conjugada à compreensão histórica da relação entre os dois países, permite-nos observar que a OTAN surge como um dos principais (se não o principal) pontos de divergência. Ao passo em que os Estados Unidos enxergam na OTAN – mesmo em seu momento mais “crítico” à aliança – uma peça fundamental de sua estratégia, para a Rússia, a atuação da organização é objeto de críticas e apreensão, sobretudo diante da crescente aproximação de seu aparato militar do território russo.

Essa apreensão russa se traduz, entre outros fatores, na importância que o país atribui a seu arsenal nuclear tático – o qual, por sua vez, também se apresenta como um tópico de dissenso entre Rússia e Estados Unidos. Assim como as forças nucleares estadunidenses na Europa constroem a Rússia, as armas nucleares não-estratégicas russas – numericamente superiores e agora posicionadas também em Belarus – preocupam os Estados Unidos e seus aliados da OTAN, principalmente no cenário atual, em que o uso limitado desses artefatos não aparece mais como uma realidade tão distante. Na vasta maioria das NPR analisadas, os Estados Unidos defendem a regulamentação também das armas táticas; no entanto, sendo os artefatos não-estratégicos russos vistos como um contrapeso tanto à superioridade convencional dos

Estados Unidos e da OTAN quanto ao arsenal conjugado dos membros nucleares da aliança militar, é difícil vislumbrar um cenário em que a Rússia consentirá com a limitação destes armamentos enquanto a organização continuar se expandindo.

Também vinculada à OTAN, mas não necessariamente a ela restrita, encontra-se a questão da defesa antimíssil estadunidense, que, por um lado, é vista de forma bastante suspeita pela Rússia, e, por outro, aparece como um assunto quase que inegociável para os Estados Unidos. Com efeito, desde o fim do Tratado ABM, as situações em que tentou-se colocar a defesa antimíssil na mesa de negociações se traduziram em uma derrota para a posição russa. Os próprios documentos oficiais estadunidenses sugerem, pelo menos até o momento, uma baixa disposição do país em submeter os sistemas em questão a mecanismos de regulação semelhantes aos que desenvolveu com a Rússia desde 1972.

Por último, mas não menos importante, não se pode deixar de notar que os extensos programas de modernização de forças nucleares que Rússia e Estados Unidos vêm conduzindo refletem, em certa medida, seus receios em relação ao cenário internacional que se desenha. Isso se torna particularmente visível no caso da Rússia, cujos esforços de desenvolver sistemas de entrega capazes de escapar de defesas antimísseis e de modernizar seu arsenal não-estratégico podem ser entendidos como uma tentativa de, entre outros fatores, manter a paridade com os Estados Unidos e fazer frente à crescente presença da OTAN perto de suas fronteiras – a qual, conforme notado no terceiro capítulo, tem imposto um desafio crescente à capacidade de segundo-ataque russa.

Em última instância, e por uma perspectiva mais ampla, trata-se de um movimento russo no sentido de “resguardar seu status de grande potência, salvaguardando um sistema policêntrico em detrimento das políticas estadunidenses voltadas à unipolaridade” (Piccolli, 2019, p. 397) – das quais a modernização do arsenal nuclear estadunidense, em conjunto com o desenvolvimento de sistemas de defesa antimíssil e de outras capacidades convencionais desestabilizadoras, é um exemplo. Com efeito, o histórico do relacionamento entre as duas potências desde o fim da Guerra Fria demonstra que, a partir de uma série de ações e decisões unilaterais dos Estados Unidos (como a intervenção no Kosovo, a expansão da OTAN e a invasão ao Iraque), houve um estremecimento das relações com a Rússia, uma vez que esta entendia não estar sendo tratada como um par, em pé de igualdade, com seus interesses tendo sido negligenciados. A própria importância até então atribuída pela Rússia aos tratados bilaterais de controle de armas nucleares se encontra relacionada, em certo grau, ao

entendimento de que esta corresponde a uma das poucas áreas em que os Estados Unidos a tratava de igual para a igual (Stent, 2015).

Dessa forma, é possível observar que, embora em diferentes graus, as três variáveis analisadas neste trabalho têm exercido um papel notável na consumação da crise do regime de controle nuclear russo-estadunidense. Portanto, assim como as variáveis de polaridade e tecnologia – anteriormente analisadas pela autora em seu trabalho de conclusão de curso –, as relações políticas entre Rússia e Estados Unidos, as mudanças geopolíticas no continente europeu e os objetivos de dissuasão operaram no sentido de enfraquecer o regime em questão. Vale ressaltar, no entanto, que, pela análise realizada, a variável de relações políticas parece ter um impacto levemente reduzido, uma vez que a prática de tentar insular os tratados de controle de armas nucleares do clima geral do relacionamento entre ambos os países (e, assim, de manter uma parceria seletiva) foi bastante comum.

Um ponto a ser destacado nesse sentido é que, a despeito de fornecerem indícios de elementos importantes a serem compreendidos e de serem facilmente operacionalizáveis, as variáveis propostas por Buzan (1987) interagem muito entre si, de tal forma que o todo – neste caso, a crise do regime de controle nuclear – não corresponde apenas à soma das partes. Como tornou-se claro ao longo do trabalho aqui realizado, não é possível falar das relações entre Rússia e Estados Unidos sem entrar no mérito da expansão da OTAN, assim como as consequências do alargamento desta aliança militar só podem ser realisticamente compreendidas à luz das características que fazem do bloco um arranjo de dissuasão estendida tão peculiar. Adicionando, ainda, as duas variáveis não contempladas pelo trabalho, não se pode alijar a defesa russa de um mundo multipolar da compreensão de suas relações com os Estados Unidos; da mesma forma, para explicar a proporção da preocupação russa com a aproximação da OTAN de suas fronteiras, torna-se necessário levar em consideração a instalação de uma tecnologia em sua vizinhança que não apenas ameaça sua capacidade de segundo-ataque, como também reduz seu tempo de resposta no evento de uma crise. Em outras palavras, a interação de todas essas variáveis gera um resultado final maior e mais complexo do que o conjunto de sua análise individual é capaz de contabilizar.

Além disso, existem outros fatores que, embora não formalmente incorporados à equação de Buzan (1987), parecem também impactar na dinâmica dissuasória entre as duas potências, valendo destacar, nesse sentido, os objetivos militares-estratégicos de cada país. Com efeito, conforme pontuado pelo próprio autor, o objetivo do controle de armas é a “manutenção do *status quo* militar no nível mais baixo compatível com a estabilidade dissuasória” (Buzan,

1987, p. 252, tradução nossa). Em um contexto, portanto, em que a doutrina de destruição mútua assegurada e de manutenção do *status quo* é abandonada em prol da busca pela superioridade militar – como parece ser o caso dos Estados Unidos –, a dissuasão e o controle de armas veem-se, *a priori*, enfraquecidos. Dessa forma, uma análise desse cunho, focando nos objetivos estratégicos de cada Estado envolvido, também pode contribuir para o entendimento do fenômeno em questão.

Ainda assim, as considerações levantadas a respeito do papel das relações políticas, da geografia e dos objetivos dos dissuasores trazem pontos de reflexão sobre o futuro do regime de controle nuclear. Embora a redução quantitativa de ogivas nucleares estratégicas e de seus veículos de entrega seja um elemento importante e de contribuição não-desprezível para o controle da corrida armamentista e para a manutenção da estabilidade estratégica, ela, por si só, não parece mais ser um artifício suficiente no contexto atual. Nesse sentido, é possível que, para serem efetivos e manter sua credibilidade, os futuros tratados de controle de armas nucleares tenham que limitar também os arsenais nucleares táticos e incorporar disposições geográficas sobre o posicionamento destas armas – de forma semelhante ao Tratado CFE. Mais ainda, a regulamentação dos sistemas de defesa antimíssil, antigamente garantida pelo já falecido Tratado ABM, volta a se mostrar como elemento fundamental.

Caso tais adaptações não sejam realizadas, corre-se o risco de se aprofundar o esvaziamento do regime já em curso, com uma crescente incapacidade de limitar uma nova corrida armamentista – que já tem se manifestado nos crescentes orçamentos nucleares russo e estadunidense, bem como em seus respectivos projetos de modernização – e, conseqüentemente, com um processo de erosão da dissuasão. Apesar de não ser inevitável, uma nova corrida armamentista

é provável e, caso se efetive, [...] será diferente e mais perigosa do que aquela que nos recordamos. Mais Estados-nucleares no total e três grandes potências concorrentes, em vez de duas, tornarão a competição mais complexa. Enquanto isso, novas tecnologias [...] tornarão as relações de dissuasão nuclear menos estáveis do que outrora o foram (Zala, 2019, online, tradução nossa).

Não se pode deixar de notar que, a despeito de haver uma erosão do regime bilateral de controle de armas nucleares, ainda existe uma institucionalidade no regime de não-proliferação e desarmamento nuclear multilateral. Além do NPT, vigente já há muitos anos, entrou em vigor em 2021 o TPNW – não obstante a oposição dos nove Estados-nucleares e dos países-membros da OTAN (United Nations, 2021; ICAN, 2020). Contudo, como a própria oposição desses países deixa claro, a abolição completa das armas nucleares “demandaria um alto nível de confiança política entre Estados que permanecem desconfiados uns dos outros” (Cimbala, 2020,

p. 222, tradução nossa). Diante do atual cenário internacional, em que a guerra entre Rússia e Ucrânia torna tal nível de confiança política ainda mais difícil de ser alcançado, é irrealista considerar a possibilidade de que as potências nucleares abdicuem de seus arsenais em prol de um comprometimento irrestrito com mecanismos como o TPNW.

Disso decorre a importância do regime de controle de armas nucleares russo-estadunidense. Como destaca Arbatov (2019b, online), “a dissuasão nuclear pode funcionar como um pilar da segurança internacional sob uma condição fundamental: nomeadamente, que ela possa atuar em conjunto com negociações e tratados sobre a limitação, a redução e a não-proliferação de armas nucleares”. Dessa forma, enquanto a abolição completa dessas armas for inatingível, é crucial que existam outros mecanismos capazes de frear uma corrida armamentista e de garantir a estabilidade estratégica. Ainda que com suas falhas, os tratados estabelecidos entre Rússia e Estados Unidos serviram, durante muitos anos, como instrumentos para alcançar esse fim. Nesse sentido, é primordial – sobretudo diante das adversidades recentes impostas pela Guerra Russo-Ucraniana – que o regime de controle nuclear seja não apenas resguardado, mas, sobretudo, adaptado, para poder abordar de forma realista e eficaz os desafios internacionais emergentes.

## REFERÊNCIAS

- ABOTT, R. Hill: ‘High Confidence’ Long-Delayed Poland Aegis Ashore Operational By 2023. **Defense Daily**. Ago. 2022. Disponível em: <https://www.defensedaily.com/hill-high-confidence-long-delayed-poland-aegis-ashore-operational-by-2023/missile-defense/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- AL JAZEERA. Trump-Putin summit brings end to frosty US-Russia relations. Jul. 2018. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2018/7/16/trump-putin-summit-brings-end-to-frosty-us-russia-relations>. Acesso em: 26 out. 2023.
- ALBRIGHT, M. **Madam Secretary: A Memoir**. Nova Iorque: Hyperion, 2003.
- ALLISON, R. Russia, Ukraine and state survival through neutrality. **International Affairs**, v. 98, n. 6, p. 1849–1872, 1 nov. 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article/98/6/1849/6783052>. Acesso em: 22 jul. 2023.
- ALLISON, D. M.; HERZOG, S.; KO, J. Under the umbrella: Nuclear crises, extended deterrence, and public opinion. **Journal of Conflict Resolution**, v. 66, n. 10, pp. 1766-1796, 2022. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/00220027221100254>. Acesso em: 12 fev. 2024.
- ANDERSON, J. V.; LARSEN, J. A.; HOLDORF, P. M. Extended Deterrence and Allied Assurance: Key Concepts and Current Challenges for U.S. Policy. Colorado Springs: Institute for National Security Studies, 2013. Disponível em: <https://www.usafa.edu/app/uploads/OCP69.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.
- ANDREASEN *et al.* **Building a Safe, Secure, and Credible NATO Nuclear Posture**. Washington: Nuclear Threat Initiative. Jan. 2018.
- ANTONOV, A. Talking points for the statement by Deputy Minister of Defense of the Russian Federation Anatoly Antonov at the panel discussion «Next steps in Nuclear disarmament. Where do we go from here?». **Ministry of Defence of the Russian Federation**. Abr. 2013. Disponível em: <https://eng.mil.ru/em/science/publications/more.htm?id=11730484@cmsArticle>. Acesso em: 27 jul. 2023.
- APARECIDO, J. M.; AGUILAR, S. L. C. A Guerra Entre a Rússia e a Ucrânia. **Série Conflitos Internacionais**, v. 9, n. 1, p. 1–19, fev. 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1fev.-2022.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2023.
- ARBATOV, A. Mad Momentum Redux? The Rise and Fall of Nuclear Arms Control. *Survival*, Londres, v. 61, n. 3, p. 7–38, 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2019.1614785>. Acesso em: 12 mar. 2024.
- ARBATOV, A. Nuclear Deterrence: A Guarantee or a Threat to Strategic Stability? **Carnegie Endowment for International Peace**. Mar. 2019b. Disponível em:

<https://carnegie.ru/2019/03/22/nuclear-deterrence-guarantee-or-threat-to-strategic-stabilitypub-78663>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ARBATOV, A. The Transformation of Russia's Military Doctrine in the Aftermath of Kosovo and Chechnya. *In: GORODETSKY, G. (Ed.). **Russia Between East and West: Russian Foreign Policy on the Threshold of the Twenty-First Century***. Londres: Frank Cass Publishers, 2003, p. 27–31.

ARBATOV, A. Saving Strategic Arms Control. *Survival*, Londres, v. 62, n. 5, p. 79–104, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00396338.2020.1819640>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ÅSLUND, A.; KUCHINS, A. Pressing the “Reset Button” on US-Russia Relations. *In: ÅSLUND, A.; KUCHINS, A. (Eds.). **The Russia Balance Sheet***. Washington, D.C.: Peterson Institute for International Economics, 2009. P. 139–163.

BABINGTON, C. Clinton Spars With Yeltsin On Chechnya. **The Washington Post**. Nov. 1999. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1999/11/19/clinton-spars-with-yeltsin-on-chechnya/3c6a47e4-b7c3-40b2-8f3b-4228963a5221/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

BAYLIS, J. Arms Control and Disarmament. *In: BAYLIS, J.; WIRTZ, J.; COHEN, E.; GRAY, C. **Strategy in the Contemporary World: An Introduction to Strategic Studies***. Nova Iorque: Oxford University Press, 2002, p. 183-207.

BBC News. Afghanistan's Northern Alliance. Set. 2001. Disponível em: [http://news.bbc.co.uk/2/hi/south\\_asia/1552994.stm](http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/1552994.stm). Acesso em: 15 set. 2023.

BBC News. Ukraine's parliament votes to abandon Nato ambitions. Jun. 2010. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/10229626>. Acesso em: 19 jul. 2023.

BECZ, L.; KIZMUS, S.; VARHEGYI, T. OKSNAR – Fully Assembled State: Soviet Nuclear Weapons in Hungary 1961-1991. Budapeste: Pytheas Könyvmanufaktúra, 2019.

BEGUM, I.; KHAN, S. A. Russia-NATO Uneasy Ties: Transformation, Cooperation to NATO Accession. **FWU Journal of Social Sciences**, v. 17, n. 1, p. 127–140, 2023. Disponível em: <http://doi.org/10.51709/19951272/Spring>. Acesso em: 21 jul. 2023.

BEISSINGER, M. R. Structure and Example in Modular Political Phenomena: The Diffusion of Bulldozer/Rose/Orange/Tulip Revolutions. **Perspective on Politics**, v. 5, n. 2, p. 259–276, mai. 2007. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/abs/structure-and-example-in-modular-political-phenomena-the-diffusion-of-bulldozerroseorangetulip-revolutions/9D6F6DA88E6B549F2D3A5B0256D6CFBB>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BELENKAYA, M. *et al.* Base de ajuda estendida a Washington. **Kommersant**. Jul. 2021. Disponível em: <https://www.kommersant.ru/doc/4907714>. Acesso em: 19 nov. 2023.

BIDEN, J. Remarks by President Biden in Press Conference. **The White House**. Jun. 2021a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches->

remarks/2021/06/16/remarks-by-president-biden-in-press-conference-4/. Acesso em: 04 jan. 2024.

BIDEN, J. Remarks by President Biden on America's Place in the World. **The White House**. Fev. 2021b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2021/02/04/remarks-by-president-biden-on-americas-place-in-the-world/>. Acesso em: 04 jan. 2024.

BIDEN, J. Remarks by President Biden on Russia's Unprovoked and Unjustified Attack on Ukraine. **The White House**. Fev. 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/speeches-remarks/2022/02/24/remarks-by-president-biden-on-russias-unprovoked-and-unjustified-attack-on-ukraine/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

BIDEN, J. Remarks by Vice President Biden at 45<sup>th</sup> Munich Conference on Security Policy. **The White House**. Fev. 2009. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/remarks-vice-president-biden-45th-munich-conference-security-policy>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BOLTON, J. **Beyond the Axis of Evil: Additional Threats from Weapons of Mass Destruction**. Washington: The Heritage Foundation, 2002.

BOLTON, J. **The Room Where It Happened: A White House Memoir**. Washington: Simon & Schuster, 2020.

BOTTO, K. Why Doesn't South Korea Have Full Control Over Its Military?. **Carnegie Endowment for International Peace**. Ago. 2019. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2019/08/21/why-doesn-t-south-korea-have-full-control-over-its-military-pub-79702>. Acesso em: 10 set. 2023.

BROWN, M. L. US–Russian Relations During the Obama Presidency: From Reset to a New Cold War? *In*: CONLEY, R. S. (Ed.). **Presidential Leadership and National Security: The Obama Legacy and Trump Trajectory**. Nova Iorque: Routledge, 2018. P. 172–195.

BUDJERYN, M. Distressing a system in distress: global nuclear order and Russia's war against Ukraine. *Bulletin of the Atomic Scientists*. Nov. 2022.78:6, 339-346, Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2022.2132742>

BUGOS, S. Russia Suspends New START. **Arms Control Association**. Mar. 2023. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2023-03/news/russia-suspends-new-start>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BULL, H. **The Control of the Arms Race**. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1961.

BULLETIN OF THE ATOMIC SCIENTISTS. Nuclear Notebook. Disponível em: <https://thebulletin.org/nuclear-notebook/>. Acesso em: 23 dez. 2023a.

BULLETIN OF THE ATOMIC SCIENTISTS. The Clock Shifts. Disponível em: <https://thebulletin.org/doomsday-clock/timeline/>. Acesso em: 18 dez. 2023b.

BURNS, R. D. **The Missile Defense Systems of George W. Bush: A Critical Assessment**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

BURNS, W. J. **The Back Channel: A Memoir of American Diplomacy and The Case for its Renewal**. Nova Iorque: Random House, 2019.

BUSH, G.W. Address Before a Joint Session of the Congress on Administration Goals. **The American Presidency Project**. Feb. 2001<sup>a</sup>. Disponível em: <https://www.presidency.ucsb.edu/documents/address-before-joint-session-the-congress-administration-goals>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BUSH, G.W. Remarks by the President to Students and Faculty at National Defense University. **The White House**. Mai. 2001<sup>b</sup>. Disponível em: <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/05/text/20010501-10.html>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BUZAN, B. **An Introduction to Strategic Studies: Military Technology and International Relations**. Londres: Macmillan Press, 1987.

CAMPBELL, K. M.; EINHORN, R. J.; REISS, M. B. **The Nuclear Tipping Point: Why States Reconsider Their Nuclear Choices**. Washington: The Brookings Institution, 2004.

CEPIK, M. Segurança Internacional: Da Ordem Internacional aos Desafios para a América do Sul e para a CELAC. In: SORIA, A. B.; ECHANDI, I. A. Desafios estratégicos del regionalismo contemporáneo CELAC e Iberoamérica. San José: FLACSO, p. 307-324, 2013.

Charter of Paris for a New Europe – Charter of Paris. 21 de novembro de 1990. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/0/6/39516.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CHAPPELL, B. U.S. 'Extremely Disappointed' At Russia's Asylum For Snowden. NPR. Ago. 2013. Disponível em: <https://www.npr.org/sections/thetwo-way/2013/08/01/207831950/snowden-has-left-moscows-airport-as-russia-grants-asylum>. Acesso em: 05 set. 2023.

CHATTERJEE, P. How Sweden and Finland went from neutral to Nato. BBC News. Jul 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-61397478>. Acesso em: 20 jul. 2023.

CIMBALA, S. J. The INF Treaty and New START: Escalation Control, Strategic Fatalism, and the Role of Cyber. *Cyber, Intelligence, and Security*, Tel Aviv, v. 3, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.inss.org.il/publication/the-inf-treaty-and-new-start-escalationcontrol-strategic-fatalism-and-the-role-of-cyber>. Acesso em: 20 out. 2023.

CIMBALA, S. J. **The United States, Russia and Nuclear Peace**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.

CLINTON, W. J. A Strategic Alliance with Russian Reform. Department of State Dispatch. Abr. 1993. Disponível em:

<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/dsptch8&div=119&id=&page=>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CLINTON, W. J. New Democratic Partnership Between the United States and Russia. Department of State Dispatch. Abr. 1993. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/dsptch8&div=128&id=&page=>. Acesso em: 20 ago. 2023.

CLINTON, W. J. Transcript of the Remarks by President W. J. Clinton To People Of Detroit. NATO. Out. 1996. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/speech/1996/s961022a.htm>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CNN. Final tally shows Yanukovich wins Ukraine election. Fev. 2010. Disponível em: <http://edition.cnn.com/2010/WORLD/europe/02/10/ukraine.elections/index.html>. Acesso em: 19 jul. 2023.

COLBY, E. A.; GERSON, M. S. **Strategic stability: contending interpretations**. Carlisle: Strategic Studies Institute, 2013.

COMMONWEALTH OF AUSTRALIA. Defending Australia: Defence White Paper 1994. Nov. 1994. Disponível em: <https://www.defence.gov.au/sites/default/files/2021-08/wpaper1994.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE – CBO. Projected Costs of U.S. Nuclear Forces, 2017 to 2026. Fev. 2017. Disponível em: <https://www.cbo.gov/publication/52401>. Acesso em: 6 mar. 2024.

CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE – CBO. Projected Costs of U.S. Nuclear Forces, 2023 to 2032. Jul. 2023. Disponível em: <https://www.cbo.gov/publication/59054#:~:text=CBO%20estimates%20that%20plans%20for,for%20the%202021%E2%80%932030%20period..> Acesso em: 6 mar. 2024.

COOPER, J. The funding of nuclear weapons in the Russian Federation. **Changing Character of War Centre**. Out. 2018. Disponível em: <https://static1.squarespace.com/static/55faab67e4b0914105347194/t/5bb1ea3ee4966b5320fa197c/1538386496442/The+funding+of+nuclear+weapons+in+the+Russian+Federation.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

COX, M. From the cold war to strategic partnership? US-Russian relations since the end of the USSR. In: BOWKER, M; ROSS, C. (Eds.). **Russia After the Cold War**. Nova Iorque: Routledge, 2014. p. 751-812.

CRAWFORD, T. W. The Endurance of Extended Deterrence: Continuity, Change, and Complexity in Theory and Policy. In: PAUL, T. V.; MORGAN, P. M.; WIRTZ, J. J. (Eds.). **Complex Deterrence: Strategy in the Global Age**. Chicago: The University of Chicago Press, 2009. p. 277–303.

DAVIS, J. H. ‘Time to Move Forward’ on Russia, Trump Says, as Criticism Intensifies. The New York Times. Jul. 2017. Disponível em:

<https://www.nytimes.com/2017/07/09/us/politics/time-to-move-forward-trump-says-after-putin-denies-election-hacking.html>. Acesso em: 26 nov. 2023.

DEUTSCHLAND.DE. Two Plus Four Treaty. Set. 2015. Disponível em: <https://www.deutschland.de/en/topic/politics/germany-europe/two-plus-four-treaty>. Acesso em: 19 jul. 2023.

DONATI, J. U.S. Adversaries Are Accelerating, Coordinating Coronavirus Disinformation, Report Says. **The Wall Street Journal**. Abr. 2020. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/u-s-adversaries-are-accelerating-coordinating-coronavirus-disinformation-report-says-11587514724>. Acesso em: 04 fev. 2024.

EINHORN, R.J.; SAMORE, G. Ending Russian assistance to Iran's nuclear bomb. **Global Politics and Strategy**. Fev. 2011. 44:2, 51-70. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396330212331343332>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ELBARADEI, M. The Status of Nuclear Inspections in Iraq: An Update. **International Atomic Energy Agency**. Mar 2003. Disponível em: <https://www.iaea.org/newscenter/statements/status-nuclear-inspections-iraq-update>. Acesso em: 26 out. 2023.

EMMOTT, R.; SIEBOLD, S. NATO invites Montenegro to join alliance, defying Russia. **Reuters**. Dez. 2015. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-nato-montenegro-idUSKBN0TL0J620151202>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FINANCIAL TIMES. Russia says stance on Venezuela ‘incompatible’ with US view. 2019. Disponível em: <https://www.ft.com/content/bb80e69e-6cfa-11e9-80c7-60ee53e6681d>. Acesso em: 05 dez. 2023.

FIOREZE, R. E. A Crise do Regime de Controle Nuclear: Tecnologia e Polaridade. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231588#>. Acesso em: 10 set. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. Veja íntegra do discurso de Putin que anunciou invasão da Rússia à Ucrânia. Fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/02/veja-integra-do-discurso-de-putin-que-anunciou-a-invasao.shtml>. Acesso em: 20 jul. 2023.

FREEDMAN, L. **The Evolution of Nuclear Strategy**. Londres: The Macmillan Press, 2003.

FREIRE, M. R. A Rússia na Agenda da Administração Biden. **Relações Internacionais**, v. março 2021, n. 69, p. 79–86, 2021. Disponível em: [https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/ri69/RI\\_69\\_art04\\_MRF.pdf](https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri69/RI_69_art04_MRF.pdf). Acesso em: 13 jan. 2024.

GIVETASH, L.; REUTERS. Putin says Russia also suspending key nuclear arms treaty after U.S. move to withdraw. **NBC News**. Fev. 2019. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/putin-says-russia-also-suspending-key-nuclear-arms-treaty-response-n966146>. Acesso em: 18 fev. 2024.

GOLDGEIER, J. M.; MCFAUL, M. **Power and Purpose: U.S policy toward Russia after the Cold War**. Brookings Institution Press. 2003.

GOLDGEIER, J.; SHIFRINSON, J. R. I. Evaluating NATO Enlargement: Scholarly Debates, Policy Implications and Roads not Taken. *In*: GOLDGEIER, J.; SHIFRINSON, J. R. I. (Eds.). **Evaluating NATO Enlargement: From Cold War Victory to the Russia-Ukraine War**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 1–46.

GONTIJO, F. Nação, simbolismo e revolução na Ucrânia: experiência etnográfica tensa na/da liminaridade. **Revista de Antropologia**, v. 63, n. 3, p. 1–28, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/4LKYYKcFLGjSRFHcJcPdGmwd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 jul. 2023.

GORODETSKY, G. **Russia Between East and West: Russian Foreign Policy on the Threshold of the Twenty-First Century**. Londres: Frank Cass, 2003.

GOVELLA, K.; AGGARWAL, V. K. Introduction: The Fall of the Soviet Union and the Resurgence of Russia. Em: AGGARWAL, V. K.; GOVELLA, K. (Eds.). **Responding to a Resurgent Russia: Russian Policy and Responses from the European Union and the United States**. Nova Iorque: Springer, 2012. p. 1–14.

GUARDIAN NEWS. Vladimir Putin says Russia will station tactical nuclear weapons in Belarus. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YdG9TQFZ2Nw>. Acesso em: 25 fev. 2023.

GULF COOPERATION COUNCIL – GCC. Secretariat General of the Gulf Cooperation Council. Disponível em: <http://gcc-sg.org/en-us/Pages/default.aspx>. Acesso em: 10 set. 2023.

HACH, S.; SINOVETS, P. War against Ukraine: how to make deterrence and arms control work. **Fondation pour la recherche stratégique**. Abr. 2023. Disponível em: <https://blog.prif.org/2023/04/13/war-against-ukraine-how-to-make-deterrence-and-arms-control-work/>. Acesso em: 4 mar. 2024.

HAJDARI, U. How a Name Change Opened the Door to NATO for Macedonia. **The New York Times**. Fev. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/02/06/world/europe/macedonia-nato.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

HARDING, L.; KOSHIW, I. Ukraine applies for Nato membership after Russia annexes territory. **The Guardian**. Set. 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/sep/30/ukraine-applies-for-nato-membership-after-russia-annexes-territory>. Acesso em: 20 jul 2023.

HARRIS, S; SONNE, P. Russia planning massive military offensive against Ukraine involving 175,000 troops, U.S. intelligence warns. **The Washington Post**. Dez. 2021. Disponível em: [https://www.washingtonpost.com/national-security/russia-ukraine-invasion/2021/12/03/98a3760e-546b-11ec-8769-2f4ecdf7a2ad\\_story.html](https://www.washingtonpost.com/national-security/russia-ukraine-invasion/2021/12/03/98a3760e-546b-11ec-8769-2f4ecdf7a2ad_story.html). Acesso em: 10 fev. 2024.

HAZBUN, W. A History of Insecurity: From the Arab Uprisings to ISIS. **Middle East Policy**. V. 22, n. 3, p. 55-65. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/mepo.12143>. Acesso em: 24 nov. 2023.

HERB, J. CNN Exclusive: Biden says war with Russia must end before NATO can consider membership for Ukraine. Jul. 2023. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/07/09/politics/joe-biden-ukraine-nato-russia-cnntv/index.html>. Acesso em: 20 jul 2023.

HICKS, K. H.; SAMP, L. S. **Recalibrating U.S. Strategy Toward Russia: A New Time for Choosing**. Washington, D.C.: Center for Strategic & International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/recalibrating-us-strategy-toward-russia>. Acesso em: 21 jul. 2023.

HIGGINS, A; MYERS, S. L. As Putin Orders Drills in Crimea, Protesters' Clash Shows Region's Divide. **The New York Times**. Fev. 2014. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2014/02/27/world/europe/russia.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

HOFFMAN, D. PERRY SEEKS RUSSIAN VOTE ON ARMS PACT. **The Washington Post**. Out. 1996. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1996/10/16/perry-seeks-russian-vote-on-arms-pact/db5056b6-b8fc-44f9-ab84-0a7b765cef26/>. Acesso em: 25 out. 2023.

HOFFMAN, D. Putin Says 'Why Not?' to Russia Joining NATO. **The Washington Post**. Mar. 2000. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/2000/03/06/putin-says-why-not-to-russia-joining-nato/c1973032-c10f-4bff-9174-8cae673790cd/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

HOWARD, M. Reassurance and Deterrence: Western Defense in the 1980s. **Foreign Affairs**, v. 61, n. 2, p. 309–324, 1982. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20041437>. Acesso em: 10 set. 2023.

HUNTER, R. The Ukraine Crisis: Why and What Now? **Survival**, v. 64, n. 1, p. 7–28, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396338.2022.2032953>. Acesso em: 21 jul. 2023.

INTERNATIONAL CAMPAIGN TO ABOLISH NUCLEAR WEAPONS – ICAN. **Enough is Enough: 2019 Global Nuclear Weapons Spending**. Genebra: ICAN, 2020.

INTERNATIONAL CAMPAIGN TO ABOLISH NUCLEAR WEAPONS – ICAN. **Complicit: 2020 Global Nuclear Weapons Spending**. Genebra: ICAN, 2021.

INTERNATIONAL CAMPAIGN TO ABOLISH NUCLEAR WEAPONS – ICAN. **Squandered: 2021 Global Nuclear Weapons Spending**. Genebra: ICAN, 2022.

INTERNATIONAL CAMPAIGN TO ABOLISH NUCLEAR WEAPONS – ICAN. **Wasted: 2022 Global Nuclear Weapons Spending**. Genebra: ICAN, 2023.

INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES – IISS. **The Military Balance 2023**. Londres: Routledge, 2023.

ISACHENKOV, V. Russia follows US in withdrawal from Open Skies Treaty. **Associated Press**. Jan. 2021b. Disponível em: <https://apnews.com/article/russia-leaves-open-skies-treaty-e58019b80ae95e12007265aedfac229b>. Acesso em: 16 jan. 2024.

ISACHENKOV, V. Russian FM says relations with West have ‘hit the bottom’. **Associated Press**. Abr. 2021a. Disponível em: <https://apnews.com/article/joe-biden-moscow-vladimir-putin-sergey-lavrov-europe-04329cd1a5894ec00920e2a292181487>. Acesso em: 13 jan. 2024.

JAPAN. Ministry of Foreign Affairs. Japan-U.S. Security Treaty. Disponível em: <https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>. Acesso em: 10 set. 2023.

KAMP, K.-H. **NATO’s Nuclear Posture Review: Nuclear Sharing Instead of Nuclear Stationing**. Roma: NATO Defense College, 2011. Disponível em: [https://www.files.ethz.ch/isn/129981/rp\\_68.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/129981/rp_68.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

KARATNYCKY, A. Ukraine’s Orange Revolution. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 2, p. 35–52, 2005. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20034274>. Acesso em: 21 jul. 2023.

KECK, Zachary. Breaking the nuclear gridlock: it’s time to ban land-based MIRVs. **Bulletin of the Atomic Scientists**. Jun. 2014. Disponível em: <https://thebulletin.org/2014/06/breaking-the-nuclear-gridlock-its-time-to-ban-land-based-mirvs/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

KENNAN, G. F. A Fateful Error. **The New York Times**. 5 fev. 1997. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1997/02/05/opinion/a-fateful-error.html>. Acesso em: 23 jul. 2023.

KILNER, J. Saakashvili wins Georgian presidential election. **Reuters**. Jan 2008. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-georgia-election-idUSL0539702720080106>. Acesso em: 19 jul. 2023.

KIMBALL, D. Brief Chronology of START II. **Arms Control Association**. Nov. 2020. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/start2chron>. Acesso em: 04 jan. 2024.

KIMBALL, D.; REIF, K. The Presidential Nuclear Initiatives (PNIs) on Tactical Nuclear Weapons at a Glance. **Arms Control Association**. Jul. 2017. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/pniglance>. Acesso em: 10 set. 2023.

KLINGNER, B.; PAK, J. H.; TERRY, S. M. Trump shakedowns are threatening two key US alliances in Asia. **Brookings**. Dez. 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/trump-shakedowns-are-threatening-two-key-u-s-alliances-in-asia/>. Acesso em: 19 fev. 2024.

KOCH, S. J. **The Presidential Nuclear Initiatives of 1991–1992**. Washington, D.C.: Center for the Study of Weapons of Mass Destruction, 2012. Disponível em: [https://ndupress.ndu.edu/portals/68/documents/casestudies/cswmd\\_casestudy-5.pdf](https://ndupress.ndu.edu/portals/68/documents/casestudies/cswmd_casestudy-5.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

KOROBKOV, A. Donald Trump and the Evolving U.S.-Russia Relationship. **Perceptions**, v. XXIV, n. 1, p. 39–58, 2019. Disponível em: <https://sam.gov.tr/pdf/perceptions/Volume-XXIV/Spring-Summer-2019/03-Korobkov.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

KOVAC, M. **NATO-Russia Relations: A Snapshot**. Bruxelas: NATO Parliamentary Assembly. Disponível em: <https://www.nato-pa.int/document/2019-pcnp-report-nato-russia-relations-snapshot-kovac-145-pcnp-19-e>. Acesso em: 21 jul. 2023.

KRASNER, S. D. *Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables*. International Organization, Cambridge, v. 36, n. 2, p. 185-205, 1982. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/structural-causes-and-regime-consequences-regimes-as-intervening-variables/19A9938FE30759F777EA8EDC38BF1227>. Acesso em: 18 ago. 2023.

KREPON, M. **Winning and Losing the Nuclear Peace: The Rise, Demise, and Revival of Arms Control**. Stanford: Stanford University Press, 2021.

KRISTENSEN, H. NATO Nuclear Exercise Underway With Czech And Polish Participation. **Federation of American Scientists**. Out. 2017. Disponível em: <https://fas.org/publication/steadfast-noon-exercise/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

KRISTENSEN, H. U.S. Nuclear Weapons in Europe. **Federation of American Scientists**. Nov. 2019. Disponível: [https://uploads.fas.org/2019/11/Brief2019\\_EuroNukes\\_CACNP\\_.pdf](https://uploads.fas.org/2019/11/Brief2019_EuroNukes_CACNP_.pdf). Acesso em: 19 fev. 2024.

KRISTENSEN, H. NATO Steadfast Noon Exercise And Nuclear Modernization In Europe. **Federation of American Scientists**. Out. 2022. Disponível em: <https://fas.org/publication/steadfast-noon-exercise-and-nuclear-modernization/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. Russian nuclear forces, 2019. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 75, n. 2, p. 73–84, 2019a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2019.1580891>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. United States nuclear forces, 2019. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 75, n. 3, p. 122–134, 2019b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2019.1606503>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. Russian nuclear forces, 2020. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 76, n. 2, p. 102–117, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2020.1728985>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. United States nuclear forces, 2020. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 76, n. 1, p. 46–60, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2019.1701286>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. Russian nuclear weapons, 2021. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 77, n. 2, p. 90-108, 2021a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2021.1885869>. Acesso em: 19 mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. United States nuclear weapons, 2021. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 77, n. 1, p. 43-63, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2020.1859865>. Acesso em: 19 mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. Russian nuclear weapons, 2022. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 78, n. 2., p. 98-121, 2022a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2022.2038907>. Acesso em: 19 mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. United States nuclear weapons, 2022. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 78, n. 3, p. 162-184, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2022.2062943>. Acesso em: 19 mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M. United States nuclear weapons, 2023. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 79, n. 1, p. 28-52, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2022.2156686>. Acesso em: 20 mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; KORDA, M.; REYNOLDS, E. Russian nuclear forces, 2023. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 79, n. 3, p. 174-199, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2023.2202542>. Acesso em: 20 mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M. *et al.* Nuclear weapons sharing, 2023. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 79, n. 6, p. 393-406, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2023.2266944>. Acesso em: 19 jan. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2011. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 67, n. 3, p. 67-74, 2011a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340211407147>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. US nuclear forces, 2011. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 67, n. 2, p. 66-76, 2011b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340211400050>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2012. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 68, n. 2, p. 87-97, 2012a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340212438665>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. US nuclear forces, 2012. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 68, n. 3, p. 84-91, 2012b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340212445027>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2013. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 69, n. 3, p. 71-81, 2013a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340213486145>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. US nuclear forces, 2013. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 69, n. 2, p. 77-86, 2013b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340213477999>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2014. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 70, n. 2, p. 75-85, 2014a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340214523565>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. US nuclear forces, 2014. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 70, n. 1, p. undefined-93, 2014b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340213516744>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2015. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 71, n. 3, p. 84–97, 2015a. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340215581363>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. US nuclear forces, 2015. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 71, n. 2, p. 107–119, 2015b. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0096340215571913>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2016. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 72, n. 3, p. 125–134, 2016a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2016.1170359>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. United States nuclear forces, 2016. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 72, n. 2, p. 63–73, 2016b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2016.1145901>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2017. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 73, n. 2, p. 115–126, 2017a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2017.1290375>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. United States nuclear forces, 2017. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 73, n. 1, p. 48–57, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2016.1264213>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. Russian nuclear forces, 2018. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 74, n. 3, p. 185–195, 2018a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2018.1462912>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KRISTENSEN, H. M.; NORRIS, R. S. United States nuclear forces, 2018. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 74, n. 2, p. 120–131, 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2018.1438219>. Acesso em: 18 Mar. 2024.

KULESA, L. The Crisis of Nuclear Arms Control and its Impact on European Security. **Non-Proliferation and Disarmament Papers**, n. 66. Stockholm: SIPRI, 2020. Disponível em: <https://www.sipri.org/publications/2020/eu-non-proliferation-and-disarmament-papers/crisisnuclear-arms-control-and-its-impact-european-security>. Acesso em: 19 out. 2023.

LARSEN, J. A. US Extended Deterrence and Europe: Time to Consider Alternative Structures?. In: VON HLATKY, S.; WENGER, A. (Eds.). **The Future of Extended Deterrence: The United States, NATO, and Beyond**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2015. p. 41–72.

LAVROV, S. Sergei Lavrov: A fusão da OTAN e da União Europeia continua. **Rossiyskaya Gazeta**. Fev. 2020. Disponível em: <https://rg.ru/2020/02/10/sergej-lavrov-prodolzhaetsia-srashchivanie-nato-s-evrosoiuzom.html>. Acesso em: 07 jan. 2024.

LEGVOLD, R. Meeting the Russian Challenge in the Obama Era. *In*: AGGARWAL, V. K.; GOVELLA, K. (Eds.). **Responding to a Resurgent Russia: Russian Policy and Responses from the European Union and the United States**. Nova Iorque: Springer, 2011. p. 101-124.

LEGVOLD, R. US-Russia Relations Unhinged. *Em*: JERVIS, R. *et al.* (Eds.). **Chaos in the Liberal Order: The Trump Presidency and International Politics in the Twenty-First Century**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2018. p. 278–290.

LIEBER, K. A.; PRESS, D. G. The End of MAD? The Nuclear Dimension of U.S. Primacy. **International Security**, Cambridge, v. 30, n. 4, p. 7–44, 2006. Disponível em: <https://www.mitpressjournals.org/doi/pdf/10.1162/isec.2006.30.4.7>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LIEBER, K. A.; PRESS, D. G. The new era of counterforce: Technological change and the future of nuclear deterrence. **International Security**, Cambridge, v. 41, n. 4, p. 9–49, 1 abr. 2017. Disponível em: <https://www.belfercenter.org/publication/new-era-counterforce-technological-change-and-future-nuclear-deterrence>. Acesso em: 10 mar. 2024.

LIGHT, M.; LÖWENHARDT, J.; WHITE, S. Russia and the Dual Expansion of Europe. *In*: GORODETSKY, G. (Ed.). **Russia Between East and West: Russian Foreign Policy on the Threshold of the Twenty-First Century**. Londres: Frank Cass Publishers, 2003, p. 56–69.

LINDLEY-FRENCH, J. **The North Atlantic Treaty Organization: The Enduring Alliance**. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2023.

LIPPMAN, T. W. Russia: Yeltsin dismisses 2 top aides. **The Washington Post**. 24 mar. 1999. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/daily/march99/russia032499.htm>. Acesso em: 09 mar. 2024.

LJUNGGREN, D. Putin says Moscow to place nuclear weapons in Belarus, US reacts cautiously. **Reuters**. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/putin-says-moscow-has-deal-with-belarus-station-nuclear-weapons-there-tass-2023-03-25/>. Acesso em: 15 set. 2023.

LUHN, A. Montenegro finds itself at heart of tensions with Russia as it joins Nato. **The Guardian**. Mai. 2017. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2017/may/25/montenegro-tensions-russia-joins-nato-member>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LUNN, S. NATO Nuclear Sharing: Consultation. *In*: ANDREASEN *et al.* **Building a Safe, Secure, and Credible NATO Nuclear Posture**. Washington, D.C.: Nuclear Threat Initiative (NTI), 2018, pp. 41-46.

MAITRA, S. NATO Enlargement, Russia, and Balance of Threat. **Canadian Military Journal**, v. 21, n. 3, p. 35–46, 2021. Disponível em: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=3887828](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3887828). Acesso em: 21 jul. 2023.

MAIZLAND, L.; CHENG, N. The U.S.-Japan Security Alliance. **Council on Foreign Relations**. Nov. 2021. Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/us-japan-security-alliance>. Acesso em: 10 set. 2023.

MARCETIC, B. Como uma insurreição na Ucrânia apoiada pelos EUA nos trouxe à beira da guerra. **Jacobin**. Fev. 2022. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2022/02/como-uma-insurreicao-na-ucrania-apoiada-pelos-eua-nos-trouxe-a-beira-da-guerra/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MARTEN, K. NATO Enlargement: Evaluating Its Consequences in Russia. *In*: GOLDGEIER, J.; SHIFRINSON, J. R. I. (Eds.). **Evaluating NATO Enlargement: From Cold War Victory to the Russia-Ukraine War**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 209–250.

MARTINS, J. M. Q.; CEPIK, M. Defesa Nacional Antimíssil dos EUA: A Lógica da Preempção e suas Implicações Internacionais. *In*: ARTURI, C. S. **Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2014, p. 15–47.

MASTERS, J.; MERROW, W. Nuclear Weapons in Europe: Mapping U.S. and Russian Deployments. Council on Foreign Relations. Disponível em: <https://www.cfr.org/in-brief/nuclear-weapons-europe-mapping-us-and-russian-deployments>. Acesso em: 23 fev. 2024.

MCGRAW OLIVE, M. Nuclear Weapons in Europe and the Collapse of Arms Control. **SAIS Review of International Affairs**. V. 39, n. 2, p. 83-102. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/751649>. Acesso em: 13 dez. 2023.

MEDVEDEV, D. That's it. The last remaining election fog has lifted [,,]. Facebook. Abr. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/Dmitry.Medvedev/posts/10154257290791851>. Acesso em: 14 jun. 2023.

MEARSHEIMER, J. J. Bound to fail: The rise and fall of the liberal international order. **International Security**, Cambridge, v. 43, n. 4, p. 7–50, 2019. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/43/4/7/12221/Bound-to-Fail-The-Rise-and-Fall-of-the-Liberal>. Acesso em: 5 dez. 2023.

MEARSHEIMER, J. Structural Realism. *In*: DUNNE, T.; KURKI, M.; SMITH, S. **International Relations Theory: Discipline and Diversity**. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 77-93.

MEARSHEIMER, J. J. The False Promise of International Institutions. **International Security**, Cambridge, v. 19, n. 3, p. 5-49, 1995. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2539078?seq=1>. Acesso em: 6 jan. 2024.

MEARSHEIMER, J. J. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: Norton, 2001.

MEARSHEIMER, J. J. Why the Ukraine Crisis Is the West's Fault: The Liberal Delusions That Provoked Putin. **Foreign Affairs**, v. 93, n. 5, set. 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24483306>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MEYER, P.; SAUER, T. The nuclear ban treaty: A sign of global impatience. **Survival**, Londres, v. 60, n. 2, p. 61–72, 4 mar. 2018. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00396338.2018.1448574?journalCode=tsur20>. Acesso em: 7 dez. 2020.

MIELNICZUK, F. A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. **Conjuntura Austral**, v. 5, n. 23, p. 4–9, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849>. Acesso em: 23 jul. 2023.

MONIZ, E. J.; NUNN, S. Toward a New NATO Nuclear Posture. *In*: ANDREASEN et al. **Building a Safe, Secure, and Credible NATO Nuclear Posture**. Washington, D.C.: Nuclear Threat Initiative (NTI), 2018, pp. 1-3.

MONTEIRO, V. F. Escudo Antimíssil: Defensivo ou Ofensivo? Resumo. Salão UFRGS 2016: SIC – XXVIII Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Porto Alegre, 2016.

MONTEIRO, V. F. O Escudo Antimíssil na Europa e a Crise na Ucrânia. Resumo. Salão UFRGS 2014: SIC – XXVI Salão de Iniciação Científica da UFRGS. Porto Alegre, 2014.

MONTGOMERY, E. B. **Extended Deterrence in the Second Nuclear Age: Geopolitics, Proliferation, and the Future of U.S. Security Commitments**. Washington, D.C.: Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2016. Disponível em: <https://csbaonline.org/research/publications/extended-deterrence-in-the-second-nuclear-age>. Acesso em: 21 jul. 2023.

MORGAN, P. M. **Deterrence: A Conceptual Analysis**. Beverly Hills: Sage Publications, 1983.

MOORE, R. R. Ukraine’s Bid to Join NATO: Re-evaluating Enlargement in a New Strategic Context. *In*: GOLDGEIER, J.; SHIFRINSON, J. R. I. (Eds.). **Evaluating NATO Enlargement: From Cold War Victory to the Russia-Ukraine War**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 373–414.

MOSCOW, Russia. “Cable: Russia on the Eve of the Vice President’s Visit”. Destinatário: Washington, D.C. e outros. 26 jun. 1995. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/pdf/back-channel/1995Moscow19971.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

MURDOCK, C. A. **Exploring the Nuclear Posture Implications of Extended Deterrence and Assurance: Workshop Proceedings and Key Takeaways**. Washington, D.C.: Center for Strategic & International Studies, 2009. Disponível em: [https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/publication/100222\\_Murdock\\_NuclearPosture\\_Print.pdf](https://csis-website-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/100222_Murdock_NuclearPosture_Print.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

Mutual Defense Treaty Between the United States and the Republic of Korea. 1 de Outubro de 1953. Disponível em:

[https://www.usfk.mil/Portals/105/Documents/SOFA/H\\_Mutual%20Defense%20Treaty\\_1953.pdf](https://www.usfk.mil/Portals/105/Documents/SOFA/H_Mutual%20Defense%20Treaty_1953.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

NATIONAL SECURITY STRATEGY ARCHIVE. 2024. Disponível em: <https://nssarchive.us/>. Acesso em: 15 fev. 2024.

NEUNECK, G. The Deep Crisis of Nuclear Arms Control and Disarmament: The State of Play and the Challenges. **Journal for Peace and Nuclear Disarmament**, Londres, v. 2, n. 2, p. 431–452, 2019. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/25751654.2019.1701796>. Acesso em: 24 out. 2023.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2002. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 58, n. 4, p. 71–73, 2002a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2002.11460591>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. Nuclear Forces, 2002. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 58, n. 3, p. 70–75, 2002b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2002.11460574>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2003. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 59, n. 4, p. 70–72, 2003a. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/059004017>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2003. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 59, n. 3, p. 73–76, 2003b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2003.11460682>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2004. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 60, n. 4, p. 72–74, 2004a. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/060004016>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2004. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 60, n. 3, p. 68–70, 2004b. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/060003019>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2005. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 61, n. 2, p. 70–72, 2005a. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/061002018>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2005. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 61, n. 1, p. 73–75, 2005b. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/061001018>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2006. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 62, n. 2, p. 64–67, 2006a. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/062002018>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2006. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 62, n. 1, p. 68–71, 2006b. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/062001020>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2007. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 63, n. 2, p. 61–67, 2007a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2007.11461064>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2007. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 63, n. 1, p. 79–82, 2007b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2007.11461051>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2008. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 64, n. 2, p. 54–62, 2008a. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2008.11461147>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2008. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 64, n. 1, p. 50–58, 2008b. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00963402.2008.11461134>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian nuclear forces, 2009. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 65, n. 3, p. 55–64, 2009a. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/065003008>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2009. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 65, n. 2, p. 59–69, 2009b. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/065002008>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. Russian Nuclear Forces, 2010. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 66, n. 1, p. 74–81, 2010a. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/066001010>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORRIS, R. S.; KRISTENSEN, H. M. U.S. nuclear forces, 2010. **Bulletin of the Atomic Scientists**, Chicago, v. 66, n. 3, p. 57–71, 2010b. Disponível em: <https://doi.org/10.2968/066003008>. Acesso em: 17 mar 2024.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE – NTI. U.S. Nuclear Weapons Budget: An Overview. Set. 2013. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/us-nuclear-weapons-budget-overview>. Acesso em: 17 mar 2024.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Statement by the North Atlantic Council on the Russian recognition of South Ossetia and Abkhazia regions of Georgia. Disponível em: <https://www.nato.int/docu/pr/2008/p08-108e.html>. Última atualização: 27 ago. 2008.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation signed in Paris, France. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/su/natohq/official\\_texts\\_25468.htm](https://www.nato.int/cps/su/natohq/official_texts_25468.htm). Última atualização: 12 out. 2009.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Statement by NATO Foreign Ministers. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/news\\_108501.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_108501.htm). Última atualização: 1 abr. 2014.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Relations with Montenegro (Archived). Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_49736.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49736.htm). Última atualização: 14 dez. 2017.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. A Short History of NATO. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified\\_139339.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/declassified_139339.htm). Última atualização: 3 jun. 2022a.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Brussels Summit Communiqué. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/news\\_185000.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_185000.htm). Última atualização: 1 jul. 2022b.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Bucharest Summit Declaration. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natolive/official\\_texts\\_8443.htm](https://www.nato.int/cps/en/natolive/official_texts_8443.htm). Última atualização: 5 jul. 2022c.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. NATO-Russia Council. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50091.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50091.htm). Última atualização: 1 set. 2022d.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Nuclear Planning Group (NPG). Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_50069.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_50069.htm). Última atualização: 09 mai. 2022e.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Warsaw Summit Communiqué. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_133169.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_133169.htm). Última atualização: 1 jul. 2022f.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Ballistic missile defence. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_49635.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49635.htm). Última atualização: 26 jul. 2023a.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Membership Action Plan (MAP). Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics\\_37356.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_37356.htm). Última atualização: 19 abr. 2023b.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. Vilnius Summit Communiqué. Disponível em: [https://www.nato.int/cps/en/natohq/official\\_texts\\_217320.htm](https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_217320.htm). Última atualização: 19 jul. 2023c.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION – NATO. What is NATO? Disponível em: <https://www.nato.int/nato-welcome/index.html>. Última atualização: 19 jul. 2023d.

NOTTE, H. U.S.-Russian Relations Can Still Get Worse. **War on the Rocks**. Fev. 2023. Disponível em: <https://warontherocks.com/2023/02/u-s-russian-relations-can-still-get-worse/>. Última atualização: 07 jan. 2024.

NUCLEAR THREAT INITIATIVE – NTI. U.S. Nuclear Weapons Budget: An Overview. Set. 2013. Disponível em: <https://www.nti.org/analysis/articles/us-nuclear-weapons-budget-overview>. Acesso em: 6 mar. 2024.

O'HANLON, M. E. **Beyond NATO: A New Security Architecture for Eastern Europe**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2017.

ORTEGA, F. A. **Cores da Mudança? As Revoluções Coloridas e seus reflexos em política externa**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNESP, UNICAMP e PUC-SP, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17460>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PASZEWSKI, T. Us Missile Defense Plans: Central And Eastern Europe. **Revue d'études comparatives Est-Ouest**. Paris. n. 44, p. 35-60. 2013. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-d-etudes-comparatives-est-ouest1-2013-3-page-35.htm>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PICCOLLI, L. **Armas Estratégicas e Equilíbrio Internacional: A política de defesa da Rússia no século XXI – Aspectos normativos e operacionais**. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/206864>. Acesso em: 11 jul. 2023

PICCOLLI, L. As Relações Rússia-OTAN: Entre Sinais de Defesa e Ameaça. **Janus**. 2016. Disponível em: [http://janusonline.pt/images/anuario2015/1.7\\_LarleciannePiccolli\\_OTAN.pdf](http://janusonline.pt/images/anuario2015/1.7_LarleciannePiccolli_OTAN.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

PICCOLLI, L. **Europa enquanto Condicionante da Política Externa e de Segurança da Rússia: O Papel da Defesa Antimíssil**. Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/70019>. Acesso em: 22 jul. 2023.

PIFER, S. Crimea: Six years after illegal annexation. **Brookings**. Mar. 2020. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/crimea-six-years-after-illegal-annexation/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PIFER, S. *et al.* **U.S. Nuclear and Extended Deterrence: Considerations and Challenges**. Washington, D.C.: Brookings, 2010. Disponível em: [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/06\\_nuclear\\_deterrence.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/06_nuclear_deterrence.pdf). Acesso em: 10 set. 2023.

PIFER, S. U.S.-Russia relations, one year after Geneva. **Brookings**. Jun. 2022. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/u-s-russia-relations-one-year-after-geneva/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PIFER, S. US-Russia Relations in the Obama Era: From Reset to Refreeze? *In*: INSTITUTE FOR PEACE RESEARCH AND SECURITY POLICY (IFSH) (Ed.). **OSCE Yearbook 2014**. Baden-Baden: Nomos Verlag, 2015. p. 111–123.

PODVIG, P. **Russian Strategic Nuclear Forces**. Cambridge: The MIT Press, 2001.

POLITYUK, P.; ZINETS, N. Pledging reforms by 2020, Ukraine seeks route into NATO. Reuters. Jul. 2017. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-ukraine-nato-idUSKBN19V12V>. Acesso em: 20 jul. 2023.

POWELL, C. L. Statement on President Bush's Budget Request for FY 2003. **U.S. Department of State**. Fev. 2002. Disponível em: <https://2001-2009.state.gov/secretary/former/powell/remarks/2002/7990.htm>. Acesso em: 21 nov. 2023.

PUTIN, V. Address by the President of the Russian Federation. **Kremlin**. Fev. 2022. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/67843>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PUTIN, V. Extended meeting of the Board of the Ministry of Defense. **Kremlin**. Dez. 2021. Disponível em: <http://kremlin.ru/events/president/news/67402>. Acesso em: 25 set. 2023.

PUTIN, V. Plenary session of the St. Petersburg International Economic Forum. **Kremlin**. Jun. 2023. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/news/71445>. Acesso em: 29 out. 2023.

PUTIN, V. A speech delivered at the MSC 2007 by the President Vladimir Putin. **Informační Systém Masarykovy University** Fev. 2007. Disponível em: [https://is.muni.cz/th/xlghl/DP\\_Fillinger\\_Speeches.pdf](https://is.muni.cz/th/xlghl/DP_Fillinger_Speeches.pdf). Acesso em: 04 jun. 2023.

RAPP-HOOPER, M. Saving America's Alliances. **Foreign Affairs**. Fev. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2020-02-10/saving-americas-alliances>. Acesso em: 10 set. 2023.

REIF, K. As INF Falls, New START Teeters. **Arms Control Association**. 2019. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2019-03/news/inf-treaty-falls-new-start-teeters>. Acesso em: 19 mar. 2024.

REPUBLIC OF ALBANIA. Adriatic Charter (A-5). 2022. Disponível em: <https://www.mod.gov.al/eng/security-policies/relations-with/international-and-regional-organization/90-adriatic-charter-a-5>. Acesso em: 19 jul. 2023.

REPUBLIC OF BELARUS. Belarus to ask Russia to set up Iskander training center. Fev. 2022. Disponível em: [https://www.belarus.by/en/government/events/belarus-to-ask-russia-to-set-up-iskander-training-center\\_i\\_0000140778.html](https://www.belarus.by/en/government/events/belarus-to-ask-russia-to-set-up-iskander-training-center_i_0000140778.html). Acesso em: 15 fev. 2024.

REPUBLIC OF NORTH MACEDONIA. NATO Relations. Disponível em: <https://mfa.gov.mk/en/page/7/nato-relations>. Última atualização: 31 out. 2022.

REUTERS. Putin says annexation of Crimea partly a response to NATO enlargement. Abr. 2014. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-russia-putin-nato/putin-says-annexation-of-crimea-partly-a-response-to-nato-enlargement-idUSBREA3G22A20140417>. Acesso em: 20 jul. 2023.

REUTERS. Russia to keep notifying US of ballistic missile launches. Mar. 2023. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/russia-keep-notifying-us-ballistic-missile-launches-2023-03-30/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

RICE, C. Promoting the National Interest. **Foreign Affairs**. v. 79, n. 1, p. 45-62. 2000. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20049613>. Acesso em: 30 jan. 2024.

RICHTER, W. **NATO-Russia Tensions: Putin Orders Invasion of Ukraine**. Berlim: German Institute for International and Security Affairs. Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/10.18449/2022C16/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

ROEHRIG, T. **Japan, South Korea, and the United States Nuclear Umbrella: Deterrence After the Cold War**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2018.

ROSE, F. A. The end of an era? The INF Treaty, New START, and the future of strategic stability. **Brookings**. 12 fev. 2019. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2019/02/12/the-end-of-an-era-the-inf-treaty-new-start-and-the-future-of-strategic-stability/>. Acesso em: 11 mar. 2024.

RÜHLE, M. NATO and Extended Deterrence in a Multinuclear World. **Comparative Strategy**, v. 28, n. 1, p. 10–16, 18 fev. 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01495930802679686>. Acesso em: 10 set. 2023.

RUMER, E. A Farewell to Arms... Control. **Carnegie Endowment for International Peace**. Abr. 2018. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2018/04/17/farewell-to-arms-...-control-pub-76088>. Acesso em: 11 mar. 2024.

RUMER, E.; SOKOLSKY, R.; WEISS, A. S. Trump and Russia: The Right Way to Manage Relations. **Carnegie Endowment for International Peace**. Fev. 2017. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2017/02/13/trump-and-russia-right-way-to-manage-relations-pub-67995>. Acesso em: 14 jan. 2024.

RUMER, E; SOKOLSKY, R. Post–Cold War U.S.-Russian Relations—What Went Wrong?. **Carnegie Endowment for International Peace**. Jan. 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep21005.6>. Acesso em: 14 mai. 2023.

RUSSIAN FEDERATION. National Security Concept. 2000a. Disponível em: [https://mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents/-/asset\\_publisher/cptickb6bz29/content/id/589768/](https://mid.ru/en/foreign_policy/official_documents/-/asset_publisher/cptickb6bz29/content/id/589768/). Acesso em: 10 mar. 2024.

RUSSIAN FEDERATION. The concept of foreign policy of the Russian Federation. 2000b. Disponível em: [https://www.ng.ru/world/2000-07-11/1\\_concept.html](https://www.ng.ru/world/2000-07-11/1_concept.html). Acesso em: 03 fev. 2024.

RUSSIAN FEDERATION. The Military Doctrine of the Russian Federation. 2000c. Disponível em: <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/991009-draft-doctrine.htm>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. National Security Strategy. 2009. Disponível em: <http://kremlin.ru/supplement/424>. Acesso em 11 mar. 2024.

RUSSIAN FEDERATION. *The Military Doctrine of the Russian Federation*. 2010. Disponível em: [https://carnegieendowment.org/files/2010russia\\_military\\_doctrine.pdf](https://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf). Acesso em: 21 mar. 2021.

RUSSIAN FEDERATION. Ministry of Foreign Affairs. Comment by the Information and Press Department of the Russian Ministry of Foreign Affairs regarding the situation in Ukraine. Mar. 2014a. Disponível em: [http://archive.mid.ru/bdcomp/brp\\_4.nsf/e78a48070f128a7b43256999005bcbb3/370a01fb82d770ea44257c9900613cd6%21OpenDocument](http://archive.mid.ru/bdcomp/brp_4.nsf/e78a48070f128a7b43256999005bcbb3/370a01fb82d770ea44257c9900613cd6%21OpenDocument). Acesso em: 19 jul. 2023.

RUSSIAN FEDERATION. **The Military Doctrine of the Russian Federation**. 2014b. Disponível em: <https://rusemb.org.uk/press/2029>. Acesso em: 10 set. 2023.

RUSSIAN FEDERATION. National Security Strategy. 2015. Disponível em: <https://www.russiamatters.org/node/21421>. Acesso em: 11 mar. 2024.

RUSSIAN FEDERATION. Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence. 2020. Disponível em: [https://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/international\\_safety/disarmament/-/asset\\_publisher/rp0fiUBmANaH/content/id/4152094#:~:text=State%20policy%20on%20Nuclear%20Deterrence%20is%20defensive%20by%20nature%2C%20it,adversary%20from%20aggression%20against%20the](https://www.mid.ru/en/foreign_policy/international_safety/disarmament/-/asset_publisher/rp0fiUBmANaH/content/id/4152094#:~:text=State%20policy%20on%20Nuclear%20Deterrence%20is%20defensive%20by%20nature%2C%20it,adversary%20from%20aggression%20against%20the). Acesso em: 20 mar. 2024.

RUSSIAN FEDERATION. Ministry of Foreign Affairs. Agreement on measures to ensure the security of The Russian Federation and member States of the North Atlantic Treaty Organization. Dez. 2021a. Disponível em: [https://mid.ru/ru/foreign\\_policy/rso/nato/1790803/?lang=en](https://mid.ru/ru/foreign_policy/rso/nato/1790803/?lang=en). Acesso em: 20 jul. 2023.

RUSSIAN FEDERATION. National Security Strategy. 2021b. Disponível em: <http://publication.pravo.gov.ru/Document/View/0001202107030001>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SABBAGH, D. Zelenskiy fails in effort to secure invitation to join Nato at Vilnius summit. **The Guardian**. Jul. 2023. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2023/jul/11/zelenskiy-accuses-nato-of-lack-of-respect-over-ukraine-membership>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SALUSCHEV, S. Annexation of Crimea: Causes, Analysis and Global Implications. **Global Societies Journal**, v. 2, p. 37–46, 2014. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/5vb3n9tc>. Acesso em: 23 jul. 2023.

SAROTTE, M. E. **Not One Inch: America, Russia, and the Making of Post-Cold War Stalemate**. New Haven & London: Yale University Press, 2021.

SAYERS, F. John Mearsheimer: We're playing Russian roulette. *Unherd*. Nov. 2022. Disponível em: <https://unherd.com/2022/11/john-mearsheimer-were-playing-russian-roulette/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SCHELLING, T. C. **Arms and Influence**. Londres: Yale University Press, 2008.

SCHELLING, T. C.; HALPERIN, M. H. **Strategy and Arms Control**. Nova Iorque: The Twentieth Century Fund, Inc., 1961.

SCHULTE, P. NATO's protracted debate over nuclear weapons. *In*: VON HLATKY, S.; WENGER, A (Eds.). **The Future of Extended Deterrence: The United States, NATO, and Beyond**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2015, pp. 107-134.

Security Treaty Between Australia, New Zealand, and the United States of America [ANZUS] – ANZUS Treaty. 1 Setembro de 1951. Disponível em: [https://www.aph.gov.au/~media/wopapub/house/committee/jfadt/usrelations/report/appendix\\_b\\_pdf.ashx](https://www.aph.gov.au/~media/wopapub/house/committee/jfadt/usrelations/report/appendix_b_pdf.ashx). Acesso em: 10 set. 2023.

SHAKIROV, O. **The Future of U.S.-Russia Relations**. 2020. Moscou: Russian International Affairs Council. Disponível em: <https://russiancouncil.ru/en/activity/policybriefs/the-future-of-u-s-russia-relations/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

SHALAL, A; HOLLAND, S; OSBORN A. Biden warns Putin of sanctions, aid for Ukraine military if Russia invades. **Reuters**. Dez. 2021. Disponível em: <https://www.reuters.com/markets/currencies/biden-putin-set-crucial-call-over-ukraine-2021-12-07/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SHIFRINSON, J. R. I. Deal or no deal? The end of the cold war and the U.S. offer to limit NATO expansion. **International Security**, v. 40, n. 4, p. 7–44, 1 abr. 2016. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/40/4/7/12126/Deal-or-No-Deal-The-End-of-the-Cold-War-and-the-U>. Acesso em: 20 jul. 2023.

SHIFRINSON, J. R. I. The NATO Enlargement Consensus and US Foreign Policy: Origins and Consequences. *In*: GOLDGEIER, J.; SHIFRINSON, J. R. I. (Eds.). **Evaluating NATO Enlargement: From Cold War Victory to the Russia-Ukraine War**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 97–144.

SINGH, D. **The Tripartite Realist War: Analysing Russia's Invasion of Ukraine**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023.

SINOVETS, P.; HESSE, V. Russia's Foreign and Security Policy: The Evolution of the Escalation Strategy. *In*: SINOVETS, P.; ALBERQUE, W. (Eds.). **Arms Control and Europe: New Challenges and Prospects for Strategic Stability**. Cham: Springer, 2022, pp. 21-28.

SIRACUSA, J. M. **Nuclear Weapons: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press, 2008.

SOKOLSHCHIK, L. M. Year One of the Biden Administration: U.S. Foreign Policy Towards Russia. **Journal of Eurasian Studies**, v. 0, n. 0, p. 1–11, 1 jan. 2023. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/18793665231170639>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SOLOMONENKO, I. Ukrainian Civil Society from the Orange Revolution to Euromaidan: Striving for a New Social Contract. *In*: **OSCE Yearbook**. Hamburgo: Institute for Peace Research and Security Policy at the University of Hamburg, 2014. p. 219–235. Disponível

em: [https://ifsh.de/file-CORE/documents/yearbook/english/14/Solonenko-en\\_S.pdf](https://ifsh.de/file-CORE/documents/yearbook/english/14/Solonenko-en_S.pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

STENT, A. E. **The Limits of Partnership: U.S.-Russian Relations in the Twenty-First Century**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

STENT, A. Trump and Russia: Less Than Meets the Eye. Em: JERVIS, R. *et al.* (Eds.). **Chaos Reconsidered: The Liberal Order and the Future of International Politics**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2023. p. 183–195.

TAYLOR, A. The world is watching as Biden assumes office, Trump era ends. **The Washington Post**. Jan. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2021/01/19/world-reactions-trump-biden/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TAYLOR, A.; KLIMENTOV, M. Why Finland — but not Sweden — is in NATO. **The Washington Post**. Abr. 2023. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/world/2023/04/04/finland-sweden-nato-membership/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

TASS. Russia-US strategic stability dialogue formally ‘frozen,’ says senior diplomat. Abr. 2022a. Disponível em: <https://tass.com/politics/1445845>. Acesso em: 26 fev. 2024.

TASS. Stop arming Kiev otherwise no talks: Diplomat warns US on arms control dialogue. Nov. 2022b. Disponível em: <https://tass.com/politics/1543649>. Acesso em: 26 fev. 2024.

THE WHITE HOUSE. Document 05: Memorandum of Telephone Conversation. **National Security Archive**. 05 out. 1993. Disponível em: <https://nsarchive.gwu.edu/document/16847-document-05-memorandum-telephone-conversation>. Acesso em: 09 mar. 2024.

THE WHITE HOUSE. Interim National Security Strategic Guidance. Mar. 2021a. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2024.

THE WHITE HOUSE. Joint vision for the alliance of the United States of America and the Republic of Korea. Jun. 2009. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/joint-vision-alliance-united-states-america-and-republic-korea>. Acesso em: 10 set. 2023.

THE WHITE HOUSE. Remarks by the President at AIPAC Policy Conference. Mar. 2012. Disponível em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/03/04/remarks-president-aipac-policy-conference-0>. Acesso em: 10 set. 2023.

THE WHITE HOUSE. Remarks by the President at Plenary Session of 1994 Summit of the Council on Security and Cooperation in Europe. Dez. 1994. Disponível em: <https://clintonwhitehouse6.archives.gov/1994/12/1994-12-05-president-remarks-at-csce-summit-in-budapest.html>. Acesso em: 19 jul. 2023.

THE WHITE HOUSE. U.S.-Russia Presidential Joint Statement on Strategic Stability. Jun. 2021b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements->

releases/2021/06/16/u-s-russia-presidential-joint-statement-on-strategic-stability/. Acesso em: 07 mar. 2024.

TKESHELASHVILI, I. Georgia's and Ukraine's Cooperation With NATO: Past, Status Quo and Future Perspective. **Історико-політичні проблеми сучасного світу**, n. 45, p. 100–112, 27 jun. 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/361818058\\_Georgia's\\_and\\_Ukraine's\\_Cooperation\\_With\\_NATO\\_Past\\_Status\\_Quo\\_and\\_Future\\_Perspective](https://www.researchgate.net/publication/361818058_Georgia's_and_Ukraine's_Cooperation_With_NATO_Past_Status_Quo_and_Future_Perspective). Acesso em: 21 jul. 2023.

TOWNSEND JR., J. J. In Peace and War: The Military Implications of NATO Enlargement. *In*: GOLDGEIER, J.; SHIFRINSON, J. R. I. (Eds.). **Evaluating NATO Enlargement: From Cold War Victory to the Russia-Ukraine War**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 495–530.

Treaty Between the United States of America and the Russian Federation on Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms – START II. 3 de janeiro de 1993. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/102887.htm>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Treaty Between the United States of America and the Russian Federation on Measures for the Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms – New START. 8 de abril de 2010. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/documents/organization/140035.pdf>. Acesso em 14 fev. 2024.

Treaty Between the United States of America and the Russian Federation on Strategic Offensive Reductions (The Moscow Treaty) – SORT. 24 de maio de 2002. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/127129.htm>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Elimination of Their Intermediate-Range and Shorter-Range Missiles – INF Treaty. 8 de dezembro de 1987. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/102360.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Anti-Ballistic Missile Systems – ABM Treaty. 26 de maio de 1972. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/101888.htm>. Acesso em: 14 fev. 2024.

Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Strategic Offensive Arms – SALT II. 18 de junho de 1979. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/isn/5195.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms – START I. 31 de julho de 1991. Disponível em: <https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/146007.htm>. Acesso em: 20 mar. 2021.

Treaty on Conventional Armed Forces in Europe – CFE Treaty. 19 de novembro de 1990. Disponível em: <https://www.osce.org/files/f/documents/4/9/14087.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

TRENIN, D. The Obama Administration's Policy toward Russia: a Moscow Perspective. **Kokusai Mondai (International Affairs)**, Abril 2014, n. 630, p. 1–14, 2014.

TRENIN, D. The Relationship Between the USA and Russia in the Trump Era. **Carnegie Endowment for International Peace**. Mai. 2019. Disponível em: <https://carnegiemoscow.org/2019/05/14/relationship-between-usa-and-russia-in-trump-era-pub-79119>. Acesso em: 18 out. 2023.

TRENIN, D. Stability amid Strategic Deregulation: Managing the End of Nuclear Arms Control. **The Washington Quarterly**. v. 43, n. 3, p. 161-175. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/0163660X.2020.1813401>. Acesso em: 16 nov. 2023.

TRUMP, D. Statement from the President Regarding the Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty. **The White House**. Fev. 2019. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/statement-president-regarding-intermediate-range-nuclear-forces-inf-treaty/>. Acesso em: 26 nov. 2023

TRUMP WHITE HOUSE. President Donald J. Trump is Ending United States Participation in an Unacceptable Iran Deal. Mai. 2018. Disponível em: <https://trumpwhitehouse.archives.gov/briefings-statements/president-donald-j-trump-ending-united-states-participation-unacceptable-iran-deal/>. Acesso em: 24 nov. 2023.

TSYGANKOV, A. P. **Russia and America: The Asymmetric Rivalry**. Cambridge: Polity Press, 2019.

TSYGANKOV, A. P. **Russia and the West from Alexander to Putin: Honor in International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012a.

TSYGANKOV, A. P. The Revisionist Moment: Russia, Trump, and Global Transition. **Problems of Post-Communism**, v. 68, n. 6, p. 457–467, 2020.

TSYGANKOV, A. P. US-Russia Relations in the Post-Western World. In: AGGARWAL, V. K.; GOVELLA, K. (Eds.). **Responding to a Resurgent Russia: Russian Policy and Responses from the European Union and the United States**. Nova Iorque: Springer, 2012b. p. 35–50.

UKRAINE. Ministry of Defence. White Book 2021: Defence Policy of Ukraine. 2022. Disponível em: [https://www.mil.gov.ua/content/files/whitebook/WhiteBook\\_2021\\_Defens\\_policy\\_of\\_Ukraine.pdf](https://www.mil.gov.ua/content/files/whitebook/WhiteBook_2021_Defens_policy_of_Ukraine.pdf). Acesso em: 20 jul. 2023.

ULLAH, S. Arms Control in Crisis: An Assessment of Contemporary Trends. **Islamabad Policy Research Institute**. V. 20, n. 2, p. 118-147. Disponível em: <https://ipripak.org/wp-content/uploads/2020/12/Article-5-IPRI-Journal-XX-II.pdf>. Acesso em 21 fev. 2024.

UNITED NATIONS. Guterres hails entry into force of treaty banning nuclear weapons. UN News. Jan. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/01/1082702>. Acesso em: 13 jan. 2024.

UNITED NATIONS. Resolution 1929. UN Doc. S/RES/1929(2010), 9 Jun. 2010. Disponível em:

<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/n10/396/79/pdf/n1039679.pdf?token=thVXg6DOxNyX9q5lia&fe=true>. Acesso em: 25 out. 2023.

UNITED NATIONS. Resolution 1973. UN Doc. S/RES/1973 (2011), 17 Mar. 2011. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm#Resolution>. Acesso em: 23 out. 2023.

UNITED NATIONS. Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. Office for Disarmament Affairs. Disponível em: <https://www.un.org/disarmament/wmd/nuclear/npt/text>. Acesso em: 17 dez. 2023.

UNITED STATES OF AMERICA. Background to “Assessing Russian Activities and Intentions in Recent US Elections”: The Analytic Process and Cyber Incident Attribution. Jan. 2017. Disponível em: [https://www.dni.gov/files/documents/ICA\\_2017\\_01.pdf](https://www.dni.gov/files/documents/ICA_2017_01.pdf). Acesso em: 13 out. 2023.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2002a. Disponível em: [https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2002.pdf?ver=oyVN99aEnrAWijAc\\_05eiQ%3d%3d](https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2002.pdf?ver=oyVN99aEnrAWijAc_05eiQ%3d%3d). Acesso em: 12 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Nuclear Posture Review [Excerpts]**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2002b. Disponível em: <https://fas.org/wp-content/uploads/media/Excerpts-of-Classified-Nuclear-Posture-Review.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2006. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss2006.pdf?ver=Hfo1-Y5B6CMI8yHpX4x6IA%3d%3d>. Acesso em: 21 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Ballistic Missile Defense Review Report**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2010a. Disponível em: <https://dod.defense.gov/News/Special-Reports/BMDR/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2010b. Disponível em: [https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2010.pdf?ver=Zt7IeSPX2uNQ00\\_7wq6Hg%3d%3d](https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2010.pdf?ver=Zt7IeSPX2uNQ00_7wq6Hg%3d%3d). Acesso em: 22 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Nuclear Posture Review Report**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2010c. Disponível em: <https://dod.defense.gov/News/Special-Reports/NPR/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2015. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2015.pdf?ver=TJJ2QfM0McCqL-pNtKHtVQ%3d%3d>. Acesso em: 22 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2017. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/NSS2017.pdf?ver=CnFwURrw09pJ0q5EogFpwg%3d%3d>. Acesso em: 23 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **Nuclear Posture Review**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2018. Disponível em: <https://dod.defense.gov/News/SpecialReports/2018NuclearPostureReview.aspx>. Acesso em: 23 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. Interim National Security Strategy Guidance. Washington, D.C.: Department of Defense, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2021/03/NSC-1v2.pdf>.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. Missile Defense Review. Washington, D.C.: Department of Defense, 2022a. Disponível em: <https://media.defense.gov/2022/Oct/27/2003103845/-1/-1/1/2022-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY-NPR-MDR.PDF>. Acesso em: 22 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. **National Security Strategy**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2022b. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2022/10/Biden-Harris-Administrations-National-Security-Strategy-10.2022.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. Nuclear Posture Review. Washington, D.C.: Department of Defense, 2022c. Disponível em: <https://media.defense.gov/2022/Oct/27/2003103845/-1/-1/1/2022-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY-NPR-MDR.PDF>. Acesso em: 21 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Joint Statement on the Outcomes of the U.S. – Russia Strategic Stability Dialogue in Geneva on September 30. Set. 2021. Disponível em: <https://www.state.gov/joint-statement-on-the-outcomes-of-the-u-s-russia-strategic-stability-dialogue-in-geneva-on-september-30/>. Acesso em: 19 nov. 2023.

UNITED STATES OF AMERICA. Office of the Secretary of Defense. **Missile Defense Review**. Washington, D.C.: Department of Defense, 2019. Disponível em: <https://media.defense.gov/2019/Jan/17/2002080666/-1/-1/1/2019-MISSILE-DEFENSE-REVIEW.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Presidential and Secretaries Travels Abroad. 2013. Disponível em: <https://history.state.gov/departmenthistory/travels/president/russia>. Acesso em: 15 dez. 2023.

VAN EEKELEN, W. Fifty Years of nuclear planning. *Atlantisch Perspectief*, v. 41, n. 6, pp. 42-47, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48581393>. Acesso em: 25 fev. 2024.

VELASCO E CRUZ, S. **O QUADRILÁTERO DA CRISE. A GUERRA NA UCRÂNIA E O GOVERNO BIDEN**. Manuscrito não publicado, 2023.

VON HLATKY, S. Introduction: American Alliances and Extended Deterrence. *In*: VON HLATKY, S.; WENGER, A. (Eds.). **The Future of Extended Deterrence: The United States, NATO, and Beyond**. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2015. p. 1–18.

WAGNER, A. Bush Labels North Korea, Iran, Iraq an 'Axis of Evil'. **Arms Control Association**. Mar. 2023. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2002-03/press-releases/bush-labels-north-korea-iran-iraq-axis-evil>. Acesso em: 10 fev. 2023.

WALT, S. Does Anyone Still Understand the 'Security Dilemma'? **Foreign Policy**, 26 jul. 2022. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2022/07/26/misperception-security-dilemma-ir-theory-russia-ukraine/>. Acesso em: 21 jul. 2023.

WALTZ, K. N. The Origins of War in Neorealist Theory. **The Journal of Interdisciplinary History**, Cambridge, v. 18, n. 4, p. 615-268, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/204817?seq=1>. Acesso em: 3 dez. 2020.

WALTZ, Kenneth N.; SAGAN, Scott D. **The Spread of Nuclear Weapons: and enduring debate**. New York: W.W. Norton & Company, Inc., 2013.

WALTZ, K. N. The Stability of a Bipolar World. **Daedalus**, Cambridge, v. 93, n. 3, p. 881–909, 1964. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/20026863>. Acesso em: 23 fev. 2021.

WALTZ, K. N. **Theory of International Politics**. Boston: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.

WEBBER, M.; SPERLING, J.; SMITH, M. A. **NATO's Post-Cold War Trajectory: Decline or Regeneration?** Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2012.

WELT, C. Georgia's Rose Revolution: From Regime Weakness to Regime Collapse. *In*: BUNCE, V.; MCFAUL, M.; STONER-WEISS, K. (Eds.). **Democracy and Authoritarianism in the Post Communist World**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 155–188.

WOOLF, A. The New START Treaty: Central Limits and Key Provisions. Washington: Congressional Research Service, 2014. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA609574.pdf>. Acesso em: 27 out. 2023.

WORK, C. No More Delays: Why It's Time to Move Forward With Wartime OPCON Transition. **Stimson**. Jun. 2022. Disponível em: <https://www.stimson.org/2022/no-more-delays-why-its-time-to-move-forward-with-wartime-opcon-transition/>. Acesso em: 10 set. 2023.

ZALA, B. How the next nuclear arms race will be different from the last one. **Bulletin of the Atomic Scientists**. Jan. 2019. Disponível em: <https://thebulletin.org/2019/01/how-the-next-nuclear-arms-race-will-be-different-from-the-last-one>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ZUBOK, V. M. Myths and Realities of Putinism and NATO Expansion. *In*: GOLDGEIER, J.; SHIFRINSON, J. R. I. (Eds.). **Evaluating NATO Enlargement: From Cold War Victory to the Russia-Ukraine War**. Cham: Palgrave Macmillan, 2023. p. 145–164.

ZYGA, I. NATO-Russia Relations and Missile Defense: ‘Sticking Point’ or ‘Game Changer’?. **Carnegie Endowment for International Peace**. Jan. 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep12932>. Acesso em: 23 out. 2023.